O PORTUGUÊS DE/EM ANGOLA:

PECULIARIDADES LINGUÍSTICAS E A DIVERSIDADE NO ENSINO

Alexandre António Timbane
Daniel Peres Sassuco
Márcio Undolo
[Organizadores]

editora

Copyright by © Alexandre António Timbane et al.

Projeto editorial: Wilbett Oliveira

Comissão Científica
Alexandre António Timbane (Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-Brasil/ Revista Njinga & Sepé)
Almerindo Adriano Chiquete (Universidade de Coimbra-Portugal)
Basilele Malomalo (Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/Revista Njinga & Sepé)
Bernardo Sacanene (Escola Superior Pedagógico do Bengo-Angola)
Daniel Peres Sassuco (Universidade Agostinho Neto-Angola)
David Jorge Lopes Suelela (Escola Superior Politécnica de Malanje, Universidade Lueji A'Nkonde-Angola)
Denise Silva (Universidade Federal da Grande Dourados-Brasil / Revista Njinga & Sepé)
Ezequiel Pedro José Bernardo (Universidade Onze de Novembro-Angola)
Ezra Alberto Chambal Nhampoca (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique/Revista Njinga & Sepé)
Fernando Mbiavanga (Instituto Superior de Ciências de Educação Luanda, Angola).
Kelly Priscila Lóddo Cezar (Universidade Federal do Paraná, Brasil/ Revista Njinga & Sepé)
Ivonete da Silva Santos (Universidade Federal de Catalão)
Manuel da Silva Domingos (Universidade Agostinho Neto, Angola/ Revista Njinga & Sepé)
Manuel M. Ndonga Ndonga (Universidade Agostinho Neto, Centro de Estudos e Investigação em População-Angola)
Márcio Edu da Silva Undolo (Instituto Superior de Educação-Angola)
Maria Goreti Varela Freire Silva (Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde/ Revista Njinga & Sepé)
Maria José Alves (Instituto Federal de Tocatins- Brasil)
Mbiavanga Fernando (Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda -Angola)
Narciso Manecas Gastene (Universidade Eduardo Mondlane-Moçambique)
Nelson Ernesto (University of Cape Town -South Africa; Eduardo Mondlane University-Mozambique)
Nicolas Nkiawete Manuel (Universidade Agostinho Neto-Angola)
Ronaldo Nunes Linhares (Universidade Tiradentes-Brasil)

1ª edição - Dezembro 2021

[CIP] Catalogação-na-Publicação

Timbane, Alexandre António et al.

T583p O português de/em Angola: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino. Alexandre António Timbane, Daniel Peres Sassuco, Márcio Edu da Silva Undolo [Organizadores]. 1ª edição. São Paulo, 2021.

ISBN 978-85-93447-26-6

1. Língua portuguesa. 2. Angola. 3. Linguística. 4. Variante. 5. Semântica
I Alexandre António et al. II. Título

CDD 410

opção editora

Travessa Dona Paula, 13
Higienópolis - CEP 01239-050 — São Paulo, SP
Tel: (11) 4777-0123 — (11) 97360-1609
www.opcaoeditora.com.br
E-mail: contato@opcaoeditora.com.br

Agradecimentos

à Profa. Dra. Amélia Mingas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....5

SEÇÃO I — LINGUÍSTICA E LÍNGUA

CAPÍTULO UM: PROBLEMÁTICA DE CONTACTO DAS LÍNGUAS BANTU DE ANGOLA E O PORTUGUÊS: UM OLHAR SOBRE O CONTACTO FONÉTICO-FONOLÓGICO.....13
Daniel Peres Sassuco

CAPÍTULO DOIS: MISCIGENAÇÃO FONOLÓGICA DA VARIANTE DO PORTUGUÊS FALADO EM ANGOLA.....43
António Januário Baptista Pedro

CAPÍTULO TRÊS: EVIDÊNCIAS SOCIOLINGUÍSTICAS DA VARIEDADE ANGOLANA DO PORTUGUÊS E O COMBATE AO PRECONCEITO LINGUÍSTICO.....54
Yuran Fernandes D. Santana — Alexandre António Timbane

CAPÍTULO QUATRO: VARIAÇÃO SEMÂNTICA DE LEXEMAS VERBAIS NA VARIEDADE DO PORTUGUÊS DE ANGOLA.....81
Ana Alexandra Silva — José Gabriel Ganga

CAPÍTULO CINCO: SIGLAÇÃO E ACRONÍMIA DA ATIVIDADE ECONÓMICA EM ANGOLA.....105
Nicolau Manuel José

CAPÍTULO SEIS: AS FORMAS DE TRATAMENTO NO PORTUGUÊS DE ANGOLA: CONTRIBUTO SEMÂNTICO-PRAGMÁTICO.....123
João Muteteca Nauege

SEÇÃO II — ENSINO E HISTÓRIA

CAPÍTULO SETE: PORTUGUÊS LÍNGUA MATERNA E NÃO MATERNA EM ANGOLA: IMPLICAÇÕES DIDÁTICAS E POLÍTICAS.....142
Bernardino Valente Calossa

CAPÍTULO OITO: A INFLUÊNCIA DA GUERRA CIVIL ANGOLANA NA HEGEMONIA DO PORTUGUÊS NO SÉCULO XXI.....160
Dorivaldo Alfredo Zua

CAPÍTULO NOVE: O PROCESSO DE NATIVIZAÇÃO DO PORTUGUÊS EM ANGOLA.....174
José Gueleka

CAPÍTULO DEZ: AINDA NA ONDA DE UMA GRAMÁTICA DO ALÉM-MAR.....194
Eugénia Emilia Sacala Kosi

CAPÍTULO ONZE: PERCURSO HISTÓRICO E SOCIOLINGUÍSTICO DE ANGOLA.....217
Josimar Santana Silva — Silvana Silva de Farias Araújo

CAPÍTULO DOZE: A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ORTOGRAFIA DO PORTUGUÊS EM JORNAIS BRASILEIROS DO SÉCULO XIX.....239
Hercínia Chena Azarias Wasse — Alexandre António Timbane

CAPÍTULO TREZE: METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NO PERÍODO DE PANDEMIA.....261
Iqui Djú — Amison Nanque — Alexandre António Timbane

SOBRE OS ORGANIZADORES E COAUTORES.....279

APRESENTAÇÃO

Angola é um país multilíngue onde convivem de forma harmônica mais de vinte línguas das quais se assinalam as línguas do grupo bantu, do grupo khoisan e de sinais/gestual. Todas estas línguas tendem a reduzir o número de falantes ao longo das décadas devido às políticas linguísticas que privilegiam apenas o português. Desta forma, há necessidade urgente de contribuir com pesquisas que possam contribuir para a padronização ortográfica dessas línguas de origem africana assim como a criação de gramáticas e dicionários que possam ser utilizados na educação bilíngue. Este e-book tem como foco a variedade angolana de português e contribui com pesquisas científicas que ajudam no registro, na preservação e na difusão da variedade que é o espelho da cultura e das tradições angolanas.

A Língua Portuguesa (LP) chegou em Angola por meio do processo da colonização no século XV. A colonização foi acompanhada da implementação da política linguística que obrigava o ensino e uso do português, segundo o Decreto-Lei nº 39.666, de 20 de maio de 1954, do Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique. O português falado em Angola já se distanciou da variedade de origem. Isso é perceptível na fala dos angolanos. Mas não havia estudos descritivos. Urge a necessidade de desenvolver estudos e pesquisas que visam caracterizar essa nova variedade em uso no cotidiano dos angolanos e angolanas. O *e-book* "O português de/em Angola: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino" é uma coletânea que apresenta resultados de pesquisas sobre essa realidade sociolinguística e histórica de Angola.

A obra se divide em duas seções. A primeira seção (Linguística e Línguas) é dedicada ao estudo descritivo da variedade ango-

lana do português nos seus diferentes espectros. Esta seção é composta por cinco textos.

O capítulo de abertura é da autoria do Daniel Peres Sassuco. Ele analisa as influências fonético-fonológicas das línguas africanas no português falado em Angola, com enfoque para variação por meio da pré-nasalização, da desnasalização, do ensurdecimento e da aspiração. O autor deixa clara a ideia de que a fonologia carrega traços de identidade sociocultural dos falantes, carregado do DNA das línguas autóctones. O português estando em contacto permanente com as línguas bantu acaba por contribuir a construção de uma variedade peculiar ao povo angolano. De lembrar que não existe nenhum acordo de fala, o que permite que os falantes angolanos possam manifestar as suas variedades e variantes.

O segundo texto, da autoria de António Januario Batista Pedro também se dedica a descrição e análise da variante fonológica do português angolano. O capítulo debate teorias e estabelece as relações linguísticas entre a fonologia e o léxico para além de apresentar características do sistema vocabular do português local. O texto apresenta vários exemplos da interferência fonética. O autor defende que Angola devia ser enquadrada nos países da bantufonia por apresentar uma pronúncia influenciada pelas línguas bantu ou que por ter algumas semelhanças fonológicas com as línguas bantu angolanas. A língua, segundo o autor, é um sistema aberto que vai sofrendo alterações ao longo do tempo e que ela não é homogênea para todos espaços geográficos, daí que o sotaque angolano é diferente do português europeu.

O terceiro capítulo, da autoria de Yuran Fernandes Domingos Santana e de Alexandre António Timbane apresenta a caracterização da situação sociolinguística de Angola e por meio da pesquisa de campo apresenta evidências sociolinguísticas que revelam as características léxico-semânticas. O capítulo apresenta a classificação das línguas africanas em geral e localiza geograficamente, em especial as línguas do grupo bantu, khoisan e vatwa, que estas últimas são pouco citadas na literatura linguística angolana. O capítulo analisa o preconceito linguístico enraizado na sociedade angolana que, na opinião dos autores precisa de ser combatido porque não existe uma

variedade superior a outras. Uma variedade não é uma língua, quer dizer, a variedade respeita e segue as normas da língua. Variar não significa abandonar na totalidade as regras da língua, por isso haverá inteligibilidade entre os falantes de diversas variedades. Não se pode procurar uniformizar a língua porque os impulsos da variedade provêm das culturas e dos hábitos inerentes a uma comunidade de fala.

O quarto texto da autoria de Ana Alexandra Silva e de José Gabriel Ganga cujo título é a "variação semântica de lexemas verbais na variedade do português de Angola", analisa a evolução da variedade angolana de português em comparação com o português Europeu. O capítulo chama atenção para a necessidade da dicionarização de lexemas verbais. O estudo mostra as alterações semânticas dos lexemas verbais e apresenta os contextos informais em que são usados os lexemas verbais. O capítulo teve um enquadramento teórico que discutiu teorias relacionadas aos lexemas verbais, à variação e à mudança semântica. As unidades linguísticas, segundo a pesquisa realizada, sofrem extensões do seu campo semântico, alargando o seu escopo de uso. O valor de determinada unidade é ampliado para satisfazer as necessidades dos falantes.

O quinto trabalho, de Nicolau Manuel José tem como título, a "siglação e acronímia da atividade económica em Angola". O capítulo discute o conceito de neologismo de forma e define como sendo uma nova unidade lexical criada ou importada de outra língua. O neologismo semântico (ou neologismo de sentido) é a nova unidade lexical criada numa língua como nova acepção. Os neologismos formais classificam-se em dois grupos: neologismos formais internos (criações lexicais dentro da própria língua) e neologismos formais externos ou empréstimos externos (criados através da importação de outra língua). A siglação e a acronímia são fenômenos presentes em todas as línguas e não poderiam ser diferentes no português. Elas perdem o sentido de siglas e acrónimos e passam a ser palavras, tal como se pode observar nas palavras radar, CD, Covid, Ipod, Palop, Unesco entre outras.

O sexto texto, de João Muteteca Nauege analisa "as formas de tratamento no português de Angola: contributo semântico-pragmático". As formas de tratamento no português angolano resultam das

relações entre o português e as numerosas línguas africanas sobretudo do grupo bantu. O capítulo objetiva descrever as formas de tratamento no português de Angola, partindo de um teórico sobre os conceitos mais importantes. Apresentam-se resultados coletados em 15 informantes angolanos, não escolarizados. A amostra não probabilística intencional foi escolhida por permitir representar o bom julgamento da representatividade do universo, sendo o motivo da sua escolha e o elo aos objetivos da pesquisa. Os resultados evidenciam que a forma de tratamento "tu" está cada vez menos utilizada pelos angolanos. O "tu" é muito mais visível nos informantes não escolarizados, que preferem o uso de "você", que é cada vez mais produtivo, quer por falantes escolarizados ou não escolarizados.

A segunda seção do livro "Ensino e História" analisa as relações entre o ensino, História e aspectos sociolinguísticos da realidade angolana. Esta parte é composta por sete capítulos. O sétimo texto, de Bernardino Valente Calossa, fala da situação linguística de Angola que exige maior atenção das entidades governamentais, da escola e do professor. Criar uma política de língua que tenha em conta todas as especificidades socioculturais e cognitivas dos alunos é uma medida necessária e urgente que facilitaria significativamente o ensino-aprendizagem. O capítulo define o conceito de língua não materna e argumenta que tanto a língua materna quanto a língua segunda têm implicações didáticas e políticas. A abordagem termina incetivando a pesquisa permanente para a melhoria da qualidade de ensino em Angola.

O oitavo texto, de Dorivaldo Alfredo Zua cujo o título é: "A influência da guerra civil angolana na hegemonia do português no século XXI" fala da guerra civil angolana que provocou deslocamento de pessoas das zonas rurais para as zonas urbanas. Ao chegar na zona urbana, esses imigrantes abandonaram as suas línguas e aprenderam o português. Esses angolanos já nascidos neste novo contexto, ensinam o português como língua materna e começam a consolidar a variedade uma vez que é a língua franca num contexto multilíngue como é o caso de Luanda. Salienta-se que as duas funcionalidades do português foram: a língua veicular e a língua de escolaridade. Esta questão influenciou em grande medida para a afirmação da variedade em curso em Angola.

O nono texto, da autoria de José Gueleka tem como título: "uma abordagem sobre o processo de nativização do português em Angola". Nele se debate o processo de nativização do português que compreende várias fases, que vão desde os primeiros contactos estabelecidos pelos colonos portugueses com as populações nativas (no século XV), percorre toda a história de imersão do colonizador nos países colonizados, até ao momento atual. A nativização do português é uma questão complicada, uma vez que se nota num grupo reduzido de falantes cultos uma tendência de convergência com as regras do PE, sendo que a grande maioria da população demonstra um grande desconhecimento dessas mesmas regras. O português de Angola deve ser cada vez mais fundamentado por estudos diversos. Olhamos neste capítulo para dados empíricos, dos mais estudados no PA, designadamente: o cancelamento da marca de concordância, o emprego dos clíticos e a interpretação de sujeito nulo.

O décimo texto, da autoria de Eugénia Emilia Sacala Kosi ("Ainda na onda de uma gramática do além-mar") tem como objetivo refletir sobre as implicações do uso da gramática tradicional portuguesa e brasileira no processo de identificação dos falantes de um determinado grupo social. A autora estuda o modo como a identidade do sujeito pode ser afetada pela ideia de uma escolarização monolíngue por meio de variedades outras num contexto multilíngue. A variação linguística é uma característica peculiar do uso da língua. A pressão exercida pelas instâncias de poder para o uso da gramática normativa, como se vê nos manuais apresentados neste trabalho, põe em causa a relação do sujeito com a sua cultura e a forma como vê a sua variedade. O capítulo aponta caminhos para a tolerância com relação à variedade angolana de português.

O décimo primeiro trabalho, da autoria de Josimar Santana Silva e da Silvana Silva de Farias Araújo "Percurso histórico e sociolinguístico de Angola" analisa a situação linguística de Angola deixando clara a ideia da multiplicidade linguística em Angola: umbundu, kimbundu, kikongo, cokwe, helelo, oxindonga, oxiwambo, ngangela, nyaneka, vatwa e outras línguas do grupo khoisan. O reconhecimento da LP como a única língua oficial fragilizou a política linguística de Angola, uma vez que ao defini-la como meio de comunicação e escolarização desfavoreceu as línguas nativas ou nacionais nas instituições de ensino

e na própria sociedade. O capítulo chama atenção para necessidade da valorização das línguas locais e da variedade local.

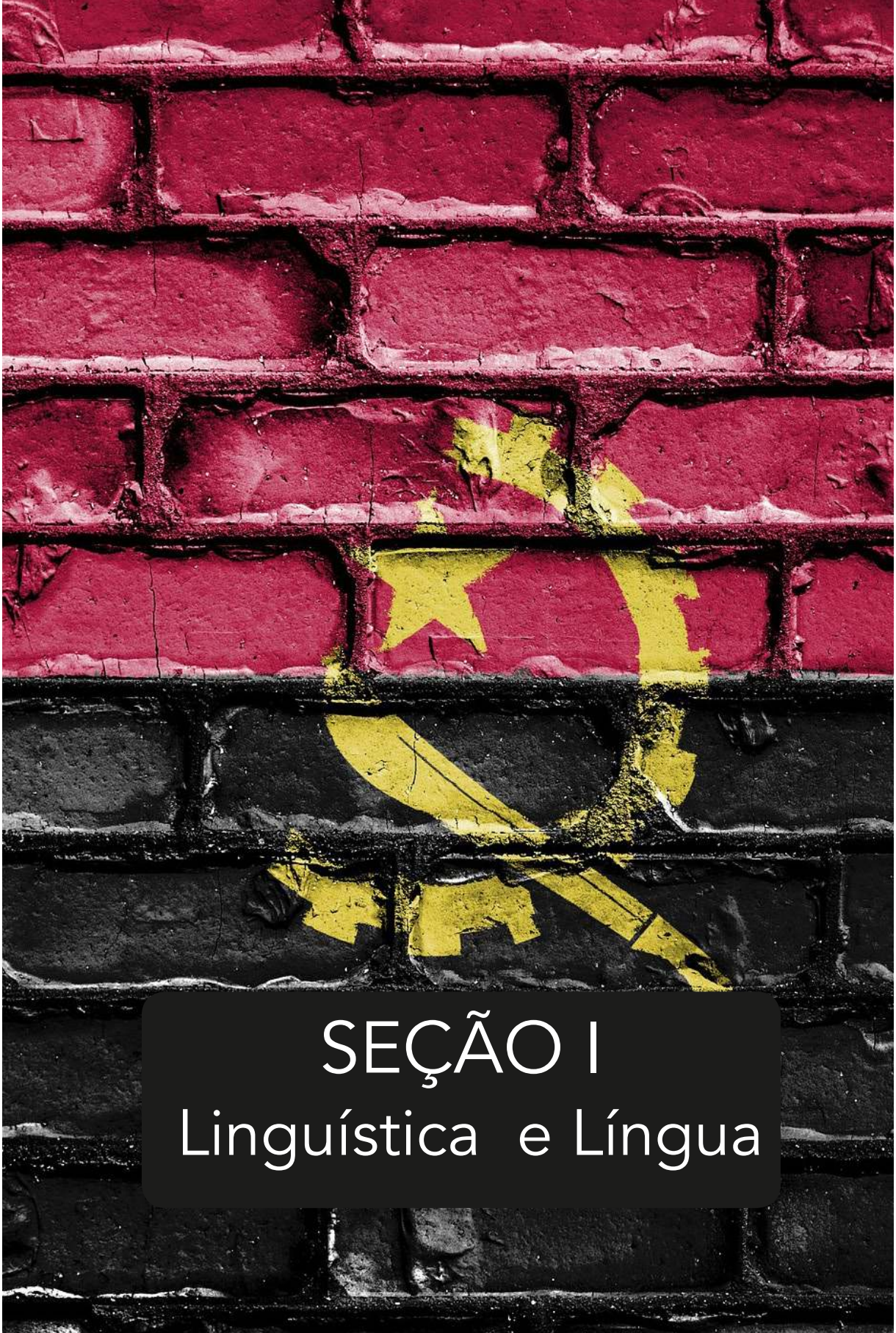
O décimo segundo texto, da autoria de Hercínia Chena Azarias Wasse e Alexandre António Timbane fala da evolução histórica da ortografia do português em jornais brasileiros do século XIX. A escrita é um conjunto de códigos, de símbolos convencionados que permitem representar a língua, na modalidade escrita. O alfabeto é um conjunto de signos num sistema de escrita. Escrever é uma arte da criação. Quem não sabe escrever fica penalizado porque a escrita é Lei, é autoridade e que os infratores são penalizados e constrangidos de todas as formas: reprovação, perda da oportunidade do ingresso nos cursos dos sonhos, perda de empregos em concursos, exclusão no seio profissional até a perda de oportunidades que dariam vantagens econômicas, políticas e sociais. A partir dos jornais do século XIX analisou-se que a ortografia varia e muda e provoca problemas na educação. A escrita do século XIX permite-nos compreender os principais erros lógicos da escrita atual. O capítulo faz uma 'provocação' para que Moçambique e Angola assinem o Acordo Ortográfico para que os seus cidadãos possam produzir seus textos em pé de igualdade com o resto da lusofonia.

O último texto, décimo terceiro, de Iqui Djú, de Amison Nanque e de Alexandre António Timbane tem como tíutlo, "Metodologia do ensino de língua inglesa no período de pandemia". É um capítulo que analisa a complexidade de ensino de línguas estrangeiras modernas em tempos de pandemia. A língua inglesa (que também é ensinada nas escolas angolanas) tende a crescer em todo mundo, especialmente na área tecnológica. O seu ensino é complexo, especialmente em tempos de isolamento social devido a pandemia de Covid 19. O ensino deve recorrer a tecnologias disponíveis para o ensino remoto, daí a necessidade de reinvenção da metodologia do professor. O ensino remoto tornou-se uma questão desafiadora para todo mundo, e para qualquer educador de língua estrangeira moderna ou professor eminente. Para além do uso das tecnologias há que se pensar na competência cultural e discursiva.

Estes trabalhos apresentados neste *e-book* visam levantar a necessidade de pensarmos na língua (descrição), na ortografia e na me-

todologia do ensino como elementos essenciais para o crescimento das nossas sociedades. A língua pode 'abrir portas', assim como pode 'fechá-las' quando não haver políticas linguísticas positivas. Todas as línguas exigem um esforço redobrado do professor e que elas sempre variarão no tempo e no espaço. Cabe-nos aqui convidar aos destinatários para uma leitura mais atenta aos detalhes dos capítulos por forma a que possamos caminhar rapidamente para a consolidação da variedade angolana do português. É importante que investigadores e professores se unam na descrição e na caracterização da variedade angolana do português, partindo dos seus espaços de trabalho. Só assim poderemos produzir gramáticas e dicionários da nossa variedade! Para nós organizadores, ficamos felizes por dar esta contribuição à Linguística angolana!

Alexandre António Timbane
Daniel Peres Sassuco
Márcio Edu da Silva Undolo
[Organizadores]



SEÇÃO I
Linguística e Língua

CAPÍTULO UM

PROBLEMÁTICA DE CONTACTO DAS LÍNGUAS BANTU DE ANGOLA E O PORTUGUÊS: UM OLHAR SOBRE O CONTACTO FONÉTICO-FONOLÓGICO

Daniel Peres Sassuco

INTRODUÇÃO

O contacto das línguas, em qualquer espaço geopolítico resulta da interação permanente entre falantes de diversas línguas naturais. Esse contato pode ser provocado naturalmente ou por meio de políticas linguísticas. O contacto ocorre geralmente em falantes bilíngues familiarizados com o uso de mais de uma língua, nas suas interações normais e produzem em tais práticas, "desvios" com respeito à norma de cada um dos sistemas. Por isso, as chamadas "interferências" são a consequência dessas interações sociais e culturais presentes numa determinada comunidade de fala.

O contacto das línguas bantu (LB) com o português no mesmo território, nos mesmos grupos sociais ou ainda na mesma força social oferecem uma cedência de uma ou outra palavra, de um sotaque ou outro culminando com contacto de culturas que afetam em grande medida a estrutura de cada uma das línguas em contacto. Nessa perspectiva, Angola é um país cuja população e cultura são heterogêneas vindas dos bantu e khoisan. Em demografia de Angola lê-se o seguinte:

> A população angolana é estimada em 32 milhões de habitantes (dados de 2019). Cerca de 95% dos angolanos são africanos bantu, pertencentes a uma diversidade de etnias. Entre estas, a mais importante é a dos Ovimbundu que representam mais de um terço da população, seguidos dos Ambundu com cerca de um quarto, e os Bakongo com mais de 10%. Menor peso demográfico têm os Lunda - Côkwe, os Ovambo, os Nyaneka-Nkhumbi, os Ganguela e os Xindonga. Existem ainda pequenos grupos residuais de Khoisan (ocasio-

> nalmente designados como bosquímanos ou hotentotes), habitantes originais do território da Angola de hoje (e portanto pré-bantu). O *habitat* destas etnias, tal como existia no fim da era colonial, continua no essencial inalterado. No entanto, durante a segunda metade do século XX houve um fluxo permanente de habitantes das áreas rurais para as cidades. A seguir à independência, a Guerra Civil Angolana provocou um verdadeiro êxodo rural, de modo que neste momento (2015) um pouco mais de metade da população total de Angola vive em áreas urbanas (Wikipedia, s.d.).

Os falantes da Língua Portuguesa (LP) no espaço angolano, na sua maioria, são de origem bantu conforme perecentagem apresentada acima nesta citação da Demografia de Angola de 2015 apos o censo populacional de 2014. Tendo em conta essa realidade e o convívio entre línguas nota-se o risco para a língua supostamente dominada, minimizada e gera conflito para os seus usuários como tem sido o contexto de Angola. No entanto, o garu de dominação é relativamente diferente em cada caso de contacto. Abaixo se reforça esta intenção:

> Assim, conhecer uma situação concreta implica pelo menos um aproximar a uma amostra representativa de bilingues sobre: sua competência verbal e comunicativa em duas línguas; sua língua materna; uso de cada língua em distintos domínios; para valorizar a lealdade linguística; rentabilidade social do uso da língua minimizada; atitudes desde este comportamento (Real Academia Galega, 1993, p. 73).

Em Angola, a língua portuguesa é oficial, segundo a Constituição da República de Angola (CRA), 2010 (Artigo 19º). Ela é a língua de contacto massiva e acaba por ser língua dominante sobre as línguas bantu e khoisan, ou seja, muita gente procura substituir a sua língua de origem (enquanto dominada) por uma de origem diferente, neste caso o português (como língua dominante). No entanto, essas populações não conseguem substituir as culturas, por isso, assistimos à deslocação, assimilação e mesmo dialectização. O contacto entre as línguas é um fenômeno que não se pode evitar e que as enriquece. Esses contactos entre determinadas línguas vão despoletar a evolução e a mudança.

Rotaetxe (1988, p. 42) mostra que a mudança linguística pode ocorrer de forma regular, irregular ou analógica:

1º *Mudança linguística regular*: é a mudança fonética e ou fonológica que se propaga-por toda a língua de forma regular. Isto é, uso constante de um som considerado como correcto pelos usuarios em contexto de contacto de línguas. Por exemplo, pronunciar as vogais ditongadas do português em monotongo. Fenômeno que já se instalou nos falantes do português de Angola: *f**ei**ra/f**e**ra; l**ei**te/l**e**te; tes**ou**ra/tes**o**ra; p**ou**co/p**o**co*; etc.

2º *Mudança linguística irregular*: são mudanças que não se generalizaram na língua e que só ocorrem pontualmente. Trata-se de casos mais gramaticais de conjugação, de sintaxe, em suma de coesão e coerência. Por exemplo o conjuntivo (subjontivo) do verbo 'ser' nas terceiras pessoas de singular e plural. *Sej**e*** e *sej**em***, em vez de, *sej**a*** e *sej**am***. Portanto, são mudanças esporádicas como específica (Moreira & Pimenta, 2017, p. 30).

3º *Mudança linguística análoga*: são mudanças que se efetuam por comparação com outras já existentes. Quando, devido a esta mudança analógica, surgem palavras novas, chama-se a este fenômeno criação analógica. Por exemplo, realizar os verbos no infinito com elisão do 'r' final como se entende no falar brasileiro. Isto levaria a confundir alguns significados quiçá a desorientação do sentido para alguns verbos, caso da terceira conjugação. Exemplo: *part**ir**/part**i**; imped**ir**/imped**i**; pun**ir**/pun**i***, etc ou os particípios dos verbos: *abrir/abri**do**, morrer/mori**do**, salvar/salva**do**,* etc. Que logicamente deveriam ser *aberto*, *morto*, *salvo*, respetivamente, em contextos coerentes da norma.

Os fatores de mudanças são os mecanismos existentes nas próprias línguas, que permitem as mudanças linguísticas. Eles podem ser internos ou externos: (a) **Fatores internos:** (i) *Simplificação*: processo pelo qual se faz a reestruturação das regras, que irão ser mudadas na gramática; (ii) *Complexificação*: processo pelo qual se acrescentam regras gramaticais e ; (iii) *Deriva*: fenómeno que permite às línguas da mesma origem efetuar mudanças semelhantes. (b) **Factores externos: (a) Socioculturais:** fatores de mudança que se relacionam com a cultura e com as escolhas sociais dos falantes da língua; (b) **Políticos:** os fatores políticos podem desempenhar um papel bas-

tante importante na mudança de determinada língua. A ocupação de um território por parte de outro país que possua uma língua distinta daquele que é ocupado pode provocar mudança na língua do país ocupado (c) **Geográficos:** a geografia desempenha, por vezes, papéis decisivos na mudança de uma língua, na medida em que pode limitar ou facilitar as mudanças (d) **Contacto de línguas:** o contacto de línguas numa mesma comunidade pode originar mudança. Os falantes podem mesmo apropriar-se de determinados termos ou estruturas de uma outra língua. É o caso de Angola onde o português já é uma apropriação dos autóctones.

Em virtude da complexidade do estudo, recorremos à descrição linguística com base na observação direta assim como na pesquisa exploratória usando a modalidade qualitativa para análise dos fenômenos fonéticos. Quanto a estrutura, o capítulo inicia com a introdução que desenha a fundamentação teórica e linha geral de metodologia. O foco da discussão traz a conceitualização, noção da fonética contrastiva e análise dos dados fechando com as considerações finais.

1 CONCEITUALIZAÇÃO DE ITINERÁRIA SOCIOLINGUÍSTICA

Esta secção está reservada para a explicação de termos e expressões ligados à abordagem que nos propusemos, isto é, para situar os nossos leitores sobre os conceitos de base e de grande impacto no contacto das línguas não só em Angola, mas também em qualquer lugar onde as pessoas praticam e falam diferentes línguas. Vamos tratar de conceito de problemática, contacto de línguas, língua, comunidade linguística, língua e etnicidade, falante nativo, famílias de línguas e variação linguística.

Segundo o Dicionário Básico da Língua Portuguesa (2015, p. 357), problemática significa algo relativo a um problema, a um assunto complicado e difícil de compreender. Nesta perspectiva, entende-se que é uma indagação (em metodologia de investigação) cuja resposta requer grandes esforços. O contacto de línguas portuguesa e bantu apresenta um quadro linguístico preocupante quanto ao seu

uso quotidiano. Através de um olhar atento, é preciso uma atenção específica para se apurar os processos subjacentes desta convivência. Sem dúvida, é uma preocupação de todos os falantes, com realce, a nível dos observadores das ciências da linguagem.

O contacto de línguas é o encontro de línguas no mesmo espaço, ou seja, acontece quando se verifica uma situação de coexistência de duas ou mais línguas numa mesma comunidade linguística. Deste facto, podem resultar efeitos de variação linguística que, em casos extremos, podem levar ao surgimento de novas línguas ou ao desaparecimento de uma língua materna por imposição de uma língua dominante (Azeredo, Pinto e Lopes, 2015).

Desse contacto devemos lembrar que no caso de Angola, as línguas nacionais são mais antigas (juntamente com as da família khoisan) que o português. Angola é habitado maioritariamente pelos povos Bantu cujas línguas são cristalizadas e línguas maternas de todos os habitantes deste actual país antes da colonização. O português surge, já no país Angola, com a penetração dos colonos portugueses, no século XV. Desta forma, o português se instala e se impõe como sinal de uso obrigatório no espaço cultural. Desde logo, as línguas bantu e khoisa nacionais e o português partilham o mesmo espaço, o que torna incontornável o contacto.

A este nível, recordamos que várias línguas Bantu são de carácter transfronteiriço, isto pelo facto de ser faladas em Angola e nos países vizinhos. A razão desta dispersão foi originada pela Conferência de Berlim (1884/1885) que dividiu a África não no ensejo etnográfico, mas sim segundo os interesses coloniais. Essa partilha continuou desde 1885 a 1914. Esse facto engendra nos atuais países algum desconforto das populações e são geralmente sujeitas de muitas injustiças e preconceitos linguísticos cuja finalidade, hoje, é a discrimianação social. Destas línguas transnacionais de Angola mencionamos: (a) ***Cokwe***, em Angola é falada em toda região leste (do nordeste a sudeste), na República Democrática Congo, nas províncias de Lualaba, Bandudu e Kasai; na Zâmbia, nas províncias de Cingola, Kitwe, Mwinilunga, na Namíbia (zonas de Ruundu), (cf. Sassuco, 2016, p. 201-202); (b) ***Kikongo***, em Angola é falada nas províncias do norte de Angola (Cabinda, Uije e Zaire), também nas Repúblicas

de Congo-Brazzaville, Congo-Kinshasa até ao Gabão; (c) ***Ngangela*** fala-se nas províncias angolans de Cuando Cubango, Bié, Huíla, na República da Namíbia e Zâmbia, nas zonas da extensão do reino do Mwene Vunonge, isto é, no extremo sudeste de Angola, nordeste da Namíbia e noroeste da Zâmbia; (d) ***Oshikwanyama*** está concentrada na província angolana do Cunene, e estende-se a quase toda a região norte da República da Namíbia; (e) ***Oshihelelo***, língua dos vahelelo, em Angola encontram-se na província do Namibe (Moçamedes) e ultrapassam a fronteira até a vizinha República da Namíbia no seu extremo noroeste.

Fixamos que estes espaços que compreendem as línguas Bantu transnacionais de Angola acompanham as suas antigas divisões político-administrativas tradicionais antes da conferência do Berlim. Eram Império LUNDA, Reino KONGO, reino VANAGELA, reino VAKWANYAMA e reino VAHELELO respetivamente. Para Saussure, citado por Gallisson & Coste (1983, p. 442), a língua é todo o sistema específico de signos articulados que servem para transmitir mensagens humanas. A língua é dessa feita de natureza social; é partilhada por uma comunidade que admite as suas convenções, mas que, pouco a pouco, as modifica; daí o seu caráter é evolutivo.

Azeredo, Pinto e Lopes (2015, p. 12) admitem que a língua é o conjunto das palavras e das regras gramaticais que regem a sua combinação, constituindo uma espécie de herança ou bem coletivo resultante de múltiplos fatores, incluindo políticos, e que vai sendo transmitida de geração em geração. A língua impõe-se ao próprio indivíduo que deverá respeitar as suas leis se quiser se comunicar. Consideramos a língua como um instrumento de comunicação de um povo através do qual manifesta sua cultura e se faz distinguir dos outros povos. Isto remete-nos a ver as dimensões social, cultural, etnolinguística de uma língua desprovida da integração política.

Uma comunidade linguística é um conjunto de falantes que utilizam a mesma língua para se comunicar (Azeredo, Pinto e Lopes, 2015). Também se pode utilizar a expressão "comunidade da fala" que é o conjunto de falantes que compartilham o mesmo repertório verbal e as mesmas normas de comportamento linguístico, incluindo tanto as gerais de uso linguístico, as estudadas na etnografia da fala,

como as normas mais pormenorizadas para as atividades como as mudanças do estilo estudadas na linguística secular (Trudgill, Peter, Campoy, 2007). O fenómeno de contacto em Angola é indissociável à realidade inerente às culturas manifestadas através das línguas locais. Assim, o português também tomou as cores locais em qualquer região de Angola tendo em conta os hábitos e costumes do grupo etnolinguístico da região.

A língua e a etnicidade estão intimamente relacionados, quer dizer, há uma relação entre o uso da língua e o *background* étnico, particularmente numa comunidade mista. Nas sociedades urbanas modernas, é hoje habitual encontrar falantes de backgrounds étnicos variados, que vivem juntos e interagem de várias maneiras. Há interesse em ver como e em que circunstâncias esses falantes passam de uma língua para a outra; o chamado fenômeno de mudança de código. Assim como há interesse em descobrir que influências têm as línguas, umas sobre as outras (Trask; Ilari, 2004).

Na sociedade angolana, esse fato é patente porque as diferentes populações angolanas vivem e convivem no mesmo espeço geográfico, mas tendo origens culturais e linguísticas diferentes. Ao correr do tempo, em caso de convívio mútuo a troca de línguas é possível. Do mesmo modo, no falar de uma língua de comunicação massiva, as inerências culturais de cada sobressaem nos seus discursos pelo que se nota os chamados *backgrounds* étnicos. Entendemos por falante nativo o utilizador de uma língua e por isso faz parte de uma comunidade linguística (Azeredo, Pinto e Lopes, 2015, p. 12). Segundo Trudgill (2007, p. 166), é um falante que tem como língua materna a sua língua primeira, adquirida desde a infância não pela instrução escolar, senão de maneira natural mediante a interação com a família e os membros da mesma comunidade linguística.

Em Angola assistimos a esse fato em todas as regiões etnicamente falando. Muitos angolanos, nomeadamente do interior, têm como língua materna uma da sua etnia, da sua região. Para comunicar com o resto dos angolanos mesmo da sua região, tem a obrigação de se expressar em português, língua imposta e em que não tem um desempenho linguístico desejado para exprimir as suas ideias. Isso é que faz com que falemos o português de nosso modelo, integrando-o na cultura do povo e da língua de quem fale.

2 FAMÍLIA DE LÍNGUAS NO TERRITÓRIO ANGOLANO

Sabemos que cada língua tem, segundo alguns linguistas, genealogia, isto é, descende de uma determinada família de línguas e tem fortes ligações de proximidade com outras. Para o efeito, Azeredo, Pinto e Lopes (2015, p.38) sustenta que famílias de línguas são grupos de línguas que resultam de um antepassado comum e por isso revelam parecenças. Essa língua comum se chama língua mãe.

(a) **Família Níger-kordofaniana:** O grupo linguístico benue-congolês constitui um vasto ramo pertencente à subfamília linguística das línguas Níger-conguesas tanto em termos de número de línguas, das quais 938 são conhecidas, sem contar os dialectos quanto em termos de falantes, chegando talvez a 550 milhões. Estando em África subsahariana, a predominância nessa família é da ramificação Bantu derivada de Benue-congo e considerada a maioritária em África. Guthrie (1971) apresenta todas as línguas desse grupo em zonas linguísticas levando cada zona uma letra e algum algarismo para simbolizar as línguas essenciais. Em Angola, de Cabinda ao Cunene e do mar ao Leste, temos três (3) zonas cuja **H** (para o kimbundu e kikongo), **K** (para o Cokwe, Ngangela, Mbunda, Luvale) e **R** (para Umbundu, Nyaneka, Oshikwanyama, Oshihelelo).

(b) **Família khoisan:** Esta família de línguas está presente em Angola. Encontramo-la no sul do país especificamente nas províncias de Cuando Cubango, Cunene, Huíla e Benguela. Fernandes e Ntondo (2000) chamaram-na de comunidade não-bantu de Angola.

Cabrera (1996, p. 34) confirma que a família khoisan inclui as línguas hotentote, khoi ou noma (nome do dialeto principal) falado em África sudocidental e o bosquimano, o San falado principalamente em Angola e Namíbia (!Kung, em Namíbia). Em Angola, alguns dialetos de San são conhecidos por kankala, vatwa, kwisi. Contudo, a língua !kung ou !xu é a mais falada do grupo Khoisan em Angola. No entanto, ignoramos a estimativa populacional dos khoisan que a falam no espaço angolano. Contudo, de modo geral, há aproximadamente dez mil bosquimanos entre Angola, Botswana e Namíbia (Cabrera, 1996).

(c) **Familia indo-europeia:** em Angola, apesar de termos a presença de várias línguas indo europeias como o inglês, o francês, o italiano, o espanhol, o alemão [...], o português é a língua mais representativa por razões políticas. -

No entanto, o português tem sido em vários casos, língua materna, veicular de muitos angolanos para além de língua oficial como função inicial consagrada pela (Constituição da República de Angola, 2010). Esse fato, remete para a história de 1482 que lembra a chegada à foz do rio congo, na região do Mwini Kongo pelo navegador Diego Cão e sua comitiva. Essa data marca o processo da colinização que coloca em contacto duas comunidades de origem diferentes: de um lado, uma comunidade portuguesa (colonizadora) e de outro, uma comunidade linguisticamente heterogênea tendo como meio de expressão línguas bantu e não bantu. Desde então, se instalou a política linguística colonial de represália, menosprezo, violência e de imposição. Esta política consistia em excluir a prática de toda e qualquer língua nacional.

Verificou-se que todo o decreto nº 77/1921, sobre as línguas dos indígenas publicado nos buletins oficiais de Angola, traz verbos como obrigar, vedar, permitir, proibir, interdir, etc para manifestar esta violência simbólica da proibição, como a falta de reconhecimento da alteridade para os povos autóctones. Essas eram as formas de intimidar os angolanos a nunca veredar pelas suas línguas de identidade cultural. Portanto, o bom cidadão naquele tempo era quem falasse o português e aceitar a cultura portuguesa (assimilado).

Como podemos entender, a política linguística colonial era completamente da negação e não-desenvovimento das línguas locais. Intencionalmente eram línguas a aniquilar defintivamente como se lia nos textos administrativos do Norton de Matos em 1921, a estes termos:

As línguas indígenas de Angola, o Quimbundo e o Umbundo e tantas outras, apenas me interessavam como elemento de estudo da linguística […]. Sob ponto de vista que então me dominava e me domina hoje, que era a formação da unidade nacional, e da Nação una, julgava essencial que essas línguas se obliterassem e desaparecessem de todo (Kukanda, 1988, apud, Dombele, 2014, p. 47).

Claramente, a política linguística colonial foi dee tal maneira cruel com as línguas Bantu de Angola. Depois de Angola alcançar a independência, as expectativas foram enormes sobretudo com as políticas culturais iniciadas pelo saudoso Presidente António Agostinho Neto em 1977. Dentre elas, a criação do Instituto Nacional de Línguas (INL), criação da União dos Escritores Angolanos (UEA), etc. Porém, a designação da língua portuguesa como a única língua oficial retrocedeu de que maneira o progresso das línguas locais. Também, o fator guerra civil em Angola com duração de aproximadamente trinta anos contribuiu negativamente pelo tribalismo, regionalismo e negação das línguas nacionais. Sem insinuar o pensamento, assistiu-se a uma guerra fria entre os cidadãos segundo a qual, quem falava o português pertenceria ao governo e quem falava uma língua nacional (Umbundu, Kimbundu, Kikongo, Cokwe e outras) pertenceria ao grupo rebelde. Dalí para adiante, as famílias recusavam de falar e ensinar a sua progenitura as línguas de sua origem e de identidade cultural.

Muito recentemente, entrou-se em desespero no que diz respeito a resgate dos valores e línguas locais pelo fato de que a CRA, apesar das variadas revisões, não determina nenhuma alínea coerente sobre a utilização das línguas nacionais. Ao contrário, lê-se nela equívocos até da designação destas línguas. Tratadas, ora por línguas angolanas de origem bantu, ora, línguas bantu de origem africana, ora línguas angolanas locais, etc. Recusando até a expressão habitual e mais reconhecida de 'Línguas Nacionais' e sem mudar o nome do Instituto voltado ao controlo destas línguas no país afetado ao Ministério da Cultura até à data presente. Portanto, a sociedade angolana está mergulhada, nesta matéria, numa tremenda utopia mesmo após quarenta e cinco anos de independência e dezanove anos da paz efetiva.

3 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E A MANIFESTAÇÃO DA LÍNGUA EM USO

Tratando-se da língua como um organismo vivo que é, está sujeita a múltiplas variações quer ao longo dos tempos, quer nos diferentes espaços geográficos que cobre, quer de acordo com as

diferentes situações em que é utilizada, ou com nível social e cultural dos falantes que a usam. Portanto, a variação linguística é "esta propriedade que as línguas têm de se diferenciarem em função da geografia, da sociedade e do tempo, dando origem a variedades linguísticas" (Azeredo, Pinto e Lopes, 2015, p.18). Aproveitando das constatações de Azeredo, Pinto e Lopes (2015, p.26), que consistem na afirmação abaixo:

> Quanto às variedades africanas, o português falado nos países africanos de expressão portuguesa; só as variedades do português de Angola, da região de Luanda, e do português falado em Moçambique é que têm sido mais analisadas, apresentando diferenças em relação ao português europeu quer a nível fonético, quer morfossintáctico, quer lexical (por influência da língua Kimbundu no caso da zona de Luanda ou de outras línguas bantu).

Declarada variedade africana por razões desse contacto com as línguas Bantu de Angola. Logo, a coabitação dessas línguas afeta alguns níveis da descrição, sobretudo da fala do português em todo o território nacional apesar de ter havido destacado a região de Luanda com o Kimbundu. As mudanças fonética, morfossintática e lexical são efetivamente notáveis nessa particular fala do português de Angola. Nesta reflexão, interessa-nos o nível de contacto fonético-fonológico. Muito antes apresentamos a realidade da geografia linguística, quanto a esse elemento nas regiões de Angola. Isto é, a seção vai tratar os aspetos fonético-fonológicos por regiões de contacto considerando os focos linguísticos angolanos no seu território, mormente as zonas norte, leste e sudeste, centro e sudoeste e centro nordeste de Angola.

4 REGIÕES SOCIOLINGUÍSTICAS DE ANGOLA EM CONTACTO COM O PORTUGUÊS

A cada região de Angola, em função da língua nacional falada, notam-se algumas características peculiares. Enumeremos algumas por zona de influência.

a) Zona norte de Angola

Trata-se da zona de influência da língua Kikongo (considerando todas as suas variantes), os falantes do Kikongo têm tendência de realizar alguns sons do Português como se fossem do Kikongo. Recordamos que a língua kikongo que representa esta zona é uma língua bantu. Suas características gerais, no nível fonético-fonológico, são baseadas no sistema vocálico de cinco (5) vogais todas orais podendo ser breves e longas. Também o sistema consonântico revela-se mais complexo contendo consoantes simples e compostas (digráficas) que podem complicar alguns contextos fonológicos se o compararmos ao sistema da língua portuguesa. Voltaremos mais abaixo à apresentação das vogais e consoantes de todas as línguas contrastando a representação do português europeu (PE) e do porttuguês de angolano (PA).

Quadro 1: Palavras contendo /ʒ/

Palavras	PE	PA
página	[ˈpɐʒina]	[ˈpa**z**ina]
moagem	[mwˈɐʒĕ]	[muwa**z**i]
passagem	[pɐˈsaʒĕ]	[pasa**z**i]
abranger	[ɐbrãʒir]	[abrã**z**ir]

Fonte: Adaptação do autor

A consoante [ʒ] é não existente em Kikongo, por conseguinte os falantes equivalem-na à consoante [z] mais próxima em termos das características. A passagem da fricativa palatal [ʒ] para a fricativa dental [z] chama-se a dentalização. Isso é verificado quando geralmente a consoante [ʒ] é seguida das vogais [i] e [e]. Nesse preciso caso, é de notar que o verdadeiro Kikongo não possui o som [ʒ]. Facto que faz com que o falante opte por um som vizinho com as características similares, caso de /z/ existente na língua. Penso também que é situação de fossilização pelo fato de que mesmo as pessoas com escolarização elevada e de alta estima ter realizado dessa maneira o som em questão. Por isso pensamos ser o fato da fossilização.

A fossilização geralmente denota a recorrência, durante o desempenho da L2, de uma forma que não é somente desviada da forma correta da língua em estudo, mas também "inalterável/imutável", não importando o grau de exposição ao qual o aprendiz se encontra, mesmo sendo ele falante fluente da L2. Esse fenômeno é distinto da "estabilização", que é um estágio no sistema de interlíngua do aprendiz que precede a fossilização e é caracterizada por todos os fatores desta última, exceto por seu caráter imutável (Percegona, 2005, p. 8). Outro caso notável dos falantes de Kikongo é o seguinte:

Quadro 2: Palavras iniciando com /t/ e /z/

Palavras	PE	PA
telhado	[ˈtɛʎɐdu]	[ⁿteʎadu]
talho	[ˈtɐʎu]	[ⁿtaʎu]
zangado	[zãgɐdu]	[ⁿzãgadu]

Fonte: Adaptação do autor

Esse facto se explica pela existência em Kikongo das pré-nasais tal como [**ⁿt, ⁿz**]. Por essa razão, se as consoantes dentais [**t, d, z, s**] se encontrarem em posição inicial nas palavras do português, essas consoantes são vulneráveis a serem pré-nasalizadas para corresponder às características da língua da região.

No que concerne ao Kimbundu nessa mesma zona, os seus falantes encontram dificuldades de realizar com eficiência as consoantes bilabiais [**b, p**] e a velar surda [**k**] em posição inicial ou quando no interior da palavra são seguidas das vogais /i, e, u/. Por conseguinte, realizam-nas aspiradas [b^h, p^h e k^h].

Quadro 3: Palavras com /b, p/ inicial

Palavras	PE	PA
bebedor	[ˈ**b**ədɔr]	[**b**^{h}e**b**^{h}or]
bolacha	[ˈ**b**ulɐʃa]	[**b**^{h}ulaʃa]
pato	[ˈ**p**ɐtu]	[**p**^{h}a**t**^{h}u]

Fonte: Adaptação do autor

Como se vê no quadro acima, em português, as palavras iniciadas com as consoantes bilabiais quer sonora ou surda são produzidas pelos falantes confessos de kimbunu com aspiração. Portanto, posição favorável que a fonética do Kimbundu disponibiliza perante essas unidades fónicas. As bilabiais podem ser realizadas orais, em Kimbundu, caso estejam em posição interna de uma palavra. Se estiver em posição inicial, são sempre vulneráveis a este fenômeno.

b) Zona Leste até ao Sudeste

Essa zona é predominante pelas línguas da zona linguística K, nomeadamente o Cokwe, Ngangela, Luvale, Lwimbi, Lucaji, etc. Em conjunto, os falantes dessas línguas bantu apresentam alguns tópicos fonéticos que é preciso esclarecer. Vamos a alguns exemplos:

Quadro 4: Palavras com /b, p, g, t/ em várias posições

Palavras	PE	PA
bandeira	[‘**b**ãdɛjrɐ]	[^{m}**b**a^{n}**d**era]
bolacha	[‘**b**ulɐʃa]	[^{m}**b**ulaʃa]
pato	[‘**p**ɐtu]	[p^{h}atu]
peso	[‘pɛzu]	[**ph**ezu]
sofrimento	[sɔf’rimĕtu]	[sofrime^{n}**d**u]
gasosa	[‘gɐzɔzɐ]	[^{n}**g**azoza]

Fonte: Adaptação do autor

Constata-se que nessa zona, pois as suas línguas possuem as consoantes pré-nasais, as consoantes sonoras do português [**b, d e g**] são imediatamente transformadas em pré-nasais [^{m}**b,** ^{n}**d,** ^{n}**g**] equivalentes à língua local, isso é, em todas as posições. De modo igual, as surdas [t, p e k] em posição inicial soam aspiradas [**p^{h}, t^{h}, k^{h}**]. De salientar que as consoantes oclusivas bilabiais, apicodentais, velares orais não existem nas línguas acima referenciadas desta zona. Por isso, considerando o automatismo linguístico dos falantes nativos, o processo de transformação e de adequação à sua língua nativa é somente fácil e espontâneo.

c)A zona sul (centro e sudoeste)

Área povoada pelas línguas da zona R das quais Umbundu, Olunyaneka, Oshikwanyama, Oshihelelo. À semelhança da zona K já falada, os falantes das línguas da zona em análise trazem algumas características peculiares ao falar o português. Lembremos alguns casos:

Quadro 5: Palavras contendo /t, p, l, v/

Palavras	LPE	LPOA
entender	[ĩ'tẽdɛr]	[ĩⁿdɛⁿdɛr]
lâmpada	['lãpɐda]	[lãbada]
livraria	['livrɐrjɐ]	[ɬi'ßraʎja]
liberdade	[li'bɛrdɐdɨ]	[ɬibɛrdadĩ]
ouvido	['ɔwvidu]	[owßidu]
alvicelesŝte	[ɐɬv'isɛlɛʃtɨ]	[ałßiselɛʃti]

Fonte: Adaptação do autor

Observa-se que nessa zona, atendendo às línguas locais e nativas dominadas pelas populações, ao falar o português percebe-se em geral que a dental [t] antecipada da vogal nasal, rapidamente é sonorizada e pré-nasalizada como se lê em [ĩⁿdɛⁿdɛr]. A lateral [l] é automaticamente palatalizada quando está diante da vogal [i] e soa [ɬ] em vez de [l]. De salientar que a consoante fricativa labiodental [v] é realizada com muita frequência como fricativa bilabial [ß] como referenciado nos exemplos acima. A pré-nasalização é também patente nessa zona em todos os casos que haja consoantes concernentes.

Em umbundu como nas línguas da mesma zona encontra-se a desnasalização, pré-nasalização, sonorização, desvozeamento e outros fenômenos. Ademais, se associa a entoação nasalada como característica natural dos nativos Ovimbundu sendo sinal de conservação da identidade linguística. A desnasalização é patente em todas as línguas das regiões em contacto com o português. Sublinha-se que as vogais nasais não são propriedade das línguas bantu apesar de algumas delas possuir uma prosódia nasalada sobre as vogais, porém, o contexto fonológico não é atestado.

Há ultimamente um fenómeno comum em todas as regiões de Angola que consiste na troca da lateral fricativa [ɬ] em posição mediana pela vibrante [r] das palavras de PE para PA. Todavia, esse fenómeno não tem origem nas línguas Bantu, pois, nas LB a consoante [r] é incaracterística, ou seja, não existente. Frequentemente escutamos várias palavras serem pronunciadas assim: Ex.: -fa**l**ta -----> *fa**r**ta*, vo**l**ta -----> *vo**r**ta*, ma**l**tratar -----> *ma**r**tratar*, cu**l**tura -----> *cu**r**tura*, etc.

Contudo, essa situação é do mediatismo linguístico ocorrido nas questões de erros individuais e que está a se generalizar. Importa salientar que é observado não só em pessoas não escolarizadas mas também em as escolarizadas já a nível superior de estudos.

d) A zona centro nordeste

Esta é a zona da língua Kimbundu cobrindo as províncias de Luanda, Bengo, Kwanza Norte, Malanje e o norte do Kwanza Sul. Nessa expansão, os falantes também têm o falar diferente como o das outras regiões. Em contacto com a língua portuguesa, o aporte dele é mais notável por ser o mais mediático e analisado várias vezes, como sublinhou Azeredo já acima referenciado (cf. Azeredo, Pinto e Lopes, 2015, p. 8) do nosso estudo. Entendemos que poucas são as características relevadas nessa população, isso se deve pelo fato de que os Ambundu serem os mais assimilados, isto é, familiarizados e penetrados no português, daí grande aculturação resultante em perda da originalidade linguística, sobretudo para os Ambundu da cidade de Luanda.

5 NOÇÃO DA FONÉTICA CONTRASTIVA

A Fonética é a ciência da face material dos sons da linguagem humana (Troubetzkoy *apud* Gallison, 1983, p. 321). A fonética estuda os elementos fónicos da cadeia falada, independentemente da sua função linguística, isto é, da sua utilização na comunicação. Podemos esclarecer essa definição nos seguintes termos: que é uma disciplina da linguística cuja preocupação se resume na capacidade que os falantes de dada língua têm de pronunciar cada unidade mínima e insignificativa enquanto constituinte da palavra, isso é, a unida-

de material, física, capaz de ser analisada e como imposição para a realização concreta da palavra da língua. Nesta abordagem, o nosso foco é a fonética articulatória em que apresentamos em simultâneo os sons de LB e os de LP.

5.1. Os sons vocálicos

Classificação das vogais em Línguas Bantu de Angola

Quadro 6: As vogais em LBA

Graus	Anterior	Central	Posterior
1º	[i]		[u]
2º	[e]		[o]
3º		[a]	

Fonte: ILN (2013)

Classificação das vogais da Língua Portuguesa

Quadro 7: As vogais do PE

Graus	Anteriores		Centrais		Posteriores	
	Or.	Nas.	Or.	Nas.	Or.	Nas.
1º	[i]	**[ĩ]**	[ɨ]		[u]	**[ũ]**
2º	[e]	**[ẽ]**	[ɐ]	**[ã]**	[o]	**[õ]**
3º	[ɛ]				[ɔ]	
4º			[a]			

Fonte: Azeredo, Pinto e Lopes, (2015, p. 57)

Comentários contrastivos

a)As LBA têm geralmente:

- 5 Vogais no total,
- Todas são orais,

- Inexistência de vogais nasais[1],
- Existência apenas de 3 graus de abertura.

b)Na L P, a nível da fonética, existem:

- 14 Vogais no total,
- 9 Orais das quais baixas, médias e altas,
- 5 Nasais,
- Existência de 4 graus de abertura.

Em LBA e em LP há em comum as semivogais [j, w]

5.2. Os sons consonânticos

a) **Consoantes de LBA**

- [p, ph, mp, b, b^h, mb, f, ^{m}f, v, ^{m}v, t, t^h, ^{n}t, d, ^{n}d, s, ^{n}s, z, ^{n}z, m, l, ^{n}l, n, ʃ, ʒ, ^{n}ʒ, ɲ, ɬ, k, k^h, ^{n}k, ^{n}g, h].
- **Orais**: [p, b, f, v, t, d, s, z, l, ʃ, ʒ, ɬ, k, h]
- **Nasais**: [m, n, ɲ],
- **Pré-nasais**: [^{m}p, mb, mf, ^{m}v, ^{n}t, ^{n}d, ^{n}s, ^{n}z, ^{n}l, ^{n}ʒ, ^{n}k, ^{n}g,].
- **Aspirados**: [p^h, b^h, t^h, k^h].

b) **Consoantes da LP**

[p, b, m, f, v, t, d, s, z, l, r, n, ʃ, ʒ, ʎ, ɲ, k, g, ʁ].

- **Comentários**

Do acima exposto entre as duas línguas, as línguas Bantu possuem:

- 33 Sons consonânticos em geral, dos quais:
- 14 Consoantes orais,

[1] Existem vogais nasais nalgumas Línguas Bantu de Angola (Caso de Umbundu) mas, o seu contexto explicativo é mais prosódico que segmental a nível da fonologia. Isso é, não existem contextos fonológicos coerentes e certos mesmo a nível da ortografia que permitem a identificação e uso de uma vogal nasal queira em posição inicial, mediana e final das palavras. Portanto, essas vogais são identificadas apenas pela entoação ou seja pela prosódia da língua.

- 3 Consoantes nasais puras,
- 12 Consoantes pré-nasais,
- 4 Consoantes aspiradas,
- Ausência de traços vibrantes, mas presença de laterais,
- Existência de [h] pronunciado (aspirado) em todos os contextos.

Enquanto, o português apresenta:

- 19 Sons consonânticos no total, dos quais:
- 16 Consoantes orais,
- 3 Consoantes nasais puras,
- Nenhuma consoante pré-nasal,
- Nenhuma consoante aspirada,
- Existência de traços vibrantes e laterais,
- Não é pronunciado o [h][2].

Considerando o dito anteriormente sobre os sons consonânticos de LP e as LB no espaço angolano, a nível fonético, identificamos alguns processos de transformação que ocorrem na fala da LP em Angola, ou seja, no Português falado em Angola. Abaixo, vamos analisar alguns casos recolhidos aleatoriamente, oralmente, de alguns falantes do português em Angola.

5.3 Análise de dados

PE(1a)

- Dentista [**d**ẽˀtiʃtɐ]
- Banco [ʻ**b**ãku]

2 Existe sim como grafema, isto é a nível da ortografia. No entanto, é uma letra aparente que não se pronuncia, o dito som mudo. (Essa expressão remete-nos para uma confusão, pensamos que o mudo é uma pessoa que tem as cordas vocais, capaz de realizar determinado som, logo, o som é não pronunciado e não pode ser dito de som mudo). Talvez, digamos que a pessoa é que não queira pronunciá-lo.

• Contente [ˈkõtẽtɨ]

PA (1b)

• Ndendista [ⁿ**d**eⁿdi ʃta]

• Mbango [ᵐ**b**aⁿgu]

• Condende [koⁿdeⁿde]

As consoantes [d, b, t] em posição inicial bem como mediana seguida de uma vogal nasal são transformadas imediatamente em pré-natais existentes nas LB. O fenômeno é chamado a **Pré-nasalização** (pronunciar sons orais com uma nasalação dorsal). Encontramos essa característica na zona leste e sul de Angola junto dos falantes do português cuja língua materna é daquela região.

PE(2a)

• Sangue [sãgɨ]

• Paragem [pʼɐraʒẽ]

• Moagem [mʼwaʒẽ]

• Frango [ˈfrãgu]

PA (2b)

• Sangui [s**a**ⁿgi]

• Parage [paraʒ**i**]

• Moage [muwaʒ**i**]

• Frango [fraⁿgu]

As vogais nasais do LPE [ã, ẽ] são transformadas em [a, i] orais em qualquer posição que se encontrarem. Esse processo é chamado a "**desnasalização**". Entendamos que essa característica se deve à influência das línguas bantu angoalanas cujas vogais nasais não existem quando se considera os critérios estritamente fonéticos. Os falantes de diferentes línguas maternas Bantu apresentam essa realização no falar do português cotidiano. Abaixo mais uma constatação:

PE(3a)

• Pen**t**e [ˈpẽ**t**ɨ]

• Ban**c**o [ˈbã**k**u]

• Olím**p**ico [ɔ'lĩ**p**iku]

• Den**t**ista [dẽ'**t**iʃtɐ]

PA (3b)

• Pende [p^{h}e^{n}**d**e]

• Bango [^{m}ba^{n}**g**u]

• Olímbico [oli^{m}**b**iku]

• Dendista [^{n}de^{n}**d**iʃta]

As orais [t, p, k] antecipadas por uma vogal nasal na LPE são transformadas em [^{n}d, ^{n}g, ^{m}b] sonoras nalguns casos pré-nasalizados em LPA. Isso porque as sequências das vogais nasais anteriores a esses contextos não existem em LBA. A operação fonética é chamada "**sonorização**".

Essa transformação é devida ao fato que as consoantes concernentes são submissas às regras fonológicas de cada língua. Isso é, considerando alguns contextos fonológicos, as consoantes em questão mudam facilmente as características deixando de ser orais e recebendo traços aspirados, pré-nasais, etc.

PE(4a)

• Sofrimento [**s**ɔfr'imētu]

• Maria ['marja]

PA (4b)

• Sofrimendo [ʃofrime^{n}du] às vezes [sofrime^{n}tu]

• Maliya [maʎija]

Em vários casos, as consoantes [**s, r**] são tornadas [ʃ, ʎ] trocando assim o traço dental e lateral respectivamente para o traço palatal. Estamos em presença do processo de "**palatalização**".

PE (5a)

• A equipa **sagrou**-se campeã. [ɐjkipɐ sa**g**rɔwsi kãpjã]

PA (5b)

• A equipa se **sacro** campia. [aikipa sesa**k**ro ka^{m}pija]

Em vários contextos, nas frases declarativas, os sons sonoros são tornados surdos. Aqui, o [**g**] é transformado em [**k**] como som surdo. Isso é, o **ensurdecimento**. Essa troca de cordas vocais é regrada pelo contexto fonológico e nalgum caso pela ânsia de querer bem pronunciar sem tomar conta da realidade linguística.

PE (6a)

• Pai [ˈ**p**ɐj]

• Perdão [ˈ**p**ɛrdãw]

• Ímpios [ĩ**p**jwʃ]

• Tempo de graça [ˈ**t**ẽpu diˈgrɐsa]

• Quando [ˈ**k**wãdu]

PA(6b)

•Pai [**p**^{h}aj]

• Perdau [**p**^{h}erdaw]

• Ímpios [i**p**^{h}jwʃ]

• Tempo de graça [**t**^{h}e^{m}bu]

• Quando [**k**^{h}wa^{n}du]

Os sons orais [p, t, k] em LPE são susceptivelmente vulneráveis e constantemente a ser realizados como aspirados [p^{h}, t^{h}, k^{h}] sobretudo quando estão em posição inicial. O fenômeno é "**aspiralização**". A presença de vogais ou consoantes nasais do português, quanto à grafia, coloca essa possibilidade aos locutores nativos de LB em pronunciar sons como se forem das respectivas línguas primeiras. Falar constante nas pregações de evangelho nas igrejas de Luanda.

5.4 Outros domínios

Queremos focalizar a nossa atenção sobre a integração dos termos ou vocábulos no português angolano cuja proveniência é de Línguas Bantu. Aqui um realce sobre o Kimbundu por ser a língua da

região em que nos encontramos. Alguns desses vocábulos ilustram a hibridação, integração lexical como frutos do inalienável contacto entre as LB e LP em Angola. Alguns vocábulos ilustrativos:

LB(7a)

- Kilapi
- Kandonga
- Kimbanda

PA(7b)

- /kilap+eiro /---> **ki**lap**eiro**
- /Kandong + eiro/ ---> **ka**ndongu**eiro**
- /Kimband+eira/ ----> **ki**mband**eira**

A Hibridação é o processo linguístico que consiste na formação de palavras por composição cujos elementos constituintes provêm de línguas diferentes. (Maria, 2010, p.201).

LB (8a)

- Jindungu
- Jingongo
- Makunde
- Kamba

PA (8b)

- Gindungo [ˈʒĩdũgu]
- Gingongo [ˈʒĩgõgu]
- Macunde [ˈmɐkũdɨ]
- Camba [ˈkãbɐ], etc.

Notamos que esses termos ao passar pelo PA são transfigurados adotando a ortografia da mesma. Isso, até a dado momento, não transparece a etimologia, ou seja, a origem do termo. Seria melhor representá-los com respeito à ortografia das LB de origem.

5.5 Integração lexical

Pela integração lexical entende-se a maneira de como as palavras de origem bantu transitam para o português falado em Angola ou para o português de outras paragens. Os exemplos abaixo podem servir como constatação.

LB(9a)

- Mbondo
- Mpasi
- Ndungidi
- Ngulungu
- Kahala
- Kimbele

PA (9b)

- Bondo [bõdu]
- Paxe [ˈpɐʃɨ]
- Dunguide [ˈdũgidɨ]
- Gulungo [gulũgu]
- Caala [ˈka:la]
- Quimbele [ˈkĩbelɨ]

O exemplo da integração dos antropônimos e topônimos em PA é um facto descontrolado e muito corrente. A integração nesse caso está condicionado pelo sistema ortográfico e suas regras de cada língua que pretenda integrar a palavra. No entanto, no caso de antropônimos e topônimos, é imperioso que se respeite as normas ortográficas de cada língua para que esses nomes não pequem quanto ao significado dos mesmos. Isto é, a ortografia do português a que estão submissos esses nomes torna-os descaracterizados.

É preciso uma chamada de atenção quanto à integração lexical. Acontece que a LP recebem palavras de LB cujos prefixos /ka-/ e /ki-/ respectivamente de classes 12 e 7 escritos em grafemas de português e integrados como sílabas e não são reconhecíveis como prefixos nominais ao tomar a forma de /ca-/ e /qui-/ respectivamente.

5.7 A monotongação

A monotongação é uma tendência fonética histórica de apagamento da semivogal nos ditongos crescentes ou decrescentes. Esse processo é forte no Português de Angola.

PE (10a)

- Bandeira [bãdɛjrɐ]
- Maneira [mɐnɛjrɐ]
- Louvor [lɔwvɔr]
- Saudou [sɐwdɔw]

PA(10b)

- Bandera [ba^{n}dɛra]
- Manera [manɛra]
- Lovore [l**o**vore]
- Saudo [sawudó]

Esse fenômeno já se instalou há bastante tempo no falar regular dos angolanos. Por esse facto, a nível da fonética observamos a eliminação dos ditongos /-ɛj-, -ɐj-, -ɔw, -ɐw-, etc/ evoluindo para os monotongos /-e-, -o-, -a-, etc/.

5.6 A propósito do grafema inicial /e/

Grafema é o termo geral que designa as letras, os sinais de pontuação (diacríticos) e demais símbolos de um sistema de escrita. O **grafema** é a unidade fundamental de todo e qualquer sistema de escrita sendo indivisível (base), e abstrato não material. Por ser a base dos sistemas de escrita, os **grafema**s permitem diferenciar palavras com sonorização e, ou, escrita muito próximas (homônimas perfeitas).

Em Angola, a nível fonético, muitos utentes da LP têm pronunciado inadequadamente o /e/ gráfico sem tomar cuidado a sua realização fonética ora [e] ora [ɛ] ora [ə] esse último aproximado a [ɨ]. Vejamos alguns exemplos:

PE(11a)

- Elídio [əlidjw]
- Eduardo [ədwɐrdu]
- Eleições [əlɛjsõʃ]
- Estamos [əʃtɐmuʃ]

PA(11b)

- Elídio [**e**lidjw]
- Eduardo [**e**dwardu]
- Eleições [**ele**sõʃ]
- Estamos [**e**ʃtamuʃ]

Como podemos observar, o grafema /e/ não acentuado em posição inicial deve pronunciar-se [ə]. Também não é exatamente [i] mas sim [ɨ], assim como está nos exemplos de (11a). Portanto, fica incorreta a sua pronúncia como [**e**] porque essa forma representa um /é/ acentuado em qualquer posição de palavras. Aos utentes de poder cuidar a escrita como a fala quanto a esse grafema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contacto das línguas desde sempre resulta nas mudanças de línguas, mas com predominância da língua dominante. Para o efeito, contribui nesse contacto os indivíduos bilíngues ou multilingues. No caso de Angola, o Português em contacto com as Línguas Bantu (LB) acaba por se edificar numa variedade linguística africana chamada Língua Portuguesa de Angola. Constatando as análises realizadas a nível fonético-fonológico consideramos ter provas razoavelmente para identificação de uma variante do português de Angola. Assim, é necessário a atenção quanto aos aspectos linguísticos em qualquer região de Angola em contacto com as Línguas Bantu de Angola (LBA). A nossa constatação traz algumas ideias para uma possível discussão que remeteria para a homologação dos critérios normativos da LPA

bem como as intermináveis discussões sobre o "Acordo Ortográfico" em relação aos Países Africanos de expressão portuguesa.

Sem sombra de dúvidas, as inúmeras ilustrações no plano fonético, lexical e da hibridação, a integração, o fenômeno da monotongação, finalmente a variação fónica e típica da pronúncia de /e/ são factos para os investigadores arregaçarem as mangas para a determinação das normas dessa variedade do português que se revela cada vez mais popular e avassalador das camadas populacionais não cultas na sua maioria, mas também a classe média, cujas regras do PE não são bem assentes no manto cerebral.

Certamente, impera uma atenção redobrada nas descrições do Português falado em Angola, no entanto, reconheçamos deste modo que essas múltiplas maneiras de pronunciar as palavras do português segundo a região sociocultural do falante é, para nós, uma marca de identificação da origem do falante e afirmação de um angolano de uma das regiões angolanas fortemente assinalada pelas línguas locais. Esperamos que esse aspecto não sirva para alguns como pretexto para preconceitos linguísticos, injustiça linguística e violência linguística que inferiorizem o falante da LPA por quanto é nativo de uma LB.

REFERÊNCIAS

ANGOLA. *Constituição da República de Angola*. Luanda, Assembleia da República, 2010.

AZEREDO, M. O.; PINTO, M.I. F. M.; LOPES, M. C.A. *Gramática Prática de Português: 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário*, Lisboa: Raiz Editora, 2015.

DOMBELE, E. *Políticas linguísticas em Angola: Uma reflexão sobre a identidade sociolinguística nacional*. 186 p. Tese em Linguística na área de sociolinguística, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de San Lorenzo, San Lorenzo, 2014.

FARIA, I.H. et al. *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, Colecção Universitária, Série Linguística, 1996.

GALLISON, R.; COSTE, D., *Dicionário de Didáctica das Línguas*. Coimbra: Almeida Editora, 1983.

MATEUS, H. M.; CARDEIRA, E. *Norma e Variação*. Luanda: Editorial Nzila, 2007.

MINGAS, A. *O Português em Angola*: Reflexões em VIII encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (vol. 1), Praia: Centro Cultural da Universidade de Macau, 1998.

MOREIRA, V.; PIMENTA, H. *Gramática de Português. 3º ciclo do Ensino Básico/Ensino Secundário*. Porto, Porto Editora, 2017.

PERCEGONA, M. S. *A fossilização no processo de aquisição de segunda língua*. 109 p. Dissertação em Letras-Estudos Linguísticos, Faculdade Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

ROTAETXE, K. *Sociolinguística*. Madrid: Síntesis, 1988.

SASSUCO, D. P. *Pistas essenciais para um português de Angola*. In: LEITE, I.B.V.; SEVERO, C. G. (Org.). *KADILA: culturas e Ambientes, Diálogos Brasil-Angola*. São Paulo: Blucher, 2016. p.199-228.

TRASK, R. L.; ILARI, R. *Dicionário de Linguagem e Linguística*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

TRUDGILL, P.; CAMPOY, J. M. H., *Dicionário de sociolinguística*. Madrid: Editorial Gredos, 2007.

VIDE, C. M. *et al*. *Elementos de linguística*. Barcelona: Octaedro Universidad, 1996.

WIKIPEDIA. *Demografia de Angola.* s.d. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/demografia_de_Angola>. Acesso em: 10 maio. 2021.

CAPÍTULO DOIS

MISCIGENAÇÃO FONOLÓGICA DA VARIANTE DO PORTUGUÊS FALADO EM ANGOLA

António Januário Baptista Pedro

INTRODUÇÃO

O domínio de uma língua implica a utilização, de forma proficiente, da fala e da escrita para que o ser humano se comunique com os demais. Logo, a sua aprendizagem corresponde a um processo de desenvolvimento lento, gradual e perfectível ao longo de toda a vida do indivíduo. A língua é um fator de unidade, meio pelo qual os seres humanos exteriorizam os seus afetos, medos, emoções, etc. Em Angola, a língua oficial é a portuguesa e é usada nos serviços administrativos e na diplomacia. Após a proclamação da independência nacional, em 11 de Novembro de 1975, o governo adotou o português como língua oficial para convergir os angolanos de Cabinda ao Cunene.

O presente capítulo afigura-se importante na medida em que poderá servir de objeto de consulta para compreensão do funcionamento da língua, no âmbito da linguística contrastiva, mas também se reveste de uma importância inquestionável por duas razões: primeiro, o país clama pela necessidade de se oficializar a variante do português falado em Angola, com maior urgência, nos subsistemas de ensino; segundo, porque no âmbito da ciência da linguística, as informações sobre a natureza e as propriedades fonéticas e fonológicas da Variante do Português falado em Angola, no geral, são escassas. Tal fato é relatado por Gonçalves (2013, p.163): "no conjunto dos estudos já disponíveis sobre o (...) PA, quase não figuram pesquisas sobre os aspectos fônicos que o distinguem do PE".

O capítulo está organizado em duas secções: (i) percurso histórico da língua portuguesa em Angola – fez-se incursão histórica da língua portuguesa em Angola, desde os primeiros contactos entre os

portugueses e os angolanos até aprovação da Constituição da República de Angola; (ii) Angola: um país lusófono ou bantúfono? – nesta secção, inicialmente, discute-se os conceitos de lusofonia e bantufonia recorrendo-se à pesquisa bibliográfica e a partir da observação assistemática, que permitiu o registro de pronúncias de algumas palavras contribuindo para análise da miscigenação fonológica da variante do português falado em Angola. E, por fim, contribuir para a explicitação e estabelecimento da norma-padrão do Português Angolano (PA).

1 PERCURSO HISTÓRICO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM ANGOLA

Nenhum povo é tão forte sem a cooperação com os outros. Inicialmente, Angola era formado por reinos, e esses mantinham alguma relação entre eles, embora cada reino usasse uma língua que lhe viria caracterizar. Assim, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), a situação de cada língua, tendo em conta as considerações prévias, é o resultado da confluência e da interação de uma multiplicidade de fatores: político-jurídicos; ideológicos e históricos; demográficos e territoriais; econômicos e sociais; culturais; linguísticos e sociolinguísticos.

O percurso histórico da língua portuguesa em Angola inicia com a chegada dos portugueses em 1482 (finais do século XV). Em Angola, o processo da colonização trouxe um mal que veio para o bem: o Português deixou de ser língua estrangeira, língua dos colonizadores, sendo declarado oficial (Art.19º da Constituição da República de Angola), isto é, a única língua utilizada pela população em todos os interesses da vida pública. Quivuna (2014, p.23) alerta que, "o enquadramento sociolinguístico do Português, na população angolana acarreta, a partir da época colonial até ao momento atual do país, dificuldades de ordem oral".

Para a expansão do português no solo angolano deveu-se a três fatores: (i) inserção da língua no sistema educacional, (ii) meio de evangelização e (iii) instrumento de comunicação da Administração pública. Quanto à inserção do português no sistema educacional, Zau (2002) apresenta um inventário de datas que revelam os caminhos

pelos quais o processo de inserção passou, tais como: 1605 – criação da primeira escola de ler e escrever, em Luanda, uma das primeiras de toda a África negra; 1845 – início do ensino oficial (decreto de 14 de Agosto). Surgimento de escolas de ler, escrever e contar em Luanda e Benguela; 1921 – proibição do ensino de línguas africanas em escolas públicas e missões religiosas: decreto nº 77 do governador provincial de Angola, Norton de Matos.

A definição de uma política educacional para as colônias portuguesas, através da qual pudesse ser desencadeada a difusão sistemática do português, só ocorreu efetivamente em 1930, tendo sido adotado o modelo assimilacionista francês, segundo o qual a língua colonial deveria ser a única língua de contacto no ensino e o instrumento que propicia a assimilação cultural. O português foi imposto aos angolanos desde os primeiros contactos com o Reino do Congo até a retirada dos portugueses – 1482 a 1975. E "é interessante notar que, ao mesmo tempo em que os portugueses queriam forçar os angolanos a absorver a sua cultura, eles os reprimiam, não lhes permitindo um conhecimento profundo da cultura portuguesa" (Mingas, 2000, p.33). A interação social entre angolanos e portugueses propiciou a permuta lexical/ linguística e que se deu, inicialmente, por via da interferência e mais tarde por via da transferência linguística. Assim, "o contacto de dois povos de línguas e culturas diferentes, cria condições para o aparecimento de interferências na comunicação, porquanto cada uma das línguas em causa apresenta características diferentes" (Chicuna, 2000).

Assim sendo, na visão de Sacanene (2016), a respeito dos tipos de transferências linguísticas é preciso referir que existe transferência positiva e negativa. Fala-se de transferência positiva quando o indivíduo transfere da sua língua materna ou de outra língua elementos iguais ou suficientemente similares na língua que se quer. A ideia de transferência negativa, por sua vez, refere-se aos casos em que o transferido pelo indivíduo da língua primeira para segunda, não coincide, ocasionando erros.

Segundo Sacanene (*idem*), entende-se por **interferência** o desvio das normas próprias de uma língua em virtude de contactos com outra língua. A interferência decorre do contacto de duas línguas e

pode ocorrer a nível da fonética, da morfologia, da sintaxe, da semântica ou do léxico. Para este capítulo, destacaremos apenas a interferência a nível da fonética. Os principais tipos de interferências são:

1. Interferência fonética – considera-se aqui quatro casos:

a) Intradiferenciação (ou desfonologização) – Ocorre quando, as duas línguas em contacto, uma deixa de fazer sentir oposição fonológica de que se utilizava, por influência da outra, que desconhece tal oposição.

b) A supradiferenciação (ou fonologização) dá-se quando uma língua passa a fazer uma distinção fonêmica, que não possuía, em virtude de contactos com outra língua, onde tal diferenciação é pertinente.

c) A reinterpretação (ou transfonologização) ocorre quando o falante bilíngue reconhece no sistema fônico de uma língua B traços distintivos que nessa língua são redundantes, mas que na língua A são pertinentes.

d) A substituição fónica consiste em realizar um fonema – que, dentro do sistema, é o mesmo nas línguas "A" e "B" –, segundo as normas da outra língua (o fonema "B" segundo a norma de A ou vice-versa).

O estudo da Variante do Português de Angola não é assim tão recente. Para Costa (2013, p.9), "sem sombra de dúvida, o que se fala hoje em Angola é uma variante do Português Europeu, resultante do contacto da Língua Portuguesa com as Línguas Nacionais maioritária [sic]. Tal contacto dá a esta variante uma característica especial, com sotaque próprio, diferente do português falado em Portugal e no Brasil. Por outro lado, o espaço geográfico pode ser o elemento distintivo entre o Português Angolano (PA) e Português Europeu (PE). "O contacto entre o Português e as Línguas Angolanas deu origem a outra forma de falar o português em Angola. Assim, os falantes de uma língua são capazes de identificar, pela forma de falar de alguém, a região geográfica que representa" (Ntondo, 2015, p.20). Daí Undolo (2016, p. 143) afirmar que, "para qualquer falante, independentemente do seu estatuto social, do seu nível de escolaridade ou outros fatores, as diferenças mais evidentes entre as variedades de uma língua são de ordem fonética".

2 Angola: um país lusófono ou bantúfono?

Toda e qualquer língua modifica-se e o espaço geográfico pode ser um dos fatores, ou seja, a língua sofre alteração nos níveis fonológico, morfológico, sintático e semântico. A maneira como os angolanos pronunciam as palavras não é igual à dos portugueses pelo fato de a língua sofrer alteração a nível fonológico. A palavra lusofonia refere-se aos lusos ou reporta-se aos falantes da língua portuguesa? Para Dias, Cordas e Mouta (2007, p.10),

> Um território lusófono é um espaço geográfico onde se fala português. Constituindo um ganho irrefutável para todos, a construção da lusofonia representa simultaneamente um forte traço de união e de respeito pela diversidade dos povos que, nos diferentes continentes, falam a nossa língua. Os países lusófonos do continente africano são genericamente designados por PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa).

O que se depreende da posição defendida pelas autoras é puramente a perspectiva política, descurando a possibilidade de existir outra forma de falar a língua portuguesa, embora reconheçam a existência da diversidade cultural entre os povos que constituem o grupo PALOP. De modo a reunir todos os países lusófonos, criou-se a CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa) – uma organização internacional – a 17 de Julho de 1996, embora Ponso (s/d, p.150) afirme que "em 1989, por exemplo, criou-se a CPLP e sete anos depois, houve a criação dos PALOP". Com sede em Lisboa, tem por finalidade reunir os países lusófonos em torno de três objetivos gerais que se encontram definidos nos seus estatutos: (a) concertação político-diplomática entre os estados-membros; (b) cooperação económica, social, cultural, jurídica e técnico-científica; (c) promoção e defesa da língua portuguesa.

Para Cristóvão (2005), lusofonia resulta da conjugação de duas palavras: uma que se reporta a Luso – sinônimo de lusitano/Lusitânia, ou seja, português/Portugal; e a fonia que provém do grego e refere-se à língua oral. Todavia, parece ser um espaço linguístico-cultural que se afirma ao nível político-institucional através da CPLP. Para Lopes (2007, p. 7),

> A Lusofonia, como conceito, reveste-se de uma dupla faceta: 1) por um lado, surge como uma noção geral intelectualmente elaborada pelas elites, vivencialmente percepcionada e intuída por segmentos significativos das populações e, em maior ou menor grau, explicitamente assumido pelos responsáveis políticos na multiplicidade dos vários graus das estruturas políticas dos vários Estados; e 2) por outro lado, é, inequivocamente, um conceito em processo histórico de construção, em plena projecção para o futuro.

Segundo Undolo (2014, p. 183), o sistema vocálico do português apresenta algumas características segundo os seguintes parâmetros referentes ao trato vocal supralaríngeo: (i) Estado do véu palatino – oral e nasal; (ii) Zona longitudinal de articulação – palatal, central e velar; (iii) Abertura vocálica – aberta, média e fechada. Por outro lado, Silva e Sakanene são de opinião que Angola devia ser enquadrada nos países da bantufonia. Os autores defendem que a bantufonia é "o processo pelo qual a língua portuguesa falada em Angola passa a ter uma especificidade por influência das línguas bantu, ou seja, quando a língua portuguesa adquiri, na forma falada, algumas semelhanças com as línguas bantu, principalmente no nível da pronúncia" (Silva e Sakanene, 2011, p.560).

A complexidade que o termo lusofonia acarreta, o termo bantufonia também apresenta. Ora, segundo a definição de Silva e Sakanene, não se compreende melhor como o sotaque angolano adquiri semelhança com as línguas bantu. Dito de outro modo, a definição por si só encerra complexidade. Por exemplo, a palavra **obrigado**, fruto das observações feitas, a maioria dos angolanos pronuncia / òbrigádu/. A partir deste exemplo, percebe-se o hibridismo que o falante usa para pronunciar a palavra "obrigado". Entretanto, o sotaque angolano é híbrido. Ou seja, no sotaque angolano há miscigenação fonológica. Vale lembrar que os sistemas vocálicos são diferentes e essa diferença faz e fará toda diferença na análise da pronúncia das palavras selecionadas. Ntondo (2015, p. 32-36) apresenta as seguintes características do sistema vocálico das línguas bantu:

> **1. O fonema /e/:**
> Posição inicial: /è/
> Posição interna: /é/
> Posição final: /é/

2. O fonema /a/
Posição interna: /a/
Posição final: /à/

3. O fonema /o/
Posição inicial: /ò/
Posição interna: /ó/
Posição final: /ò/

De modo a representar o sistema real fonológico do português falado em Angola, apresentaremos algumas palavras para a devida análise, olhando sobretudo para o sistema vocálico.

Quadro 1: Representação fonológica da variedade angolana

Palavras	Variedade Angolana	Palavras	Variedade Angolana
mala	/málà/	administração	/àdiminiʃtrásãu/
desgosto	/déʃgóʃtu/	obrigado	/òbrigádu/
morar	/mórár/	como	/kómu/
namorar	/nàmórár/	beleza	/bèléza/
jogar	/jógár/	presidente	/prézidẽti/
falar	/fálár/	atropelar	/àtrópélár/
casa	/kázà/	empobrecer	/ẽpóbrècér/

Fonte: Elaborado pelo autor

Com base nos exemplos acima, podemos perceber o seguinte: (i) A realização fonológica é híbrida, ou seja, usa-se os dois sistemas – lusófono e bantúfono; (ii) A vogal **O** somente é fechada na posição final na língua portuguesa e não nas línguas bantu; (iii) Há maior probabilidade em abrir as vogais fechadas; (iv) A vogal **A** na posição inicial, embora não pertencendo nem sendo sílaba tônica, é semiaberta; (v) as línguas bantu são tonais e não têm sílabas tônicas e átonas. Ora, o que se percebe nos exemplos acima, temos palavras com mais de uma sílaba tônica. Pelo fato de a variante do portu-

guês falado em Angola ser uma mistura por causa do contacto entre o português e as línguas angolanas de origem africana, então, seria mais simpático chamarmos de uma língua híbrida, ou seja miscigenada do ponto de vista fonológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do capítulo, discutiu-se, inicialmente, sobre o percurso histórico da língua portuguesa em Angola que teve início em finais do século XV – 1482. A língua portuguesa foi consagrada como língua oficial, segundo atesta a Constituição da República de Angola no seu artigo 19, embora Quivuna alerte que, o enquadramento sociolinguístico do português, na população angolana acarreta, a partir da época colonial até ao momento atual do país, dificuldades de ordem oral. A expansão do português no solo angolano deveu-se a três fatores: (i) inserção da língua no sistema educacional, (ii) meio de evangelização e (iii) instrumento de comunicação da administração pública. Entretanto, quanto ao ensino oficial da língua portuguesa, destaca-se a data de 1845.

Na segunda secção discutiu-se sobre os conceitos de lusofonia e bantufonia e, posteriormente, analisou-se a miscigenação fonológica da variante do português falado em Angola. Lusofonia é uma palavra resultante da conjugação de luso e fonia, podendo ser entendida como um espaço geográfico onde se fala português, porém, ainda é um conceito em processo histórico de construção. Por outro lado, Silva e Sakanene (2011) são de opinião que Angola devia ser enquadrada nos países da bantufonia por apresentar uma pronúncia influenciada pelas línguas bantu ou por ter algumas semelhanças fonológicas com as línguas bantu.

A língua como um sistema aberto vai sofrendo alteração ao longo dos tempos e a língua não é homogênea para todas as terras onde é falada, daí que o sotaque angolano é diferente a do português. A complexidade que o termo lusofonia acarreta, o termo bantufonia também apresenta. Na definição apresentada por Silva e Sakanene de bantufonia não se compreende melhor como o sotaque angolano

adquiri semelhança com as línguas bantu. Dito de outro modo, a definição por si só encerra complexidade. Tomámos como exemplo a palavra **desgosto** e fazendo uma análise da miscigenação fonológica, a pronúncia é /**déʃgóʃtu**/. A partir deste exemplo, percebe-se a miscigenação fonológica na palavra "desgosto".

Em suma, ao longo do capítulo respondemos a questão se Angola é um país lusófono ou bantúfono. Nisto, compreendeu-se que não é lusófono nem bantúfono. Ou seja, pelo quadro apresentado, o português angolano é híbrido.

REFERÊNCIAS

CHICUNA, A. M. *Interferência do Português na Antroponímia do Mayombe*, Monografia apresentada ao ISCED, Universidade Agostinho Neto, Luanda, 2000.

ANGOLA. *Constituição da República de Angola*, Luanda, 2010.

COSTA, T. M. C. J. *Os empréstimos das línguas Bantu no português falado em Angola: um estudo lexicológico da variante angolana*, Luanda, 2013.

CRISTÓVÃO, F. Lusofonia. In: CRISTÓVÃO, F. et al. (Org.). *Dicionário Temático da lusofonia.* Lisboa: Textos Editores e Associação de Cultura Lusófona, 2005, p.652-656.

UNESCO. *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*, Barcelona: UNESCO, 1996.

DIAS, D.; CORDAS, J.; MOUTA, M. *Em Português? Claro!* Porto Editora: Porto, 2007.

GONÇALVES, P. *O português em África*. In: RAPOSO, E. B. P. et al. (Org.). *Gramática do Português.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, I, 2013, p. 157-178.

LOPES, E. R. Lusofonia: Conceito e realidade. In: Comunidade de Países de Língua Portuguesa, Notícias CPLP, ano 1, n.º1, Dossier Especial Expressão, Julho-Agosto,2007.

MINGAS, A. A. *Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda.* Luanda: Chá de Caxinde, 2000.

NTONDO, Z. *Fonologia e Morfologia do Oshikwanyama*, Luanda: Editora Mayamba, 2015.

PONSO, L. C. *O português no contexto multilíngue de Angola*, Universidade Federal Fluminense, s.d.

QUIVUNA, M. *Lexicologia aplicada ao ensino do léxico em português língua não materna*, Lisboa, Edições Colibri, 2014.

SACANENE, B.S. *Angolanização do Português: perspectivas para uma variedade Angolana*. Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto, Luanda, 2016.

SILVA, J. F.; SACANENE, B. S. *A bantufonia na variedade angolana do português.* In: Simpósio Internacional sobre Língua Portuguesa, São Paulo. 2011, p. 560-568.

SOUSA GALITO, M. Conceito de lusofonia. *CI-CPRI*, AI, n.º16. 2012, p. 1- 21.

Undolo, M.Caracterização do sistema vocálico do português culto falado em Angola. *Revista de Filología Románica*, Madrid. vol. 31, nº 2, p.181-187, 2014.

UNDOLO, M. *A norma do Português em Angola:* subsídios para o seu estudo. Caxito, ESP-Bengo, 2016.

ZAU, F. *Angola:* Trilhos para o desenvolvimento. Lisboa: Universidade Aberta, 2002.

CAPÍTULO TRÊS

EVIDÊNCIAS SOCIOLINGUÍSTICAS DA VARIEDADE ANGOLANA DO PORTUGUÊS E O COMBATE AO PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Yuran Fernandes Domingos Santana
Alexandre António Timbane

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Angola é um país da África Austral, ex-colônia de Portugal e, portanto, país lusófono, uma vez que oficializou unicamente o português num contexto em que há convivência no mesmo território geopolítico várias línguas africanas, europeias e asiáticas. Das línguas africanas faladas no país se destacam as línguas do grupo bantu, do grupo khoisan e a língua gestual. As fronteiras linguísticas são diferentes das fronteiras geopolíticas, por isso os angolanos das regiões fronteiriças falam idiomas desses países. A partilha de África não respeitou a diversidade linguística, o que fez com que famílias ou grupos étnicos fossem separados por uma fronteira física. É o caso do kwanyama (que também é uma das línguas da República da Namíbia), do kikongo (que também é uma das línguas da República Democrática do Congo) e do luvale (que também é falado na República da Zâmbia).

As discussões acerca da variedade do português angolano (doravante PA) vêm sendo feitas cada vez mais com frequência, quer por pesquisadores angolanos, quer por outros interessados pela variedade em uso em Angola. Tais discussões visam refletir sobre as características gramaticais definidoras da LP falada pelos angolanos e contribuir para a sistematização dessa variedade. Pode-se citar debates promovidos pelo "Grecorpa, da Universidade Agostinho Neto" e "Ngola Linguística" apenas como exemplos.

A Sociolinguística dedica-se ao estudo da língua em uso no contexto real, analisando e controlando as variáveis linguísticas e sociais. Essa perspectiva de estudos da linguagem permite uma aborda-

gem que considera a língua como fenômeno linguístico heterogêneo e suscetível à variação e mudança no tempo e no espaço. É nesse sentido que traremos algumas discussões para nortear a presente pesquisa. A obra "Preconceito linguístico" (Bagno, 2015), apresenta oito (8) mitos que caracterizam a existência do preconceito linguístico. Por exemplo, o mito nº 2, bastante arraigado entre os falantes do português brasileiro, baseia-se na crença de que "o brasileiro não sabe português/só em Portugal se fala bem português" (Bagno, 2015). O mesmo ocorre em Angola, pois esse mito está bastante arraigado no país, especialmente em adultos, tal como veremos mais adiante. A língua portuguesa (LP) falada pelos angolanos possui diferenças lexicais, morfológicas, fonético-fonológicas, sintáticas e semânticas em relação ao português falado em Portugal.

Em Angola, é bastante comum que as pessoas digam que "só em Portugal se fala bem o português e que os angolanos falam mal". Os falantes se baseiam na ideia da existência de "língua certa" e quem não obedece a esse padrão "não sabe falar" a LP. Essa visão sobre a língua está permeada de preconceitos linguísticos, pois tende a homogeneizar a língua como se existisse uma única forma correta de falar uma língua. Isso acontece devido ao desconhecimento das realidades sociolinguísticas que provocam essas diferenças. O português falado no país (que tecnicamente chamaremos de Português Angolano-PA) contempla os inequívocos traços do contato linguístico secular entre a língua portuguesa e as diversas línguas africanas, sobretudo as línguas do grupo bantu.

Não existe uma única forma de falar a LP, porque a língua é uma soma de variantes, variedades e dialetos. A norma-padrão é uma norma artificial que obriga o cumprimento das regras da gramática normativa, consequentemente, a norma europeia ou lusitana. Não se deve homogeneizar a realidade linguística, fixar uma variedade como a única "correta" e tratar as outras como "incorretas", pois toda e qualquer língua é um conjunto heterogêneo de variedades. Nesse sentido, quando falamos do português, estamos a fazer referência a um conjunto de variedades (Faraco, 2005). Em outras palavras, quando falamos da LP, estamos nos referindo às variedades angolana, brasileira, moçambicana, europeia, entre outras, pois não existe um único padrão de língua. Todas essas variedades formam o

sistema linguístico a que denominamos LP. Por conseguinte, o PA é uma das variedades que formam a LP. A sua formação está ligada ao contexto sócio-histórico do país, carregando as peculiaridades das experiências históricas e socioculturais dos angolanos. Nesse sentido, Faraco (2005, p. 32) constata que

> Cada variedade é resultado das peculiaridades das experiências históricas e socioculturais do grupo que a fala: como ele se constituiu, como é sua posição na estrutura socioeconômica, como ele se organiza socialmente, quais seus valores e visão de mundo, quais suas possibilidades de acesso à escola, aos meios de informação, e assim por diante.

O PA é uma variedade que resultou do contato entre o português surgido na Península Ibérica (Europa) com as diversas línguas africanas utilizadas no espaço geopolítico chamado Angola. O PA é uma variedade falada no espaço geográfico angolano e que reflete os mais de 400 anos de contato linguístico entre idiomas africanos e a língua portuguesa proveniente da Península Ibérica (Portugal). Assim sendo, os angolanos falam a sua própria variedade do português, formada através do processo de contato linguístico que começou com a chegada dos portugueses ao território angolano e que continuou durante a colonização e prossegue até os dias atuais.

Por essa razão, nos últimos anos têm surgido diversos estudos que se propõem a fazer descrições sistemáticas que permitem a identificação e normatização da variedade angolana do português e impulsionem a produção de instrumentos normativos que possibilitam o seu ensino nas escolas do país.

O presente estudo tem como objetivo abordar o fenômeno do preconceito linguístico a partir do PA. O texto busca igualmente contribuir para a melhoria do ensino de língua portuguesa no país, enfatizando a ideia de que a variação e a mudança são inerentes à língua. Para a realização do presente trabalho, utilizamos o método bibliográfico a fim de reunir as informações que serviram de base para a construção da pesquisa. Utilizamos, para análise e tratamento dos dados, a pesquisa quantitativa.

A primeira seção levanta debates sobre a situação sociolinguística de Angola, mostrando a origem e a localização das diversas lín-

guas no espaço angolano. Na segunda seção, questiona-se que língua portuguesa é falada em Angola, pois, durante a nossa abordagem, percebeu-se que o discurso de governantes e meios de comunicação social insistem na ideia de que os angolanos falam o português europeu, entretanto, constatações empíricas e cientificas demonstram que no país fala-se o PA, variedade resultante do contato entre o português e as línguas africanas em Angola. Na terceira seção, abordamos o ensino de língua portuguesa e variação linguística nas escolas angolanas, refletindo sobre a presença da sociolinguística e dos conteúdos sobre variação linguística nas aulas de língua portuguesa no país. Na seção seguinte, aplicamos um questionário para jovens angolanos residentes nas províncias de Luanda e Bengo (em Angola), por forma a compreender as ideias desses falantes sobre a língua portuguesa. No final, o texto apresenta as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas.

1.ASPECTOS SOCIOLINGUÍSTICOS DE ANGOLA: UM MOSAICO MULTILINGUÍSTICO

1.1. As línguas bantu

O nome **línguas bantu** é um termo da linguística africano utilizado por Bleek em 1862, Greenberg em 1963, por Guthrie em 1967-1971, por Doke em 1945, Cole em 1961, entre outros linguistas do séc. XVIII e XIX para designar um conjunto de línguas com características comuns: (i) ter um sistema de gêneros gramaticais não inferior ao número de cinco; (ii) ter um vocabulário comum a outras línguas, a partir do qual se pode deduzir que surgiram de uma língua comum; (iii) ter um conjunto de radicais invariáveis que se formam por meio de aglutinação de afixos (Ngunga, 2015). Chicuna (2018) é de opinião que o termo bantu não apenas indica o elemento linguístico, mas também é usado para designar uma cultura ou um povo.

Os falantes das línguas bantu localizam-se na região que se estende da África ocidental, na África central (Montes Camarões)

até ao sul de África (atual África do Sul). "Bantu" é formado pela palavra "-**ntu**" que significa "pessoa" e antecedido pelo prefixo "**ba**-" (classe 2), que é o prefixo da marca do plural para as diversas línguas desse grupo linguístico. "Bantu" significa "pessoas". Segundo Ngunga (2015, p.35), a palavra 'pessoa' **–ntu** pode variar para **–du, -nhu, -nthu, -thu, -tu** etc, a depender de cada língua. **Língua bantu** é um termo da linguística africana, motivo pelo qual procuramos manter a sua originalidade sem aportuguesá-lo ou inglesalizá-lo. Não usamos o termo **língua banta** porque -**nta** não significa "pessoas" em nenhuma língua africana daquele grupo, o que foge da concepção inicial dos primeiros pesquisadores. Devemos aos primeiros pesquisadores os primeiros estudos comparativos e classificatórios das línguas africanas, por isso torna-nos justo manter o termo "línguas bantu" ou "língua bantu" mantendo a etimologia da palavra "pessoa" (-**ntu**).

Com relação as primeiras classificações das línguas bantu há que considerar a classificação de Guthrie publicada em 1971, que veio a sofrer alterações e adequações ao longo dos tempos. Os estudos de Maho (2003 e 2009) atualizaram as classificações, especialmente no que toca aos conceitos de língua, variante e dialeto, que não estavam consolidados nos anos 60 e 70. Maho manteve a classificação de raiz (A, B, C, D, E, F, G, H, J, K, L, M, N, P, R, S) e ajustou as línguas, variantes e dialetos. Confessamos que estes estudos de Maho (2003 e 2009) não são definitivos. A cada vez que surgem novos estudos ainda se vai atualizar. Para além disso, há línguas que desaparecem e outras que nos estudos iniciais não tinham expressividade e hoje se revitalizaram transformando-se em línguas faladas nas comunidades.

Em África existem mais de 2000 línguas divididas em quatro grandes grupos que são: nigero-congolês (com 1436 línguas), afro-asiático (371 línguas), nilo-saariano (196 línguas) e koisan (35 línguas), de acordo com Heine e Nurse (2000) e Petter (2015). Para além destas existem línguas de origem asiática no Madagascar e crioulos de base lexical de línguas europeias que se formaram por processos históricos. No contexto angolano, utiliza-se a expressão "línguas nacionais" para se referir as línguas faladas pelos povos bantu e khoisan que ocupam aquele espaço geopolítico, incluindo o português e língua de sinais. A seguir vamos apresentar as línguas bantu faladas

em Angola, segundo Maho (2009)[1] que atualiza a classificação feita por ele em 2003 e que atribui o nome de 'Nova Lista Atualizada de Guthrie-NUGL". Segundo Maho, as grafias dos nomes podem variar, resultado da falta de padronização ortográfica das diversas línguas tanto pelos falantes quanto pela literatura publicada:

O **Grupo kikongo (H10)** é composto pelas línguas ndingi ou ndinzi (H14), mboka (H15) e kikongo (H16). O **Grupo kimbundu (H20)** é composto pelas línguas kimbundu (H21), sama (H22), bolo ou haka (H23), songo (H24), mbangala (H34) e shinji ou yungo (H35). O **Grupo ciokwe-Luchazi (K10)** é composto pelas línguas chokwe (K11), luimbi (K12a), ngangela, nyemba (K12b), Luchazi ou lujazi ou ponda (K13), Lwena, Luvale (K14), mbumba (K15), nyengo (K16), mbwela (K17), nkangala (K18). O **Grupo Umbundu (R10)** é formado pelas línguas kuvale (R101), kwisi (R102), Mbali, olumbali, kimbari (R103), umbundu (R11), ndombe (R12), yaneka (R13) e khumbi (R14). O **Grupo Wambo (R20)** é composto pelas línguas Kwanyama (R21), dialeto kafima (R211), dialeto kwankwa (R216), ndongwena (R215), dialeto evale (R212), dialeto mbandja (R213), dialeto domdondola (R217), dialeto esinga (R218). O **Grupo Herero (R30)** é composto pelas línguas herero e zemba (R311).

As línguas do grupo kimbundu (H20) são faladas pelo povo mbumdu nas províncias do Bengo, Luanda, Kwanza-Norte, Malanje e parte do Kwanza-Sul; as línguas do grupo kikongo (H10) são faladas pelo povo kongo localizado nas províncias de Cabinda, Zaire e Uíge; as línguas do grupo cokwe (K10) são faladas pelo grupo lunda-cokwe e são faladas nas províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul, Móxico e Bié; na região centro-Sul encontram-se diversos grupos etnolinguísticos, entre os quais ovimbundu, "ocindonga", owambo, nyaneka-humbe, "ovingangela" e herero. O grupo umbundu (R10) é a mais representativa na parte sul do país, seguido, nhaneca (R22),

[1] Os dados da classificação foram extraídos de Maho (2009) da versão online da Nova Lista de Guthrie Atualizada, uma classificação referencial das línguas Bantu. Esse documento compreende uma atualização e expansão da classificação de 1971 de Malcolm Guthrie das línguas Bantu. Esta é a segunda atualização desse tipo, a primeira sendo Maho (2003). Este documento online constitui uma versão simplificada de uma atualização futura que está sendo preparada para a publicação adequada. (Maho, 2009, p.2, tradução livre, nossa).

herero (R30), kwanyama (R21) e "cindonga" (R22) (Zau, 2011; Timbane, Santana, Afonso, 2019).

Não há consenso entre linguistas que estudam as línguas angolanas no quesito quantidade de línguas. O primeiro problema é que os conceitos de língua, dialeto e variante (falares) não são claro naquele contexto. O grande problema é que se busca conceitos eurocentristas para definir as línguas africanas, o que redunda num fracasso. Não é por acaso que Redinha (Apud Chicuna, 2018, p.30) cita nove grupos de línguas[2] e dezoito falares[3] do kiyombe que são falares do kikongo.

Enquanto não houver uma definição clara do que seja língua, variante e dialeto, os estudos linguísticos na África terão muitas dificuldades em consolidar quantitativamente as línguas faladas. É que a língua não serve apenas para falar e expressar ideias, carrega outros significados sócio-históricos, culturais e valores inexistentes nas línguas europeias. Diagne (2010, p.247-248) entende a língua como sistema, instrumento de comunicação e um fenômeno histórico, porque ela tem a sua própria história. E a língua foi inventada para ser falada e não para ser escrita. Por isso, não existe nenhuma forma original da representação da fala, do pensamento (Cagliari, 2009). O sistema de escrita é uma simples convenção ("artificial") e a ortografia é a lei que orienta sobre como escrever.

1.2. Línguas khoisan

Em Angola há poucos estudos descritivos sobre as línguas do grupo khoisan. Sentimo-nos na obrigação de trazer uma breve discussão bibliográfica sobre essas línguas que estão em vias de extinção em Angola devido a falta de incentivo e de políticas linguísticas e publicações que visam preservar essas línguas. Apesar de a Consti-

[2] cokwe, kimbundu, kikongo, ngangela, olunyaneka, oshihelelo, ovakwanyama, oshindonga e umbundu.

[3] kilingi, kikotchi, kikwakongo, kimboma, kinzenge, kihungu, kinsoso,kipaka, kipombo, kisikongo, kisolongo, kisuku, kusundi, kivili, kiwoyo, kiyaka, kiyombe, kizombo. Para além destes falares, o autor ainda acrescenta kisundi, iwoyo, kivili, kilinji, kikoci, kikwakongo que são falares de Cabinda.

tuição da República (2010, grifo nosso) em seu Art. 19º determinar que "o Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional", não existe nenhuma política prática que realmente procure valorizar e promover essas línguas.

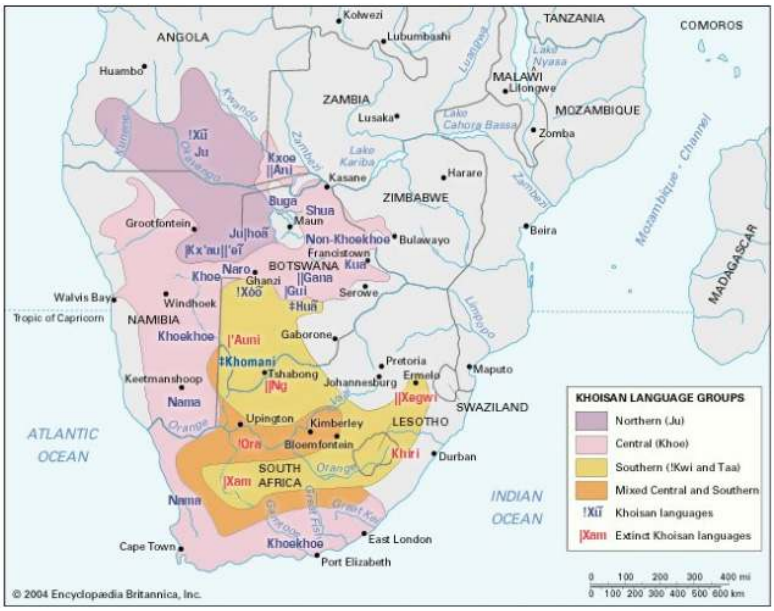
A palavra khoisan é um termo linguístico criado por Bleek e outros linguísticas do séc. XVIII e XIX para designar um conjunto de línguas com uma característica comum: uso de cliques. Essas línguas têm características diferentes em nível da gramática, especialmente na formação lexical e sintática. A palavra khoisan é formada pelas palavras **khoekoe** (que significa 'pessoa') e **saan** (que significa 'morador do mato') na língua **nama**, uma das línguas deste grupo falada na Namíbia, Botsuana e África do Sul por mais 200 mil pessoas (Fehn, 2017).

Quanto às línguas do grupo Khoisan faladas em Angola, destacam-se as línguas kankala (bosquimano) e vakankala (hotentote), estas têm como variantes kankala (bosquimano), hotentote, kazama, kasekele e kwankala (Zau, 2011). Segundo o autor, para além dos bantu e dos khoisan, há um terceiro grupo denominado vátua, o qual fala as línguas kwisi e kwepe que são faladas por povos com os mesmos nomes, isto é, pelos povos kwisi e kwepe.

Os estudos das línguas dos khoisan ainda não está nem na fase inicial em Moçambique porque estes povos são tratatos exoticamente pelo grupo bantu. Não há estudos em andamento nas universidades, não há incentivo ao ensino nem deslocamento de linguistcas para as comunidades. Os estudos de Heine & Honken (2010) e Morton & Hitchcock (2014) mostram que ainda há novas descobertas e novas identificações de variantes e dialetos destas línguas. O mapa a seguir mostra a distribuição desse grupo de línguas ao longo da região Sul do continente africano. No mapa é possível observar que em Angola se fala as línguas do grupo !Xu, Ju e kxoe. Essas línguas são faladas de forma isolada ao longo do território da atual República de Angola. Como foi frisado, os limites políticos são diferentes dos limites étnicos. Algumas línguas do grupo khoisan são faladas em pelo menos dois territórios (países), tal como se observa no mapa 1. As línguas do grupo khoisan são línguas minoritárias e não existe neste mo-

mento esforço político para revitalizá-las e expandi-las por meio do ensino formal.

Mapa 1: Localização dos grupos linguísticos khoisan na África Austral



Fonte: Köhler (2004, s. p.)

Segundo o mestrando José Evaristo Kondja (da Universidade de Minho-Portugal), esse grupo soiolinguistico pode ser localizado nas províncias de Huila (localidades de Mupalala, Kachila-Ompo, Derruba-Sêndi, Mupembati), Cunene (Localidades de Pkafima, Omalyata, Okafunuka, Olapangu, Oshana-Nandjiili, Onelombo, Chivemba, Onghuti, Okatope, Ohongo, Omulola, Omahenge-Okayolwa, Odayandema, Oshimolo, Oshana-Nalama, Omwoongo-Omulemba) e Cuando-Cubando (localidades de Jamba-Cuieio, Wefo, Buabuat, Urondo, Ntopa, Cafita, Inkama E Mucundi, Mbundu, Tchatwika, Waiombwa, Cuatir, Tandawe, Mangondo, Mavu, Chimanha, Ngongoma, Cafuma, Mpandato, Bondo, Kene, Cambinda, Alto-Kakene). É impossível que este povo seja invisível para as autoridades governamentais angolanas. É estranho que a sociedade angolana (maioria

de origem bantu) não reconheça e nem valorize as culturas, línguas e tradições desses povos não sejam reconhecidos. Quando muito, os bantu procuram aculturar impondo a sua civilização aos khoisan. É ainda impossível entender por qual razão as universidades e Institutos superiores angolanas não se interessem pelas línguas desses povos. Neste capítulo alerta-se para o desaparecimento de muitas línguas desses povos. Ainda hoje (século XXI) não é possível localizar obras que descrevem as várias línguas faladas pelos povos khoisan.

Olhando para o mapa 1 percebe-se que Angola é, de fato, um país plurilíngue e pluricultural. Todavia, a língua portuguesa é a única língua constitucionalmente reconhecida como oficial (Art.19º, da Constituição da República de Angola, 2010). Esse cenário faz da língua portuguesa o idioma mais utilizado nos atos oficiais do poder público angolano, seja no âmbito interno (constituição, leis ordinárias, atos políticos, sentenças judiciais, atos administrativos, discursos oficiais, entre outros), seja no âmbito externo (tratados e convenções internacionais nos PALOP e na CPLP). Assim sendo, a língua portuguesa possui primazia em detrimento das línguas africanas existentes no país.

No sistema educativo, por exemplo, a língua portuguesa funciona como meio exclusivo de ensino, o que significa que há exclusão das línguas nativas angolanas. A não oficialização das línguas de origem africana atenta contra o plurilinguismo no país e institui cada vez mais o monolinguismo e a monocultura. Assim sendo, o poder político pode apreciar os argumentos discutidos em política linguística para tomar decisões acertadas em prol das línguas locais, preservando assim a diversidade linguística e cultural angolana.

As línguas autóctones angolanas estão ligadas aos grupos étnicos existentes no país, cumprindo as suas funções comunicativas e expressando a identidade e cultura desses povos. A não oficialização dessas línguas estigmatiza os seus falantes e nega a possibilidade de verem reconhecidos os seus idiomas como sistemas de plena realização comunicativa. Além disso, ao não oficializar as línguas autóctones angolanas, o Estado estigmatiza a identidade e a cultura dos falantes desses idiomas não oficializados, já que a língua carrega traços socioculturais dos falantes.

Nas comunidades rurais, as tradições são expressas por meio das línguas locais. O canto, os provérbios, os contos, os mitos e os conhecimentos sobre as tradições são transmitidos pela oralidade e por meio das línguas locais. É por meio das línguas locais que os angolanos se comunicam com os seus antepassados, o que significa que a língua não é um simples instrumento de comunicação, mas também um elo entre os vivos e os mortos. Os ritos das culturas africanas também são expressos por meio de uma língua, e que só a língua local pode transmitir esse conjunto de valores.

2 QUE LÍNGUA PORTUGUESA É FALADA EM ANGOLA?

Angola, à semelhança do que aconteceu com outras ex-colônias portuguesas em África, elegeu o português como língua oficial após a proclamação da sua independência, ocorrida no ano de 1975. Neste prisma, o Estado angolano passou a utilizar a língua portuguesa em todas as ações oficiais, com especial destaque para o setor da educação, onde ela passou a servir como meio pelo qual o ensino ocorre.

Mesmo depois de aproximadamente 500 anos de colonização, os debates sobre a língua portuguesa em Angola colocam pesquisadores em dois lados opostos: pesquisadores que defendem a autonomia do português angolano com relação ao português europeu e lutam pelo reconhecimento das características linguísticas da população angolana como legítimas até para a produção literária nacional. O outro grupo de pesquisadores recusa a existência da variedade do português angolano e defende a estrita observância das normas gramaticais do português europeu. Fato é que a língua portuguesa falada pela esmagadora maioria da população angolana contempla as expressivas marcas do contato linguístico que ocorreu entre o português e as diversas línguas africanas existentes em Angola.

O PA é uma variedade falada no espaço geográfico de Angola e que reflete as experiências e particularidades culturais e sócio-históricas do povo angolano. Nesse sentido, Timbane, Santana e Afonso (2019, p. 111) afirmam que o PA "é uma variedade do português que

surgiu da interação entre o português e as diversas línguas do grupo bantu e khoisan faladas naquele espaço geográfico." Zau (2011) argumenta que o PA é o corolário da evolução natural daquilo que outrora era designado como "pretoguês" e agora adquiriu peculiaridades específicas.

Apesar dos estudos sobre as características do português angolano e das constatações empíricas indicarem que estamos em presença de uma variedade alheia ao português lusitano, "Angola ainda obedece à norma linguística do português europeu" (Miguel, 2014). Dessarte, observa-se um defasamento entre a realidade sociolinguística do país e o ensino de português na escola, já que norma do português europeu contradiz frontalmente o saber intuitivo do falante angolano. O português falado pelos angolanos não é a variedade europeia e, nesse sentido, Inverno (2008, p. 118) é peremptória em afirmar que

> [...] É importante sublinhar que, contrariamente à ideia implícita no discurso de governantes e meios de comunicação social, a variedade do português que se tem vindo a generalizar não é a variedade padrão europeia, mas sim uma variedade vernácula do português resultante do contacto com as línguas africanas num contexto multilíngue em que estas continuam a ser as mais faladas no dia-a-dia pela maioria da população e em que o acesso à educação formal e aos meios de comunicação social é ainda pouco generalizado.

Ora, essa variedade apresenta uma série de características fonético-fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas e semânticas, peculiares e que a distinguem do português falado na região da Península Ibérica. Inverno (2008) aborda a respeito de algumas especificidades do português angolano e, contrariamente ao que se afirma em alguns espaços do país, assevera que elas não constituem meros "erros" cometidos por falantes com baixo domínio do idioma, mas sim especificidades indicativas de uma variedade em formação, a qual denomina português vernáculo de Angola. Assim sendo, a autora destaca que

> Algumas das especificidades linguísticas dessa variedade, a que chamamos português vernáculo de Angola, incluem um elevado nível de variação ao nível da concordância de número e género entre os elementos do sintag-

> ma nominal (ex.: Estas duas mulher; no mesmo barriga), entre o sujeito e o verbo (ex.: documentos que vai para a Lunda) e entre o sujeito e o elemento predicativo (ex.: um dia seremos campeão). Verifica-se também a posposição do possessivo ao nome (ex.: um dos alunos seus), a substituição dos pronomes pessoais átonos pelos correspondentes tónicos (ex.: deixa ele falar), a generalização de se como único pronome reflexo (ex.: nós conseguimos se entender) ou apagamento do mesmo (ex.: ele chama_ MS) e ocorrência de fenómenos de negação descontínua (ex.: não considera como na cidade não) (Inverno, 2008, p. 171).

Dessa forma, verifica-se que o português angolano apresenta fenômenos linguísticos que evidenciam as especificidades dessa variedade do português falado no território angolano. Além das peculiaridades destacadas na citação apresentada, outro fenômeno bastante comum no português angolano é a utilização da preposição locativa *em* na complementação dos verbos de movimento (ir, vir e chegar). A ocorrência desse padrão frásico é registrada no PA, conforme mostra os exemplos em (1) e (2):

Exemplo 1 - *Fui **no** centro da cidade* (Inverno, 2008, p. 172)

Exemplo 2 - *A Rosa foi **na** escola muito descontente* (Undolo, 2014, p. 200)

O exemplo acima demonstrado indica um contraste entre a variedade do português angolano e do português europeu, pois o PA permite o emprego da preposição locativa *em* na complementação dos verbos de movimento, o que não é permitido pela norma do português europeu. Avelar e Galves (2014, p.161-162) demonstram que no português europeu a preposição comumente utilizada na complementação dos verbos de movimento é **a** ao invés de **em**.

a. *Fui/Cheguei/Vim **no** cinema*. PB: ok / PE: *

b. *Fui/Cheguei/Vim **ao** cinema*. PB: ok / PE: ok

É importante afirmar que Avelar e Galves (2014) demonstram ainda que as variedades do português brasileiro e moçambicano também permitem o emprego da preposição locativa ***em*** na complementação dos verbos de movimento, indicando, dessa maneira, uma

proeminente diferença entre essas variedades e o português europeu. Há de fato diversos exemplos em vários níveis gramaticais que singularizam a variedade angolana com relação a outras variedades do português, mormente a variedade lusitana. Timbane e Manuel (2018, p. 107-108) afirmam que atualmente "as línguas europeias se enraizaram em África e adquiriam novas identidades de tal forma a que possamos afirmar que o português angolano, por exemplo, é uma língua angolana de origem europeia". Sendo assim, cabe ao Estado "proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação (Constituição da República de Angola, 2010, Art.21).

O PA é uma variedade que exprime as singularidades das experiências históricas e socioculturais dos seus falantes e hoje é falada pela maioria da população angolana como segunda língua por cerca de 71% (Angola, 2016). A norma utilizada para o PA, no entanto, é baseada num padrão inspirado nos usos literários de escritores portugueses, estabelecendo-se como padrão de "língua certa" um modelo que se afasta do português falado pela população angolana. Esse defasamento entre a língua falada pela população e a utilização de normas de regulação baseadas no português europeu é um ato que Bagno (2008, s. p.) descreve como sendo a "negação do outro, negação de si, alienação total e absoluta, esquizofrenia perfeita".

Angola vive uma esquizofrenia linguística (Bagno, 2008) porque se fala o português angolano e não português de Portugal. Essa variedade é resultante de séculos de contatos linguísticos entre o português e as línguas africanas, europeias e asiáticas faladas naquele espaço. Mas, é com base num padrão de língua "correta" e "ideal" que todas as formas de falar que não se enquadram nesse modelo são estigmatizadas e colocadas à margem junto com os seus falantes. Alguns desatentos ainda entendem que a variação linguística atenta contra à "pureza" linguística, como se todas as línguas naturais em uso do mundo fossem estáticas. Nesse prisma, todas as formas de falar que não seguem o padrão "correto" são tidas como erradas ou formas inferiores. Em geral, os dialetos das populações menos privilegiadas socialmente tendem a sofrer mais estigma porque "quanto menos valor (isto é, prestígio) têm os falantes na escala social, menos valor tem o dialeto que falam" (Possenti, 2012, p.28).

No contexto angolano, falar "corretamente" significa reproduzir a fonética, a morfologia, a sintaxe, entre outros níveis linguísticos característicos do português europeu. Quem mais se aproxima do estilo de falar europeu, portanto, é considerado como o "bom" falante, sendo que o oposto acaba sendo designado como o "mau" falante ou aquele que não "sabe falar português". Assim sendo, é comum que as pessoas que não conseguem reproduzir o padrão lusitano sejam julgadas preconceituosamente como maus falantes do português, pois não dominam o sotaque europeu.

Em outros casos, observa-se que os falantes que reproduzem o padrão lusitano oprimem os que não conseguem "imitar" essa variante e chegam a ridicularizá-los, excluindo-os de certos círculos sociais, o que ao nosso ver é um autêntico preconceito linguístico que deveria ser combatido com veemência. Os críticos dos sotaques não têm a noção de que em Portugal não se fala português da mesma forma, quer dizer, há dialetos[4] que caracterizam a origem geográfica dos falantes de províncias, distritos ou freguesias. Além disso, o domínio da variante prestigiada constitui um meio de ascensão social em Angola, posto que está diretamente associado à ideia de ter sido bem instruído academicamente.

Por essa razão, não raras vezes as pessoas que aparecem nos meios formais da sociedade reproduzem e impõem a reprodução da variante prestigiada aos demais falantes no país. Logo, variantes que tendem a evidenciar as características do português angolano são consideradas "erradas" ou "inferiores". Esta prática é identificada como indicadora do preconceito linguístico, segundo Bagno (2015).

De acordo com Fiorin (2011, s.p) "ridicularizar a língua que uma pessoa fala é ridicularizar a própria identidade da pessoa". Assim sendo, ridicularizar a forma como fala um cidadão do Bengo, de Luanda, de Benguela ou da Huíla, é depreciar a identidade e a cultura da pessoa, já que a língua carrega elementos socioculturais do falante. Em Angola, há uma atitude de intolerância contra a fala

[4] É importante destacar que a noção de "dialeto" utilizada no presente trabalho não se refere a uma forma inferior, primitiva ou estigmatizada de uma língua, mas sim a forma característica de falar de determinado grupo social geograficamente localizado.

das pessoas que não seguem o português considerado "correto" (o europeu) e, assim, despreza-se as falas regionais.

A variação é um fenômeno intrínseco a qualquer língua, por isso depreciar uma variedade é negar a existência da variação linguística. Para Possenti (2012), não existe língua homogênea ou invariável, isso significa que não existe nenhuma sociedade em que as todas pessoas falam de maneira idêntica. A variação linguística é resultante da heterogeneidade social e cultural em que as comunidades de fala estão envolvidas. Para o autor, a variação é motivada por fatores internos e externos à língua.

> Um dos tipos de fatores que produzem diferenças na fala de pessoas são externos à língua. Os principais são os fatores geográficos, de classe, de idade, de sexo, de etnia, de profissão etc. Ou seja: pessoas que moram em lugares diferentes acabam caracterizando-se por falar de algum modo de maneira diferente em relação a outro grupo. Pessoas que pertencem a classes sociais diferentes, do mesmo modo (e, de certa forma, pela mesma razão, a distância - só que esta é social) acabam caracterizando sua fala por traços diversos em relação aos de outra classe. O mesmo vale para diferentes sexos, idades, etnias, profissões [...].Também há fatores internos à língua que condicionam a variação. Ou seja, a variação é de alguma forma regrada por uma gramática interior da língua. Por isso, não é preciso estudar uma língua para não "errar" em certos casos. Em outras palavras, há "erros" que ninguém comete, porque a língua não permite. (Possenti, 2012, p.34-35, grifos do autor).

Constata-se, pois, que a existência da língua pressupõe a variação linguística, fenômeno que reflete a diversidade social. Ademais, verifica-se que a variação é influenciada por fatores que atuam dentro e fora da língua, pelo que fica mais uma vez evidenciado que não existem línguas invariáveis ou uniformes. Portanto, não existe uma língua melhor, mais correta ou mais evoluída que a outra, mas um conjunto diversificado de variedades que formam a língua portuguesa. A normatização do português angolano é uma premência, pois permitirá o seu ensino nas escolas e a consequente utilização em outros setores do país.

3 METODOLOGIA, APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DE DADOS

No presente artigo, procuramos analisar a percepção dos falantes angolanos com relação a variedade local. Para melhor atender os objetivos apresentados, a pesquisa escolheu o caráter bibliográfico e cruzado com a de campo. Para tal, aplicou-se o método quantitativo para analisar os dados. No que tange à pesquisa bibliográfica, fizemos leitura de diversos livros, artigos e conteúdos audiovisuais da internet que abordam o tema de pesquisa, inseridos na área da sociolinguística. Posteriormente, aplicamos um questionário destinado a 38 angolanos residentes nas províncias de Luanda e Bengo, sendo que as duas estão localizadas na região norte de Angola. A escolha da província de Luanda (capital) acontece em razão de ser a mais habitada do país, com cerca de 6.945.386 de habitantes (Angola, 2016). A província do Bengo foi escolhida pelo fato de ser a província menos populosa de Angola, com cerca de 356.641 habitantes, segundo Angola (2016).

Dessa forma, procuramos compreender as atitudes linguísticas dos falantes dessas províncias em relação ao português angolano. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário online (formulários Google) que continha 15 perguntas diversas. A aplicação do questionário online permitiu a coleta de informações de um modo simples e eficiente. Esse tipo de aplicação de questionário permitiu que os dados fossem coletados à distância e de forma rápida, até porque em momentos de pandemia não havia possibilidade de contato físico com os informantes.

Dentre as desvantagens da metodologia aplicada, destaca-se o fato de ser necessário o acesso à internet e possuir conhecimentos básicos de informática para usá-la, o que poderia constituir um entrave num país como Angola com dificuldades no uso das tecnologias e no fornecimento da rede de internet. Ademais, por se tratar de um questionário online, mesmo que as informações indiquem o público alvo da pesquisa, outras pessoas podem respondê-lo.

O questionário é composto por 15 perguntas, das quais 13 fechadas e 2 abertas. Quanto à diferença entre os dois tipos de perguntas, Alves (2013) considera que as perguntas fechadas não permitem desenvolvimento de ideias, mas sim escolha simples das opções. Por

seu turno, as perguntas abertas pedem respostas mais abrangentes e com mais conteúdo, fornecendo mais informações. Elas podem estimular o desenvolvimento de ideias. As perguntas diferenciaram o sexo (masculino e feminino), as faixas etárias (jovens, adultos e idosos) pelo fato de ser elementos diferenciadores nas análises sociolinguísticas labovianas.

Os dados mostram que a primeira faixa etária (18 a 30 anos) participou na pesquisa em 69,4% e os homens são os que mais preencheram o formulário. Os dados mostram que os pais dos informantes têm uma língua africana como língua materna (59,5%) e as mães em 64,9%. Em 94,7% os informantes responderam que falam português com os seus pais em casa. Os dados mostram que os informantes preferem conversar em português com os seus pais (94.7%). Com relação a conversa com os amigos, todos os informantes afirmaram que preferem conversar em português. Os informantes preferem ensinar português aos filhos.

A maioria dos informantes acha que fala bem português (68,4%), mas que os professores falam mal (64,9%). Os informantes acham que só em Portugal fala-se melhor português (94,3%). Em contexto de Angola, os inquiridos afirmaram que só em Luanda (73%) se fala bem português. Com relação as faixas etárias, os inquiridos afirmaram que os adultos falam melhor português (62,2%). Com relação a expressão "Tás a lhe buzinar ou repreender, tá mbora te ofender", os informantes entendem que o cantor Yannick Afroman usou uma expressão errada (92,1%). Com relação a última pergunta, que era de tipo aberta, os informantes deixaram claro que o angolano possui um bom sotaque do português.

O questionário foi respondido maioritariamente por jovens, o que pode sugerir que estes são os que mais utilizam as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e têm domínio delas no país. Os dados do questionário demonstram ainda a existência do preconceito linguístico em Angola, uma vez que os angolanos acham que o português falado em Luanda é o melhor, depreciando o português falado nas outras províncias do país. Além disso, os angolanos entendem que somente em Portugal se fala bem o português e inferiorizam as outras variedades que formam a língua portuguesa. Essa

ideia de que existe língua "certa" e "errada" desconsidera as variantes e variedades linguísticas presentes no português angolano, resultando num ato de intolerância contra as diferenças sociolinguísticas e culturais dos falantes.

Dos dados constatou-se que a noção simplista que separa o uso da língua em "certo" e "errado" está bastante arraigada no país, posto que a maior parte dos informantes respondeu que fala "bem" o português, mas que os professores falam "mal". Ademais, salienta-se que para os angolanos falar "bem" significa reproduzir o padrão do português Europeu, enquanto que "falar mal" significa estar afastado dessa variante ou utilizar uma determinada variedade que não seja a europeia. Assim sendo, a sociedade angolana considera os "melhores falantes de português" aqueles que melhor reproduzem as características fonológicas do português Europeu. Entretanto, Bagno (2015) nos mostra que configura preconceito linguístico afirmar que "somente em Portugal se fala bem o português", visto que a língua portuguesa é heterogênea e composta por diversas variedades, entre as quais a variedade do português angolano, brasileiro, guineense, moçambicano, macauense, timorense, são tomense, cabo-verdiano, são tomense, bissau-guineense e recentemente o equatorial-guineense, a depender do ritmo que este último irá empreender no ensino e na divulgação do português.

Outra análise dos dados permitiu verificar que os pais dos informantes falam as línguas nacionais africanas, mas que os mais jovens tendem a ser monolíngues em português e utilizam esta língua como meio de comunicação preferencial no dia a dia e a ensinam aos seus filhos, cenário que evidencia o poder da língua portuguesa como língua oficial, língua de mobilidade social e de prestígio no país.

Nesse sentido, acreditamos que a política linguística adotada pelo Estado angolano determina a escolha e o posicionamento das instituições e dos seus cidadãos quanto à utilização e tratamento das línguas, dado que essa política seleciona as línguas que serão utilizadas na educação, no sistema judiciário, na administração pública, nos meios de comunicação, entre outros setores da vida pública. Em Angola, a língua portuguesa é a única língua oficial e detém privilégio em relação as línguas nacionais de origem africana, fazendo com

que os cidadãos angolanos, sobretudo os jovens, aprendam apenas o português, pois esta é a única língua de escolaridade, da administração pública, de prestígio, dos grandes centros urbanos, a língua na qual a Constituição do país foi redigida, faltando a tradução ou a interpretação nas diversas línguas nacionais de origem africana. Como forma de preservar o plurilinguismo e a pluricultura, Angola precisa oficializar as línguas nacionais de origem africana e incluí-las nos diversos setores da sociedade, especialmente no sistema educativo em que o fraco domínio da língua portuguesa é uma das razões do insucesso escolar.

4 ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NAS ESCOLAS ANGOLANAS

A inexistência do ensino da variação linguística nas escolas angolanas é uma realidade, basta olhar para os manuais escolares do 1º ao 12º anos. Esses manuais (livros) escolares não têm nenhuma unidade ou capítulo destinado ao debate sobre a variação linguística. Quer dizer, para esse ensino do português, a variação linguística não existe e não merece ser discutida em sala de aula. O ensino continua atrelado à concepção maniqueísta que situa a língua "correta" e língua "errada" em lados totalmente opostos. Nessa perspectiva, a escola perpetua um ensino de língua voltado para a aprendizagem de regras gramaticais (gramática normativa) e que considera apenas a norma padrão como a variedade "correta" para ser usada. Os dicionários utilizados apresentam aspectos léxico-semânticos da variedade europeia, o que provoca distanciamento com a realidade angolana cujo léxico predominante são os angolanismos[5].

Dessa forma, o ensino de língua passa a assumir um caráter predominantemente normativo, fazendo com que a escola considere apenas a norma do português europeu como a "ideal e correta" para ser aprendida e seguida pelos alunos. Desconsidera-se, assim, o

[5] São unidades lexicais, são expressões, são construções semânticas, sintáticas, morfológicas, pragmáticas e discursivas característicos da variedade angolana do português e que particularizam e identificam o português falado ou escrito naquele lugar geográfico.

português angolano, já que o ensino é centrado numa variedade tida como prestigiosa e "correta". Nessa visão de língua concebida pela escola angolana, as variedades regionais do português local resultam em formas "mal faladas" e passíveis de marginalização por parte da escola e da sociedade.

A discussão e o ensino sobre a variação linguística são quase inexistentes nas escolas de Angola, especialmente nas aulas de língua portuguesa. Os programas para o ensino de língua portuguesa no ensino primário (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª classes), do ensino secundário do primeiro ciclo (7ª, 8ª e 9ª classes) e do segundo ciclo do ensino secundário (10ª, 11ª e 12ª classes) não contemplam as discussões sobre a variação linguística e não preveem o seu ensino nas aulas de língua portuguesa. Os programas de ensino para esses níveis contemplam apenas o ensino da norma padrão e excluem o conteúdo sobre a variação linguística, fazendo com que os alunos não tenham acesso às discussões acerca da variação e dinamicidade da língua.

A ausência de discussões sobre a variação linguística contribui em grande medida para a fomentação e perpetuação do preconceito linguístico no país, posto que a escola apresenta aos alunos uma visão de língua como realidade uniforme. Todavia, Possenti (2012) considera que quem sonha com uma língua homogênea o faz por mania repressiva ou medo da variedade, que constitui uma das melhores coisas que a humanidade inventou.

Por conseguinte, os programas de ensino e as aulas de língua portuguesa no país devem contemplar as discussões sobre a variação que permeia qualquer língua, especialmente a respeito da variedade angolana do português. Diante da heterogeneidade da sociedade angolana, a qual é refletida também em sala de aula, o português angolano expressa a história sociocultural dos falantes. Assim, não existe língua correta e língua errada, mas diferentes formas de realização do sistema linguístico denominado língua portuguesa.

Um dos aspectos que faz com que não haja debate sobre a variação linguística em sala de aula é a formação dos professores de língua portuguesa. Segundo Miguel (2014), a questão linguística constitui um dos principais fatores do insucesso escolar em todos os níveis de ensino do país, uma vez que, entre outras razões, muitos

dos professores que lecionam a disciplina de língua portuguesa não têm formação na área e, para além disso, desconhecem os procedimentos metodológicos para o ensino da língua. Portanto, é de extrema importância que os docentes de língua tenham formação condizente com a sua função e que esta formação leve em consideração as discussões fomentadas no âmbito das pesquisas acadêmicas sobre o uso e ensino da língua.

Discutindo sobre "educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula", Bortoni-Ricardo (2009) colocou alguns problemas que podem ocorrer em sala quando um professor está mal formado ou sem formação: (i) o professor pode identificar erros de leitura, mas não conseguirá fazer a distinção entre diferenças dialetais e erros de decodificação na leitura; (ii) o professor não poderá perceber o uso de regras não padrão, quer dizer, a regra será "invisível" para ele; (iii) o professor não perceberá traços da variedade ou da variante porque ele faz parte daquela comunidade de fala. O professor pode se colocar numa posição superior como se a sua variante (sotaque) seja o modelo para os alunos, mas que isso não constitui verdade, tal como se debateu ao longo deste artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A língua portuguesa chegou em Angola por meio do processo histórico (colonização portuguesa), tendo se difundido em todas as províncias através da educação massiva. Nessa viagem, o português entrou em contato com as diversas línguas africanas, ganhando novas características em função desse contato linguístico que durou mais de 5 séculos.

Desse contato linguístico deu-se origem a variedade angolana do português, resultante das experiências e particularidades sócio-históricas e culturais dos angolanos. Com o passar dos anos, o português foi se transformando em todos os níveis linguísticos e hoje é língua segunda para 71% da população (Angola, 2016), pelo que já se pode afirmar que o português é uma língua nacional de origem europeia. Entretanto, esse percentual de falantes nos

inquieta porque o INE (2016) não teve a preocupação de detalhar se esse número diz respeito ao português falado como primeira ou segunda língua no país.

Uma variedade não é uma língua, quer dizer, a variedade respeita e segue as normas da língua. Variar não significa abandonar na totalidade as regras da língua, por isso haverá inteligibilidade entre os falantes de diversas variedades. Não se pode procurar uniformizar as variedades, porque os impulsos da variedade provem das culturas e dos hábitos inerentes a uma comunidade de fala. A pormenorização dos dados ajudaria na adoção de um ensino de língua condizente com a realidade sociolinguística do país.

O preconceito linguístico surge da necessidade de os falantes em uniformizar a língua, o que ao nosso ver será impossível, visto que a língua é dinâmica enquanto tiver falantes dinâmicos. Isso significa que as variedades resultam da dinâmica social e dos seus falantes. Pensar que a variedade europeia é a mais correta é ao mesmo tempo desprezar as diversas variedades faladas em diversos espaços da lusofonia. Entretanto, ficou evidente que todas as línguas variam, influenciadas por fatores geográficos, sociais ou contextuais, econômicos, de idade (variáveis sociais e linguísticas), entre outros. A língua portuguesa falada em Angola varia naturalmente, sendo que o seu ensino deve refletir essa heterogeneidade e contemplar os aportes da área da sociolinguística a respeito dos fenômenos da linguagem. Ressalta-se que a escola deve ensinar a norma padrão, mas reconhecendo e respeitando às diferenças sociolinguísticas do aluno e não rotular a sua variante como "errada", já que assim a escola estaria a estigmatizar a identidade do falante.

Portanto, os programas de ensino de língua portuguesa no país precisam incluir as discussões sobre a variação linguística nos currículos educacionais, de forma a desconstruir a visão generalizada de língua enquanto realidade homogênea. Faz-se igualmente necessário que os angolanos normatizem a sua variedade do português e a ensinem nas escolas do país, o que instituiria uma defesa contra o preconceito linguístico.

O Instituto Nacional de Estatística de Angola é uma instituição que realiza o recenseamento populacional, colhendo as informações sobre os locais onde as línguas são faladas e as quantidades percentuais

dos falantes. Só que os dados oferecidos não especificam com exatidão as línguas faladas no território. Esperava-se que os questionários de recolha de dados do INE pudessem perguntar de forma clara quais as línguas que cada informante fala. Esses dados poderiam resolver as ambiguidades com relação às línguas faladas em Angola e na adoção de políticas consentâneas com a diversidade linguística do país.

REFERÊNCIAS

ALVES, L.M. *A arte de fazer perguntas.* s.l.: s.e.,2013.

ANGOLA. *Constituição da República de Angola.* Luanda: Assembleia Nacional, 2010.

AVELAR, J.; GALVES, C. O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro. *Lingüística,* Montevideo, v.30, nº2, p.241-288, dez. 2014.

BAGNO, M. *Preconceito linguístico.* 56.ed. São Paulo: Parábola, 2015.

BAGNO, M. *O racismo lingüistico do Brasil.* Portal Geledés. 18 set. de 2008. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-racismo-lingueistico-do-brasil/>. Acesso em: 04 nov.2020.

BORTONI-RICARDO, S.M. *Educação em língua materna:* a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2009.

CAGLIARI, L. C. Aspectos teóricos da ortografia. In: SILVA, M. et al. (Org.). *Ortografia da língua portuguesa:* história, discurso, representações. São Paulo: Contexto, 2009, p.17-52.

CHICUNA, A. M. *Portuguesismos nas línguas bantu:* para um dicionário português/kiyombe. 3.ed. Lisboa: Colibri, 2018.

DIAGNE, P. História e linguística. In: KI-ZERBO, J. (Org.). *História geral da África:* Metodologia e pré-história da África. vol.1, 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p.247-282.

FARACO, C. A. *Linguística Histórica:* uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FEHN, A.-M. (Eds.). *Khoisan Languages and Linguistics.* Proceedings of the 4th International Symposium July 11-13, 2011. Riezlern/ Kleinwalsertal. Köln: Rüdiger Köppe Verlag, 2017.

HEINE, B.; HONKEN, H. The Kx'a family: A new Khoisan genealogy. *Journal of Asian and African Studies* (Ajia Afuriku gengo bunka kenkyu). Vol. 79, p.5–36, 2010.

HEINE, B.; NURSE, D. *African languages:* an introduction. Cambridge: CUP, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS. *Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola*. Luanda: INE, 2016.

INVERNO, L. A transição de Angola para o português: uma história sociolinguística. In: TORGAL, L. R.; PIMENTA, F.T.; SOUSA, J. S. (Org.). *Comunidades imaginadas:* nação e nacionalismos em África. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008. p.1-19.

FIORIN, J. L. *Fala da polêmica sobre o livro didático,* 2011. 1 vídeo (16:10 min). Publicado pelo canal Editora Contexto. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pOkhXDRRxSc. Acesso em: 04 nov. 2020.

KÖHLER, O. R.A. Khoisan languages. In: *Encyclopædia Britannica,* Inc. 2004.

MAHO, J. F.*NUGL Online.* The online version of the New Updated Guthrie List, a referential classification of the Bantu languages. 2009. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20180203191542/http://goto.glocalnet.net/mahopapers/nuglonline.pdf >. Acesso em: 9 jan. 2021.

MIGUEL, M. H. *Dinâmica da pronominalização no português de Luanda.* Luanda: Mayamba Editora, 2014.

MORTON, F.; HITCHCOCK, R. Tswana hunting: Continuities and changes in the Transvaal and Kalahari after 1600. *South African Historical Journal*, vol. 66, nº3, p.418–439, 2014.

NGUNGA, A. *Introdução à linguística bantu.* Maputo: Imprensa Universitária, 2015.

PETTER, M. *Introdução à linguística africana.* São Paulo: Contexto, 2015.

POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola.* 2ª ed. Campinas, Mercado de Letras, 2012.

TIMBANE, A. A.; MANUEL, C. O crioulo da Guiné-Bissau é uma língua de base portuguesa? Embate sobre os conceitos. *Revista de Le-*

tras JUÇARA, Caxias – Maranhão, vol. 2, nº 2, p. 107-126, dez. 2018.

TIMBANE, A. A.; SANTANA, Y. F. D.; AFONSO, E. V. S. A cultura hip-hop e os angolanismos léxico-semânticos em Yannick Afroman: a língua e a cultura em debate. *Afluente*, Bacabal - Maranhão, vol.4, nº12, p. 104-128, mai./ago. 2019.

UNDOLO, M. E. da S. *Caracterização da norma do português em Angola.* 330p. Tese. Doutor em Linguística. Universidade de Évora, Instituto de Investigação e Formação Avançada, Évora, 2014.

ZAU, D. G. D. *A Língua Portuguesa em Angola:* um contributo para o estudo da sua nacionalização. 204p. Tese de doutorado. Universidade da Beira Interior, Departamento de Letras, Covilhã, 2011.

CAPÍTULO QUATRO
VARIAÇÃO SEMÂNTICA DE LEXEMAS VERBAIS NA VARIEDADE DO PORTUGUÊS DE ANGOLA*

ANA ALEXANDRA SILVA
JOSÉ GABRIEL GANGA

* Esta pesquisa foi financiada por fundos nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos do CEL-Centro de Estudos em Letras (CEL/UÉ (UI&D 00707)/2020) com as referências: Ref.ª UIDB/00707/2020 e Ref.ª UIDP/00707/2020.

1 INTRODUÇÃO

Tal como qualquer língua viva, a língua portuguesa encontra-se em constante evolução. No caso da língua portuguesa em Angola podemos adiantar que as influências linguísticas resultantes do contacto com as línguas de origem africana, resultaram tanto na criação de novas palavras e expressões, assim como em certos "desvios" à norma-padrão do Português Europeu, imprimindo-lhe um novo caráter. A maioria dos angolanos apenas toma contacto com a língua portuguesa na entrada para o sistema escolar, aprendendo, por isso, a língua num contexto formal. Desta forma, para a maioria dos angolanos, o português é segunda língua, especialmente nas zonas rurais e suburbanas.

Na verdade, serão poucos os professores que se aproximam do contexto idiomático europeu, sendo que a maioria da população comunica através de uma variedade híbrida, sedimentando-se esta de geração em geração. Este contexto social é facilitador de irregularidades linguísticas, quer do ponto de vista fonético-fonológico, morfossintático ou semântico. Do ponto de vista do português padrão existem casos de alteração/variação da interpretação semântica de diversos lexemas.

A língua portuguesa em Angola tem sido marcada por estudos variados no âmbito da linguística, em geral, e da sociolinguística, em particular, sobretudo em temas como as variedades do português, a norma, a lexicologia e a lexicografia. Segundo Suelela (2019, p.30), "Em Angola, o volume de trabalhos sobre o PA tem aumentado consideravelmente nas últimas décadas. Em quase todos, a descrição do PA é feita com base em fatores linguísticos externos (contacto entre línguas) [...])."

Um fenómeno linguístico a ter em consideração, no contexto que desenhamos acima, é a variação semântica de lexemas. Em Angola, as unidades linguísticas podem não ter o mesmo sentido/uso afastando-se do uso existente no Português Europeu (PE) ou Português Brasileiro (PB). Este facto pode ser entendido como uma evidência da Variedade do Português de Angola (VPA), sendo a variação semântica mais um aspeto a ter em conta quando se estuda esta variedade.

No âmbito da variação semântica, propomo-nos comparar a atestação de alguns lexemas verbais em dicionários, com o uso que os falantes da VPA fazem deles. São estes os lexemas **alcançar, consumir, descair, emagrecer, embutir, entalar, lançar, manter.** A atestação dos lexemas verbais foi realizada através de um levantamento em fontes lexicográficas consagradas e de uso corrente em Portugal e no Brasil, a saber:

Dicionário Aulete, acessível em https://aulete.com.br (DCAulete)

Dicionário da Porto Editora (www.infopedia.pt), (DPE)

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea (2001) (DLPC: 2001);

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001) (DHLP: 2001).

A informação recolhida nos dicionários permitir-nos-á comprovar a variação semântica das unidades em estudo, aferindo se esta variação também ocorre em PE/PB, ou se se trata de uma variedade existente apenas no contexto angolano. Para o uso formal dos lexemas verbais, extraímos destes dicionários as definições. Não foi possível utilizar nenhum dicionário publicado em Angola, uma vez que nenhum foi publicado. Em relação ao uso coloquial dos lexemas verbais, apresentamos exemplos que ilustram os contextos informais em que estes ocorrem. O nosso enquadramento remete para autores como Ullmann (1964), Morris (1976), Marques (1990), Rasmussen (1994), Vilela (1999), Cabré (2006) e Antunes (2012).

A pesquisa tem como propósito: a) contribuir para a divulgação, conhecimento e dicionarização de alguns lexemas verbais em estudo na VPA; b) mostrar as alterações semânticas sofridas pelos

lexemas verbais em análise e; c) apresentar os contextos informais em que são usados os lexemas verbais. O enfoque principal deste trabalho reside na variação semântica de alguns verbos, existente na VPA, face ao valor semântico atribuído a esses lexemas verbais dicionarizados em PE. Pretendemos aferir se o significado do lexema dicionarizado é diferente do uso quotidiano no PA e perante a resposta determinar se existiu uma extensão do sentido ou uma mudança de significado. Para tal, apresentaremos os conceitos de polissemia (Ullman, 1964), de neologia semântica (Alves, 2004, 2010) e, ainda, de ressemantização (Cabré, 2006).

2 METODOLOGIA

Esta seção pretende descrever os procedimentos metodológicos desta investigação, orientado de acordo com o método descritivo. A atestação dos lexemas verbais foi realizada através de um levantamento em fontes lexicográficas consagradas e de uso corrente em Portugal e no Brasil, a saber *Dicionário* Aulete (https://aulete.com.br), *Dicionário da Porto Editora* (www.infopedia.pt), *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (2001) e *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001).

Foi criado um quadro para cada lexema verbal, onde foram inseridas as definições presentes nos dicionários referenciados. Nestes quadros, apresentamos apenas as definições que consideramos pertinentes para o objetivo do nosso estudo. De seguida, apresentamos uma breve explicação e exemplos ilustrativos dos usos dos lexemas verbais no contexto informal angolano. Finalmente, apresentamos um quadro resumo comparativo dos significados dos lexemas verbais em PE e PA.

O presente estudo, para além da introdução e conclusão, está estruturado da seguinte forma: primeiro, procedemos a um enquadramento teórico, onde apresentamos e discutimos as teorias relacionadas com os lexemas verbais, a variação e as mudanças semânticas; segundo, apresentamos a variação semântica de lexemas verbais na VPA, analisando a variação de sentido que os lexemas verbais apre-

sentam na comunicação corrente dos falantes angolanos. Confrontamos as definições que constam nos dicionários e mostramos a alteração semântica sofrida pelo lexema verbal em análise, fornecendo uma breve explicação, seguida de exemplos na variedade do PA.

3 ENQUADRAMENTO

O conceito de "variação" já foi amplamente trabalhado por diversos autores, como M. Bagno (2014), ou Maria H. M. Mateus (2002, 2005) e M. Vilela (1995). Interessa-nos, sobretudo, um conceito de variação mais orientado para o uso, na senda de A. Timbane (2013, p.76), quando afirma o seguinte: "Linguisticamente falando, na lusofonia compartilhamos o mesmo sistema linguístico, mas existem várias normas que criam embaraço entre os lusófonos. Sendo o sistema uno, sólido e resistente às mudanças, constitui um núcleo central que permite com que possamos nos entender, apesar das variedades e variantes."

Como afirma Timbane (2013, p. 76) "(...) o português é "nosso", perdeu a nacionalidade portuguesa, perdeu a pertença étnica e sobretudo geográfica." A variação semântica, que aqui nos ocupa, é explicada através do contexto sociocultural em que a língua se movimenta. Será este contexto que permite às "palavras" migrar para diferentes significados dos originalmente atribuídos. "Entalar" em PE significa apenas "colocar entre talas" ou "ficar preso em lugar apertado, de difícil saída", em PA já adquiriu um novo significado, o de "engravidar" ou "o ato de estar grávida".

Angola é um país marcado pelo multilinguismo onde convivem as línguas bantu, as línguas do grupo khoisan e as europeias. Sendo o homem um ser comunicante, a língua que usa para se fazer ouvir junto dos outros, a língua que usa na intimidade da sua família é deveras importante. Os estudos linguísticos têm sido direcionados para a variedade do português, tendo em atenção a funcionalidade da língua. Desta feita, há que se ter em atenção alguns estudos já realizados por diversos autores, a nível fonético-fonológico, morfossintático e léxico-semântico como: Marques (1983),

Mingas (2000), Ntondo (2009), Costa (2006), Nzau (2011), Filusová (2012), Chicuna (2014), Miguel (2014), Adriano (2015), Costa (2015), Gaspar (2015), Undolo (2016), Trinta (2016), Tchikwamanga (2016), entre outros.

São muitos os falantes angolanos para os quais o português é "língua segunda". Na verdade, trata-se de uma variedade híbrida[1], a que Mingas (1998, p. 115) chamou "português de Angola" ou "angolano", com especificidades próprias. Estas correspondem àquilo a que Costa (2015: 61) chamou de "africanização"/"bantuização" ao nível do léxico, e que podemos aplicar a outros níveis da análise linguística, ao apresentar o conceito de "Português bantuizado"[2] como o faz Ganga (2016, p. 75): "(…) registo linguístico, em que as estruturas frásicas do Português europeu adquirem características fonológicas, fonéticas, morfossintáticas, semânticas e lexicais das marcas próprias da estrutura da gramática das línguas bantu." Passemos, então, para o tema do nosso estudo.

De origem latina a palavra *verbu* pertence a uma classe gramatical que indica, primariamente, uma ação e apresenta marcas morfológicas de pessoa, número, modo, tempo, voz e aspeto, podendo constituir, sozinho ou combinado com outros constituintes, o predicado da frase. Na perspectiva de Câmara Jr. (1997, p. 239), o verbo é a "classe de palavras que se opõe aos nomes pela natureza dos seus semantemas". Para o autor, a significação do verbo é, essencialmente, dinâmica:

> Referem-se aos movimentos em seu sentido lato, isto é, ao que se passa nos seres ou por intermédio dos seres. Caracterizam-se por trazerem em si uma

[1] Xavier e Mateus (1992) definem "hibridismo" como processo lexicológico (ou neológico, mais especificamente) de formação de palavras "por composição de elementos constituintes provenientes de línguas diferentes (...). A existência destas palavras decorre, em princípio, da circunstância dos elementos se terem integrado no mecanismo da língua que faz a sua associação". Podemos dar alguns exemplos envolvendo as línguas que nos interessam: "kisom" > quimbundo *ki* + port. *som*; "kileitão" > quimbundo *ki* + port. *leitão*.

[2] Verificámos os processos de substituição ou eliminação, na escrita e na oralidade, de palavras da Língua Portuguesa, de um grafema da língua portuguesa por um ou mais grafemas características da fonologia e morfologia das línguas bantu, como: *kisom*, *kileitão*, *kaza*, *freskinhas*, *kero*, *projekta*, *kigelado*, *kipizza*, *kigrama*, *kissumo*, etc. (cf. Ganga, 2016, p. 77).

> ideia temporal, seja – a) a da duração ou do resultado do processo, seja – b) a do momento da sua ocorrência. Assim essa ideia temporal pode assumir o carácter de – a) aspeto (v.); ou – b) tempo (v.). Quando uma forma nominal encerra a ideia temporal de transcurso, isto é, de transitoriedade, típica do verbo, constitui uma forma nominal do verbo, ou VERBO NOMINAL, também dita VERBÓIDE, apresentando-se na língua portuguesa como infinitivo (v.), particípios (v.) ou gerúndio (v). (Câmara Jr., 1997, p. 239).

O conceito de *verbo* foi amplamente discutido nas gramáticas de língua portuguesa. As definições aí contidas podem ser mais ou menos semelhantes, mas redundam nas características morfossintáticas do verbo. Vilela (1999, p. 60-61) apresenta uma síntese do que considera ser o mais relevante para o estudo do verbo. De acordo com Vilela (...) o verbo a) determina, como predicado, o mínimo actancial; b) ordena temporalmente, com a ajuda do "tempo", o estado de coisas implicado no seu significado; c) exprime, por meio do "modo", a atitude do falante quanto aos valores atribuídos ao enunciado; d) indica, por meio da "voz" (=género) uma determinada "perspectivação" do acontecer verbal: [...]; e) distribui, por meio da posição do verbo na frase, os "campos" frásicos; f) por meio da concordância entre sujeito e predicado verbaliza linear e discursivamente a frase gramatical; g) por meio do "aspeto" [...]determina o decurso (= tempo interno) do acontecer verbal: durativo, realizado, limitado, ilimitado, transicional, etc. (Vilela, 1999, p.60-61).

Desta forma o autor aponta estes traços como genéricos para a maioria dos verbos portugueses, alertando, no entanto, para os casos dos verbos que não se enquadram, como é o caso dos verbos meteorológicos, dos verbos no uso impessoal, entre outros (Vilela, 1999, p. 61-62). O significado de uma determinada palavra é o ponto de partida para a compreensão de qualquer enunciado, pelo que é crucial o lugar que a semântica ocupa na gramática da língua portuguesa. Morris (1976), em "Fundamentos da teoria dos signos", fala sobre a dimensão semântica da semiose, procedendo uma comparação com outras disciplinas que tratam dos signos. Apresenta dois aspetos na distinção da semântica: o aspeto puro e o aspeto descritivo. Nas suas palavras:

> A semântica trata da relação dos signos com seus "designata" e também com os objetos que eles podem denotar ou realmente denotam. Como no

> caso das outras disciplinas que tratam dos signos, pode-se fazer uma distinção entre seus aspetos puro e descritivo: a semântica pura fornece os termos e a teoria necessários para falar sobre a dimensão semântica da semiose e a semântica descritiva se ocupa das instâncias reais dessa dimensão. (Morris, 1976, p. 38, destaque do autor).

Para Morris (1976) tudo pode ser um signo, dependendo sempre da interpretação que cada utente da língua dele o faz[3]. Identifica um signo sintático que funciona ao nível da estrutura dos signos, tentando determinar como eles se relacionam e as combinações possíveis. Haverá também um signo semântico que analisa as relações entre os signos e os significados correspondentes. Por último, teremos o signo pragmático, o qual se debruça sobre o valor que os signos poderão ter para os seus utilizadores. Rasmussen (1994) identifica os verbos simples, do ponto de vista semântico, como aqueles que indicam uma situação externa, onde a descrição não tem implicações ao nível modal. Do ponto de vista sintático são verbos que constituem o núcleo da oração. O autor argumenta que:

> O potencial semântico dos verbos simples pode ser definido por meio de dois paradigmas básicos: o dos esquemas de ação, que indicam os tipos de situações que um verbo simples pode designar, e o dos campos semânticos, que estabelecem o quadro conceitual em que a situação se desenvolve (Rasmussen, 1994, p. 46).

As relações semânticas estabelecidas entre as palavras, traz, para este estudo, a conceção de polissemia, tal como entendida por Ullmann (1964, p. 331), enquanto "(...) traço fundamental da fala humana (...)." As palavras, segundo o autor, podem sofrer mudanças de aplicação, isto é, os contextos em que elas ocorrem pode mudar. Depois haverá a considerar a permanência/efemeridade do uso que se dá às unidades, sendo certo que quanto maior a distância conceptual entre o significado 1 e o significado 2 maiores as hipóteses de serem considerados sentidos diferentes para um mesmo termo. E é neste ponto exato, em que o nosso estudo se enquadra. Tentaremos aferir se um determinado significado já está de tal forma distante do seu significado original que se possa considerar um caso de polissemia.

[3] Não é intenção deste capítulo discutir a posição assumida por Morris, mas tão-somente apresentá-la para enquadramento do nosso estudo teórico.

Ullman (1964) considera que "nada há de definitivo acerca de uma mudança semântica: uma palavra pode adquirir um sentido novo, ou um grande número de sentidos novos, sem perder o seu significado original." (Ullman, 1964, p.405). Estas mudanças de significado sofridas pelas unidades linguísticas podem ter causas e motivações diversas. Ullman (1964) identifica quatro grandes tipos de causas, a saber, causas linguísticas, históricas, sociais e psicológicas. As primeiras dizem respeito a associações que as palavras estão sujeitas na fala, podendo a colocação habitual exercer uma influência no significado dos termos envolvidos. As causas históricas prendem-se com os objetos, instituições, ideias e conceitos que mudam no decurso do tempo. As causas sociais estão relacionadas com a migração de uma palavra da linguagem vulgar, para uma nomenclatura especializada, adquirindo um sentido mais restrito. Finalmente, as causas psicológicas indicam uma mudança de significado que tem origem no estado de espírito da pessoa que fala, ou num outro aspecto de cariz mental[4].

Marques (1990) identifica três ramos em que as alterações de sentido podem ocorrer: restrição, extensão e transposição de significados. O estudo da variação semântica no lexema verbal enquadra-se no domínio da extensão e transposição de significados, uma vez que "no âmbito da transposição ou transferência de significados, juntavam-se palavras que, por influência de processos variados, mostravam novos significados, numa gama diversificada de planos conceptuais." (Marques, 1990, p. 34). Da proposta de grelha tipológica apresentada por Cabré (2006), retirámos a parte relacionada com a "ressemantização". Assim, a mudança gramatical que ocorre ao nível da semântica está sujeita a três processos: redução de significado, ampliação de significado e, por último, mudança de significado. Os lexemas verbais que passaremos a analisar poderão estar a sofrer um destes três fenómenos identificados por Cabré, sofrendo alterações semânticas.

Bechara (1999, p.351) refere que "os neologismos ou criações novas penetram na língua por diversos caminhos." A realidade vivida na sociedade angolana atua como um facilitador desses caminhos, sendo que aquele que nos interessa será o que diz respeito à mudança ou à extensão de significado. Tendo em conta os três processos que

[4] Para maior detalhe sobre as causas da mudança semântica cf. Ullman (1964, p. 411-438)..

estão na base da criação de neologismos, tal como apresentado por Alves, I. (1990) & Biderman, T. (1978) *apud* Alves, (2010, p. 285), Alves (2004, p. 117) e Oliveira & Isquerdo (2001, p. 66-67), destacamos a neologia semântica ou mudança contextual[5]. Este processo redunda na expansão de sentido ou mudança de significado de unidades lexicais já existentes. Bechara (1999, p. 400 e ss.) identifica três espécies de alteração semântica, a saber, extensão de sentido que pode resultar numa restrição ou especialização do significado ou na própria plenitude do significado; enobrecimento de sentido ou degradação do significado; e enfraquecimento de significado.

Antunes argumenta que "o neologismo semântico é aquele que é formado por uma alteração do significado de uma base lexical já existente (...)." (Antunes, 2012, p. 174). Sendo este um tipo de neologia que não tem uma evidência formal, a sua comprovação não é fácil, dependendo sempre do contexto e da determinação do novo sentido. Como é evidente, mais demorada ainda é a inserção dos novos sentidos nas entradas dos dicionários. O uso precisa de ser consolidado e consagrado para que alcance o estatuto de "dicionarização".

Pretendemos aferir se, no caso das unidades linguísticas em análise, estaremos em presença de uma variação semântica ou de uma neologia semântica. A primeira representará um estádio anterior à segunda, ou seja, não é possível advogar um neologismo semântico sem este antes ter passado por um período de variação semântica.

4 VARIAÇÃO SEMÂNTICA DE LEXEMAS VERBAIS NA VPA

Os lexemas verbais serão incluídos numa tabela com cada uma das atestações (DCAulete, DPE, DLPC: 2001 e DHLP: 2011), após o que serão apresentados exemplos dos lexemas verbais no contexto informal angolano. As frases constantes em todos os exemplos foram

[5] Para além do processo identificado no corpo do texto, existe ainda a neologia ou criação lexical que entende as palavras como sendo formadas através de métodos e elementos pertencentes à própria língua, caso das derivações, composições, fraseologismos, entre outros. A neologia ou adoção de empréstimos refere-se às unidades lexicais retiradas de sistemas linguísticos estrangeiros.

produzidas por nós, em função da nossa vivência quotidiana, com exceção do exemplo (8), retirado do álbum "Por Angola", do cantor angolano Matias Damásio.

Na verdade, não são poucos os lexemas cujo significado é, por vezes, difícil de identificar e de explicar na VPA, tal a variação de sentido que tais lexemas apresentam na comunicação corrente dos falantes angolanos. Variações de sentido, nuns casos, especialização de determinado sentido noutros e, ainda noutros casos, fenómenos de extensão metafórica são prova do dinamismo e enriquecimento lexical da VPA. (cf. Undolo, 2016, p. 232).

Passamos, a seguir, a apresentar as definições que constam nos dicionários. Excluímos deliberadamente os exemplos, uma vez que estes apenas atestam o significado já identificado. Não foram retiradas dos dicionários todas as acepções aí inscritas, mas tão somente as principais. Verificámos, no entanto, se alguma das acepções secundárias poderia estar, de algum modo, relacionada com o uso corrente na VPA. Nesse caso, essa acepção será transcrita para o quadro receptivo. Depois de cada entrada dicionarizada é nosso objetivo mostrar a alteração semântica sofrida pelo lexema verbal em análise, fornecendo uma pequena explicação, seguida de exemplos comprovantes do seu uso.

Quadro 1: Lexema verbal "Alcançar"

DCAulete	DPE	DLPC: 2001	DHLP: 2001
1. Chegar a determinado lugar ou ponto (tb. *Fig.*); ATINGIR 2. Conseguir chegar a alguém ou algo distante, que se afasta ou está mais adiantado.	1. Chegar junto de; atingir 2. apanhar; agarrar 3. conseguir; obter 4. abranger; abarcar 5.*figurado* compreender *popular* engravidar	Chegar junto aos calcanhares de. Atingir determinado lugar despendendo, geralmente, um certo esforço. Chegar junto aos calcanhares de. Atingir determinado lugar despendendo, geralmente, um certo esforço.	1. chegar junto ou ao lado de (alguém ou algo que seguia à frente). 2. apanhar ou tocar (algo) com as mãos ou com auxílio de algum objecto.

Fonte: Dados da pesquisa

Acepção de "alcançar" na VPA

No contexto angolano, sobretudo na linguagem informal, a palavra tem sido usada com o significado de "engravidar", referindo-se

quer à mulher já grávida, quer àquela que não consegue engravidar. O lexema usa-se em frases exclamativas e interrogativas, com o intuito de expressar admiração. Pode ser usado no caso de um casal que demora a engravidar (independentemente da razão). Não é, porém, aplicável a casais que já tenham filhos antes ou depois do casamento, visto que nessas circunstâncias é normal a gravidez. O fator "surpresa" está no cerne deste lexema.

(1) A Maria, até hoje, não **alcança**?

(2) A Maria demorou **alcançar**, mas conseguiu, graças a Deus!

(3) O Manuel deixou a Paula porque não estava a **alcançar**.

(4) Se o problema do casal é de **alcançar**, então, é melhor procurarem um médico.

Em (1) o sentido é bastante claro, querendo o falante inquirir sobre o estado de gravidez de uma terceira pessoa. O mesmo acontece em (2) e (3). O enunciado (4) poderia provocar alguma estranheza a um falante de PE. Refira-se, no entanto, que o contexto em que estes enunciados ocorrem poderiam, com alguma facilidade, esclarecer o uso em causa.

O "Dicionário de Língua Portuguesa", disponível em: www.infopedia.pt reconhece um uso, ainda que popular, com o mesmo sentido utilizado na VPA. Não são, porém, avançados quaisquer exemplos que comprovem esse uso.

Quadro 2: Lexema verbal "consumir"

DCAulete	DPE	DLPC: 2001	DHLP: 2001
(verbete original) 1. gastar, corroer até completa destruição ou até uma destruição considerada como completa; devorar; destruir: 2. Enfraquecer, abater: 3. Gastar, destruir pelo uso: Consumir trigo, consumir vinho. 4. Absorver; despender.	1. fazer desaparecer pelo uso ou pelo gasto 2. usar; utilizar 3. corroer 4. destruir 5. fazer esquecer 6. absorver; ingerir 7. comprar 8. despender 9.*figurado* mortificar; Afligir	Comer, beber ou utilizar, geralmente na alimentação. Beber, comer, gastar.	1. destruir(-se) totalmente 2. mortificar(-se) com a dor, ciúme, raiva, remorso, etc. 3. aborrecer(-se), apoquentar(-se)

Fonte: Dados da pesquisa

Acepção de "consumir" na VPA

No contexto angolano, no registo coloquial, o lexema verbal tem sido usado com o significado de "insultar", "abusar", "irritar". Quando um indivíduo "comete" um erro, uma falha ou por qualquer outro motivo, fracassa na vida, é "consumido" (abusado) pelos amigos, colegas ou mesmo pelos familiares.

(5) Estás a me **consumir**?

(6) Te **consumiram**, né?

(7) Os colegas de turma, do jeito que **consomem** um colega que "atira pedras", parece que elas não erram.

(8) "(…) Mas um dia a vida vai mudar/ Carro, roupa nova, um carro vou-te comprar/ Lisboa, Paris, juntos vamos viajar/ Aquelas amigas que te **consomem** vão-te sentir/ Mas agora bate a bola baixa, mamã/ Não vale a pena comparar a vida luxuosa do vizinho (…)." (Trecho da música "Lombongo" de Matias Damásio, 2012).

O uso na VPA do lexema verbal "consumir" está associado a algo negativo, como em (5) e (6). No enunciado (7) há que esclarecer o idiomatismo "atira pedras", que significa alguém que comete erros de português. Nenhum dos dicionários consultados associa o lexema verbal "consumir" ao ato de insultar alguém. No entanto, ao "gastar", "destruir" ser um dos sentidos de "consumir", entende-se a extensão de significado aplicada a este lexema. Afinal, quando se insulta alguém, está-se a praticar um ato de destruição, neste caso de uma pessoa ou pessoas.

Quadro 3: Lexema verbal "descair"

DCAulete	DPE	DLPC: 2001	DHLP: 2001
1. Deixar pender ou pender. 2. Vergar, curvar, por falta de forças	1. (deixar) pender 2. (fazer) cair um tanto para o lado; inclinar(-se) 1. baixar 2. vergar ou curvar por falta de força 3. abrandar 4. afrouxar 5. desfalecer 6. mudar pouco a pouco 7. ser malsucedido	(sem registo de entrada lexicográfica)	1. fazer cair ou cair; deixar pender ou pender 2. tomar uma posição arqueada; curvar-se, vergar-se 3. mover(-se), afastando-se

Fonte: Dados da pesquisa

Acepção de "descair" na VPA

No uso coloquial "descair" tanto pode significar "visitar alguém" (10), como ser utilizado como forma de informar o outro que se vai embora, ou "ato de caminhar em direção a" (9).

(9) Vou **descair**.

(10) Manuel, vou **descair** no Rocha Pinto ver a tia Maria.

(11) João, **descai** ainda aqui no óbito. Estamos à tua espera.

O exemplo (11) mostra um pedido ou um convite. Convém esclarecer que "óbito" aparece dicionarizado como "morte de pessoa, falecimento, passamento" (DPE), mas na VAP é o local, normalmente a casa onde morava a pessoa falecida, no qual as famílias, amigos, colegas e vizinhos se reúnem para chorar. Em (11) temos, então, "descair" usado em vez do verbo "vir": "João, vem...".

Quadro 4: Lexema verbal "emagrecer"

DCAulete	DPE	DLPC: 2001	DHLP: 2001
1. Tornar(-se) magro ou mais magro 2. Fig. Fazer diminuir ou diminuir de importância, de riqueza, de valor	tornar(-se) (mais) magro; adelgaçar(-se)	tornar ou ficar mais magro, fazendo perder ou perdendo peso, volume ou gordura.	1. tornar[-se] (mais) magro, reduzir ou sofrer redução de peso; emagrar 2. reduzir[-se], diminuir ou fazer diminuir (lucro, rendimento, dotação).

Fonte: Dados da pesquisa

Acepção de "emagrecer" na VPA

Na VPA "emagrecer" significa "ato de encostar" ou "encostar-se" (12). O verbo é comumente usado nos serviços de táxis, vulgo "candongueiros" e/ou "azuis e brancos". Num banco onde, suposta-

mente, caberiam três pessoas, os cobradores[6] de táxis pedem aos primeiros três passageiros sentados para "emagrecerem", ou seja, para se encostarem, de modo a deixar espaço para um quarto passageiro (13), (14) e (15). Repare-se, no entanto, que a substituição do lexema "emagrecer" pelo de "encostar" parece sugerir uma extensão de significado. Para realizar o "ato de encostar", o sujeito terá de "emagrecer". Em (12) embora se trate de uma ordem, o falante usa a forma verbal da terceira pessoa do plural do presente do indicativo, *emagrecem*, em vez do imperativo *emagreçam*.

(12) Neste banco cabem quatro pessoas, **emagrecem…**!

(13) Tia, **emagrece**…!

(14) Moço, vou **emagrecer** até aonde?

(15) Se eu **emagrecer** mais, não vou pagar os cento e cinquenta kwanzas.

Quadro 5: Lexema verbal "embutir"

DCAulete	DPE	DLPC: 2001	DHLP: 2001
1. Introduzir, incluir, integrar (alguma coisa) (em algo) 2. Introduzir (pedra, madeira, metal etc.) em (joia, obra de marcenaria etc.) esp. para ornamentar; ENTALHAR; MARCHETAR; TAUXIAR 3. Fig. Levar (alguém) a acreditar em (algo que pode ser mentira); IMPINGIR	1. inserir (peça) em; encaixar em 2. introduzir numa peça pedaços de outra, para formar contraste ou desenhos; marchetar; tauxiar 3. meter à força 4. *figurado* impingir	introduzir peças, de madeira ou de outro material, numa superfície, para formar desenhos ou formas decorativas; fazer um embutido. Entalhar, incrustar, marchetar.	1. introduzir fazendo uma abertura 2. ajustar (armário, fogão, etc.) em vão apropriado 3. introduzir em (madeira, metal, etc.) pedaços de madeira, marfim, etc.; encastoar, incrustar, marchetar, tauxiar 4. construir ou incluir como parte integrante e, por vezes, inseparável 5. fazer crer; inculcar, impingir

Fonte: Dados da pesquisa

[6] Nos serviços de táxis, vulgo "candongueiros" e/ou "azuis e brancos", a função do condutor é apenas a de conduzir. O cobrador tem como função chamar, "acomodar" os passageiros e fazer a cobrança do valor a pagar por cada passageiro. É o cobrador, geralmente, o responsável pela viatura, pessoa de confiança do proprietário.

Acepção de "embutir" na VPA

O lexema verbal "embutir" usa-se em resposta a um indivíduo – criança ou adulto – que demonstre insatisfação em relação àquilo que consumiu, achando-o insuficiente. Fá-lo com uma atitude de protesto, querendo mais do que aquilo que já lhe foi dado. Como resposta, terá um enunciado como (16) ou (17). Também é comum dizer a quem tenha comido ou bebido em demasia, como em (18) e (19). O *Dicionário da Língua Portuguesa* indica "meter à força" como um dos significados de "embutir". Novamente, por extensão de significado, "embutir" adquire o sentido de "meter à força comida na boca."

(16) Está aí a comida. Se **embute** já!

(17) Se **embutiste**?! Agora aguenta!

(18) Toda hora, queres comer?! Toma! Se **embute**, seu guloso!

(19) Este apetite vem daonde?[7] Tipo não comeste! Agora se **embute**!

Quadro 6: Lexema verbal "entalar"

DCAulete	DPE	DLPC: 2001	DHLP: 2001
1. Colocar tala(s) em; apertar com tala(s) 2. Pôr ou ficar preso em lugar apertado, de difícil saída.	1. meter entre talas 2. pôr em lugar apertado 3. trilhar 4. *figurado* meter em apertos 5.*figurado* comprometer	Colocar entre duas tábuas, apertando, para fixar e tornar imóvel; pôr entre talas, diferente de desentalar.	1. pôr tala(s) em; apertar com tala(s) 2. fazer entrar ou entrar em local estreito e apertado; engasgalhar-se 3. pôr(-se) em situação difícil; embaraçar(-se), encalacrar(-se)

Fonte: Dados da pesquisa

Acepção de "entalar" na VPA

Na VPA "entalar" tem o mesmo sentido de "alcançar", ou seja, "ato de engravidar". Existe, no entanto, uma pequena diferença, pois "entalar" só se utiliza para uma mulher que já está grávida (20). "Entalar" refere-se, normalmente, a mulheres jovens que engravidam pela primeira vez, causando admiração na comunidade (21) e (22).

[7] "daonde" está grafado conforme se diz, sendo caraterística do discurso oral.

(20) O João **entalou** a Maria!

(21) A Maria está **entalada**.

(22) Para **entalar** é rápido. Assumir que é bom nada!

Quando um jovem ou uma jovem engravida sem o planear, existe um sentido geral de admiração, podendo gerar comentários como *O João entalou a Maria*, como em (20). Neste exemplo (20) o foco é o sujeito da ação, *O João.* Em (21) o sujeito da ação é *A Maria*, tratando-se de uma afirmação declarativa, sem a dose de surpresa presente em (20). Em (22), fala-se de um indivíduo que tendo engravidado uma jovem não se responsabiliza pelo ato praticado, ou seja, não assume as consequências desse ato.

Quadro 7: Lexema verbal "lançar"

DCAulete	DLP	DLPC: 2001	DHLP: 2001
1. Arremessar, visando um alvo. 2. Projetar, mediante propulsão 3. Jogar, estendendo 4. Fig. Arrojar(-se), jogar(-se), precipitar(-se)	1.arremessar com força; atirar; arrojar; deitar 2. fazer nascer; produzir; dar início a 3. expelir; exalar; espalhar 4. vomitar 5. fazer recair sobre alguém; atribuir 6. fazer constar 7.dizer algo repentinamente 8. pôr em voga 9. derramar 10. dirigir; apontar	Obrigar um objeto que se tem na mão a seguir numa dada direção, dando-lhe um impulso forte e repentino com a mão e o braço e largando-o subitamente, fazendo-o deslocar-se no ar ou sobre uma superfície; fazer o lançamento. Arremessar, atirar. Vomitar	1. propelir através do espaço, geralmente visando um alvo, por meio de rápido movimento da mão e do braço 2. projectar por meio de dispositivo propulsor (...) 16. emitir, exalar; expedir, expelir, deitar 17. vomitar

Fonte: Dados da pesquisa

Acepção de "lançar" na VPA

Na VPA "lançar" é utilizado, na linguagem informal, com a acepção de "vomitar", ou seja, expelir restos de alimentos pela boca (23) a (26). Todos os dicionários, à exceção do DCAulete apontam "vomitar" como sendo uma das acepções de "lançar". Não será, no entanto, um uso comum entre a população.

(23) A Ana comeu demais e agora está a **lançar**.

(24) **Lançou** tanto que ficou fraco!

(25) Onde está o João? – O João?! Está ali a se **lançar**!

(26) Bebes muito, pha! Vai lá **lançar** longe!

O ato de "lançar" é indicado a alguém que, tendo comido em demasia, sofra as consequências de tal ato expelindo tudo o que comeu (23) ou estando, supostamente, "doente" cause um sentimento de tristeza por parte dos membros da família, como em (24). Aplica-se também a alguém que tenha exagerado no consumo de bebidas alcoólicas, ou que seja dado a beber em excesso, causando desagrado àqueles que o rodeiam, como nas frases (25) e (26).

Quadro 8: Lexema verbal "manter"

DCAulete	DPE	DLPC: 2001	DHLP: 2001
1. Conservar (algo, alguém ou a si mesmo) em certo estado ou condição; PRESERVAR 2. Dar ou fornecer a alguém ou a si mesmo alimento e condições necessárias para viver; SUSTENTAR(-SE)	1. pagar (a alguém) as despesas indispensáveis à vida 2.conservar; preservar 3. segurar; sustentar 4. observar; cumprir 5. guardar; reter 6. reafirmar	Segurar, sustentar, suportar.	1. fazer ficar ou ficar (alguém ou algo) em determinada posição, estado ou situação; impedir de ou ficar sem se deslocar, se mexer; conservar(-se) 2. fazer perdurar em determinado estado; proteger, assegurar; sustentar na posse ou gozo de algo; reter, conservar

Fonte: Dados da pesquisa

Acepção de "manter" na VPA

Na VPA "manter" significa "viver maritalmente" ou em "união de facto". O modo de viver angolano privilegia o conceito de família, atribuindo uma grande importância à união entre dois seres. O verbo "manter" é utilizado como sinónimo de "casar", como se verifica nos exemplos seguintes. No entanto, é comum ouvir "manteu" por "manteve", incorrendo o falante num erro de construção do verbo.

(27) A Maria **manteu** com o João.

(28) **Manter** com homem de Luanda, prefiro **manter** com o homem de Calulo.

(29) A Maria ainda não **manteu**?!

(30) A Catarina passa a vida a trocar de namorado. **Manter** que é bom, nada!

Na frase (27) o interlocutor fornece uma informação, a de que a Maria vive maritalmente com o João. Em (28) há uma comparação entre os homens de Luanda e de Calulo, preferindo a interlocutora "casar" com os da segunda localidade. Quando um jovem ou uma jovem, depois dos trinta anos de idade, não "arranja" um parceiro/a, ou seja, não casa, constitui-se motivo de preocupação aos pais e à comunidade à sua volta. É, portanto, quase inaceitável que um homem ou mulher viva só, sem um/a companheiro/a. Nisto, as pessoas conhecidas questionam, como na frase (29). Já em (30) constitui preocupação e admiração para a família o facto de a Catarina levar a vida "mundana", como se diz na gíria, e não querer contrair matrimónio.

Quadro 9: Resumo dos significados dos lexemas verbais em PE e VPA

Verbos	PE	VPA
"alcançar"	"chegar a determinado lugar ou ponto" "Sentido popular – engravidar"	"engravidar"
"consumir"	"gastar, devorar, destruir"	"insultar"
"descair"	"deixar cair ou pender"	"sair, andar, ir embora"
"emagrecer"	"tornar mais magro, diminuir"	"ato de encostar"
"embutir"	"introduzir, incluir, integrar"	"ato de comer em demasia"
"entalar"	"colocar tala, ficar preso em lugar apertado"	"gravidez"
"lançar"	"arremessar, projetar, jogar" ("vomitar")	"vomitar"
"manter"	"conservar, dar, fornecer"	"viver maritalmente"

Fonte: Dados da pesquisa

Dos oito lexemas verbais analisados seis apresentam significados diferentes dos utilizados no PE e PB, segundo os dicionários utilizados. Dois deles, "alcançar" e "lançar" enquanto sinónimos de "engravidar" e "vomitar", respetivamente, estão atestados com os mesmos significados nos dicionários de língua portuguesa. Todos os outros sofrem alterações de sentido, o que permite atestar a existência de uma variação semântica. Esta variação de sentido convive, em Angola, com a utilização dos lexemas no seu uso canónico. Assim, num registo formal "alcançar", por exemplo, significará "chegar a determinado ponto ou lugar", ficando o sentido de "engravidar" reservado para o uso coloquial do referido lexema.

Retomando Marques (1990) acreditamos que "consumir" e "descair" se enquadram na transposição de significados, pois existem novos significados para a unidade em análise. Já em relação a "emagrecer", "embutir, "entalar" e "manter" parece ter havido um processo de extensão ou ampliação dos significados das unidades. "Manter", por exemplo, estende o significado de "conservar, dar, fornecer" para o de "viver maritalmente", ou seja, "conservar" uma relação a dois. Repare-se que não identificámos qualquer fenómeno relacionado com a restrição de significados.

Empreendendo o mesmo tipo de exercício, tentemos adaptar tipologia de Cabré (2006), para que concluamos que temos dois casos de mudança de significado, "consumir" vs. "insultar" e "descair" vs. "ir embora, e cinco casos de ampliação de significado: "emagrecer", "embutir", "entalar", "lançar" e "manter".

CONCLUSÃO

A variação semântica ilustrada nos oito lexemas verbais selecionados é prova do dinamismo existente na VPA. As unidades linguísticas sofrem extensões do seu campo semântico, alargando o seu escopo de uso. O valor de uma determinada unidade é ampliado para satisfazer as necessidades dos falantes.

O confronto entre um lexema dicionarizado e um lexema em uso, neste caso na VPA, mostra-nos que, nem sempre o que está instituído é o seguido pelos falantes. Sendo o verbo um elemento fundamental em qualquer produção linguística, torna-se permeável a significados novos que lhes são atribuídos pelos falantes da língua. Assim, e na senda de Morris (1976), a unidade linguística dependerá sempre da interpretação que cada falante da língua faz. Se "alcançar", além de significar "chegar a determinado ponto", significa "engravidar" foi porque os falantes assim o determinaram.

Consideramos estar, agora, em condições de formular uma hipótese que possa dar conta do processo que estes lexemas têm vindo a sofrer na VPA. Ullman (1964) defenderia que os lexemas verbais em análise são polissémicos, uma vez que o facto de ganharem significados novos, não faz com que se perca o significado original. Desta forma se explica que "lançar" signifique "arremessar, visando um alvo", mas também signifique "expelir restos de alimentos pela boca".

A neologia semântica foi também uma hipótese ponderada, mas não avançada uma vez que os lexemas verbais não perderam os seus significados originais, mas tão-somente adicionaram novos significados aos já existentes. Por exemplo, "manter" continua a significar "conservar (algo, alguém ou a si mesmo)", mas na VPA significa também "viver maritalmente". A ressemantização parece explicar o processo que os oito lexemas verbais em análise estão a viver. Há uma ampliação de significado no caso de "alcançar" e de "lançar", enquanto "consumir", "descair", "emagrecer", "embutir" e "manter" podem estar a mudar o seu significado. Assim, acreditamos que os significados atribuídos a estes oito lexemas estão num processo dinâmico de mudança, ainda não completamente concretizada, uma vez que os significados originais se mantêm, mas claramente se identifica um processo de ressemantização, por amplificação, dos significados prototípicos.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. *Dicionário da língua portuguesa contemporânea* (Vol. I e II). Lisboa: Verbo, 2001.

ADRIANO, P. S. *A crise normativa do Português em Angola, clitização e regência verbal: que atitude normativa para o professor e o revisor?* Luanda: Mayamba, 2015.

ALVES, I. M. *Neologismo-criação lexical*.2.ed. São Paulo: Ática, 2004.

ALVES, I. M. (Org.). *Neologia e neologismos em diferentes perspectivas*. São Paulo: Paulistana, 2010.

ANTUNES, M. *Neologia de imprensa do português*. 2012. 291f. Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

Aulete Digital (2021). Disponível em: https://aulete.com.br. Acesso em:12 abr.2021.

Bechara, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BAGNO, M. *Língua, linguagem e linguística*. São Paulo: Parábola, 2014.

CABRÉ, M.T. La clasificación de neologismos: una tarea compleja. *Alfa: Revista de linguística*. São Paulo: UNESP, vol.50, nº2, p.229-250, 2006.

CÂMARA JR., J. M. *Dicionário de linguística e gramática*. 18.ed. Petrópolis: Vozes Petrópolis, 1997.

CHICUNA, A. M. *Portuguesismos nas línguas bantu: para um dicionário português-kiyombe.* Lisboa: Edições Colibri, 2014.

COSTA, A. F. da (2006). *Rupturas estruturais do Português e línguas Bantu em Angola, para uma análise diferencial*. Luanda: Universidade Católica de Angola.

COSTA, T. M. C. José da (2015). *Umbundismos no Português de Angola. Proposta de um Dicionário de Umbundismos* (Tese de Doutoramento). 241f. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

DAMÁSIO, M. "Lombongo". In: *Por Angola*. Luanda, 2012. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=KGNm3vNZA28

Dicionário da Porto Editora (2021) – https://infopedia.pt

FILUSOVÁ, R. *Difusão e desenvolvimento do Português vernáculo de Angola* (Monografia de Licenciatura). 58f. Mazarykova: Faculdade de Filosofia, Universidade Mazarykova, 2012.

GANGA, J. G. *Tendências fonológicas e ortográficas do Português em Luanda* (Dissertação de Mestrado). Luanda: Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda, 2016.

GASPAR, S. I. N. F. *A língua portuguesa em Angola: contributo para uma metodologia de língua segunda* (Dissertação de Mestrado). 124f. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015.

GONÇALVES, A.; RAPOSO, E. B. P. Verbo e sintagma verbal. In: RAPOSO, E. Paiva et al. (Org.). *Gramática do Português*. Vol. II. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 1155 – 1218.

Houaiss, A.; Villar, M. de S., FRANCO, F. M. de M. D*icionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

Marques, M. H. D. *Iniciação à semântica.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

MARQUES, I. G. Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola. In: *Actas de Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983. p. 205 – 224.

MATEUS, M. H. M. (Org.). *Uma política de língua para o português*. Lisboa: Colibri, 2002.

MATEUS, M. H. M; NASCIMENTO, F. B. *A língua portuguesa em mudança*. Lisboa: Caminho, 2005.

Miguel, M. H. *Dinâmica da pronominalização no Português de Luanda.* Luanda: Mayamba, 2014.

MINGAS, A. A. O português em Angola - Reflexões. In: *VIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*. Macau: Centro Cultural da Universidade de Macau, 1998, p. 109-126.

MINGAS, A. A. *Interferências do Kimbundu no Português falado em Lwanda.* Luanda: Chá de Caxinde, 2000.

MORRIS, C. W. *Fundamentos da teoria dos signos.* São Paulo: Livraria Eldorado Tijuca, 1976.

NTONDO, Z. *A contribuição para uma normatização ortográfica da*

toponímia angolana. Luanda: Edições Kulonga/ISCED, 2009.

NZAU, D. G. N. *A Língua Portuguesa em Angola, um Contributo para o Estudo da sua Nacionalização* (Tese de Doutoramento). 204f. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2011.

OLIVEIRA, A. P.; ISQUERDO, A. N. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia* (2ª ed.). Campo Grande: UFMS, 2001.

RASMUSSEN, L. S. Esbozo de una Teoría Semántica de los Verbos Espanoles y su Influencia sobre las Construcciones Adverbiales. In: ENDRUSCHAT, A.; VILELA, M., WOTJAK, G.(Org.), *Verbo e Estruturas Frásicas. Actas do IV Colóquio Internacional de Linguística Hispânica. Revista da Faculdade de Letras do Porto.* Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1994, p. 45 – 70.

SUELELA, D. J. L. *Complementação finita no português de Angola. Para uma gramática da frase.* 148f. (Tese de Doutoramento). Évora: Universidade de Évora, 2019.

TCHIKWAMANGA, J. T. *Tendências sintáticas do Português de Angola* (Dissertação de Mestrado). 120f. Luanda: Faculdade de Letras, Universidade Agostinho Neto, 2016.

TIMBANE, A. A. A variação linguística e o ensino do português em Moçambique. *Confluência*, Rio de Janeiro vol.1, nº 43, 2012, p. 261-284.

TRINTA, C. D. *Distribuição dos modos conjuntivo e indicativo no Português falado e escrito em Angola: contributo no estudo comparativo com o PE, numa perspectiva semântica* (Dissertação de Mestrado). 99f. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2016.

ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

UNDOLO, M. *A norma do português em Angola, subsídios para o seu estudo.* Bengo: ESP-Bengo, 2016.

VILELA, M. *Ensino da língua portuguesa: léxico, dicionário, gramática*. Coimbra: Almedina, 1995.

VILELA, M. *Gramática da língua portuguesa, gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discurso*. Coimbra: Almedina, 1999.

XAVIER, M. F.; MATEUS, M. H. M. *Dicionário de termos linguísticos*. vol. 2, Lisboa: Edições Cosmos, 1992.

CAPÍTULO CINCO

SIGLAÇÃO E ACRONÍMIA DA ATIVIDADE ECONÓMICA EM ANGOLA

Nicolau Manuel José

INTRODUÇÃO

Toda a língua é um sistema linguístico de variedades cruzadas que mudam em função de fatores linguísticos e extralinguísticos, o que as leva a tomarem formas ou modelos diferentes em função do tempo, do espaço e das situações em que são utilizadas / atualizadas. Essas diferenças podem manifestar-se quer ao nível do léxico, quer ao nível da pronúncia, quer ao nível da morfossintaxe e da semântica.

Considerando a existência de um português, em Angola, que se vai diferenciando do de Portugal em muitos aspectos (lexicais, fonético-fonológicos, morfossintáticos e semânticos), é no domínio do léxico que centramos a nossa investigação. Pretendemos, pois, através de um *corpus* escrito constituído por textos da imprensa angolana, estudar as unidades neológicas formadas pelos processos de siglação e de acronímia que vão emergindo no léxico da variedade angolana do português.

Para a prossecução dos objetivos definidos no presente trabalho, e tendo em atenção a natureza desta investigação, optámos, como alternativa metodológica, pela linguística de *corpus* que consistiu na reunião de um conjunto de textos escritos produzidos por sujeitos cultos do português angolano em contextos formais de comunicação e sobre os quais identificámos o fenómeno em abordagem. O uso da linguística de *corpus* como alternativa metodológica no presente trabalho possibilita a exposição da variedade do português angolano em uso em contextos formais de comunicação, isto é, a delineação dos neologismos por siglação e acronímia da atividade económica em Angola.

Quanto à pesquisa, a presente investigação enquadra-se num tipo de pesquisa qualitativa. De acordo com Gonçalves (2010), na pesquisa qualitativa, procura-se captar a produção espontânea e autêntica dos falantes, o seu estilo vernáculo, que parece ser aquele que reflete a forma mais natural de usar o conhecimento da variedade de língua. De acordo com a natureza da sua realização, descrição do fenómeno tal com ocorre na realidade objetiva, o trabalho obedece a uma investigação descritiva. Vale salientar que para a argumentação deste trabalho, utilizámos a pesquisa bibliográfica, partindo de publicações significativas nesta área.

1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PORTUGUÊS EM ANGOLA

Tendo em conta as diferentes circunstâncias do contexto sociocultural angolano, que têm contribuído para o aumento significativo do número de falantes de português, e considerando o contacto linguístico que contribui, em muitos casos, para o fenómeno de mudança linguística em curso, verifica-se que o português é a língua que mais transformações registra.

Em Angola, o português possui efetivamente os estatutos funcionais de: língua oficial (artigo 19º da Constituição da República, 2010), utilizada na escolarização e nos contactos administrativos, oficiais e internacionais; língua veicular, na medida em que veicula a angolanidade sem grandes restrições geográficas, ou mesmo culturais; e língua nacional, sendo comum entre os angolanos na sua generalidade. Estes estatutos estão associados à história colonial e à conjuntura sociolinguística nacional.

Refira-se que todas as variedades linguísticas são estruturadas, e correspondem a sistemas e subsistemas adequados às necessidades dos seus usuários. Mas o facto de estar a língua fortemente ligada à estrutura social e aos sistemas de valores da sociedade conduz a uma avaliação distinta das caraterísticas das suas diversas modalidades diatópicas, diastráticas e diafásicas (Cunha & Cintra, 2013, p. 4). "E como todo o ser humano muda durante a vida – embora nem sempre sinta essa mudança -, também a língua que nos acompanha muda e

se adapta às nossas novas necessidades, mantendo, no entanto, a sua identidade" (Mateus & Cardeia, 2007, p. 43). É nesta perspectiva que Mateus et al. (2003, p. 33) explicam que:

> Qualquer língua natural varia ao longo do tempo e do espaço da sua utilização. Varia ao longo da sua própria história como varia ao longo da vida dos falantes que a utilizam quer como língua materna quer como língua não materna. Varia de região para região onde é utilizada, varia em função do contacto com outras línguas, varia em função das pertenças sociais e culturais dos seus falantes, varia em função das próprias situações em que é utilizada.

Note-se que a variação é uma propriedade regular do sistema linguístico. O falante tem a competência linguística para lidar com regras variáveis. A existência de variação e de estruturas heterogéneas é um facto comprovado. "Na sequência dessas variações, países com línguas comuns adotam padrões linguísticos diferentes e que, longe de porem em causa a unidade do idioma, enriquecem-no" (Miguel, 2014, p. 11). Na mesma senda, Adriano (2014, p. 89) afirma que:

> O distanciamento geográfico, sociocultural e outros fatores individualizantes entre Portugal e Angola tornam inevitável o surgimento de uma variedade diferente da europeia. A língua sempre observou a evolução da cultura do povo que a emprega. O povo português e o povo angolano não categorizam o mundo através da língua do mesmo modo. Por isso, é esperável que muitos aspetos (fonéticos, lexicais, morfossintáticos e semânticos) do português em Angola se demarquem do português europeu. Esta constatação de haver um português em Angola que se vai diferenciando do de Portugal é, por isso, indiscutível.

Contudo, defendemos que, em Angola, norma culta já nasceu, apenas espera por estudos exaustivos sobre as suas particularidades linguísticas para que seja abordado explicitamente pelos seus falantes, nas escolas, nos órgãos de comunicação social, no parlamento angolano entre outros. A sua oficialização será, por conseguinte, uma necessidade premente, devendo marcar o culminar de um processo que começa com a exaltação da angolanidade (cf. Undolo, 2019). Banza (2014, p. 37) recorda-nos de que "quanto melhor se conhecer o português de Angola e a sua deriva específica, mais fácil será assumir

que, cada vez mais, faz sentido que a nação angolana, que elegeu o português como língua oficial e de unidade nacional, assuma agora uma norma própria, especificamente angolana". Concordamos com a autora ao afirmar que:

> A situação atual, em que a variedade oficial continua a ser identificada com o português europeu, afigura-se progressivamente mais artificial e insustentável, na medida em que o uso das classes cultas, que configura a norma culta, parece afastar-se cada vez mais da norma padrão ideal, identificada com o português europeu, situação que, naturalmente, aumenta as dificuldades de ensino, uma vez que o português que os jovens falam, agora quase sempre como língua materna, é, cada vez mais, diferente do padrão, que surge, assim, como algo artificial, afastado do uso real, tanto mais quanto menos escolarizados são os indivíduos. (Banza, 2014, p. 35).

A partir do exposto acima, pode perceber-se que a autora aponta para a necessidade de se estabelecer de uma norma padrão angolana, uma vez que se verifica um grande distanciamento entre a variedade angolana e a variedade europeia, correspondente à norma padrão em uso em Angola.

2 A CRIATIVIDADE LEXICAL

Podemos partir do princípio de que a evolução de uma língua depende da evolução das necessidades comunicativas do grupo que a emprega. É claro que a evolução destas se encontra em relação direta com a evolução intelectual, social e económica do grupo, o que é óbvio quanto ao desenvolvimento do léxico (Martinet, 2014). Lembremo-nos de que "uma das caraterísticas universais da linguagem humana é a mudança. Porém, se é verdade ela afeta todas as componentes do conhecimento linguístico (fonológica, morfológica, sintática, semântica e pragmática), é também verdade que essa mudança é fundamentalmente visível ao nível do léxico" (Correia, 1998, p. 60).

A mudança acontece no evoluir da sociedade. "No campo lexical as palavras estendem ou restringem o seu significado. O próprio léxico acolhe novas entradas e esquece outras. O significado de certas

palavras altera-se com o passar do tempo, com a modificação das condições sociais e culturais em que os falantes as utilizam" (Mateus & Cardeia, 2007, p. 45). E o resultado deste processo de formação de novas unidades lexicais ou da atribuição de um novo sentido a uma unidade lexical já existente chama-se "neologismo". Para Villalva, "as palavras que não fazem parte do léxico de uma língua desde a sua fundação como língua são ou foram neologismos. Neologismos são, pois, palavras que, num dado momento da existência de uma língua são consideradas palavras novas" (Villalva, 2008, p. 50).

Segundo Chicuna (2018b, p. 55), o neologismo pode ser formal ou semântico. O neologismo de forma é a nova unidade lexical criada ou importada de outra língua. O neologismo semântico (ou neologismo de sentido) é a nova unidade lexical criada numa língua como nova acepção. Os neologismos formais classificam em dois grupos: neologismos formais internos (criações lexicais dentro da própria língua) e neologismos formais externos ou empréstimos externos (criados através da importação de outra língua). Vejam-se os seguintes exemplos: (1)

(a) *Gasosa* - dinheiro ou valor com que se suborna alguém;

(b) *Somepa* - (**So**ciedade de **Me**tais **P**reciosos de **A**ngola);

(c) *Zunga* - venda ambulante.

Como se pode constatar, no primeiro exemplo, temos um caso de neologismo semântico. Atribui-se uma nova significação a palavra "gasosa", de sentido primário "bebida refrigerante". Observa-se que no segundo exemplo se trata de um neologismo formal interno. O acrónimo "Somepa" foi criado dentro do próprio sistema linguístico. No último exemplo, temos um caso de neologismo formal externo. Adotou-se uma unidade lexical de outra língua – o kikongo. Uma outra classificação de neologismo é a de Correia (1998, p. 63), segundo a qual, os neologismos podem apresentar novidades:

(i) formal (a sua forma significante é nova): quando o neologismo apresenta uma forma não atestada no estádio anterior do registro de língua (*ex.*: derivados e compostos novos, palavras de origem estrangeira);

(ii) semântica: quando o neologismo corresponde a uma nova associação significante - significado, isto é, uma palavra já existente adquire uma nova acepção;

(iii) pragmática: quando a neologia resulta da passagem de uma palavra previamente usada num dado registro para outro da mesma língua. A novidade pragmática implica, normalmente, novidade semântica.

Como se pode ver, no quadro da classificação apresentada por Correia, incluem-se os empréstimos internos ou intralinguísticos como método de gerar neologismos, o que não se verifica em Chicuna. Veja-se: (2)

(a) *Cartão kumbu* - serviço bancário que permite ao utente fazer levantamentos ou pagamentos automáticos.

Neste exemplo, o segundo elemento do composto – "kumbu", passou da linguagem corrente para a linguagem de especialidade, neste caso, para a Economia.

3 SIGLAÇÃO E ACRONÍMIA

As siglas e os acrónimos, segundo Martins (2004, p. 132), são dois importantes tipos de neologia que refletem a criatividade lexical da língua e dos seus falantes. Nascem geralmente na escrita e são o resultado de uma necessidade de designação da realidade de uma forma mais económica, quer seja para poupar tempo na comunicação falada e escrita, quer seja para poupar espaço, tão valorizado pela imprensa, em particular.

Para a autora, estes processos constituem mecanismos de criação de novas unidades lexicais ou terminológicas cada vez que se passa a designar uma realidade por meio de uma sigla ou de um acrónimo aos quais estão associadas às suas respetivas extensões. Naturalmente, estes processos são importantes mecanismos de inovação lexical, na medida em que se propõem em simplisficar as palavras ou sequências de palavras já existentes. A sigla é uma unidade lexical

formada a partir redução de uma sequência de palavras às suas iniciais, cuja realização fonética é soletrada. Por exemplo: (3)

(a) FPR (Fundos Próprios Regulamentares)

(b) IDF (Instituto de Desenvolvimento Florestal)

(c) PGCA (Plano Geral de Contabilidade Angolano).

O acrónimo é uma palavra formada a partir de letras ou sílabas iniciais de várias palavras, que se pronuncia de forma continuada, como uma palavra só (Cunha & Cintra, 2013, p. 149). Para Chicuna (2018a, p. 8), "um acrónimo é uma palavra complexa ou sequência linguística abreviada, formada por letras ou grupos de letras de um termo cuja pronúncia é exclusivamente silábica. Um acrónimo pode intergrar total ou parcialmente sílabas da expressão original".(4)

(a) Filda (Feira Internacional de Luanda)

(b) IDREA (Inquérito sobre Despesas, Receitas e Emprego em Angola)

(c) SODMAT (Sociedade de Desenvolvimento do Município da Matala)

Tal como os acrónimos, as siglas identificam frequente, mas não exclusivamente, empresas, instituições e organizações (Villalva, 2008, p. 62). São, entre outros, exemplos apresentados pela autora: (5)

(a) BD (banda desenhada)

(b) BI (bilhete de identidade)

Ora, se a redução se realizar apenas na escrita, trata-se de *abreviatura: Sr. (Senhor), Dr. (Doutor), R. (Rua), ex. (exemplo), D. (Dom/Dona)* (cf. Cunha & Cintra, *ibid.*). Este um fenómeno da escrita usado para reduzir uma unidade lexical. "A abreviatura é uma forma encurtada ou contraída de uma unidade lexical, constituída por uma ou mais letras (geralmente as primeiras) dessa unidade lexical, seguidas de um ponto, e que se pronuncia como se estivesse por extenso" (Porto Editora, 2006, p. 11 apud Chicuna, 2018, p. 56).

4 O CORPUS: DESCRIÇÃO DAS UNIDADES LEXICAIS

O *corpus* foi constituído por textos de jornais pelo fato de os meios de comunicação social serem vistos como o principal meio de difusão da norma. Portanto, a preferência recaiu sobre o Jornal de Angola, o Angop e o Folha 8 porque transmitem elevada credibilidade aos seus leitores e se reconhece o profissionalismo demonstrado na abordagem dos diferentes factos sociais e o seu impacto na vida das pessoas, a dimensão nacional. Na colheita de dados, foram tidas como tarefas preliminares a escolha e delimitação do domínio (ramo de trabalho ou de conhecimento técnico) a estudar o vocabulário específico. E assim criamos ficheiros electrónicos para os textos de modo a facilitar o tratamento semiautomático.

A constituição do *corpus* de análise obedeceu a determinados critérios, tais como: (i) a **autoria,** priorizámos apenas os textos das fontes selecionadas; (ii) o **tema,** incluímos ou integrámos tão-somente os textos inerentes à atividade económica; (iii) a **representatividade,** foram recolhidos um total de cento e oitenta e dois (182) textos, sendo setenta (70) textos extraídos do Jornal de Angola, que corresponde a 38%, sessenta e três (63) textos extraídos do Angop, que corresponde a 35%, e quarenta e nove (49) textos extraídos do Folha 8, que corresponde a 27%; (iv) a **homogeneidade,** os textos constituem um conjunto coerente sobre a temática do estudo em análise; e (v) a **actualidade,** os textos foram recolhidos de 23 de Janeiro a 03 de Agosto de 2019.

A análise do *corpus* foi mediada por computador, através do programa informático Concapp que nos permitiu contatar diretamente com os dados em pouco tempo de operação do qual derivaram as informações, o resultado do processamento dos dados. Com manipulação do referido software, conseguimos extrair automaticamente não só os dados linguísticos, mas também os contextos de uso ou ocorrências no qual aparecem no *corpus*. O somatório dos *corpora* perfez trinta e três (33) casos, dos quais vinte e dois (22) acrónimos e onze (11) siglas que apresentamos nos quadros que se seguem.

Quadro 1: Siglas

N.º de Ordem	Unidades lexicais	Frequências	Percentagens
01	CA	10	1%
02	CMC	25	4%
03	FPR	5	1%
04	IDF	40	6%
05	IRT	5	1%
06	LGRT	2	0%
07	OTMN	4	1%
08	PDN	1	0%
09	PGCA	6	1%
10	PPP	37	5%
11	ZCL	31	5%

Quadro 2: Acrônimos

N.º de Ordem	Unidades lexicais	Frequências	Percentagens
01	ABANC	5	1%
02	AIPEX	50	7%
03	CAC	5	1%
04	CNEF	30	4%
05	EMIS	40	6%
06	Filda	35	5%
07	Iaac	15	2%
08	IAPI	35	5%
09	IDREA	15	2%
10	IEC	20	3%
11	IGAPE	8	1%
12	INCA	11	2%
13	IPU	45	7%
14	MEP	6	1%
15	PAC	36	5%
16	PAPE	25	4%
17	PEM	21	3%
18	Prodesi	17	2%

19	SNEBA	9	1%
20	SODMAT	49	7%
21	Somepa	16	2%
22	ZEE	28	4%

As unidades lexicais em estudo são também representadas em fichas lexicográficas com as suas respectivas definições ou outras especificações sobre os seus sentidos (a transcrição fonética, a classe gramatical, o género, a notação da composição lexical, o conteúdo da entrada e a forma extensa) conforme ocorrem no *corpus*.

Fichas lexicográficas

Entrada	ABANC [abˈɐ̃k] *s. f.* acrônimo
artigo / definição	sociedade comercial
Nota	ABANC (**A**ssociação **A**ngolana dos **Banc**os)

Entrada	AIPEX [ajpˈɛks] *s. f.* acrônimo
artigo / definição	apoio de execução dos projectos e internacionalização das empresas
Nota	AIPEX (**A**gência de **I**nvestimento e **P**romoção das **Ex**portações)

Entrada	CA [ʃˈa] *s. m.* sigla
artigo / definição	dispositivo electrónico que permite aos clientes de um banco efectuarem operações
Nota	CA (**C**aixas **A**utomáticos)

Entrada	CAC [kˈak] *s. m.* acrônimo
artigo / definição	câmara de comércio que aproxima os empresários angolanos e chineses
Nota	CAC (**C**omércio **A**ngola **C**hina)

Entrada	CMC [ʃmʃ] *s. f.* sigla
artigo / definição	segurança jurídica dos contratos que são celebrados no mercado
Nota	CMC (**C**omissão de **M**ercados de **C**apitais)

Entrada	CNEF [ʃnˈɛf] *s. m.* acrônimo
artigo / definição	projecto que tenciona impulsionar e favorecer o desenvolvimento económico e social do país
Nota	CNEF (**C**onselho **N**acional de **E**stabilidade **F**inanceira)

Entrada	EMIS [imˈɨʃ] *s. f.* acrônimo
artigo / definição	empresa de serviços de massificação dos pagamentos electrónicos
Nota	EMIS (**Em**presa **I**nterbancária de **S**erviços)

Entrada	Filda [fˈiɬdɐ] *s. f.* acrônimo
artigo / definição	local de expositores
Nota	Filda (**F**eira **I**nternacional de **L**uan**da**)

Entrada	FPR [fpɾ] *s. m.* sigla
artigo / definição	medida de prevenção e redução dos riscos sistêmicos
Nota	FPR (**F**undos **P**róprios **R**egulamentares)

Entrada	Iaac [jɐˈak] *s. m.* acrônimo
artigo / definição	instituto que garante a integração económica de Angola com os Estados membros da SADC
Nota	Iaac (**I**nstituto **A**ngolano de **A**creditação)

Entrada	IAPI [jɐpˈi] *s. m.* acrônimo
artigo / definição	órgão responsável pela política de promoção, protecção, estudo e desenvolvimento da propriedade industrial
Nota	IAPI (**I**nstituto **A**ngolano de **P**ropriedade **I**ndustrial)

Entrada	IDF [ˈidf] *s. f.* sigla
artigo / definição	instituição que assegura o fomento, coordenação e execução das políticas traçadas no domínio florestal
Nota	IDF (**I**nstituto de **D**esenvolvimento **F**lorestal)

Entrada	IDREA [idɾˈɛɐ] *s. m.* acrônimo
artigo / definição	programa que visa avaliar o progresso de Angola na realização dos objectivos de desenvolvimento sustentável
Nota	IDREA (**I**nquérito sobre **D**espesas, **R**eceitas e **E**mprego em **A**ngola)

Entrada	IEC [iˈɛk] *s. m.* acrônimo
artigo / definição	forma singular de tributação
Nota	IEC (**I**mposto **E**special de **C**onsumo)

Entrada	IGAPE [igˈapɨ] *s. m.* acrônimo
artigo / definição	autoridade que controla as empresas públicas
Nota	IGAPE (**I**nstituto de **G**estão de **A**ctivos e **P**articipações do **E**stado)

Entrada	INCA [ˈĩkɐ] *s. m.* acrônimo
artigo / definição	entidade financiadora dos cafeicultores do país
Nota	INCA (**I**nstituto **N**acional do **C**afé)

Entrada	IPU [ipˈu] *s. m.* acrônimo
artigo / definição	taxa dos imóveis urbanos, os quais podem ser uma casa, terra, ou terreno, que se destina a habitação
Nota	IPU (**I**mposto **P**redial **U**rbano)

Entrada	IRT [ˈiɾt] *s. m.* sigla
artigo / definição	segmento dos rendimentos de trabalho
Nota	IRT (**I**mposto Sobre **R**endimentos de **T**rabalho)

Entrada	LGRT [ɬgɾt] *s. f.* sigla
artigo / definição	reforma tributária nos seus múltiplos aspectos
Nota	LGRT (**L**inhas **G**erais do Executivo para a **R**eforma **T**ributária)

Entrada	MEP [mˈɛp] *s. m.* acrônimo
artigo / definição	departamento ministerial responsável pelo planeamento do desenvolvimento nacional
Nota	MEP (**M**inistério da **E**conomia e **P**laneamento)

Entrada	OTMN [ˈɔtmn] *s. f.* sigla
artigo / definição	instrumento de política monetária
Nota	OTMN (**O**brigações do Tesouro em Moeda Nacional)

Entrada	PAC [pˈak] *s. m.* acrônimo
artigo / definição	projecto de investimento para a produção interna de bens
Nota	PAC (**P**rograma de **A**poio ao **C**rédito)

Entrada	PAPE [pˈapɨ] *s. m.* acrônimo
artigo / definição	plano de criação de empregos
Nota	PAPE (**P**lano de **A**cção para **P**romoção da **E**mpregabilidade)

Entrada	PDN [pdn] *s. m.* sigla
artigo / definição	estratégias de desenvolvimento a longo prazo do país
Nota	PDN (**P**rograma de **D**esenvolvimento **N**acional)

Entrada	PEM [pˈɐ̃j] *s. m.* acrônimo
artigo / definição	programa que estabelece um conjunto de metas e medidas que visam garantir os equilíbrios necessários nos sectores fiscal e monetário da economia
Nota	PEM (**P**rograma de **E**stabilização **M**acroeconómica)

Entrada	PGCA [pgʃˈa] *s. m.* sigla
artigo / definição	planeamento de despesas
Nota	PGCA (**P**lano **G**eral de **C**ontabilidade **A**ngolano)

Entrada	PPP [ppp] *s. f.* sigla
artigo / definição	parceria que permite ao Estado beneficiar das vantagens das capacidades de gestão do sector privado para a obtenção de poupanças, bem como a utilização dos recursos públicos
Nota	PPP (**P**arceria **P**úblico-**P**rivada)

Entrada	Prodesi [pɾudɨzˈi] *s. f.* acrônimo
artigo / definição	promoção de actividade produtiva interna e as transformações comerciais
Nota	Prodesi (**Pro**dução, **D**iversificação das **E**xportações e **S**ubstituição de **I**mportações)

Entrada	SNEBA [snˈɛbɐ] *s. m.* acrônimo
artigo / definição	associação para defesa dos empregados bancários
Nota	SNEBA (**S**indicato **N**acional de **E**mpregados **B**ancários de **A**ngola)

Entrada	SODMAT [sudmˈat] *s. f.* acrônimo
artigo / definição	cooperativa agrícola
Nota	SODMAT (**So**ciedade de **D**esenvolvimento do **M**unicípio da **Ma**tala)

Entrada	Somepa [sumˈɛpɐ] *s. f.* acrônimo
artigo / definição	empresa mineira
Nota	Somepa (**So**ciedade de **Me**tais **P**reciosos de **A**ngola)

Entrada	ZCL [zʃɬ] *s. f.* sigla
artigo / definição	acção de supressão das taxas aduaneiras
Nota	ZCL (**Z**ona de **C**omércio **L**ivre)

Entrada	ZEE [zˈɛi] *s. f.* acrônimo
artigo / definição	instituição do Estado que tem como missão a atracção de investimentos internos e externos
Nota	ZEE (**Z**ona **E**conómica **E**special)

Como foi possível reparar nos quadros 1 e 2, cada uma das unidades lexicais apresenta uma frequência de uso e percentagem diferente da outra. As unidades lexicais com uma percentagem igual ou inferior a 2% apresentam uma instabilidade linguística por não possuírem um uso acentuado. Com base nos dados obtidos a partir do *corpus*, depreendemos que, na actividade económica, é mais frequente o processo de formação por acronímia. Os dados mostram que no total de trinta e três (33) unidades lexicais analisadas, vinte e duas (22) são acrónimos, correspondendo a 67% das amostras, e onze (11) são siglas, perfazendo 33% das amostras.

Das trinta e três (33) unidades lexicais, dezasseis (16) estão registradas no "Dicionário de siglas e abreviaturas angolanas", de Alexandre Mavungo Chicuna (2018a). É o caso de: ABANC, AIPEX, CMC, EMIS, Filda, Iaac, IAPI, IDF, INCA, IPU, OTMN, PEM, SNE-

BA, SODMAT, Somepa e ZEE. Destas dezasseis (16) unidades lexicais, catorze (14) são acrónimos, que corresponde a 87,5%, e duas (2) são siglas, que corresponde 12,5%. Estas formas linguísticas não devem ser tidas como unidades neológicas, mas sim, como unidades lexicais estáveis por estarem já dicionarizadas. Os dados da pesquisa mostram que o português angolano acolhe no seu seio novas unidades lexicais formadas pelos processos de siglação e de acronímia. Estas unidades lexicais dão conta da existência de um português, em Angola, que apresenta um conjunto de caraterísticas que o distinguem do português europeu, variedade oficial.

Embora o *corpus* de análise seja constituído por textos do ser sector da Economia (departamento ministerial responsável pelo desenvolvimento das ações orientadas para o crescimento económico e empresarial, bem como pela coordenação das políticas de integração económica, cooperação para o desenvolvimento e negócios internacionais), percebe-se que as unidades lexicais em estudos são utilizadas quer na língua corrente, quer na língua de especialidade, o que contribui para o desenvolvimento do léxico da variedade do português em uso em Angola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O léxico da variedade angolana do português está num processo de desenvolvimento, estando patentes traços linguísticos caraterísticos de universos experienciais da angolanidade. Apesar da escassez de descrições, algumas evidências são observáveis na variedade culta nacional. O português angolano identifica-se significativamente com um vocabulário comum específico – uma variedade não padronizada, mas que é utilizada no plano do discurso formal, ou seja, utilizada pelos sujeitos cultos da sociedade angolana em situações formais de comunicação.

Analisada de forma sistematizada o conteúdo sobre a situação do português em Angola, com especial atenção para o domínio do léxico, podemos concluir que a norma culta nacional, embora esteja numa fase incipiente, afigura-se com um vocabulário comum próprio que atende à demanda cultural angolana. Trata-se de um código com

características próprias, originado das mudanças que o português europeu sofreu em contacto com os contextos social, cultural, económico e político intrínsecos à realidade angolana. A análise feita leva-nos a concluir que a variedade angolana do português atesta várias unidades lexicais formadas pelos processos de siglação e de acronímia decorrentes da actividade económica como o resultado da capacidade que os sujeitos têm de criar palavras ou expressões novas para atenderem às novas situações que surgem no evoluir da sociedade.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, P. S. *Tratamento morfossintático de expressões e estruturas frásicas do português em Angola.* Tese de doutoramento, Universidade de Évora. Évora, 2014.

BANZA, A. P. "O Português em Angola: uma questão de política linguística". In: FIÉIS, A.; LOBO, M.; Madeira, A. (Org). *O universal e o particular: uma vida a comparar*. Lisboa: Edições Colibri, 2014. p. 29-38.

CHICUNA, A. M. *Dicionário de siglas e abreviaturas angolanas.* 2.ed. Lisboa: Edições Colibri, 2018a.

CHICUNA, A. M. *Portuguesismos nas línguas bantu: para um dicionário português – kiyombe.* 3.ed. Lisboa: Edições Colibri, 2018b.

CORREIA, M. "Neologia e Terminologia". In: MATEUS, M. H. M.; CORREIA, M. (Org.): *Terminologia: questões teóricas, métodos e projectos.* Arrábida: Publicações Europa-América, Lda., 1998, p. 59-74.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 20.ed. Lisboa: João Sá da Costa, 2013.

GONÇALVES, P. *A Génese do Português de Moçambique.* Lisboa: INCM, 2010.

MARTINET, A. *Elementos de Linguística Geral.* Lisboa: Clássica, 2014.

MARTINS, S. M. D. *O comportamento das siglas e dos acrónimos em textos da economia.* Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências

Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2004.

MATEUS, M. H. M.; CARDEIA, E. *Norma e Variação.* Lisboa: Editorial Caminho, 2007.

MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da Língua Portuguesa.* Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

MIGUEL, M. H. *Dinâmica da pronominalização no português de Luanda.* Luanda: Mayamba, 2014.

UNDOLO, M. *Língua Portuguesa: subsídios para o seu ensino em Angola.* Luanda: Publicações ECO7, 2019.

VILLALVA, A. *Morfologia do Português.* Lisboa: Universidade Aberta, 2008.

CAPÍTULO SEIS
AS FORMAS DE TRATAMENTO NO PORTUGUÊS DE ANGOLA:
CONTRIBUTO SEMÂNTICO-PRAGMÁTICO

João Muteteca Nauege

INTRODUÇÃO: BREVE DESCRIÇÃO SOBRE O PORTUGUÊS EM ANGOLA

A Língua Portuguesa chega ao atual território de Angola através de primeiros contactos mantidos entre os portugueses e o Reino do Congo, no longínquo ano de 1482, na foz do Rio Congo. Devemos notar que a difusão da Língua Portuguesa se dá por altura dos descobrimentos que remotam do século XV. Mas para África, de acordo com Endruschat e Schimidt-Radefeldet (2015, p.16) um pouco antes:

> O ponto de partida dos empreendimentos de Portugal em África foi, em 1415, a conquista de Ceuta, situada no lado oposto de Gibraltar, por D. Henriques, o navegador. O seu objectivo a longo prazo era descobrir um caminho marítimo para a Índia e para o extremo Oriente (…) Seguindo ao longo da Costa africana, chegaram, em 1445, à foz do rio Gâmbia, depois de contornarem Cabo verde.

Podemos avançar objetivos mercantilistas, a expansão do evangelho e, por último, a expansão da própria Língua Portuguesa como tendo sido os principais móbeis das aventuras perpetradas por navegadores portugueses. No quadro dos países africanos colonizados por Portugal, Angola afigura-se como o que mais importância economicamente teve para a antiga metrópole, pois fornecia numerosos recursos, destacando-se, aqui, o fornecimento muito significativo de escravos para o Brasil. Contudo, o interior angolano só começou a ser "colonizado" ou explorado mais tarde, inicialmente estava confinada a ação de portugueses a uma pequena faixa do litoral de Angola.

A actual Carta Magna da República de Angola (2010), em seu artigo 19º, consagra que o Português é a língua oficial de Angola, tendo pesado para esta tomada de decisão o multilinguismo que o país apresenta. Note-se que mesmo logo a seguir à independência nacional em 11 de Novembro de 1975, a Língua Portuguesa foi um veículo importante para a unidade nacional e como a principal língua naquilo a que chamaríamos de construção de identidade angolana. Paradoxalmente a isso foi factual ao longo de todo o período da luta armada, unindo diferentes grupos armados que eram integrados por pessoas de distintas bases etnolinguísticas.

Desde a fase de primeiros contactos até à colonização efetiva do território angolano, mesmo sendo de forma não equilibrada, ou seja, não se deu a efetiva colonização simultânea no litoral e no interior. A Língua Portuguesa convive com numerosas línguas africanas de Angola, que pelo contacto secular já têm estado a influenciar na guinada daquilo a que chamaríamos de Português de Angola (PA), que em muitos paradigmas gramaticais se vai distinguindo do português padrão de Portugal (PE). Dado ao grande número de línguas africanas que se fala no território de Angola, por razões de planificação e política linguísticas, coube ao Governo de Angola passar a designar estas de *línguas nacionais,* destaque-se: Umbundu, Kimbundu, Kikongo, Cokwe, Fiote, Ngangela, Oshikuanyama, Nyaneka-Umbi, que sem prejuízo de o Português ser oficial também são muito importantes para a comunicação dentro do território angolano.

Apesar de as línguas africanas de Angola terem ganhado o reconhecimento e a designação de línguas nacionais, na verdade, é a Língua Portuguesa que vai tendo cada vez mais o estatuto de nacional, que, a nosso ver, não se deve confundir com o de uma língua nativa de Angola. A esse respeito, ressalte-se a visão do então presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, no âmbito do **III Simpósio sobre a cultura nacional** se ter referido que: Devemos ter a coragem de assumir que a LP, adoptada desde a nossa independência como língua oficial do país e que já é hoje a língua materna de mais de um terço dos cidadãos angolanos, se afirma tendencialmente como uma língua de dimensão nacional em Angola (2006).

Refira-se que Mingas (1998, p.17-25) numa das suas comunicações em que reflete sobre o Português em Angola, reconhece que

uma "análise dinâmica da comunicação no nosso país permite-nos constatar que a língua portuguesa é a única utilizada, a nível nacional, no ensino formal, como veículo e matéria de ensino". Miguel (2008, p.39) referindo-se à supremacia ou vantagens que a Língua Portuguesa vai apresentando sobre todas as outras línguas faladas em Angola, assevera o seguinte: " Efectivamente, a Língua Portuguesa foi ganhando um grande ascendente sobre as outras línguas angolanas e a sua multifuncionalidade quase exclusiva trouxe, como consequência, a inibição do desejo de aprendizagem de línguas nacionais, porque muitos angolanos não lhes reconhecem nenhum valor funcional."

Os pontos de vista supra apresentados reconhecem a dimensão da unidade nacional do Português comparativamente as outras línguas africanas de Angola com as quais se mantém o contacto há séculos. Muitos factores podem estar na base desta supremacia que a Língua Portuguesa apresenta em relação às outras línguas faladas em Angola.

Após a descolonização de Angola, urgia o país continuar em diferentes organizações internacionais e no combate ao analfabetismo que tinha de começar, neste sentido, com o uso da Língua Portuguesa como a única língua que poderia exercer plenamente estas funções. Tratando-se de um país composto basicamente por diversas nações que resultaram da divisão de África com base nos interesses das ex-potências colonizadoras, cremos que nenhuma das nações etnolinguísticas aceitaria submeter-se à língua ou línguas de uma outra que passara pelas análogas condições de colonização, numa só palavra a Língua Portuguesa funcionou sempre como língua de "unidade nacional".

Não devemos esquecer do fator econômico, pois, todas as trocas comerciais, importação, exportação de bens e serviços tinham de ser feitos com urgência, utilizando sem dúvida a Língua Portuguesa, que à partida já fazia parte de diversas organizações, língua de cultura científica, atendendo já a uma longa tradição escrita.

As Formas de Tratamento (doravente, FT) têm como função primacial estabelecer a relação entre os interactantes, tendo em conta os contextos e status de ambos. Deste modo, revelam que tipo de relação existe entre os interactantes, podendo ser taxémica ou proxémica, embora a escolha da FT muitas vezes resulte de uma estra-

tégia que cada falante adopte em função dos reais objetivos que o levam a contatar o seu interlocutor. Ao longo dos séculos, as FT em português como língua pluricêntrica e dinâmica não se mantiveram imutáveis. Nos diferentes cantões em que a língua é falada. As FT vão variando, privilegiando-se uma forma em detrimento da outra, tendo sempre em consideração o status de quem fala e o status do seu interlocutor. Razão porque trazemos à discussão as FT no português angolano, abordando-as sob perspectiva semântico-pragmática. Em relação à metodologia, trouxemos uma abordagem quanti-qualitativa, pensando na complementaridade entre ambas, e, sobretudo com vista à compreensão multifacetada do objecto estudado.

O presente estudo tem como objetivo central descrever as formas de tratamento no português de Angola. Procuramos ver até que ponto as FT no português de Angola variam, as mais recorrentes, as que são pouco ou quase não usadas e as emergentes entre os falantes angolanos. O presente capítulo está composto por uma (i) introdução, na qual apresentámos uma breve descriçao sobre o português em Angola, que abarca o enquadramento do estudo: formas de tratamento em português; (ii) discorremos sobre as FT, com realce para as FT **Tu, Você** e Vós no português de Angola; (iii) segue-se o aporte metodológico, no qual apresentámos a metodologia, os instrumentos de recolha de dados, análise de dados, as conclusões e (iv) as referências.

1 ENQUADRAMENTO DO ESTUDO: FORMAS DE TRATAMENTO EM PORTUGUÊS

Para o nosso estudo, fazemos uma breve descrição sobre as mais significativas investigações já feitas em torno das formas de tratamento, destaque-se os trabalhos de Cintra (1986) que fazem uma abordagem sistemática (diacrónica e sincrónica) a respeito das FT, "Formas de Tratamento na Língua Portuguesa".

Os estudos de Cintra (1986) tornaram-se uma referência obrigatória no que respeita às FT em Português, nos seus estudos releva factores socio-culturais, como estando a actuar para uma relativa estabilidade e também para a transformação e evolução das FT, con-

clui que as FT em Português são complexas no quadro da associação dialéctica língua-sociedade e refere-se, assim, nos seguintes termos:

> Não só os indivíduos e a sociedade em que se organizam que agem sobre a língua que falam, e que por isso mesmo os reflecte em algumas das suas características, mas que a própria estrutura da língua herdada ou aprendida pode moldar, e molda muitas vezes, a maneira de ver o mundo dos indivíduos que a empregam (CINTRA, 1986, p.35).

É de opinião que a sociedade portuguesa é por si muito hierarquizada, daí as FT estarem simplesmente a comprazer a estratificação social. Apoiando-se em perspectiva morfossintáctica, Cintra (1986) classifica as FT em: pronominais (i) "Tu, Você, Vocês, V. Exª, VV.Ex.ª"; (ii) nominais "o senhor, a senhora, os senhores, as senhoras, o senhor Doutor, o senhor Ministro, o Pai, a Mãe, o avô, o António, a Maria, o meu amigo, etc."; (iii) verbais – "da simples utilização da desinência do verbo como referência ao interlocutor-sujeito, Que**res**, Quer?, Querem?" (CINTRA, 1986, p.12-13).

Na óptica de Cintra (1986, p.13-14), as formas pronominais e verbais apenas caracterizam o interlocutor, ao passo que o tratamento nominal é: "em certa medida caracterizador e por se opor, com as suas referências a tratos concretos e individualizadores, à tendência para a abstracção própria das partículas de relacionação, das unidades puramente gramaticais como os pronomes ou as desinências". O autor (*op.cit.*) refere que a FT nominal está associada a alguma coisa de um alocutário, podendo ser: (i) "sexo em o senhor, a senhora"; (ii) a "categoria social ou a profissão, em o senhor Doutor, o senhor Ministro"; (iii) "o parentesco, o pai, a mãe"; (iv) "alguma coisa íntima, ligada à personalidade de cada um, o nome próprio, o nome do baptismo, António, Manuela (p.13)."

Cintra (1986) acresce à classificação morfossintáctica três planos ligados a valores semântico-pragmáticos de tratamento, (i) formas próprias da intimidade [Tu]; formas usadas no tratamento de igual para igual (ou de superior para inferior) e que não implicam intimidade [Você]; (iii) formas chamadas "de reverência", "de cortesia" por sua vez repartidas por uma série muito variada de níveis que correspondem a distâncias diversas entre interlocutores. [V. Exª,

o senhor, o senhor Doutor, o António, a Maria, o senhor António, a senhora Maria, a D. Maria,etc]. Em função da inventariação que faz das FT em Português, apoiando-se em dados de documentos escritos (históricos e literários), Cintra apresenta as quatro tendências da evolução que, para si, poderão ser constatadas nas FT em Português nos anos sessenta do século XX:

> (i)Progressiva eliminação do tratamento por V. Exª, mantendo-se, todavia, "profundamente enraizado na língua escrita", enquanto na língua falada, se usaria apenas em certos ambientes (academias, tribunais, diplomacia, etc) e certas profissões (empregados do comércio, telefonistas, etc).
>
> (ii)Progressivo alargamento do emprego do **tu** e da 2ª pessoa do singular dos verbos, sobretudo entre os jovens, mas também entre pessoas de diversas idades, o tu perderia o carácter de intimidade, mas não eliminaria a distância associada ao emprego dos tratamentos na 3ª pessoa.
>
> (iii)Progressiva ampliação do emprego de você; o matiz despectivo que o caracterizava tenderá desaparecer; o emprego de tu expande-se e você perde terreno no tratamento afectuoso.
>
> (iv) Manutenção de tratamentos nominais variados, continuando uma das riquezas e principais dificuldades do Português; lenta mas progressiva eliminação de tratamentos assentes na diferenciação social.

Uma das quatro tendências apregoadas pelo Cintra (1986) é observada no Português falado em Angola, aos poucos se tem verificado uma decadência ou declínio acentuado da FT por Tu, verifica-se em sua substituição o uso de Você, que veicula valores semântico-pragmáticos de igualdade, intimidade, empregue como FT de superior para inferior e aos poucos o seu emprego não é aceitável de inferior para superior.

Medeiros (1985), no seu estudo, faz interpretação de valores semânticos em volto as FT, refere-se a fatores sociais e individuais como estando na base de cada FT que se adota. Reconhece a complexidade do sistema das FT em Português, "um sistema complexo baseado na variação semântica de formas da manipulação consciente e subconsciente do seu próprio sistema" (Medeiros, 1985, p.168), pois não são dispostos em sistema binário, como sucede com outras línguas europeias. A autora refere que como as FT podem ser manipuladas também podem ser negociadas, representa este pensamento segundo o esquema baixo:

Manipulação→→→→Negociação→→→→Variação Semântica (Medeiros, 1985)

Rodrigues (2003) citando Medeiros (1985), a respeito de como as FT são manipuladas, negociadas e consequente variação semântica, refere que:

> Um indivíduo, habitualmente tratado por outros por senhor +título, pode ser tratado apenas por senhor (…) o tratamento inclui os valores semânticos de [+Confiança], [+Intimidade], [- Respeito], [- Protocolo], e [- Afastamento]. Mas um indivíduo que não possua qualquer título, poderá ser tratado também por senhor (…) é caracterizado pelos valores [- Confiança], [+Protocolo] e [+Afastamento] (…) alguém que seja tratado por outros por menino, pelo nome próprio ou pelo apelido, pode ser tratado também apenas por senhor. Neste caso, o tratamento denota valores de [+Irritação], [+Ironia] e [+Afastamento]; (…) a variabilidade semântica das FT's, tanto ao nível da percepção e interpretação que delas têm e fazem os informantes, como ao nível do uso, é que permite a sua manipulação e (re)negociação. (…) a manipulação do sistema das FT's encontra-se logo ao nível da variabilidade semântica, se bem que de forma "inconsciente". Mas é sobretudo ao nível das mudanças "in mood (humor, anger, and irony), behavior modification, and various uses of vocatives" que a manipulação consciente se realiza (Rodrigues, 2003, p.301, grifos do autor).

Medeiros (1985) refere que as FT vão apresentar valores semânticos distintos em função da relação que há entre (locutor-alocutário) e do conhecimento que pré-existe do alocutário em contextos comunicativos. Marques (1988) analisa as FT na perspectiva sócio-semântica e morfossintáctica, destacando critério da deferência e da distância entre os interlocutores, faz uma abordagem sociolinguística e considera as FT como "símbolos linguísticos de tramas interactivas urdidas entre interlocutores social e culturalmente situados". A autora refere que a escolha das FT está intrinsecamente ligada aos contextos situacionais e às relações que são estabelecidas entre os interlocutores, razão pela queal se enquadra o seu estudo na perspectiva sociolinguística, por:

> Permitir delinear o modo como interagem os falantes dentro e através de determinado sistema social, e qual o grau de orientação-centrípeta em Eu ou aberta em rede; contribui para identificar e descrever estruturas sociolinguísticas definidoras de certos grupos ou determinadas comunidades;

> verificar que comunidades diferentes apresentam diferenças significativas na manifestação, em discurso, dos respectivos sistemas sociolinguísticos, tais como tratamentos honoríficos, deferência e delicadeza; e verificar que os tratamentos tanto permitem delinear simbolicamente uma estrutura social como indiciar mudanças ou rupturas sociais (Marques, 1988, p.135).

Nos seus estudos, é perceptível a preocupação que a autora levanta em relação às FT, como sendo importante a sua escolha, pois, tem sido condição *sine qua non* para que os enunciados produzidos tenham aceitação social, indiciam a deferência, delicadeza, proximidade ou afastamento com que lidamos com o alocutário.

Carreira (1995) analisa as FT numa perspectiva semântico-pragmática, destaca aspectos associados a valores sociais, situando-se o seu estudo naquele que dá primazia à componente taxémico-proxémica, para essa autora, a escolha das FT é diretamente influenciada pela ordem social, hierarquia, funções de familiaridade, as diferenças etárias, de sexo ou gênero, com base nessas escolhas a relação pode ser definida como sendo de maior ou menor cortesia ou descortesia. No seu estudo, a autora distingue dois eixos (horizontal e vertical) que podem estar na escolha das FT, ao primeiro eixo estão associados valores de familiaridade e idade, sendo estes os fatores decisivos na definição da hierarquia dos lugares que cada interlocutor ocupa no eixo. Ao eixo horizontal associam-se o grau de intimidade, o de respeito, o de deferência, sexo ou género. Quer dizer, os interlocutores escolhem a FT que melhor traduza o referido grau de formalidade da interação.

2 DISCORRENDO SOBRE AS FT PRONOMINAIS: TU, VOCÊ E VÓS NO PORTUGUÊS DE ANGOLA

Ao referir-se às FT em Português Europeu, Cintra (1986) distingue três fases. Situa a primeira fase entre fim do século XIII e início das décadas do século XV, denominando-a fase das FT pronominais [**Tu e vós**], usa-se a primeira FT entre próximos e íntimos; a segunda é preferencialmente usada para as pessoas com quem não se

tem intimidade ou proximidade. Situa a segunda fase entre o século XV e fim do século XVIII, em que se manteve o uso de [**Tu e Vós**], surge e expande-se o uso das FT nominais mais corteses, tais como: "*Vossa mercê, Vossa senhoria, Vossa excelência, Vossa alteza, Vossa majestade, Vossa reverência*" (Cintra, 1986, p.16-33).

A terceira fase é a segunda metade do século XVIII em que se nota o pouco uso de [Vós] como FT de cortesia dirigida a um único alocutário, dá-se a expansão de [Você] e em desuso cai o [vossa mercê]. Assim, deu-se abertura ao uso de formas como "*o senhor, o senhor Dr., o pai, o meu pai, o meu amigo, o patrão, o António, a Maria, a D. Maria, a sra. D. Maria, a sra. Dra. D. Maria (p.33)*", que remetem o verbo para a terceira pessoa.

A FT **tu**, aos poucos, vai fazendo parte do passado no português de Angola, é pouco empregue pelos falantes angolanos no seu dia a dia, é ensinada formalmente nas escolas como a FT que corresponde à 2ª pessoa do singular, preferencialmente se emprega o **Tu** entre próximos, íntimos, entre amigos, colegas e/ou entre pais e filhos, sendo uma forma que carreia os valores semânticos de +proximidade, +confiança, -afastamento, nem sempre -respeito (por que pode ser o **Tu** empregue entre pessoas que não são da mesma idade, mas são próximas), em nosso entender, deve ressaltar-se que o **Tu** na essência simboliza os três primeiros valores semânticos. Em relação ao emprego de **Tu,** Cunha e Cintra (1984) asseveram o seguinte:

> No Português europeu normal, o pronome **tu** é empregado como forma própria de intimidade. Usa-se de pais para filhos, de avós ou tios para netos e sobrinhos, entre irmãos ou amigos, entre marido e mulher, entre colegas de faixa etária igual ou próxima. O seu emprego tem-se alargado, nos últimos tempos, entre colegas de estudo ou da mesma profissão (…) em certas famílias de filhos para pais, tendendo a ultrapassar os limites da intimidade propriamente dita, em consonância com uma intenção igualitária ou, simplesmente, aproximativa (Cunha; Cintra, 1984, p.293, grifo nosso).

Em Angola está generalizado o emprego de **Você** substituindo o **Tu** em quase todas as suas dimensões, veiculando os valores semânticos de + proximidade, -afastamento, +intimidade, + confiança, e até certo ponto, + respeito, por oposição ao Tu que embora não se

use com frequência se tem consciência da sua existência como a FT que traduz melhor os valores semânticos -distanciamento, +proximidade, +intimidade, +confiança, -afastamento, usando-se como FT igualitário ou de superior para inferior, contrastando com os valores semânticos atribuídos a **Você** no Português europeu (apenas para veicular valores de tratamento igualitário e de superior para inferior).

3 OS PRONOMES "VÓS" E "VOCÊ"

O pronome Vós, por um lado, sempre foi usado como plural de **Tu** que simboliza a FT de +intimidade, - cortesia, e como uma forma proxémica, por outro lado, o Vós é/era usado para simbolizar o singular, demonstrando mais cortesia, -intimidade, + respeito, + humildade, neste sentido, era taxémica. Note-se, funcionando como plural de Tu, Vós não veiculava valores semânticos de + cortesia, mas sim passava a representar vários interlocutores.

Vós com valores semânticos taxémicos (+cortesia, +respeito, +humildade, +distanciamento) fora a primeira FT dirigida ao rei (cf. Cintra, 1986; Faraco, 2017), e apropriado para se dirigir ao rei persistiu até ao século XVI. À medida que a burguesia portuguesa se foi desenvolvendo e aproximando o seu poderio ao da corte real, a sociedade portuguesa ficou cada vez mais estratificada, surgindo a clara necessidade de haver formas de tratamento que marcassem a diferença entre a casta real e os elementos afectos à burguesia em franca ascendência nos séculos XV e XVI (cf. Faraco, 2017).

A insuficiência distintiva da FT Vós em relação ao rei fez com que nascesse a FT Vossa mercê, por volta do século XV, assim, o rei passou a ser tratado por **Vossa mercê,** distinguindo-se dentre outras entidades da corte. Volvido algum tempo, a FT **vossa mercê** é difundida e abrange outras classes sociais, perdendo todo o seu vigor como a forma apropriada para o tratamento de um rei, passando a ter pouca polidez e inapropriada para quem se dirigisse ao rei. Cintra (1986) aponta que uma das razões que fez com que a FT *Vós* perdesse o traço semântico + respeito, +distanciamento, + humildade para se

dirigir ao rei, é o fato de no século XV ter sido a FT de cortesia mais utilizada não só ao rei e à rainha:

> Normalmente, o rei, a rainha, o condestável, os nobres tratam os seus vassalos por *vós e* é mesmo este tratamento que esses vassalos empregam quando se lhes dirigem. Também é este o tratamento que tanto nobres como eclesiásticos como plebeus empregam quando falam uns com os outros (CINTRA, 1986, p.17).

No Português falado em Angola, a FT Vós, desde o ponto de vista pragmático vai-se reduzindo a um latente desaparecimento, passando a ser visto como resquício de um paradigma de FT que pertence ao passado, representando ora um tratamento majestático quando se utiliza para uma pessoa, ora como 2ª pessoa do plural representando vários alocutários. Aos poucos, vai-se tornando meramente simbólico, pois é cada vez mais produtiva a utilização de vocês em detrimento de **Vós**, quer no discurso oral, quer no discurso escrito até em contextos formais, salvo em alguns ambientes ou cerimónias religiosas e de Estado em que se exija o recurso ao Vós.

Vós quando caiu em desuso devido à sua crescente generalização como FT, deu origem a uma outra FT, *Vostra mercede*, *Vossa mercê*, que co-ocorria no século XIV com as outras formas nominais Vossa senhoria, Vossa alteza, para alocutários reais (rei, rainha ou duques estrangeiros). Vossa mercê está na origem de Você, já no século XVII se assiste com frequência ao uso desta FT que resultara de profundas alterações fonéticas e semânticas (cf. Cintra, 1986).

À semelhança da sua forma mãe (Vossa mercê) quando caiu em desuso, Você não colhe consenso dos falantes do Português em Angola, a quem a considere como uma FT que veicula valores de + respeito, +distanciamento, e a quem a considere como FT que veicula -respeito, -distanciamento, preferindo usar o senhor ou a senhora a Você, por que em relações de superior para inferior é aceitável que se use Você, em relações simétricas também se pode usar, mas usá-lo em relações assimétricas de inferior para superior é uma FT não adequada por conter traços – cortesia, -distanciamento ou -afastamento, por conseguinte -respeito.

Muitos falantes, sobretudo aqueles cujo nível de escolaridade se situa entre os mais escolarizados, recorrem à estratégia da supressão pronominal, omitindo a FT **Você** para atenuar o efeito (-distanciamento, - respeito, -humildade, + confiança, + intimidade, -afastamento, -delicadeza) quando se trata de um alocutário assimétrico, quer assimetria por superioridade, quer por inferioridade; estratégia desconhecida por falantes angolanos cuja escolaridade se situa entre os menos escolarizados, que optam sempre por uso explícito da FT **Você**.

O quadro abaixo resume as FT, a frequência de ocorrência e o grau de escolaridade dos falantes que têm a preferência de uso de uma ou de outra FT no Português falado em Angola, atesta também a ocorrência daquilo que convocamos como FT nominais emergentes em Angola, típicas dos falantes com escolaridade baixa, as quais surgem como estratégia desvelada dirigida a um alocutário com o qual não se tem relações proxémicas.

Quadro nº 1: FT no Português de Angola

Pronominais		**Ocorrência/uso**	**Grau de escolaridade**
Singular	Tu	Decadente	+
	Você	Frequente	+/-
Plural	Vós	Decadente	+
	Vocês	Frequente	+/-
Nominais	Senhor/a	Frequente	+/-
	Senhores/as	Decadente	-
Outras FT nominais emergentes no PA			
			Grau de escolaridade
Tio/a, tios/as		Frequente	-
Mano/a, manos/as			

Fonte: Proposta do autor

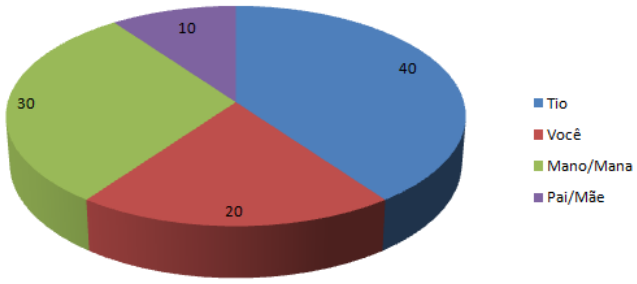
É dado assente ser produtivo o uso da FT **Você,** no Português falado em Angola, pelos mais diversos estratos sociais, relegando

para planos mais simétricos o uso do **Tu** como um resquício, cujo uso é notado predominantemente entre os falantes que tenham relações sociais, acadêmicas e de parentesco muito próximas, muitos dos quais que tenham tido uma emersão linguística e cultural no Português Europeu, ou tenham tido passagem por Portugal enquanto estudantes, migrantes habituados a esta FT pronominal.

4 APORTE METODOLÓGICO: ANÁLISE DE DADOS

Para este estudo, tomámos 15 informantes, subdivididos em escolarizados (IFE) e não escolarizados (IFNE). Aos primeiros aplicámos a entrevista (com base em um guião escrito submetido aos informantes) para a recolha de informação dada a complexidade da técnica; aos segundos, aplicámos o inquérito com perguntas fechadas (lida uma pergunta de cada vez para permitir a compreensão por parte dos informantes). Sousa e Baptista (2011). Na visão de Kauark et al (2010), a amostra não probabilística intencional é escolhida por permitir representar o bom julgamento da representatividade do universo, sendo o motivo da sua escolha o elo aos objetivos da pesquisa. Elegemos a amostra não probabilística, cujo critério é a intencionalidade em função da finalidade proposta. Quanto à amostra, contámos com 5 informantes escolarizados (IFE) e 10 não escolarizados (IFNE), todos residentes na cidade do Dundo, Província da Lunda-Norte.

Gráfico nº 1: Indicação das FT que conhece e mais usa



Fonte: Dados da pesquisa

Questionados para indicarem as formas de tratamento que conhecem e mais usam, os informantes com a categoria (IFNE) indicaram as FT mãe/pai com 10%, para tratar alguém, mesmo não sendo parente, como uma forma de +respeito; mano/mana com 30% para se dirigirem ao seu interlocutor como forma de +respeito, + distanciamento; tio/tia com 40% para também exprimir +respeito, +distanciamento e -familiaridade, embora as FT nominais indicadas sejam típicas para membros de uma mesma família; ressalte-se a FT você com apenas 20% de uso por esses informantes: O uso das FT "tu"/ "você" deu os seguintes resultados: Pai/Mãe (20%), Amigos (50%), Desconhecidos (20%), Com mais velhos (10%).

As FT Tu/Você são usadas pelos IFNE do seguinte modo: 10% com mais velhos, ou seja, são vistas como inadequadas para um alocutário mais velho; em relação aos desconhecidos são usadas só por 20%, à semelhança de uso quando os alocutários são os pais com 20%; o conhecimento intuitivo ajuda-os a selecionar a FT Tu/Você para um alocutário que com o qual se associem valores semânticos de -distanciamento, -respeito, e cujo tratamento seja de igualdade. **O** FT usada com alguém que aparenta ser da mesma idade deu os seguintes resultados: Tu (30%), você (70%). Não houve caso do uso de "vós".

Questionados sobre a FT que usam quando se dirigem a alguém que aparenta ser da sua idade, os informantes (IFNE) apontam Você com 70% como a FT mais adequada, a que melhor exprime valores proxémicos de - distanciamento, e tratamento horizontal, exprimindo a igualdade. Apenas 30% de informantes (IFNE) usa a FT Tu para um alocutário que aparenta ser da sua idade, a FT Vós não é usada. Com relação as FT quando se dirige a um adulto se obteve os seguintes resultados: "Tu" (30%), Tio (40%), Senhor (20%)Você (10%) e não ouve caso de Mana/Mana.

Os informantes (IFNE) indicam Você com 10% como sendo a FT adequada, Senhor com 20%, Mano/mana com 30% e Tio/tia com 40%, quando se dirigem a um adulto que não conhecem. Vê-se que está em crescendo como FT com valores taxémicos as formas que eram próprias para designar o grau de parentesco, passando como FT nominais para exprimirem valores semânticos de +respeito, -familiaridade, +humildade, +distanciamento, para tratar um adulto que não conhecem.

Tabela 1: Fatores que determinam a escolha da FT

	Percentagem
Confiança (+/-)	20
Intimidade (+/-)	20
Distanciamento/Afastamento(+/-)	10
Respeito	20
Supeirioridade/nfelrioridade	20
Hábito	10
Total	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Segundo os informantes (IFNE), os fatores que determinam a escolha de que FT a usar quando se está diante de um interlocutor, apenas 10% apontou o hábito como sendo o fator que determina a escolha, ao passo que +- confiança com 20%, +- intimidade com 20%, +- distanciamento ou afastamento com 10%, +- respeito com 20% e +- superioridade com 20%. Os valores semânticos apontados como sendo determinantes para a escolha da FT indiciam o porquê de estar em crescendo no Português falado em Angola, as formas nominais Tio/tia, Mano/mana para um alocutário adulto que não seja da intimidade dos informantes, mesmo que não faça parte de seu círculo familiar, dado que são formas nominais próprias usadas no círculo familiar, para designar o irmão mais velho ou mais novo (mano/mana) do alocutário, ou irmão mais velho ou mais novo da mãe ou do pai (tio).

4.1 Síntese da entrevista aplicada aos informantes da pesquisa (IFE)

1-Indique as FT que conhece e as que mais usa?

IFE: Em relação a esta pergunta, os entrevistados resumem que as FT que conhecem são: Tu, Você, Vós, Senhor. Quanto ao uso, indicam que as que mais usam no dia a dia são Você, Tu e Senhor.

2- Com quem usa as FT: Tu, Você, Vós?

IFE: Os entrevistados asseguram que a FT Tu é mais usada para um alocutário da sua confiança ou intimidade, assim como Você, enquanto que Senhor é usada FT com quem não é da sua intimidade.

3-Que FT usa quando se dirige a alguém que aparenta ser da sua idade: você, Tu, Vós

IFE: Em relação a esta pergunta, os informantes apontaram as FT Tu/Você como sendo adequadas quando se dirigem a alguém que aparenta ser da sua idade, descartaram o Vós.

4-Que FT usa quando se dirige a um adulto que não conhece Tu/Você, Senhor/a, Vós ?

IFE: A FT que mais uso quando me dirijo a um adulto que não é da minha intimidade é Senhor/a, Você, por não o conhecer e não ser da minha confiança.

5- Que fatores determinam a FT? Confiança, respeito, intimidade, superioridade, distanciamento/afastamento, inferioridade, hábito.

IFE: os fatores que podem determinar a FT são vários, primeiro, saber se a pessoa é quem, é da minha intimidade ou não, é meu superior ou inferior, em termos de idade, nível académico, ou melhor, qual é o estatuto social, se é da minha confiança ou não, isso tudo conta para determinar que FT usar para uma determinada pessoa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À Guisa de considerações finais sobre as FT no Português de Angola: contributo semântico-pragmático, os resultados evidenciam que a FT Tu está cada vez menos a ser utilizada pelos falantes angolanos, convencionámos designar por uso decadente, esta decadência em relação ao Tu é muito mais visível nos informantes não escolarizados (IFNE), que preferem o uso de Você, que é cada vez mais produtivo, quer por falantes escolarizados ou não escolarizados.

Outras evidências dos resultados prendem-se com a emersão de outras FT nominais, Tio/a, Mano/a, que são típicas para designar

alguém que pertence a um determinado círculo familiar, para a sua generalização, adoptando-a, também, para quem não faz parte do círculo familiar, como uma FT adequada para alocutário, cujas relações são taxémicas, expressando ou veiculando valores semânticos de + respeito, + distanciamento, - familiaridade, - proximidade, -intimidade, usando-se como FT de inferior para superior. A FT nominal Senhor, de acordo com os dados, é mais usada por informantes escolarizados (IFE) e pouco usada por informantes não escolarizados (IFNE) que a substituem sempre que possível por Tio/Tia/, Mano/a, quando o alocutário não é da sua intimidade.

A vulgarização da FT **Você,** aos poucos, a coloca nas FT de + intimidade, - distanciamento e adequada nas relações de igualdade no Português falado em Angola, por a FT análoga a **Você, Tu** observar uso decadente e já ser um resquício de informantes escolarizados, sobretudo muitos dos quais tiveram uma emersão linguística e cultural no Português europeu, ou terão tido passagem por Portugal enquanto estudantes ou migrantes habituados a esta FT pronominal. Em relação à FT **Vós**, quer os informantes escolarizados, quer os não escolarizados apontam que não é usada, salvo exceções em cerimônias solenes.

Quanto ao objetivo que norteou o estudo, foi alcançado com a descrição das FT no português angolano. De acordo com os dados coletados e analisados, percebe-se o panorama atual das FT (as mais usadas) e a crescente tendência de uso das FT nominais emergentes (tio/tia, mano/mana) típicas de um estrato social menos escolarizado e senhor/a recorrentes em informantes escolarizados. Os dados confirmam a consagração e o uso generalizado da FT **você**, isto é, usada por informantes com diferentes status social.

REFERÊNCIAS

CARREIRA, M. H. A. Abordagem sociolinguística de uma análise léxico-semântica contrastiva (Português-Francês). In: MARQUES, M. E. R. (Org.) *Sociolinguística*. Lisboa: Universidade. Lisboa Universidade Aberta.1995, p. 57-63.

CINTRA, L. *Sobre formas de tratamento na Língua Portuguesa*. Lisboa: Horizonte, 1986.

ANGOLA. Constituição da República de Angola, 2010. Disponível em: http://www.governo.gov.ao/arquivos.pdf. Acesso em:20 fev.2021

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo.* Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1984.

ENDRUSCHAT, A.; RADEFELDT-SCHMIDT, J. *Introdução Básica à Linguística do Português.* Trad. de António C. Franco. Lisboa: Colibri, 2015.

FARACO, Carlos Alberto. O Tratamento Você em Português: uma abordagem histórica. Fragmenta. *Revista Laborjistórico.* v.3, n.2, p.114-132, 2017.

MARQUES, M. E. R. *Complementação verbal. Estudo sociolinguístico.* Dissertação de Doutoramento. 1988, 500f. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1988.

MEDEIROS, S. M. de O. *A Model of adress form negotiation: a Sociolinguistic study of Continental Portuguese* (Dissertation). Austin, Texas: University of Texas,1985.

MIGUEL, M. H. Língua Portuguesa em Angola: Normativismo e Glotopolítica, in: *LUCERE. Revista Académica da UCAN*, Ano 4, nº 5, p. 35-48, 2008.

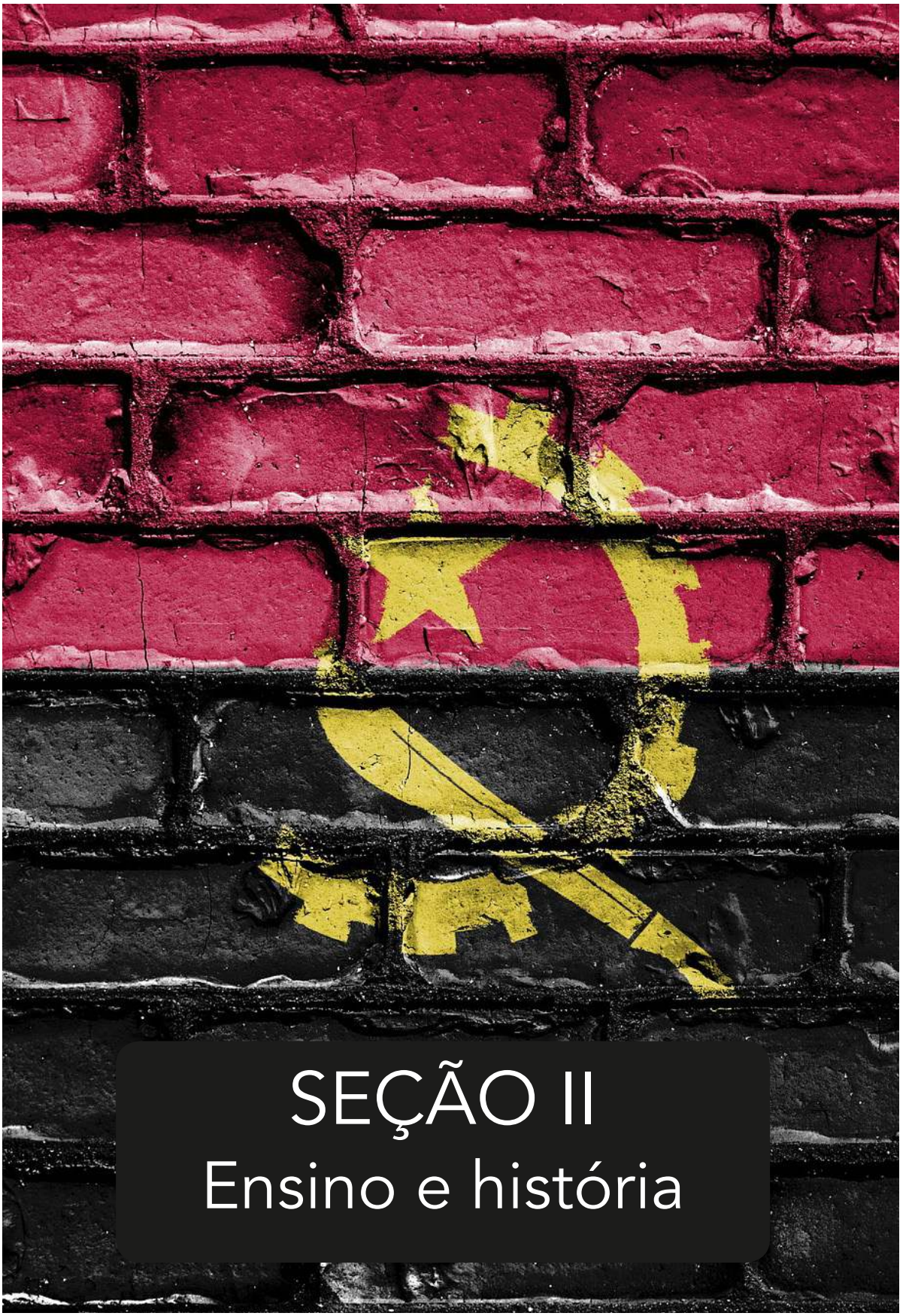
MINGAS, A. O Português em Angola: *Reflexões.* In: *VIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*. Vol. I. Cidade de Macau Centro Cultural da Universidade de Macau. 1988, p.109-126.

KAUARK, F. da S. et.al. *Metodologia da pesquisa: um guia prático.* Itabuna: Ed. Via Litterarrum, 2010.

RODRIGUES, D. F. *Cortesia Linguística- Uma competência discursivo-textual.* Tese de Doutoramento. 2003, 507f. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003.

SANTOS, J. E. dos. Impacto da paz no desenvolvimento da cultura. *Simpósio III Sobre a Cultura Nacional*, Luanda, 2006. Ministério da Cultural.

SOUSA, M. J.; BAPTISTA, C. S. *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios*. 4.ed. Lisboa: Pactor/Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea, 2011.



SEÇÃO II
Ensino e história

CAPÍTULO SETE

PORTUGUÊS LÍNGUA MATERNA E NÃO MATERNA EM ANGOLA: IMPLICAÇÕES DIDÁTICAS E POLÍTICAS

Bernardino Valente Calossa

Angola é um país cujo contexto sociolinguístico é rico e complexo ao mesmo tempo. Rico porque tem (pelo menos) onze línguas (cf. Adriano, 2014), além do português, que se destacam neste território, além de outras faladas por minorias populacionais e que, por isso, ficam de fora em muitas contagens; e complexo porque o país não possui uma política de língua profunda (aspecto sobre o qual falaremos mais adiante), nem uma distribuição linguística clara.

Essa situação é, por si só, um indicador do grande desafio que é de ensinar português nesse contexto, visto que o processo traz consigo implicações que não devem, de maneira nenhuma, ser ignoradas, caso o queiramos sistematizar e, dessa forma, levar o aluno a alcançar competências necessárias à sua formação.

Antes de qualquer abordagem, torna-se necessário distinguir as expressões língua materna e língua não materna. Assim, a designação língua materna (LM) refere-se à primeira língua que os seres humanos "adquirem espontaneamente, com incrível rapidez e uniformidade, a língua natural da comunidade em que passam os primeiros anos de vida, usam-na criativamente como locutores, interlocutores e ouvintes" (Sim-Sim, Duarte & Ferraz, 1997, p. 15) e "sobre a qual [os falantes] possuem intuições linguísticas quanto à forma e uso" (Mateus, Xavier, 1990, p. 231). Esta designação está ligada ao fato de ser, quase sempre e na maior parte das sociedades, a mãe a transmitir a sua língua à criança. A LM é também conhecida como língua primeira (L1).

Por outro lado, a expressão língua não materna (LNM) serve para se referir a qualquer língua aprendida depois da primeira, ou seja, possui "um conceito abrangente, que inclui diferentes tipos

de aquisição, de aprendizagem e de domínio da língua portuguesa" (Flores, 2013, p. 36). Por isso, é uma expressão muito genérica que se refere tanto a língua segunda (LS), à língua estrangeira (LE), quanto à língua de herança (LH).

As conceitualizações de cada uma das expressões acima, que o termo LNM abarca, não são, de todo, consensuais entre os estudiosos, pelo que se torna também relevante apresentar aqui os sentidos com os quais utilizaremos cada uma delas. Por conseguinte, utilizaremos a expressão LS, para se referir à "aprendizagem e o uso de uma língua não-nativa dentro de fronteiras territoriais em que ela tem uma função reconhecida" (Leiria, 2004, p. 1), como é o caso de angolanos que aprendem o português depois de uma língua bantu; e LE para se referir à "aprendizagem e o uso em espaços onde essa língua não tem qualquer estatuto sociopolítico" (Leiria, 2004, p.1), como é o caso do inglês ou do francês em contexto escolar angolano.

Por sua vez, uma LH é uma "língua adquirida e falada apenas em contexto familiar, ou num grupo restrito de falantes, normalmente adultos em contextos de imigração" (Flores, 2013, pp. 37- 40); é o caso, por exemplo, de filhos de congolenses em Angola que, apesar de aprenderem o português no meio em que estão inseridos, aprendem o francês e/ou o lingala em casa com os pais e/ou outros membros da família.

Outras expressões igualmente importantes a ter em conta ao abordar a questão do português língua não materna (PLNM) são "língua adicional" e "língua de acolhimento". A primeira é frequentemente utilizada em alguns estudos, sobretudo no contexto brasileiro, como sinónimo de língua estrangeira (cf. Schoffen, Martins, 2016), e em outros contextos como equivalente à expressão língua terceira, L3 (ver, por exemplo, Pinto, 2012; 2017), e o segundo é a "designação relacionada com o programa *Portugal Acolhe*, criado pelo Estado português, e que desenvolveu, a partir de 2001, cursos de português dirigidos exclusivamente a imigrantes adultos" (Grosso, 2010, p. 4). Para este último conceito, podemos buscar como exemplo o trabalho de alfabetização e/ou ensino do português que a ACNUR, a UNICEF e outras ONG têm desenvolvido na província da Lunda Norte, com os refugiados congolenses, e em outros programas nacionais de integração de estrangeiros.

Importa também referir que a distinção entre LM e LNM é, primordialmente, feita tendo em conta os contextos e/ou sequência de aquisição/aprendizagem de uma língua por parte de um indivíduo. Entretanto, há que ressaltar que, em estudos sociolinguísticos, uma língua pode adquirir um determinado estatuto conforme o domínio dos falantes de uma determinada localidade. Assim, considerando que a maior parte dos falantes angolanos possui o português como LS, surgem em estudos dessa área afirmações segundo as quais o português é LS de Angola (cf. Ima-Panzo, 2019).

1 O PORTUGUÊS LÍNGUA NÃO MATERNA EM ANGOLA

Depois da Independência, em 1975, havia uma necessidade de todos aprenderem o português por ser a língua adotada como oficial, porque, além de favorecer a concretização da então palavra de ordem, "Um só povo e uma só nação", a aprendizagem permitia uma rápida integração social dos falantes. Pelo número de habitantes e falantes de português, Angola é já "o segundo maior país de língua oficial portuguesa" (Dombele, 2019). Essa afirmação é confirmada pelos dados obtidos do Censo Geral da População Angolana feito em 2014, segundo os quais 71,1% da população angolana usa essa língua em casa, ou seja, como língua de comunicação familiar, apesar de que a percentagem reduz significativamente se consideramos simplesmente aqueles que o têm como LM.

Adriano (2014), por exemplo, desenvolveu um estudo com 85 participantes, bacharéis e licenciados, na capital da província da Huíla, onde verificou que 60% deles tinham o português como LM e, destes, 34,1% falam exclusivamente português. É claro que esses resultados se devem ao fato de o estudo ter sido realizado na zona urbana daquela cidade e pelo fato de se tratar de uma cidade onde, à semelhança da capital, Luanda, a cultura académica é ligeiramente antiga comparativamente ao resto do país. Os dados seriam, certamente, diferentes se a pesquisa tivesse sido realizada no interior da província ou em províncias como Cabinda, Lunda Norte ou Moxico, a título de exemplo, onde existem até hoje crianças e/ou adultos que só têm contacto com o português no contexto escolar, quando, evi-

dentemente, têm a sorte de lá chegar. É o que comprovam os nossos estudos, desenvolvidos em 2019 e 2020 (cf. Calossa, 2019; 2020), no interior da província da Huíla, Caconda, em que, num universo de 43 crianças, apenas identificamos 14 monolíngues, tendo, portanto, o português como sua LM.

Mas o estudo de Adriano (2014) é um excelente indicador que nos permite constatar o aumento considerável do número de falantes nas zonas urbanas que possuem o português como LM, pois, se é verdade que 71,1% da população angolana o usam em casa como língua de comunicação, é também verdade que as crianças que nascem nesses meios o têm como LM ou são, na maior parte dos casos, falantes bilíngues, ou seja, possuem duas línguas maternas, em consequência de se falar, no seu meio, mais uma língua paralelamente ao português. Nesses casos, visto que não existe uma diferença de tempo, uma criança é exposta a duas línguas de forma regular desde a nascença, adquirindo, consequentemente, duas línguas maternas (2LM). (Almeida, Flores, 2017).

Diante dessa situação e, tendo em conta ainda os dados do Censo da População, fica claro que apenas 28,9% da população não usa o português como língua de comunicação familiar, o que não implica, necessariamente, que eles, ou pelo menos alguns deles, não o compreendam. Em consequência disto, parece-nos mais apropriado que o processo de ensino desta língua devesse ser encarado, primordialmente, como LS, mas também, mediante o contexto, como LM e, apenas quando se tratasse de pessoas de outros países que viessem a Angola para aprender o português, como LE, mesmo que, as metodologias utilizadas para ensinar estes últimos ajudem, quando bem direcionadas, no ensino daqueles angolanos cujo primeiro contacto com esta língua só ocorre no momento em que começam a frequentar a escola.

2 IMPLICAÇÕES DIDÁTICAS

Depois da explicação dos conceitos, já ficou claro que o processo de ensino não pode ser tratado da mesma forma em todos os contextos de aprendizagem e com diferentes públicos. Assim, para sua

concretização e sucesso do ensino, o professor precisa servir-se das metodologias adequadas ao ensino do PLNM e que essas metodologias contribuam para o alcance dos fins específicos dos alunos, tal como nos bem lembra Carvalho (2013, p. 146), quando debate que a Didática Específica se reveste "de características próprias que a diferenciam das outras, orientadas normalmente para os processos de ensino-aprendizagem de uma determinada disciplina em contextos e com públicos relativamente homogéneos". Essa metodologia de ensino diferenciada deve ter em conta a heterogeneidade do processo, quer a relacionada com os contextos de aprendizagem do português, quer com as diferentes origens dos aprendentes.

Sendo a heterogeneidade em sala de aula sinónimo (também) de um conjunto de culturas, é necessário que cada aluno seja visto como um caso particular, com um acompanhamento diferenciado, sempre que for necessário. Ao proceder desta forma, o professor está a tratar de "fazer desse destinatário, o aluno, o agente da construção dos seus próprios saberes e competências" (Carvalho, 2013, p. 153).

A necessidade de materialização acompanhamento diferenciado no contexto angolano é maior porque se podemos, por um lado e com algum alívio, dizer que temos em todas as províncias magistérios primários e secundários vocacionados, e formação de professores de português para o Ensino de Base, não podemos, por outro lado, dizer o mesmo para o ensino superior. A insuficiência, nas universidades angolanas, de cursos de ensino de português ainda está longe de ser dirimida. Além disso, há uma outra necessidade: a de criar os cursos ligados ao Ensino do PLNM ou, pelo menos, adicionar nos planos de estudos utilizados atualmente disciplinas que preparem o professor para o efeito, sendo que este processo deve passar por uma profunda reflexão e, claro, revisão, dos planos de estudos porque estão, até agora, mais voltados à formação de professores de português enquanto LM, o que pode ser benéfico em contextos urbanos, se tivermos em conta os dados apresentados acima, mas em muito pouco ajudam aqueles professores cujos alunos têm o português como LS.

A necessidade de revisão dos planos de estudos parece-nos ser a alternativa mais ideal e fácil, tendo em conta as dificuldades que as instituições, sobretudo as universitárias, enfrentam no que respeita à

abertura de cursos novos, em consequência da, sempre evocada, falta de capital humano qualificado, porque se um professor empreende o seu precioso tempo para escrever um artigo de opinião e nele dizer que "uma percentagem (que ele presume ser elevada) dos licenciados em instituições de ensino superior angolanas acaba, de facto, por não adquirir os conhecimentos, as habilidades e as competências inerentes aos diplomas que ostentam[1]", uma medida dessa natureza talvez ajudasse a minimizar tais problemas, pelo menos os relacionados com o ensino da língua.

Por outro lado, é importante lembrar aos professores que, na aprendizagem das propriedades linguísticas em português como LNM, alguns erros são sim resultantes do processo de interferência entre a LM, quando esta é uma língua nativa, e a língua alvo, neste caso o português, e, em sala de aula, a abordagem contrastiva é a mais recomendada para se minimizar este fenómeno. Entretanto, estudos mais recentes como os de Madeira, Xavier & Crispim (2012), Martins (2013), Madeira, (2017) e Flores & Correia, (2017) que têm demonstrado que compreender o impacto de outras causas, como a quantidade/qualidade do *input* linguístico, a idade de início de exposição, o contexto de aprendizagem, ou, ainda, a motivação dos próprios alunos, também podem estar na base das muitas dificuldades apresentadas pelos alunos é a melhor maneira de sistematizar o processo de ensino e encará-lo de forma global. Desta forma, as produções desviadas serão resultantes do percurso natural de desenvolvimento linguístico, chamando, assim, a atenção para todos os possíveis fatores envolvidos, uma vez que, em alguns casos, estes podem ser constatados quer em aprendentes de línguas maternas consideradas próximas ao português, quer em outros de línguas maternas consideradas estruturalmente diferentes.

3 COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS AO PROFESSOR DE PORTUGUÊS

O professor é, depois do aluno, o elemento principal do processo de ensino-aprendizagem. Dele depende, em muitos casos, o sucesso do aluno no alcance das competências necessárias à sua forma-

[1] Carlos Rosado de Carvalho no jornal *EXPANSÃO* de 2 de março de 2018.

ção. Segundo Bizarro & Braga (2004, p. 58), este sucesso é alcançado "quando o professor ajuda o educando a descobrir-se a si mesmo. Só então este poderá pôr-se no lugar do outro e compreender as suas reações, desenvolvendo empatias". Essa ajuda de que as autoras falam passa necessariamente pela compreensão da cultura do aluno e posterior relacionamento com as culturas de outros alunos ou povos, estando, desta forma, a promover o diálogo intercultural, ao mesmo tempo que desenvolve o processo de ensino.

Por isso, para que se seja um bom professor não basta que o professor tenha o conhecimento explícito da língua, ou seja, possuir todas as competências de carácter linguístico, se isso fosse possível; é igualmente necessário que seja portador do conhecimento implícito, isto é, as particularidades de carácter extralinguístico que exercem influências significativas no processo de comunicação. Para tal, "há que distinguir a *gramática do falante* (o conhecimento implícito da língua) da *gramática do linguista* (a descrição da estrutura linguística)" (Silva, 2008, grifos do autor), porque ao trabalhar o léxico, por exemplo, é necessário considerar que as informações sócio-pragmáticas podem influenciar na compreensão dos sentidos das palavras, ou seja, um aluno do meio urbano em Angola teria menos dificuldades de associar a palavra *cadeirão* a um contexto, visto que se trata de um objeto que ele bem conhece, comparativamente a um aluno da zona rural que, talvez, nunca tenha visto um cadeirão. O mesmo se pode aplicar àquelas palavras cujo significado varia de região para região.

De todas as informações extralinguísticas que influenciam a comunicação, abordaremos de forma muito resumida, a questão cultural que, apesar de ser muito importante, tem sido, em Angola, colocada em segundo plano quando se trata de ensino da língua.

4 A MEDIAÇÃO CULTURAL

Os estudos sobre educação intercultural, aplicados especificamente ao ensino do português enquanto LS e enquanto LE, suscitam atualmente o interesse especial dos investigadores. Como consequência, apesar de serem ainda insuficientes, já começam a adquirir

uma certa consistência. A mediação cultural é um dos aspectos a que o professor precisa de prestar maior atenção ao ensinar português, enquanto LS, porque, apesar de os alunos aprenderem uma língua oficial, eles já possuem uma vasta experiência linguística, comunicativa e pragmática na sua LM, que exercerá, ao longo de todo o processo de aprendizagem, muitas influências, quer direta, quer indiretamente.

Teixeira (2013, p. 135), falando a esse respeito, diz que a comunicação em sala de aula está sujeita a quatro tipos de ruídos: fisiológicos (influências de fatores, como o cansaço, que afetam a sua concentração na mensagem), psicológicos (que tem a ver com a forma como os nossos sentimentos afetam a percepção da mensagem veiculada), físicos (influências do ambiente ao redor dos interlocutores) e semânticos (quando o significado não é partilhado por ambos). Diante desses obstáculos no desenvolvimento da comunicação intercultural, a autora descreve a função do professor nos seguintes termos:

> o professor de LE tem um papel fundamental na redução do ruído, especialmente, o ruído semântico na comunicação intercultural. É tão vital enviar a mensagem certa como descodificá-la e retribuí-la em conformidade. Para isso, como mediador intercultural, o professor deve ouvir activa e empaticamente, lendo nas entrelinhas culturais e colocando-se no ponto de vista do aprendente, sem o julgar ou tomar partidos. O professor deve incentivar o uso de estratégias comunicativas interculturais, de forma a que o significado possa ser partilhado pelo Eu e o Outro. O professor deve mostrar-se interessado em saber mais sobre as culturas dos aprendentes ou procurar informar-se através de outras fontes (Teixeira, 2013, p. 135).

É importante referir ainda que o professor, estando na posição de mediador cultural, deve saber distinguir aspectos culturais de estereótipos, assumindo uma postura pedagógica e científica que não dificulte a aprendizagem, optando por uma postura de relativismo cultural, ou seja, abordar "os valores dos indivíduos estabelecidos a partir da ética, do respeito ao ser humano e aos padrões culturais do outro são mais importantes do que a cultura em causa" (Daniel, 2017, p. 31). Daí a necessidade de uma formação específica e constante consolidação dos seus conhecimentos.

Um outro aspecto igualmente importante é a necessidade de o professor ter uma visão pluricêntrica do português, isto é, apesar de

possuir uma norma padrão (modelo ideal) ou a norma culta (modelo real) que deve ser ensinada e que, em alguns casos, ele usa, precisa ter em conta a realidade em que o processo de ensino-aprendizagem é desenvolvido, bem como as características e objetivos dos alunos (cf. Calossa, 2016).

5 A QUESTÃO DA POLÍTICA DE LÍNGUA

Ao estabelecer normas de convivência global para a língua portuguesa é necessário que se tenha uma visão geral, pois os espaços em que a língua atua se ampliam todos os dias. Como argumenta Castro:

> Quando falamos de política da língua a propósito do português, facilmente reconhecemos que a expressão deve ser elevada ao plural, porque são vários os espaços em que o português actua, em cada um deles enfrentando necessidades que não se satisfazem de modo idêntico e reclamam, por isso, não uma, mas diversas políticas (Castro, 2010, p. 65).

Os professores de português pensam, em muitos casos, que o fato de Angola ter adotado a norma europeia para ser utilizada e ensinada não se pode, de maneira nenhuma, redirecionar as políticas estabelecidas ao nível governamental. Trata-se de um equívoco que em nada tem ajudado a concretização do processo de ensino.

Partindo do princípio de que muitos estudos já demonstraram que o desfasamento entre a norma-padrão europeia e a variedade angolana é uma das principais razões do insucesso do processo de ensino-aprendizagem do e em português em Angola (ver, por exemplo, Cabral 2005; Adriano, 2014; Calossa, 2016) e de que outros estudos, na tentativa de encontrarem soluções apontam, como alternativa, a necessidade de se fazer mais estudos descritivos sobre a variedade angolana e, desta forma, reconhecer uma norma própria (ver Carrasco, 1988; Undolo, 2014; Nzau, 2011), o professor deveria saber como lidar com a questão da política de língua em contexto escolar, independentemente do que está oficialmente regulamentado.

Uma política de língua, sendo "o conjunto de tentativas explícitas e implícitas de regulação das práticas linguísticas de uma comunidade, pode radicar em iniciativas do respectivo Estado – nível macro – de grupos ou organizações – nível meso – ou de um indivíduo – nível micro" (Pinto, 2010, p. 49). Tendo em conta este pensamento, é legítimo falar de política de língua de um Estado, política de língua de uma universidade, de uma igreja, ou uma organização qualquer, e de política de língua de um lar, estabelecida pelo responsável da casa, ou ainda de uma pessoa, no sentido em que cada um tem o direito de usar a língua que quiser, quando quiser, com quem quiser e como quiser, desde que, claro, consiga estabelecer a comunicação.

Começando pelas políticas do Estado, parece-nos que a esse nível só existem aquelas que, por razões legislativas, devem obrigatoriamente existir, não sendo a língua a principal razão dessa existência, ou seja, a questão da língua só aparece tendo em conta a necessidade destes documentos fazerem referência a ela. Referimo-nos especificamente à Constituição da República de Angola (2010) – que no seu Artigo 19º estabelece o português como língua oficial da República de Angola, bem como a necessidade da valorização, promoção, estudo, ensino e utilização das demais línguas de Angola e das principais línguas de comunicação internacional. Com relação o Decreto Lei 17/2016, que, entre outros aspectos, orienta que o ensino nas escolas deve ser ministrado em português e admite uma exceção para o subsistema de educação de adultos, que, dadas as suas especificidades, pode ser ministrado nas línguas nacionais – e a alguns programas do sistema do Ensino Básico – que, numa única introdução, reconhecem que o português não é para a maioria das crianças angolanas a sua língua materna e, por isso, chamam a atenção dos professores no sentido de, no Ensino Primário, adotarem métodos e técnicas eficazes, capazes de levar os alunos a efetuar pacífica e conscientemente a transição das aprendizagens da convivência do ciclo familiar e social, para a aprendizagem e conhecimento de conteúdos devidamente estruturados e ministrados (ver Programas de Língua Portuguesa da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª, Reforma Educativa, 2010).

Diante de uma língua que se quer plenamente funcional, não só por ser a língua de ensino, mas também e sobretudo por ser a língua de comunicação internacional, precisamos de uma política mais

completa que, além de favorecer e prever todos os contextos de aquisição/aprendizagem e utilização do português, permita uma consequente difusão dessa língua no mundo, pois a responsabilidade de implementação de políticas de ensino e de difusão do português não pode ser exclusivamente de um país, pois é uma tarefa de cada um dos países que o têm como língua oficial, em consequência da "evolução que se deu a partir do conceito de que a língua é nossa, para o conceito de que também é nossa" (Moreira, 2005, p. 289). A necessidade de implementação dessa política é cada dia mais imperativa, tendo em conta a urgência de abrir centros de línguas nas universidades, e não só, de modo a acompanhar a dinâmica socioeconómica do país, pois atualmente se apregoa quase todos os dias, nos órgãos de comunicação públicos e privados, a abertura das fronteiras para determinados países, o resultante crescimento do potencial turístico e o incentivo de empresários estrangeiros para investirem em Angola. Essa é uma medida que traz mais pessoas ao país e é necessário que haja políticas que facilitem a integração dessas pessoas, dentre as quais às de língua, mais concretamente a criação de documentos que orientem e sugiram práticas de ensino do PLE.

Segundo Castro (2007, p. 47), uma política de língua só é eficaz quando ao nível da sua operacionalização é possível reconhecer (i) uma posição perante as formas, as condições e os recursos associados ao uso da língua em relação com os modos de inscrição dos sujeitos na comunidade, (ii) uma estratégia no sentido da sua sustentação ou transformação e (iii) um conjunto de medidas que a possam concretizar.

Em Angola, a questão da posição perante as formas, as condições e os recursos associados ao uso da língua estão fortemente interligados ao aumento de estudos descritivos sobre português (sobre este assunto ver Adriano, 2014, p. 8-11). Entretanto, é necessário reconhecer que, tendo em conta o crescimento de profissionais formados na área de Linguística e/ou ensino do português, com financiamento adequado ter-se-ia um estudo. Bom ou mau, este seria, assim, o primeiro passo para o estabelecimento de uma política de língua, do qual dependeriam todos os outros.

Ademais, estudos sobre o português enquanto língua pluricêntrica como o de Oliveira (2013) e Edleise (2016) defendem a necessidade

de uma política internacional para o português, que resultaria da análise das políticas nacionais de todos os países que a têm como língua oficial. Este é um desejo necessário, porém carece de ser aprofundado, porque se por um lado está o muito trabalho de casa que os diversos países da CPLP ainda têm por fazer, por outro, está o poder político no qual "está indissociavelmente ligada a língua, quer nas suas dinâmicas endógenas ou compulsoriamente centralizadas, quer nas suas dinâmicas centrífugas e autonomizantes, seja de caráter regionalista ou diatópico, seja de cunho nacionalista" (Aguiar e Silva, 2007, p. 14).

Associada à questão da língua, está a questão cultural que não pode ser deixada à parte quando se pensa numa política de língua. É necessário que se faça um trabalho nacional de levantamento de aspectos da cultura nacional representativos que devem ser abordados ao ensinar português em Angola e, por que não, noutros países e, desta forma, promover um permanente diálogo intercultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação linguística de Angola exige das entidades governamentais, da escola e do professor maior atenção no processo de gestão de ensino do Português, considerando que do sucesso da aprendizagem desta disciplina dependem todas as outras. Criar uma política de língua que tenha em conta todas as especificidades socioculturais e cognitivas dos alunos é uma medida necessária e urgente que facilitará significativamente esse processo. Esta é uma recomendação extensiva às universidades e escolas do ensino médio que podem muito bem ser portadoras de uma política de língua própria, conforme as zonas em que elas estão inseridas e, desta forma, promoveriam não só um ensino de qualidade, como também a integração de quem, por qualquer razão, se encontra em contexto de imigração.

O professor, por sua vez, deve ser capaz de, na ausência desta política de língua, criar mecanismos que o ajudem na efetivação da sua atividade, através da adaptação metodológica ao contexto em que essa decorre, bem como às características individuais ou coletivas dos alunos. Para isso, é necessário que o professor comece com a

destruição de qualquer estereótipo que se tenha sobre a diversidade cultural do país e encare a heterogeneidade em sala de aula como uma oportunidade para se colocar na posição de um verdadeiro facilitador da aprendizagem que promove um permanente diálogo intercultural, pois as línguas são e sempre continuarão a ser um veículo muito forte de transmissão da cultura.

Em relação à diversidade de perfis dos alunos, salientamos a necessidade de se realizar um estudo sociolinguístico que o descreva em profundidade e em todos os contextos de aquisição e/ou aprendizagem da língua para que o processo de efetivação do ensino tenha em conta esse aspecto.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, P. S. *Tratamento morfossintáctico de expressões e estruturas frásicas do português de Angola: divergências em relação a norma padrão.* Tese de doutoramento. Évora: Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora, 2014.

AGUIAR E SILVA, V. Ilusões e desilusões sobre a política da língua portuguesa. In: GAMA, M. (Org.). *A política da língua portuguesa* . Braga: Centro de Estudos Lusíadas, p. 13-26, 2007.

ALMEIDA, L.; FLORES, C. Bilinguismo. In: FREITAS, M. J.; SANTOS, A. L. (Org.) *Aquisição de língua materna e não materna: questões gerais e dados do portugues*. Berlin: Language Science Press, 2017, p. 275-304.

ANGOLA. *Decreto Lei 17/2016, de 4 de abril.* Lei de Base do Sistema Educativo Angolano. Luanda: Assembleia Nacional.

BIZARRO, R.; BRAGA, F. Educação intercultural, competência plurilingue e competência pluricultural: novos desafios para a formação de professores de línguas estrangeiras. In: FLUP, *Estudos em homenagem ao Professor Doutor António Ferreira de Brito*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2004, p. 57-70.

CABRAL, L. A. V. *Complementos verbais preposicionados do português em Angola,* Dissertação de mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005.

CALOSSA, B. V. *A postura do professor de Língua Portuguesa: entre a norma padrão e a variedade angolana.* Monografia de licenciatura. Lubango: ISCED da Huíla, 2016.

CALOSSA, B. V. *Aquisição e erosão no desenvolvimento linguístico de falantes bilíngues em Angola.* Dissertação de mestrado. Braga: Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, 2019.

CALOSSA, B. V.; FLORES, C. Erosão linguística na aquisição bilíngue português – umbundu: evidências no domínio da formação do plural. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, vol.7, nº1, p. 69-85, 2020.

CARRASCO, A. *Subsídios para o estabelecimento da norma do Português em Angola*. Trabalho de licenciatura. Lubango: ISCED da Huíla, 1988.

CARVALHO, J. A. B. Didática do português língua não materna - língua segunda/língua estrangeira – entre a generalização e a especificação. In: BIZARRO, R.; MOREIRA, M.; FLORES, C. (Org.). *Português língua não materna: investigação e ensino.* Lisboa: Lidel, 2013, p. 146-154.

CASTRO, I. As políticas da língua portuguesa. *Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: APL, 2010, p. 65-71.

CASTRO, R. V. Políticas da língua: circunstâncias e modos de produção local. In: GAMA, M. (Org). *A Política da Língua Portuguesa*. Braga: Centro de Estudos Lusíadas, 2007, p.47-61.

DANIEL, H. *Interculturalismo: factor de aprendizagem do Português Língua Segunda - Língua Estrangeira em Luanda.* Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH: Universidade Nova de Lisboa, 2017.

DOMBELE, E. D. Reflexão sobre as línguas nacionais no sistema de educação de Angola. In *Revista Internacional em Língua Portuguesa*. IILP, nº 31, p. 71-89, 2017.

FLORES, C. Português língua não materna: discutindo conceitos numa perspectiva linguística. In: BIZARRO, R.; MOREIRA, M.; FLORES, C. (Org). *Português língua não materna: investigação e ensino*. Lisboa: Lidel, 2013, p. 35-46.

GROSSO, M. J. Língua de acolhimento, língua de integração. *Horizontes de Linguística Aplicada,* v.9; nº 2, p. 66-77, 2010.

IMA-PANZO, J. *Português língua segunda em Angola: representações & linhas de actuação*. Lisboa: Compendium, 2019.

LEIRIA, I. Português língua segunda e língua estrangeira: investigação e ensino. Revista *Idiomatico* vol.3, nº1, p. 1-12, 2004.

MADEIRA, A. Aquisição de língua não materna. In: FREITAS, M. J.; SANTOS, A. L. (Org.). *Aquisição de língua materna e não materna: questões gerais e dados do português*, Berlin: Language Science Press. 2017, p. 305-330.

MADEIRA, A.; XAVIER, M. F.; CRISPIM, M. de L. Uso e interpretação de sujeitos pronominais em português L2. In: COSTA, A.; FLORES, C.; ALEXANDRE, N. (Org.), T*extos selecionados do XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 2012, p.376-397.

MARTINS, C. O papel diferenciado de subsistemas de memória de longo prazo nos processos de aquisição e de aprendizagem de uma L2: O modelo declarativo/procedimental e as suas consequências para o ensino de línguas não maternas. In: CORRÊA-CARDOSO, J.; FIALHO, M. do C. (Org). *A Linguagem na Pólis*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 99-120.

MATEUS, M. H. M.; XAVIER, M. F. *Dicionário de Termos Linguísticos*. Vol. I. Associação Portuguesa de Linguística e Instituto de Linguística Teórica e Computacional, Lisboa: Ed. Cosmos, 1990.

MENDES, E. Pluricentrismo linguístico, ensino e produção de materiais de português LE no PPPLE. In: ORTIZ ALVAREZ, M. L; GONÇALVES, L. *O mundo do português e o português no mundo afora: especificidades, implicações, ações*. São Paulo/Campinas: Pontes Editores, 2016, p. 293-310.

MOREIRA, A. Políticas da Língua Portuguesa. In: XAVIER, L. C. S. G.; COSTA, L.; COSTA, A. A.; PAULO, O. (Org.) *A Língua Portuguesa: presente e futuro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p. 289-294.

NZAU, D. *A Língua Portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização*. Tese de Doutoramento. Covilhã: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior, 2011.

OLIVEIRA, G. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. *Trabalhos em linguística aplicada*, vol. 52, n. 2, 2013.

PINTO, J. A aquisição do género e da concordância de género em português língua terceira ou língua adicional. In: OSÓRIO, P. (Org.). *Teorias e usos linguísticos.* Lisboa: Lidel, 2013, p. 91-110.

PINTO, J. Transferências lexicais na aquisição de português como língua terceira ou língua adicional. Um estudo com alunos universitários em Marrocos. *Revista diacrítica*, vol.26, nº1, p.171-187, 2012.

PINTO, P. F. *O essencial sobre política de língua.* Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2010.

ROSADO, C. de C. Doutores de Mula Russa. In *Jornal Expansão* de 2 de março de 2018.

SCHOFFEN, J. R.; MARTINS, A. F. Políticas linguísticas e definição de parâmetros para o ensino de português como língua adicional: perspectivas portuguesa e brasileira. *ReVEL*, vol 14, nº 26, p. 271-306, 2016.

SILVA, A. C. *As configurações do ensino da gramática em manuais escolares de português.* Braga: Universidade do Minho, 2008.

SIM-SIM, I.; DUARTE, I.; FERRAZ, M. J. *Língua materna na educação básica: competências nucleares e níveis de desempenho.* Lisboa: Ministério da Educação. Departamento da Educação Básica, 1997.

TEIXEIRA, A. P. G. de A. *O Desenvolvimento da competência comunicativa intercultural na aula de PLE: representações e práticas (inter) culturais. Um estudo de caso. Tese de Doutoramento.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013.

UNDOLO, M. E.da S. *Caracterização da norma do português em angola.* Tese de doutoramento. Évora: Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora, 2014.

CAPÍTULO OITO

A INFLUÊNCIA DA GUERRA CIVIL ANGOLANA NA HEGEMONIA DO PORTUGUÊS NO SÉCULO XXI

Dorivaldo Alfredo Zua

INTRODUÇÃO

O português foi a língua utilizada pelos portugueses e por angolanos na época colonial[1] e continuou sendo língua utilizada pelos angolanos após a proclamação da independência de Angola, assumindo então a função de língua veicular entre falantes de línguas indígenas diferentes e o estatuto de língua oficial, que a Constituição da República de Angola de 2010 consagrou, no art. 19º. Na época colonial, o português era falado apenas pelos portugueses e pela classe angolana assimilada, nas zonas urbanas, deixando as línguas bantu e as do grupo khoisan praticamente intactas nas zonas rurais.

Após a proclamação da independência, em 1975, Angola mergulhou numa guerra civil que se foi desenrolando, com maior frequência, nas zonas rurais, onde, antes da independência, as línguas indígenas estavam intactas. Com a guerra, os habitantes destas zonas foram obrigados a imigrar para as zonas urbanas, para as capitais das províncias e, muitos deles, para a capital do país, onde o português era a língua dominante. Esses habitantes sentiram-se obrigados a aprender o português por sobrevivência, o que contribuiu para o aumento do número de falantes.

Embora a guerra civil tenha terminado em 2002 e com a oportunidade de os habitantes regressarem às suas zonas de origem, grande parte dos habitantes mantiveram-se nas zonas urbanas (continuando a usar o português) por variados motivos e os que regressaram às zonas

[1] Até 1974, de acordo com dados de Heimer (1974), apenas 0,1% da população angolana usava, com frequência, o português.

de origem levaram consigo também a língua portuguesa, expandindo-a nas zonas rurais e tornando-a cada vez mais hegemónico. Este capítulo tem como finalidade analisar as consequências linguísticas dessa guerra civil, na perspectiva da relação entre avanço do português e recuo das línguas indígenas, reflectindo sobre a hegemonia desse português que, à medida que avança, também se angolaniza.

1 REFLEXÕES SOBRE CAUSAS DA HEGEMONIA DO PORTUGUÊS EM ANGOLA NO SÉCULO XXI

Actualmente, entre os estudiosos, vem-se difundindo a ideia de que a língua portuguesa tem ganhado hegemonia sobre as línguas indígenas de Angola. Este ponto vai debruçar-se sobre as causas da hegemonia do português, numa análise que não será, de todo, exaustiva, dado que, em desenvolvimento, nos debruçaremos sobre a causa, objecto do nosso capítulo: a guerra civil.

1.1 O domínio colonial

Em 1482, como consequência das viagens de exploração marítima portuguesa, Diogo Cão chegou, pela primeira vez, ao reino do Congo, onde estabeleceu os primeiros contactos comerciais e diplomáticos com os reis. Trouxe a língua portuguesa, que permaneceu no território Congo até a afirmação e delimitação geopolítica que ficou conhecida como Angola (Carrasco, 1988).

Quando os portugueses chegaram ao reino do Congo, não tinham o objectivo de colonizá-lo, mas, com o passar do tempo e com a disponibilidade de recepção da cultura portuguesa, mostrada pelos reis daquele reino, viram a oportunidade de impor a cultura europeia. A partir daqui, as trocas comerciais começaram a ganhar, ao lado de outros, a característica de um meio de imposição. A expansão dos interesses comerciais convertia-se assim num mecanismo de colonização. Desta maneira, os interesses inicialmente identificados expandiram-se noutros menos pacíficos.

Durante a colonização, os portugueses procuraram, a todo o custo, impor a sua cultura em detrimento da cultura indígena, pois achavam que quanto maior fosse a diferença entre a cultura portuguesa e a cultura indígena, mais ameaçado estaria o poder português e é nesse aspecto que consistiu a essência da colonização.

1.2 A política de assimilação

Como os portugueses queriam expandir a sua cultura, decidiram impor a chamada política de assimilação, cujo objectivo principal era a substituição completa das línguas e das culturas bantu e khoisan pela língua e cultura portuguesas. Para que a teoria da assimilação funcionasse, os portugueses criaram condições privilegiadas aos indígenas (até então) que negassem a sua cultura em detrimento da cultura europeia. Nesta política, criada por Norton de Matos, qualquer indígena podia absorver a civilização portuguesa e ser considerado "igual" aos portugueses de nascimento, sem distinção de cor ou de origem.

A Portaria Provincial nº 43, publicada no Boletim Oficial de 20 de Janeiro de 1913, define os assimilados através dos seguintes termos: i. ter idade mínima de 18 anos; ii. falar correctamente a língua portuguesa; iii. exercer uma profissão, ofício ou emprego que permita uma remuneração necessária para viver razoavelmente, bem como a posse de meios suficientes para o mesmo fim; iv. um bom comportamento e a aquisição de instruções e certos pressupostos à aplicação integral do direito público e privado dos cidadãos portugueses; v. nunca ter sido preso nem desertado (Manuel, 1996).

Como resultado dessa teoria de assimilação, a sociedade colonial estava dividida em dois grupos: o grupo dos portugueses (cuja cor da pele bastava para conferir o direito de cidadania, mesmo sem os requisitos obrigados aos negros), que não era muito grande e estava subdividido em colonialistas (agentes da metrópole colonizadora) e colonos (instrumentos da colonização) e o grupo dos angolanos, que estava subdividido em assimilados e indígenas (Undolo, 2016).

O Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, citado por Carrasco (1988), definia o indíge-

na como o indivíduo negro ou dele descendente que não satisfizesse ainda os requisitos citados anteriormente para o enquadramento na categoria de cidadão português. Para que fosse considerado cidadão português, o indígena tinha a obrigação de se tornar assimilado e, para que tal acontecesse, era necessário que o mesmo passasse por uma prova de aptidão e reunisse os requisitos impostos pela retro-referida Portaria.

Essa divisão dos angolanos em assimilados e indígenas teve como reflexo, no plano linguístico, a aplicação da oposição língua/dialecto, numa comunidade que antes não conhecia esta oposição. Os portugueses impunham o estatuto de assimilado aos angolanos, tudo porque quem não tivesse o estatuto de assimilado estava sujeito ao pagamento de vários impostos, enquanto o assimilado estava isento. O domínio do português era condição imprescindível para passar de indígena para assimilado e estar isento de alguns impostos. O estatuto de assimilado permitia a frequência da escola formal. Era também objectivo da política de assimilação unir os portugueses da metrópole (os portugueses propriamente ditos) às colónias (transformar os indígenas em assimilados) e todo e qualquer obstáculo devia ser combatido: era o caso das línguas bantu e khoisan.

1.3 A expansão do ensino

Para suprir a necessidade de comunicação entre os portugueses e os habitantes do reino do Congo, Diogo Cão, no regresso da sua primeira viagem ao Congo, levou consigo, para Portugal, alguns congoleses, com o objectivo principal de lhes transmitir conhecimentos acerca da língua e da cultura portuguesas. Após terem regressado, já com conhecimentos adquiridos, aqueles serviram de intérpretes nos contactos com a população local e foi com eles que se deram os primeiros passos na expansão do ensino da língua portuguesa. Estava assim lançada a "semente" para a implementação do português no território angolano.

> Em 1491, já funcionava, em Mbanza Congo, uma escola de ler e escrever, dirigida por angolanos. Um pouco mais tarde, havia congoleses a ensinar

> em quase todas as províncias do Congo. Criou-se, em Mbanza Congo, a cadeira de Gramática, em que se ministravam não só regras de português, como também noções de Latim, Aritmética, Moral, História, Geografia e até mesmo noções elementares de Filosofia. (Manuel, 1996, p. 9).

No princípio, o ensino desenvolveu-se em locais onde os colonos estavam concentrados (especialmente nas grandes cidades). Só mais tarde, a partir de 1960, por causa dos interesses coloniais, as escolas primárias alargaram-se, isto porque os portugueses queriam desenvolver e assegurar a base de exploração, a base económica e a criação de uma classe de pequenos burocratas angolanos, que seriam os futuros funcionários da administração e do comércio coloniais. A expansão do ensino, em Angola, foi determinada pelos interesses coloniais e influenciada pelo crescente número de colonos neste território. Nos anos de 1940, o número de colonos era estimado em 44000. Era necessário que se tomassem medidas para a satisfação das necessidades educativas destes colonos (Carrasco, 1988).

Os portugueses ensinaram a ler, a escrever e a contar aos angolanos, mas com bastantes limitações, tudo porque o objectivo dos portugueses não era propriamente o desenvolvimento dos angolanos, tratava-se apenas de aumentar o número de auxiliares da economia dos colonos. Desta forma, o que era ensinado nas escolas era de acordo com a realidade portuguesa. O ensino do português expandiu-se na segunda metade da década de 60 e primeiros anos da década de 70. A luta armada que o povo angolano levava a cabo obrigou os colonialistas portugueses a tomarem medidas apressadas no campo do ensino. Viram-se obrigados a alargar a rede de escolas primárias e a criar escolas secundárias nas cidades e mesmo uma Universidade. Entretanto, esta não era bem vista pelos colonos, pois receavam que a universidade viesse a contribuir para o acelerar da descolonização.

1.4 A política linguística

Para que a política colonial fosse um êxito, os portugueses fizeram recurso ao principal e mais poderoso meio de aculturação, a língua. O Governo português impôs o uso da língua portuguesa,

proibindo assim o uso das línguas bantu e khoisan. Com as imposições implementadas pelo mesmo governo, os pais esforçavam-se para que os filhos adquirissem a língua e, consequentemente, a cultura portuguesa, visto que, só desta forma, conseguiriam um estatuto social de prestígio (Miguel, 2014).

O ensino era feito única e exclusivamente em português, sendo assim o único veículo de contacto no ensino. A política linguística colonial foi sustentada pela vigilância constante da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), que punia todos aqueles que usavam as línguas bantu e khoisan ao invés do português. Foi nessa altura que os portugueses recrudesceram a tentativa de aportuguesar a população angolana. Para tal, foram implementando medidas discriminatórias contra as línguas indígenas, definindo-se a base da política linguística colonial através de dois objectivos fundamentais: 1. A portugalização de Angola: com o objectivo de desvalorizar e fazer desaparecer a identidade cultural de Angola; 2. A glotofagia das línguas indígenas: com o objectivo de fazer com que, num curto espaço de tempo, os angolanos esquecessem as suas línguas e soubessem falar, ler e escrever o português (Manuel, 1996).

Para que esses objectivos fossem alcançados, era necessário que se vedasse a fala e o progresso das línguas indígenas. Nessa altura, foram aparecendo alguns decretos que impediam o uso de tais línguas. D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador português em Angola (1764-1772), decretou que os portugueses ensinassem o português aos seus filhos e ensinassem também aos negros, tal como se fazia no Brasil. Em 1921, Norton de Matos (também governador de Angola, na altura), orientou que se apagasse todas as línguas bantu e khoisan de Angola, defendendo a sua substituição pelo português, por intermédio do Decreto nº 77, de 9 de Dezembro de 1921. Segundo esse mesmo decreto, só era permitido o uso dessas línguas para servirem de auxiliar na aprendizagem do português (Carrasco, 1988).

Um candidato a subinspector escolar de Angola, em 1962, fazia a proposta "ideal" de que a criança fosse tomada por "jardineiras de infância" aos 2-3 anos de idade para que o contacto com a língua portuguesa - a que ele chama língua nacional - se desse desde tenra idade, antes mesmo de dominar a língua materna/indígena. As ins-

tituições escolares que insistiam no ensino das línguas indígenas, tal como as escolas dirigidas por missionários protestantes, cujo objectivo era promover a fé cristã, usando como auxiliar a cultura angolana, eram sancionadas. O facto de ser aceite a cultura angolana por estes missionários fez com que as suas escolas não recebessem ajuda do Estado e, em situações extremas, fossem encerradas.

Essas políticas não afectaram as áreas rurais, visto que o colonizador preferiu escolher a cidade em detrimento do campo. Segundo Mingas (2000), citado por Undolo (2016), como consequência da política linguística colonial, a partir dos anos 1925-1930, começaram a aparecer falantes nativos do português, descendentes de cidadãos assimilados. Foi ainda neste período que o português se tornou a língua mais falada nas zonas urbanas de maior destaque de Angola, tal como Luanda, Lubango e Benguela, pelo facto de os colonos preferirem essas zonas costeiras, em detrimento do interior de Angola. A colonização portuguesa, através da sua política linguística, trouxe um grande prejuízo à cultura angolana, tudo porque a política linguística colonial colocou uma barreira na manifestação e no desenvolvimento das línguas indígenas.

2 A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA

A independência de Angola deu-se a 11 de Novembro de 1975. O capítulo de luta contra a potência colonial encontrava-se encerrado, mas os acordos assinados, visando a independência, revelaram-se de impossível concretização e Angola entrou numa devastadora e prolongada guerra civil. Não obstante as dificuldades, o governo angolano ocupava-se dos problemas maiores do país, entre os quais o do ensino e educação. Após a independência, a língua portuguesa continuou sendo utilizada pelos angolanos, com a diferença de que, se antes dividia, agora unia, pois passou a assumir a função de língua veicular entre falantes de línguas indígenas diferentes e o estatuto de língua oficial. Continuou sendo língua de escolaridade, na medida em que o ensino persiste em ser veiculado em português.

A língua portuguesa passou a ser usada nas escolas, quer como disciplina de estudo, quer como língua de discurso pedagógico; no intercâmbio do quotidiano entre os falantes das diversas línguas indígenas, nos locais de trabalho, nos mercados e em todas as instituições estatais, sociais e políticas do país; no relacionamento com outros povos que falam a mesma língua.

O português teve a sua importância reconhecida, visto que é factor de unidade nacional, num país caracterizado por uma situação linguística complexa, com múltiplas línguas que poderiam influenciar para o divisionismo territorial. Ou seja, a língua portuguesa contribuiu para a unificação da pluralidade étnica e cultural que caracteriza o país.

Mesmo após a independência de Angola, a língua portuguesa persistiu seguindo a norma-padrão europeia. A 22 de Novembro de 1976 foi declarada aberta a Batalha Nacional de Alfabetização pelo Presidente da República Popular de Angola, António Agostinho Neto. Estava assim criado mais um instrumento auxiliar na divulgação do português. Com a independência de Angola, a língua portuguesa passou a ser mais difundida e mais valorizada ainda. A independência reforçou ainda mais a ascensão social e o prestígio do português.

> (…) após a independência, a importância da LP foi imediatamente reconhecida, dado o seu papel unificador, ou seja, afigurando-se como língua de unidade nacional, num país caracterizado por uma situação sociocultural complexa, com múltiplas culturas e múltiplas línguas que poderiam ter influência na existência de focos de conflitos tendentes a instigarem divisionismos. Por outras palavras, a LP afigura-se fundamental na unificação da pluralidade étnica e cultural que caracteriza o país. Trata-se de um dos recursos mais valiosos que o colonizador legou aos angolanos, de modo particular, e, ouse-se dizer, a todos os restantes países africanos de língua oficial portuguesa, de modo geral (Adriano, 2015, p. 41).

Nos anos subsequentes à independência, o número de falantes e falantes nativos do português aumentou e mantém-se essa tendência.

3 A GUERRA CIVIL ANGOLANA: CONSEQUÊNCIAS NO PLANO LINGUÍSTICO

A Guerra Civil em Angola começou logo após a assinatura do Acordo de Alvor[2], quando os três movimentos, ignorando os compromissos de integrarem os seus guerrilheiros nas forças militares mistas, como o Acordo previa, deram início à luta para alcançar o poder e controlar o território, impulsionados pelo apoio prestado pelas potências mundiais envolvidas na Guerra Fria. A guerra civil desenrolou-se, com mais frequência, nas zonas rurais do país. Como consequência, os habitantes dessas zonas foram obrigados a abandonar tais zonas e a instalar-se nas zonas urbanas, fugindo da guerra e procurando melhores condições de vida.

Por força desse êxodo rural, esses habitantes, agora instalados nas zonas urbanas, onde a guerra era menos intensa, eram obrigados a adaptarem-se ao novo contexto. Esse novo contexto obrigava-os também a aprender o português, pois só assim conseguiriam resistir na nova situação, caracterizada, entre outros aspectos, pela presença de pessoas provenientes de diferentes pontos do país e com línguas maternas diferentes.

O português, nesse ambiente, era a língua veicular geral, necessariamente a ser aprendida por quem necessitasse de se enquadrar nessa nova situação. E no limite, essa necessidade era geral. Assim, o português foi ganhando novos falantes, que iam usando cada vez menos as suas línguas maternas (as línguas bantu e khoisan). As crianças que então iam nascendo, começaram a ter, na sua maioria, o português como língua materna. A guerra civil teve o seu fim em Abril de 2002. Com o fim da guerra, já muitos angolanos estavam instalados nas zonas urbanas do nosso país e não mais voltaram, continuando assim a expansão do português, num contexto em que o português continuou sendo a língua unificadora.

---

[2] Acordo assinado entre o governo português e os representantes dos três movimentos de libertação de Angola, que visava, entre outros aspectos, a fixação da data de proclamação da independência, a criação de um governo de transição e a criação de um exército nacional (Mbah, 2010).

4 A FUGA DAS POPULAÇÕES PARA AS ZONAS URBANAS E ADAPTAÇÃO DE NOVOS CONTEXTOS

Com o desenrolar da guerra civil, que era mais intensa nas zonas rurais, as populações dessas zonas viram-se obrigadas a deslocarem-se para as zonas urbanas, onde a guerra era menos intensa e as hipóteses de sobrevivência maiores. Segundo consta em Castro (2008, p. 32), uma das consequências da guerra civil angolana "foi o esvaziamento de grande parte do território, tendo as populações fugido para a região circundante de Luanda, onde, segundo algumas indicações, estaria concentrado quase um quarto dos angolanos."

Esses deslocados viram-se obrigados a adaptarem-se aos contextos encontrados nos centros populacionais de chegada. Uma dessas adaptações foi a aprendizagem do português, tudo porque o português era a única língua que, no contexto multicultural e multilingue de Angola, assegurava a comunicação entre as diversas comunidades de falantes. Assim se foi difundindo o uso do português entre as populações angolanas, alargando o seu número de falantes.

5 A HEGEMONIA DO PORTUGUÊS NO SÉCULO XXI E O ENFRAQUECIMENTO DAS LÍNGUAS BANTU DE ANGOLA

Esta difusão foi a grande causa próxima da hegemonia, no século XXI, da língua portuguesa, a que não é alheio o seu carácter multifuncional. Ressalte-se, como primeira funcionalidade do português, a de ser língua veicular, ou seja, única de contacto entre pessoas vindas dos diferentes pontos do país e falando línguas indígenas distintas. A língua portuguesa responde, assim, às necessidades prementes e imediatas de comunicação, pelo que, as línguas bantu e as do grupo khoisan começaram a ser usadas em contextos restritos. Genericamente, começa a dar-se um avanço progressivo da língua portuguesa e um recuo, igualmente progressivo, das línguas indígenas.

Acresce que os filhos desses migrantes, já nascidos neste novo contexto, começam a ter o português como língua primeira, mesmo

porque frequentam a escola onde o ensino é feito em português. Salienta-se assim duas funcionalidades da língua portuguesa: a de língua veicular e a de língua escolaridade, que fazem dela uma língua de prestígio.

Até à descolonização de Angola, o português era a língua de uma minoria e, quase sempre, a língua segunda de uma população que tinha como língua materna uma das várias línguas indígenas faladas em Angola, situação que se foi alterando com as deslocações das populações, durante a guerra civil. Essa situação fez aumentar substancialmente o número de falantes do português, quer como língua materna, quer como língua segunda. Tendencialmente, o português parece configurar-se como a única língua da camada jovem, no meio urbano.

Antes da guerra civil, nas zonas rurais, era menor a intervenção dos portugueses, em relação à língua portuguesa, ou seja, no interior a rede escolar era escassa e as línguas indígenas mantiveram a sua vitalidade. Todavia, as línguas indígenas de Angola quase nunca transpõem o âmbito regional. De acordo com Fernandes e Ntondo (2002, p. 18), "as línguas bantu e não bantu, consideradas nacionais, não gozam de nenhum estatuto definido e servem apenas de línguas de comunicação a micro-nível, isto é, entre os membros de um mesmo grupo etnolinguístico." Embora existam, no nosso país, esforços para a defesa, promoção e aprendizagem das dessas línguas, tem-se prestado atenção especial ao português, com o objectivo de persistir no carácter unificador desta língua, face à multiplicidade de línguas étnicas:

> Efectivamente, a Língua Portuguesa foi ganhando um grande ascendente sobre as outras línguas angolanas e a sua multifuncionalidade quase exclusiva trouxe, como consequência, a inibição do desejo de aprendizagem de línguas nacionais, porque muitos angolanos não lhes reconhecem nenhum valor funcional (Miguel, 2008, p. 39).

Um passo para o equilíbrio linguístico seria o de alargar a funcionalidade das línguas indígenas. A não ser assim:

> […] embora reconheçamos a sua extrema importância como veículos de cultura, identidade e não só, as mesmas estarão condenadas a um lento desaparecimento, à medida que forem passando as gerações, uma vez que, cada vez mais, os falantes se concentrarão na aprendizagem de línguas que lhes confiram integração social, prestígio e projecção profissional, papéis

> que a língua portuguesa está a cumprir perfeitamente no contexto angolano (Adriano, 2015, p. 45).

Em suma, o enfraquecimento das línguas indígenas de Angola é fruto também do prestígio do português, devido aos papéis que desempenha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A língua é causa e consequência da sociedade, porquanto a língua cria a sociedade, mas a sociedade faz a língua. A sociedade assenta na comunidade e a comunidade é um agrupamento humano, cujos membros devem intercomunicar. É neste último aspecto que a língua cria a sociedade, isto é, a função primordial da língua é a comunicação entre os seres humanos e por meio dela são estabelecidas as relações sociais, dando origem e sustentabilidade à sociedade.

A língua satisfaz as necessidades de comunicação e a comunidade adapta a língua às suas necessidades. A língua portuguesa abrange hoje um vasto território onde habita uma diversidade de comunidades. Cada uma delas adapta a língua portuguesa às suas necessidades específicas de comunicação. Desta forma, a língua vai evoluindo e ganhando características próprias em cada um dos lugares onde é falada.

A adaptação da língua portuguesa ao território e à população angolanos deu-lhe características próprias que, se por um lado, a individualizam no contexto mais vasto da comunidade lusófona, nomeadamente em relação à variedade europeia, por outro, também a distinguem do português de ontem, isto é, o português usado em Angola no tempo colonial. É necessário destacar que este português, agora hegemónico em Angola, é marcado por traços da angolanidade, ou seja, já é possível transmitir o que é angolano em português (não recorrendo às línguas bantu e khoisan). Esta é uma das características do português em Angola.

Assevera-se, pois, necessária uma reflexão sobre a variante do português angolano, nestes novos tempos e neste novo contexto. A urgência dessa reflexão que se propõe decorre ainda da realidade dos

nossos dias, em que o ensino-aprendizagem do português assenta numa realidade descontextualizada, que podem explicar, em grande medida, o fracasso escolar de muitos alunos na disciplina de Língua Portuguesa, mesmo porque é maior o tempo que os alunos passam fora da escola e usam um português "não vigiado", quotidiano, do que aquele que passam na escola. Não é recomendável continuar a usar um português padrão europeu, num contexto onde está eminente uma variante diferente deste: a língua é dinâmica e evolui com a sociedade.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, P. S. *A crise normativa do português em Angola: cliticização e regência verbal: que atitude normativa para o professor e o revisor?* Luanda: Mayamba, 2015.

CARRASCO, A. *Subsídios para o estabelecimento da norma do português em Angola.* Lubango: Instituto Superior de Ciências da Educação, 1988.

CASTRO, I. *Introdução à história do português.* 2ª ed. Lisboa: Edições Colibri, 2008.

FERNANDES, J.; NTONDO, Z. *Angola: povos e línguas.* Luanda: Editorial Nzila, 2002.

HEIMER, F. W. *Educação e sociedade nas áreas rurais de Angola: resultados de um inquérito*. Luanda: Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola, 1974.

MANUEL, A. *Para a história do português e do seu ensino em Angola*. Lubango: Instituto Superior de Ciências da Educação, 1996.

MBAH, J. M. *As rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (1961-1975).* Luanda: Mayamba, 2010.

MIGUEL, M. H. Língua portuguesa em Angola: normativismo e glotopolítica. *Lucere: Revista Académica da UCAN,* Luanda, ano IV, nº 5, 2008.

MIGUEL, M. H. *Dinâmica da pronominalização no português de Luanda.* Luanda: Mayamba, 2014.

UNDOLO, M. *A norma do português em Angola: subsídios para o seu estudo.* Bengo: ESP – Bengo, 2016.

CAPÍTULO NOVE

O PROCESSO DE NATIVIZAÇÃO DO PORTUGUÊS EM ANGOLA

José Gueleka

INTRODUÇÃO

As variedades africanas do português têm recebido importantes contribuições sobre diversas perspectivas, a nível dos estudos linguísticos. Esses contributos para quase todas as variedades, com destaque para Moçambique, Angola e São Tomé e Príncipe, têm servido para desencorajar a ideia que tomava a realidade da Língua Portuguesa nesses países como um todo homogêneo, passando por cima de aspectos culturais e linguísticos desses países que de si encerram uma grande diferença.

O processo de nativização do português, compreende várias fases, que vão desde os primeiros contactos estabelecidos pelos colonos portugueses com as populações nativas (no século XV), percorre toda a história de imersão do colonizador nos países colonizados, até a actual circunstância de uma afirmação cada vez mais frequente dessa língua, sobretudo em São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, países em que, segundo Hagemeijer (2016), esse processo de nativização estará completo pois, são cada vez mais as populações que têm o português como língua materna. Esta situação é diferente do que se verifica em Cabo Verde e na Guiné Bissau. Nestes países (Cabo Verde e Guiné Bissau), os crioulos respectivos afirmam-se como línguas maioritárias e no quotidiano dividem o estatuto de língua oficial com o português.

É importante continuar a desenvolver estudos sobre esse processo de nativização, num momento em que em alguns desses países estão em clara afirmação variedades nacionais do português. O processo da nativização está cada vez mais sistematizado e visto sob

diversas perspectivas, resultado de diversos estudos publicados em teses, dissertações, monografias, capítulos e artigos científicos. Se para o caso de Moçambique, a realidade em termos de estudos será já bastante desenvolvida, para Angola serão sempre necessários novos contributos aos estudos que vão sendo feitos.

Este estudo visa contribuir para a continuação das discussões sobre a constituição da variedade angolana do português, conferindo a esse debate maior abrangência, apresentando alguns contextos de maior variação, contextos estes situados na área da sintaxe, nomeadamente: a concordância (nominal), emprego dos clíticos, preenchimento e interpretação de sujeito nulo), isto por comparação com o português europeu (doravante, PE), que serve de referência para ao português de Angola (doravante, PA).

Neste capítulo, procuramos dar resposta à seguinte questão de partida: as marcas linguísticas verificadas hoje no PA serão suficientes para aferir o seu completo processo de nativização? O capítulo inicia com a introdução, estabelecendo uma revisão panorâmica de alguns dados sobre a caracterização das variedades africanas do português, em particular o PA, seguindo-se abordagens sobre a caracterização histórica e sociolinguística do PA com L1 e como L2, ainda uma abordagem sobre alguns contextos variantes, acabando o capítulo com apresentação das conclusões do nosso estudo.

1 HISTÓRIA DE UM PROCESSO

O processo de formação da variedade angolana do português, em muito se parece com o que se verificou a nível das variedades africanas do português (doravante, VAPs), envolvendo aspectos de natureza linguística, histórica, cultural e económica. Considera-se ser este um processo recente, compreendendo essencialmente duas fases: uma fase pré-colonial e outra do pós-independências (Gonçalves, 2004; Inverno, 2011; Hagemeijer, 2016).

As VAPs emergiram no período pré-independência, tendo registrado maior afirmação apenas na fase do pós-independências, por isso,

considera-se esse um processo tardio: i) pelo facto de a presença portuguesa em África durar desde o século XV; ii) pela escassez de estudos que fundamentem devidamente os contextos marcantes das VAPs, de forma a garantir informações mais sustentadas sobre as mesmas; iii) pela inexistência de devida distância histórica que permita avaliar a afirmação das VAPs com maior objetividade (Gonçalves, 2004).

A afirmação tardia das VAPs é explicada pelo fato de os países africanos terem vivido até muito tarde na periferia do império colonial, situação que se alterou parcialmente apenas na primeira metade do século XIX (Vansina, 2001). O que em termos concretos se traduziu no estabelecimento de um maior número de colonos nessas regiões como forma de garantir, por parte do império português, um controlo mais efetivo do território (Gonçalves, 2004).

De acordo com Gonçalves (2004), é nesse contexto que se pode afirmar uma história secular do português em África, mas dadas as especificidades, primeiro da política colonial e depois da eclosão das independências dos Países Africanos de Língua Portuguesa, essa história não se afigurou como um *continuum* homogêneo. Para isto concorreram também o precário sistema de educação dedicado às populações nativas desses territórios e a desagregação de comunidades de falantes nativos do português, ocorrida com a saída massiva de colonos portugueses por ocasião das independências das ex-colónias.

A aquisição e aprendizagem do português de forma generalizada pelas populações nativas deu-se no período pós-independência. Nesse período, entre os africanos, o domínio do português era associado a um certo prestígio social, por isso circunscrevia-se a uma pequena elite quase sempre acoplada ao poder político colonial. As populações, mais à margem da administração colonial, usavam exclusivamente as suas línguas nacionais na sua comunicação quotidiana. Para essas populações, o português era uma L2 muito pouco falada, usada de forma residual, sobretudo a nível das relações comercias (Firmino, 2011; Hagemeijer, 2016). É nessa fase que começam a emergir e a consolidar-se as VAPs, fruto do contacto do português com as línguas nativas.

A emergência das VAPs resultou de vários graus de reestruturação linguística, a sua aquisição era feita enquanto língua não ma-

terna e estava dependente de fatores sociais e linguísticos específicos: exposição à língua-alvo, aspectos demográficos e de tipologia das línguas em contacto com o português, Hagemeijer (2016). Dessa realidade inicial ao momento atual, há claramente uma alteração bastante significativa, tendo o próprio idioma passado por fases e funções, nomeadamente como língua franca (nos primeiros contactos com os portugueses e período pós-independência), língua de civilização (enquanto instrumento da máquina colonial), língua de prestígio (período colonial e pós-colonial) e língua oficial (com as independências) (Inverno, 2011).

Inicialmente houve a tendência de caracterizar o português em África como um todo único, isto é, como algo homogêneo sem ter em conta as muitas diferenças entre os países, que vão desde as línguas em contacto com o português, aspectos culturais, históricos e até antropológicos. A caracterização atual segmenta as diferenças entre os países. Em certos casos procede-se a uma caracterização que tem em conta as semelhanças na situação linguística dos países. Para Gonçalves (2004), as VAPs podiam-se agrupar em duas zonas: a zona bantu (Angola e Moçambique) e a zona dos crioulos (Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé). Esta caracterização é estabelecida de acordo com as línguas que nestes países contatam com o português.

Outra caracterização importante é a de Hagemeijer (2016), que segue um critério diferente de Gonçalves (2004). Esse autor tem em conta o número de falantes nativos do português em cada um dos cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Assim, identifica igualmente duas áreas, de um lado Cabo Verde e a Guiné Bissau, países em que o português não é L1 para a maioria dos falantes e, do outro lado, Angola, Moçambique e São Tomé, territórios em que se verifica um número cada vez mais crescente de novos falantes nativos do português.

Em Cabo Verde, o crioulo é língua materna para a grande maioria da população, sendo o português L2 para essa mesma população. Na Guiné Bissau, o crioulo guineense é também língua materna para a maioria da população, apesar de repartir esta condição com outras línguas nativas. Nesses países, o português, apesar de ser L1, é genericamente L2 e os respectivos crioulos desempenham ainda a função

de língua de unidade nacional (Hagemeijer, 2016). Em Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe tem-se observado um crescimento considerável do número de falantes do português L1 e L2.

Os dados recentes do Censo Populacional de Angola, realizado em 2014, apontam para um total de 71,15% de falantes do português L1 e L2, o que é um número bastante significativo, a julgar também pela diferença, comparativamente à percentagem de falantes das línguas nacionais angolanas mais faladas: Umbundu 22,96%, Kicongo 8,24% e Kimbundu 7,82%. Em Moçambique, o recenciamento populacional de 2007 aponta que 10,7% tem o português como L1 e 39,7% como língua não materna, ficando apenas atrás do Macua, falado por 25,2% da população (Hagemeijer, 2016).

Entre as VAPs, apesar de nos últimos anos, as outras variedades terem contributos significativos, a variedade moçambicana é aquela que tem sido mais estudada. Por esses estudos sabemos hoje que algumas das suas características também se verificam no PA. Em São Tomé e Príncipe, o número de falantes do português tem crescido exponencialmente, mostrando-se como um caso excepcional no contexto das VAPs. Os dados do censo populacional deste país apontam para 91% de falantes de português, entre falantes nativos e não nativos (Hagemeijer, 2016). O crescimento considerável do número de falantes que se verifica no período pós-independência demonstra o relevo que as independências tiveram na expansão da língua nos Países Africanos de Língua Portuguesa, como referem Inverno (2008) e Gonçalves, (2004).

A escolha do português como língua oficial exclusiva, a massificação do ensino e a crescente mobilidade social das populações nativas acentuaram o uso do português como língua dominante nos territórios das ex-colónias recém-independentes. O português ocupou espaços antes dominados pelas línguas nativas, passando também, nos primeiros anos, a ser usado como língua franca nos contactos com os portugueses. Com esse crescimento gradual do português, assistiu-se à perda de competência linguística da L1, motivada pela primazia de uso da L2 (Gonçalves, 2016). Esse período terá sido coincidente com o processo de nativização do português, fruto do contacto com as línguas nacionais africanas.

Para Hagemeijer (2016), a nativização do português em Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe denota algumas semelhanças, e pode ser explicada pelo estatuto neutro do português L2, na medida em que ultrapassa as limitações das línguas nacionais, propiciando a comunicação entre povos com línguas diferentes. Outros fatores apontados são a massificação do ensino em português, o aumento da mobilidade social, a ausência de uma política linguística de promoção das línguas nacionais e o prestígio do português como língua de ascensão social.

Tradicionalmente os grupos etnolinguísticos em África encontram-se distribuídos por regiões, o que faz com que as línguas faladas acabem por se restringir aos lugares em que habitam esses mesmos grupos e em regiões vizinhas. Esta limitação espacial, no caso dos Países Africanos de Língua Portuguesa, exetuando a Guiné Equatorial cuja pertença a esta comunidade obedeceu critérios diferentes, acabou por favorecer a opção pelo português e a sua estabilização na condição de língua de "unidade nacional" e, na sua opção como língua oficial dos novos países. Esta opção resultou de medidas políticas que couberam aos movimentos de libertação nacional.

A nível nacional dos Países Africanos de Língua Portuguesa, as justificações para essa opção recaem sobre a necessidade de preservação da unidade nacional, questão de grande relevância no processo de construção das novas nações-estado, sobre a impreparação das línguas nacionais para usos científicos e didáticos e sobre o fato de o português ser no período pós-independência, a quase única língua da elite escolarizada, que era a que tomava as decisões do ponto de vista das opções políticas, isto sobretudo em Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe (Firmino, 2011).

Outras razões referenciadas estavam ligadas ao facto de o português beneficiar de uma longa história noutros países (Portugal e Brasil) e de mais facilmente poder ser usado nas comunicações oficiais do Estado e nas relações internacionais dos novos países. Há um intenso debate sobre as razões, pertinência e acerto dessa escolha. A discussão passa por se não teria sido melhor a escolha de uma língua nacional dos países africanos ao invés da língua do ex-colonizador, ou se não se podia optar por mais de uma língua oficial, isto é, pelo português e por uma língua nacional, entre outros argumentos.

Em relação ao ensino, vários problemas impuseram-se ao uso das línguas nacionais, se por um lado havia falta de disponibilidade dessas línguas para acolherem um complexo processo de alfabetização, por outro lado, havia a questão importante de se saber que língua seria usada à dimensão nacional. As guerras que se seguiram ao período colonial em Angola e Moçambique originaram um amplo movimento de deslocação das populações para os centros urbanos mais representativos, o que fez do português a única língua veicular disponível com uma função comparável à desempenhada pelo crioulo na Guiné Bissau (Leiria, 2008).

É este o contexto de nativização em que o português emerge de língua minoritária, uma L2 para a maioria das populações desses países, a converter-se em língua de maior prestígio social. Nesta condição de língua não materna, o português sofre alterações a vários níveis na sua gramática e viria a ser ensinado por professores que poderão não ter tido contato suficiente com a norma culta europeia e cujos alunos teriam um *input* reduzido aos tempos letivos.

O crescimento do português nos novos países teve uma dinâmica própria, sempre adaptado ao contexto sociolinguístico em que foi usado, isto é, distante das realizações linguísticas da gramática-alvo, o PE. (Gonçalves, 2004, p.231). Podemos afirmar que a nativização do português é uma questão complicada, uma vez que se nota num grupo reduzido de falantes cultos uma tendência de convergência com as regras do PE, sendo que a grande maioria da população demonstra um grande desconhecimento dessas mesmas regras. O que faz com que a norma oficial preconizada como alvo não seja de fato usada pela maioria dos falantes (Gonçalves, 2004).

2 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIOLINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS DE ANGOLA

De acordo com Inverno (2008) e Hagemeijer (2016), a presença do português em Angola remonta desde a fase colonial. Para estes autores, a história do idioma é caracterizada por um percurso de desenvolvimento que compreendeu vários períodos: i) como

uma língua estrangeira de domínio quase exclusivo dos colonos portugueses; ii) como língua franca, por altura de maior frequência de contactos entre portugueses e angolanos; iii) como língua de civilização, de prestígio e língua de ascensão social (período pós-colonial).

Nesse primeiro período, as populações nativas dominavam quase que exclusivamente as línguas nacionais e isto tanto nas zonas costeiras como mais para o interior do país. Na zona de Luanda, o Kimbundu era a língua usada na maioria dos lares e no quotidiano dos habitantes dessa cidade. A situação vivida no interior do país por essa altura assemelha-se àquela que se vivia na cidade de Luanda, a maioria da população continuava a ter muito pouco domínio do português.

Os usos mais frequentes do português entre os nativos restringiam-se a uma pequena elite afro-portuguesa, ligada aos serviços administrativos (Inverno, 2006). Esse primeiro período é ainda marcado pela conhecida política de restrição/proibição[1] sobre a população nativa de uso das línguas nacionais por parte da administração colonial portuguesa, sob o argumento de que estes usos prejudicavam a ordem pública, a liberdade, a segurança dos cidadãos portugueses e das próprias populações africanas (Czopek, 2011). As consequências dessa restrição foram um recuo considerável dos usos das línguas nacionais e, em sentido contrário, o da promoção do português.

O segundo período foi marcado por um crescimento assinável do número de falantes do português entre a população nativa, chegando a tornar-se a língua mais falada nas áreas urbanas. Este crescimento é também associado ao aumento do número de colonos portugueses (Inverno, 2006). Para Hagemeijer (2016, p.5),

> a presença portuguesa era muito significativa no período que antecedeu à independência, o que terá contribuído para um maior enraizamento do português como língua franca. Depois da independência, em consequência do longo período do conflito armado (1975-2003), o êxodo de populações falantes de diferentes línguas bantu do interior para o litoral, em particular para a capital, Luanda, reforçou o papel do português como língua franca.-

[1] Essa proibição era extensiva a educação das populações nativas, a excepção da catequese que podia ainda contar com sessões nas línguas nacionais.

De acordo com Inverno (2006), o período de maior aceleração na nativização do português acontece apenas na década de 50 do século XX. É durante esta fase que se dá a generalização do português a todo o território, e é também nesse período que se efetiva a necessidade de uso do português pela maioria da população. O longo conflito armado vivido no país de 1975-2002 é apontado como fator determinante para o enraizamento do português. O êxodo das populações nativas, falantes de diferentes línguas bantu, das zonas do interior para as zonas do litoral do país impôs o português como língua franca, o que reforçou ainda mais a sua importância.

Em Angola, o português está em contacto com diferentes línguas nacionais. Tem registrado um crescimento assinalável enquanto as línguas nacionais se retraem. Em Angola, para além de ser a língua oficial, usada nos atos oficiais da Administração do Estado, língua de Ensino, é ainda língua de unidade nacional e cada vez mais língua materna da maioria dos falantes, com cerca de 71,15% de falantes entre falantes L1 e L2, como o demonstram os dados do senso populacional de Angola de 2014, acima referidos.

Na sua qualidade de língua da Administração Pública e de Ensino não reparte espaço com nenhuma língua nacional propriamente. Há ligeiras e descontinuadas iniciativas de inclusão das línguas nacionais no ensino e da sua promoção no espaço social de vários modos, o que em termos de eficácia haverá ainda muito a referir. Referimos aqui que essas iniciativas (programas de rádio com curto espaço de antena, celebrações religiosas, unidades curriculares em cursos de graduação e iniciativas de integração curricular a nível do sistema de ensino) parecem ainda insuficientes e, sobretudo, descontinuadas por não serem extensivas a todo o território e mesmo as que acontecem nalgumas províncias, acabam por se circunscrever a apenas algumas escolas.

Este cenário destapa uma questão bastante discutida em contextos académicos e mediáticos em Angola sobre a ausência de uma política linguística que promova de facto as línguas nacionais e as coloque em circunstâncias de poder aproximar-se do português em termos da sua importância social. Esta condição perpetua a redução espacial a que sempre estiveram circunscritas as línguas nacionais,

já que a sua distribuição natural acaba por se circunscrever àqueles espaços territoriais "típicos" e às regiões circunvizinhas. Na condição de existirem fora dessas regiões, acabam por estar em desvantagem em relação ao português, a nível da exposição e de frequência de uso.

Admitindo a efectividade do processo de nativização do português em Angola, derivado de toda história desse idioma no país, do crescimento que vai registando quer em número de falantes quer em termos de ocupação de espaços naturais das línguas nativas de Angola, procuramos responder à questão: terá o PA marcas significativas que fundamentem o referido processo de nativização? Das conclusões de muitos dos estudos realizados sobre o PA, há ideia amplamente defendida de que o PA configura-se como uma variedade afirmada. Nesta condição, com diferenças manifestas comparativamente ao PE. Neste sentido, para este trabalho estabelecemos as seguintes predições:

1. O fato de o PA observar um processo histórico/evolutivo incidido sobre falantes inicialmente L2, o PA acabará por registrar marcas das L1 desses falantes.

2. Se o contacto linguístico entre o português e as L1 desses falantes (línguas bantu faladas em Angola) for relevante, o PA terá algumas marcas distintas do PE.

3. Se o processo de nativização do PA for efetivo, alguns aspectos estudados nessa variedade serão diferentes do PE.

O objetivo geral deste capítulo é o de contribuir para a descrição do cenário linguístico angolano, conciliando perspectivas teóricas sobre a sua formação, a alguns dados empíricos existentes que afirmam as suas diferenças em relação ao PE. Neste capítulo, para além da revisão bibliográfica, com recurso a referências devidamente destacadas sobre o estudo das variedades africanas do português, em particular da variedade angolana, fazemos também o levantamento de dados empíricos, em algumas dessas referências, que se constituem como contextos de variação, comparativamente com o PE, nomeadamente:

i) *o cancelamento da marca de concordância (nominal)*, em dados de *corpora* analisados por Adriano (2014 e 2015) e Inverno (2008).

ii) *o emprego dos clíticos*, que como se sabe, configuram uma área de

bastante variação no português. Os dados analisados sobre este aspecto foram retomados de Miguel (2003) e Adriano (2015).

iii) *a interpretação de sujeito nulo* no PA, uma vez que tem merecido estudos nos últimos tempos, e permite atestar outras características da variedade em estudo, ligadas ao parâmetro do sujeito nulo. Os dados sobre a interpretação de sujeito nulo no PA foram retomados de Kapetula (2016), Kapetula (2020) e ainda Santos & Oliveira (2007).

3 PESQUISA DE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Dos aspectos mais variantes no PA em comparação com o PE destacam-se o cancelamento da marca de concordância, o emprego dos clíticos e, para o caso deste trabalho, por conta de trabalho anterior que temos desenvolvido, a interpretação do sujeito nulo na variedade angolana do português. A inserção dos pontos acima referidos é justificada pelo fato de muitos estudos constatarem que a sua integração no discurso corrente dos falantes angolanos não é residual e não se constata apenas entre as populações menos instruídas ou entre os mais jovens, verificando-se também no discurso de falantes com níveis de proficiência destacados e de outros com cargos públicos de relevância (Miguel, 2003; Inverno, 2008; Adriano, 2014).

Os casos analisados neste trabalho, assentam em trabalhos anteriores realizados para a variedade angolana, numa perspectiva mais descritiva, como os trabalhos de Miguel (2003), Inverno (2008), Adriano (2014; 2015), Kapetula (2016; 2020). O cancelamento da marca de concordância no PA tem sido atribuído ao contacto entre o português e as línguas bantu, uma vez que estas possuem estratégias de pluralização diferentes daquelas verificadas no português. Se para o português, a marcação da concordância é feita por meio de um sufixo, para as línguas bantu, regra geral, a estratégia é pela marca de prefixo (Hagemeijer, 2016).

Os casos de cancelamento da marca de concordância no PA são diversos, podendo ocorrer em diferentes posições sintáticas, nomeadamente: *em posição de sujeito* (na 1ª (1) e na 2ª oração (2)), Adriano

(2014). Pode ainda este mesmo fenômeno ocorrer *entre o sujeito e o verbo* (3) (Inverno, 2008), ou *em posição de complemento directo* (4).

Sujeito: na primeira oração

(1) a. **os programaØ* do Partido são bons para os Angolanos.

b. * *as mamãØ* conhecem onde vão votar. (Adriano, 2014, p.169)

na 2ª oração:

(2) a. *acredito que *os treinadorØ* vão voltar a ir no Brasil.

b. *Portanto/caros irmãos/ estamos aqui para poder dizer que *as mudan çaØ* estão a chegar.

Omissão da marca de concordância entre o sujeito e o verbo:

(3) **documentos que vaiØ* para a Lunda. (Inverno (2008, p. 8)

C*omplemento Directo*

(4) a. * criticam *as nossas estradaØ*/mas são estas que usam para circular.

b. * nós temos *alguns empreendimentoØ*.

c. * eu nunca tive oportunidade de ingerir *essas coisaØ.*

Os dados acima são interessantes, em primeiro lugar, por serem dados de *corpora* oral, obtidos a partir de produção espontânea, o que possibilita uma interpretação de que estas estruturas estarão de fato assumidas pelos falantes angolanos. Outro dado interessante, é o fato de o cancelamento da marca de concordância nos casos acima, ocorrer em contextos diferentes, do ponto de vista sintático, o que reforça ainda mais o argumento da nativização do PA, neste aspecto, visto que tem um seguimento diferente do PE.

O emprego dos clíticos é outra das áreas em que se verificam desvios frequentes na língua corrente dos falantes angolanos, (Miguel, 2003; Adriano, 2014, 2015). Os estudos aqui referenciados, de produção espontânea (Miguel, 2003) ou de produção induzida

(Adriano, 2015), apresentam-nos contextos como os descritos abaixo, que são apresentados pelos autores, como podendo ser produzidos pela maioria dos falantes angolanos, mesmo por falantes com níveis de escolaridade elevada.

(6) a. * O homem que ofereceu-**me** o livro conheceu-me num jardim […]

b. * Os comprimidos que o médico deu-**me** estão a fazer-me muito mal.

c. * Agradeço muito aos meus filhos, porque comportam-**se** sempre muito bem.

d. * Não encontrei-o no cinema. (Adriano, 2015, p. 140)

(7) a. * Quando ele casou-**se** comigo.

b. * O que surpreendeu-nos é que esta questão…

c. * Vocês nem disseram-**me** nada. (Miguel, 2003, p.67)

Entre o fato de os problemas decorrentes da colocação dos clíticos não ser uma questão exclusiva ao PA, e o fato de que alguns contextos constantes acima (6c) imprimirem certa ambiguidade, advinda das características da conjunção usada, *porque*, a frequência de uso e a aferição da gramaticalidade por parte dos falantes angolanos reportados nos estudos acima referidos, configuram esta como uma área em que se verifica variação considerável, em comparação com o PE.

4 INTERPRETAÇÃO DO SUJEITO NULO NA VARIEDADE ANGOLANA

O parâmetro do sujeito nulo tem sido bastante estudado nos últimos anos. Por esses estudos sabe-se hoje que o português é uma língua de sujeito nulo, tal como o italiano. Sabe-se também que entre as variedades do português manifestam-se algumas diferenças, com destaque para aquelas que se verificam entre o PE e o português do Brasil (doravante, PB). Assim, no PE, o sujeito nulo constitui opção preferencial, isto é, o PE apresenta preferencialmente nulas as formas pronominais de sujeito em contextos que favorecem a sua omissão (Holmberg, 2005), sendo que no PB, as ocorrências de sujeito nulo

restringuem-se a alguns contextos (Barbosa, Duarte, Kato, 2005).

Dos estudos sobre a variedade angolana em relação ao parâmetro do sujeito nulo, sabe-se que no PA se admitem sujeitos nulos, apesar de ter características diferentes daquelas verificadas no PE e, em certa medida, também das que se verificam no PB. O PA situa-se, portanto, entre o PE e o PB (Oliveira e Santos, 2007; Kapetula, 2016; Kapetula, 2020).

No PA dados como em (8), são frequentes, em que tanto se aceita um pronome nulo na posição de sujeito, como se pode, nas mesmas circunstâncias, omitir o seu preenchimento, o que é inesperado no PE.

> (8)Eh pá me CHAMAM de chefe, portanto, de princípio *pro* SOU uma pessoa muito animadora talvez pro DIGAMOS assim né? E quando *pro* CHEGUEI aqui por- tanto **EU** saí do Tchivinguiro para aqui é pá *pro* DIGO bem melhor chefe porque de princípio os outros de chefe. Chefe, chefe, pronto **ELES** também agora me meteram o nome de chefe. (Santos; Oliveira, 2007, p. 12).

A nível da interpretação, verifica-se, por exemplo, que em contextos como (9), (10) e (11), com dados de elicitação, os falantes angolanos têm desempenhos nem sempre adequados ao que se espera numa língua de sujeito nulo consistente. Kapetula (2016), análisou da interpretação de falantes angolanos escolarizados, tendo concluído que no PA encontramos: i) falantes que têm uma gramática parecida à gramática do PE, isto é, fazem uma interpretação esperada numa língua de sujeito nulo consistente; ii) falantes que têm uma gramática diferente do PE, que não manifestam uma preferência clara por uma interpretação esperada numa língua de sujeito nulo constistente; iii) falantes que comportamentos indistintos, isto é, tanto demonstram comportamentos esperados em falantes nativos do PE, como podem ter comportamentos mais distantes disto, o que dá mostras de que os resultados do PA diferem do que era esperado numa língua de sujeito nulo consistente.

> (9) a) Nenhum político acha que *pro* pode ser preso.
>
> b) Todas as crianças sabem que *elas* devem ir para a cama cedo.
>
> c) Os alunos acham que *pro* vão ter uma boa nota.

d) Os alunos acham que *eles* vão ter boa nota

(10) O Rui disse ao Paulo que *pro* tinha ficado em primeiro lugar.

Instrução dada: Quem tinha ficado em primeiro lugar?

Hipóteses de resposta: _____ O Rui _____ O Paulo (Kapetula , 2016)

(11) O Pedro disse que os pais estavam contentes e o Paulo disse que *pro* estavam tristes.

Instrução dada: A expressão sublinhada refere-se:

A. Aos pais do Pedro

B. Aos pais do Paulo

C. Aos pais de qualquer um deles (Kapetula, 2016)

No trabalho de Kapetula (2016) testou-se se os falantes angolanos estabeleciam diferença entre sujeitos nulos e pronominais quanto à possibilidade de estarem ligados por um antecendente sujeito quantificado (9a) e não quantificado (9b), ou ao contrário, contextos com dois antecedentes disponíveis (sujeito e objeto) (10), devendo o informante assinalar a interpretação que lhe parecesse mais natural, se aquela em que *pro* retoma o sujeito ou aquela em que retoma o objeto. Foi ainda testada uma tarefa de interpretação, em que se testou a aceitação de leituras *strict e sloppy* para sujeitos nulos encaixados. O objetivo dessa tarefa foi o de testar se os informantes angolanos aceitam uma leitura em que o sujeito nulo tem uma referência idêntica a um DP presente numa oração coordenada anterior ou se aceitam preferencialmente uma leitura em que recupera apenas parcialmente esse antecente.

Para os contextos em (9), esperava-se uma maior aceitação de leituras correferenciais entre o sujeito nulo com antecedentes sujeito quantificados (9a) e não quantificados (9c). Em relação aos sujeitos pronominais (9b) e (9d), esperava-se que pudessem ter resultados mais variáveis, isto é, havendo casos de aceitação de correferência com o sujeito matriz e outros casos em que o sujeito pronominal pudesse retomar um antecedente do contexto discursivo. Os resultados para essa tarefa (9) não mostraram uma preferência clara por uma das leituras, o que não permitiu que se afirmasse claramente que na variedade angolana do português, o sujeito nulo retoma o antece-

dente quantificado ou não quantificado e que o sujeito pronominal retoma um antecedente diferente do sujeito.

Na tarefa de leituras preferenciais (10), notou-se variação considerável na retoma do antecedente, o que foi muito mais marcado em relação ao pronome pleno, que tanto retomava o sujeito como o objeto. Em relação à tarefa de interpretação, os resultados dos falantes angolanos mostraram-se igualmente variáveis, com maior tendência para uma maior aceitação da leitrua *strict.* Vistos globalmente, os resultados de Kapetula (2016) demonstram que a interpretação dos falantes angolanos nos contextos de sujeitos nulos e pronominais, acima referidos, diferem dos verificados em trabalhos anteriores para o PE, isto é, não marcam de forma clara a preferência por um tipo de interpretação mais esperada numa língua de sujeito nulo consistente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olhando para o cenário linguístico angolano, podemos corroborar com Gonçalves (2004), Hagemeijer (2016), entre outros autores, de que o processo de nativização do português nos países africanos, e, em Angola em particular, estará em fase efectiva. As evidências que temos ao dispor remetem-nos para o número crescente de falantes nativos de português em Angola, tópico tomado como argumento forte para a afirmação de uma variedade nacional. A este junta-se o facto de se considerar que a variedade adquirida por esses falantes é uma variedade que em muito difere do PE. A variedade angolana é pois uma variedade que comporta marcas culturais e linguísticas que se podem considerar próprias.

Concordamos com a tese de que a afirmação do PA deve ser cada vez mais fundamentada por estudos diversos. Olhamos neste capítulo para dados empíricos, dos mais estudados no PA, designadamente: o cancelamento da marca de concordância, o emprego dos clíticos e a interpretação de sujeito nulo. Pelos dados acima expostos, retomados de estudos anteriormente desenvolvidos, podemos afirmar que a concordância nominal no PA afirma-se como um contexto de variação, derivado do contacto secular do portu-

guês com as línguas bantu.

Em relação ao emprego dos clíticos, apesar de ser esta uma área problemática, com diferenças conhecidas entre outras variedades do português, no PA, acaba por ser uma área com grandes níveis de instabilidade, com ocorrências de próclise em contextos de ênclise, independente de existência de elemento proclisador. Há ainda, ocorrências de ênclise em frases com elemento proclisador, ocorrências de ênclise em contextos de orações relativas ou em orações com operador de negação, o que dista do padrão de colocação do PE.

Sobre a interpretação do sujeito nulo, os dados que trazemos à discussão, situam o PA como uma variedade em que provavelmente confluirão mais do que uma gramática, uma mais próxima da gramática-alvo, o PE, outra que rejeitará essa proximidade, portanto, mais afastada, e ainda uma certa indistinção nas performances dos falantes angolanos, o que comprova a necessidade de contínua caracterização dessa variedade. O estudo da nativização do português é importante porque nos permite olhar para uma variedade nacional em formação, desde os processos que estão na base da estrutura que apresentam, o que poderá conferir maiores e interessantes dados aos estudos mais recentes que se têm vindo a desenvolver.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, P. S. A *Crise Normativa do Português em Angola: cliticização e regência verbal: que atitude normativa o professor e o revisor?* Luanda. Mayamba, 2015.

ADRIANO, P. S. *Tratamento morfossintáctico de expressões e estruturas frásicas do português em Angola: divergências em relação à norma europeia.* Tese de doutoramento em Linguística, Universidade de Évora, Instituto de Investigação e Formação Avançada, Évora, 2014.

BANZA, A. P. O português em Angola: uma questão de política linguística. In: FIÉIS, A., LOBO, M.; Madeira, A. (Org.). *O universal e o particular. uma vida a comparar. Homenagem a Maria Francisca Xavier*, Lisboa: Edições Colibri, 2014, p. 29-38.

BARBOSA, P.; DUARTE, I.; KATO, M. Null subjects in European and Brazilian Portuguese. *Journal of portuguese linguistics*, vol.4, nº2, p. 11-52, 2005.

CAMPOS, D. M. D. *Estruturas de complementação verbal finita no português em Angola. Um contributo para a análise da variação linguística em variedades com normas não padronizadas.* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2016.

CARVALHO, A.; LUCCHESI, D. Portuguese in contact. In: WETZELS, W. L.; COSTA, J.; MENUZZI, S. (Eds.). The handbook of Portuguese linguistics, Malden/Oxford: Wiley Blackwell. 2016, p. 41-55.

CZOPEK, N. Lá porqué você fala uma língua nacional, não é mais angolano do que eu – Algumas observações sobre a realidade linguística de Angola. *Romanica Cracoviensia*, Cracóvia. vol.11, 2011, p. 83-89.

GÄRTNER, E. Algumas particularidades morfossintácticas do Português extra-europeu e o problema do contacto linguístico. *Revista Portuguesa de Filologia - Miscelânea de Estudos In Memoriam de José G. Herculanode Carvalho*, vol.25, nº 1, 2003/2006, p. 223-256.

GONÇALVES, P. A formação de variedades africanas do português: argumentos para uma abordagem multidimensoinal. In: MOREIRA, A. (Org.). *A Língua Portuguesa: presente e futuro.* Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. p. 223-242.

GONÇALVES, P. A génese de línguas formadas em contextos multilingues: Uma abordagem paramétrica. In: D'ANDRADE, E.; MOTA, M. A.; PEREIRA, D. (Org.). *Crioulos de base portuguesa – Actas do Workshop sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa*, Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 1999, p. 247-257.

GONÇALVES, P. O português em África. In: RAPOSO, E. B. P. et al. (Org.). *Gramática do Português*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p. 157-168.

HAGEMEIJER, T. O português em contato em África. In: MARTINS, A. M.; CARRILHO, E. (Org.) *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2016, p. 43-67.

INVERNO, L. *Angola's Transition to Vernacular Portuguese*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2006.

INVERNO, L. *Português vernáculo do Brasil e português vernáculo De Angola: reestructuração parcial vs. Mudança linguística*. in: FERNÁNDEZ, M., F., M. FERNÁNDEZ- E VEIGA, N. V. (Org.). *Los Criollos de base ibérica*: *ACBLPE*, Madrid: Iberoamericana/Frankfurt am Main: Vervuert, 2008, p. 201-213.

LEIRIA, I. *Português em África / Português de África*. In: Atti del Convegno Da Roma all'Oceano – La lingua portoghese nel mondo (29-30.03.2007), Roma: La Nuova Frontiere, 2008, p. 87-95.

MIGUEL, M. H. *Dinâmica da Pronominalização no Português de Luanda*, Luanda: Nzila, 2003.

MINGAS, A. O português em Angola: Reflexões. In: *VIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*, Macau: Centro Cultural da Universidade de Macau, 1998, p. 109-126.

OLIVEIRA, M. S. D.; SANTOS, E. F. dos. *Pronomes nulos na posição de sujeito no português de Angola - um estudo preliminar.* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

PETTER, M. M. T. *Aspectos* morfossintáticos comuns ao português angolano, brasileiro e moçambicano. São Paulo. *Papia*, 19, nº1, p. 201-220, 2009.

PETTER, M. M. T. *Variedades linguísticas em contacto: português angolano, português brasileiro e português moçambicano*.2008. Departamento de Lingüística, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

VANSINA, J. Portuguese vs Kimbundu: language use in the colony of Angola (1575- c. 1845). In: Bull. *Séanc. Acad. R. Sci. OutreMer Mede. Zitt. K. Acad. Overzeese Wet*, n.º 47, p. 267-281, 2001.

CAPÍTULO DEZ

AINDA NA ONDA DE UMA GRAMÁTICA DO ALÉM-MAR

Eugénia Emilia Sacala Kosi

INTRODUÇÃO

Situado no continente africano, propriamente na África Austral, Angola, tal como o resto do continente,o apresenta uma diversidade cultural, étnica e linguística vasta. Essa multiculturalidade e multilinguismo assentam nas inúmeras etnias que configuram o país com línguas próprias em contacto umas com as outras e entre estas e a língua portuguesa. Estes grupos são constituídos por povos *Bantu*, na sua maioria, os *Khoisans* ou Bosquímanos e os povos pré-bantu denominados de *Vatwa* (Rendinha,1975, apud Coelho, 2015). Além desses povos, existe o grupo étnico-europeu (Rendinha,1975, apud Coelho, 2015) que se estabeleceu durante a colonização e permaneceu no período pós-independente.

A língua portuguesa tem o primeiro contacto com as línguas faladas em Angola no século XV. Com o fim da colonização, por uma necessidade da manutenção de uma língua com estatuto e que permitisse uma visibilidade internacional, a língua portuguesa foi escolhida como língua oficial, língua de trabalho e língua do ensino. A necessidade da massificação da educação no período pós-colonial permitiu que esta língua fosse levada para praticamente todos os territórios[1] do país. Como consequência, tal língua foi a privilegiada e as línguas nacionais foram tratadas como línguas minoritárias no sentido de ser avaliada inadequada a sua inserção no domínio das funções administrativas do Estado.

[1] Usamos a palavra no plural respeitando a questão histórica da manutenção de culturas diferentes que faziam parte de nações diferentes, uma ideia que, de certa forma, ainda persiste na mentalidade tradicional.

Este contexto multicultural heterogêneo possibilita, tal como demonstra Labov (2008) nos seus estudos sobre sociolinguística, que a língua varie, pois ela é usada pelos falantes para "comunicar necessidades, ideias e emoções" (*Ibidem,* p. 215). Portanto, cabe lembrar que a língua tem falantes que a usam nas suas interações com outros falantes. Esta última acepção é que a escola, como um sistema, deve tomar como base para cumprir com a demanda da lecionação da disciplina da língua portuguesa. Porém, o que vemos é a tentativa de se considerar a homogeneização como estratégia da manutenção de uma unidade linguística. O que leva a que as influências das línguas africanas na língua portuguesa sejam inferiorizadas, e que se postergue a aceitação das variedades angolanas do português. Isso se aprofundou, primeiro, com a falta de gramáticas que considerem a situação linguística e o contexto cultural, segundo, com o uso das gramáticas normativas portuguesa e a brasileira.

Nisso levantamos a hipótese de que a autoridade que exerce a disciplina da língua portuguesa ensinada por meio de uma norma do português europeu ou brasileiro promove o deslocamento identitário do falante contra a sua variedade ou língua. Acreditamos que sendo a língua portuguesa uma disciplina na escola, ela exerce uma função de verdade que exclui outras variedades e com isso pode levar à discriminação das mesmas. Para Foucault (2014) a vontade de verdade apoia-se nas instituições constituindo-se como um sistema de exclusão reforçado, por exemplo pelas práticas pedagógicas, e reconduzida "pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade" (*ibidem*, p. 17).

Essa verdade joga não com forças internas entre as variedades do português falado em Angola, mas entre as variedades portuguesa e brasileira, principalmente a portuguesa que goza de maior prestígio em Angola, e as variedades[2] angolanas. O que, ao nosso ver, tem implicações de ordem social, identitária e pedagógica. Por conseguinte, a diferença entre a língua real do estudante e a língua ideal é considerável, o que impossibilita o avanço da aprendizagem da norma padrão, uma vez que o falante real[3] não a usa.

---

[2] Insistimos em colocar esta palavra no plural neste trabalho, pois, sendo um país multicultural e multiétnico, são várias as culturas e as línguas em contacto com a língua portuguesa.

[3] Usamos neste trabalho a ideia de falante real em oposição a um falante idealizado (falante ideal) no sentido da aprendizagem da língua padrão.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre as implicações do uso das gramáticas tradicionais portuguesa e brasileira no processo de identificação dos falantes de um determinado grupo social. Para atingirmos este objetivo, propomos observar o modo como a identidade do sujeito pode ser afetada pela ideia de uma escolarização monolíngue por meio de variedades outras num contexto multilíngue. Tomaremos como referência Hall (2014) que discute a questão da identidade do sujeito moderno pertencente a uma cultura nacional homogênea e que promove a ideia de unidade. Uma forma que ainda figura no discurso oficial. Dividimos, para isso, o capítulo em 5 partes.

Na primeira, trataremos dos aspectos teóricos para analisarmos a disciplina como uma vontade de verdade (Foucault, 2014) que incide sobre a identidade (Hall, 2014) pela propagação de imagens (Marin, 1993). Na segunda, elucidaremos sobre os aspectos metodológicos que enquadram um corpus para o estudo do discurso sobre a propagação de imagens de língua e um outro sobre a questão da língua em uso. Na terceira parte, apresentaremos uma questão mais ideológica que assenta sobre a crença da língua ideal em foco nas gramáticas tradicionais. Na quarta parte, discutiremos o distanciamento entre a língua real em uso e a variedade presente nas gramáticas e apresentaremos os exemplos de variação do português de Angola (PA). Na quinta parte, discorreremos sobre uma solução para o ensino da língua numa sociedade multilíngue como é o caso de Angola considerando o conceito de incorporação das variedades de Barzotto (2004).

1 ASPECTOS TEÓRICOS

Olhando para a autoridade que exerce uma disciplina, no nosso caso a de língua portuguesa, o nosso trabalho discute a questão da ligação entre a disciplina, a verdade e a identidade. Assim sendo, o que é ensinado pela escola toma uma característica absolutista, ou seja, não pode ser contestado por se tratar de um elemento institucionalizado e representar um modelo a ser seguido. Tomamos de Foucault (2014) o conceito de vontade de verdade no discurso que

ele define como um sistema de exclusão que se ramifica com as instituições e exerce uma pressão sobre a sociedade.

Nisso, constatamos que o sistema de educação delimita o que pode ser verdadeiro ou falso dentro dos limites de uma regulação instituída pelas instâncias de poder tendo em conta uma vontade de verdade presente na ideologia dominante. O certo e errado na língua, enquanto disciplina, promove práticas sociais e discursivas de discriminação das línguas nacionais e das variedades do português de Angola que não são autorizadas pelo discurso pedagógico e o discurso público, de forma geral. Assim, o discurso de verdade evidente na disciplina de língua portuguesa cerceia o que pode e não pode ser elemento de uso na fala e escrita dos estudantes. Isto implica uma separação demarcada entre a norma padrão considerada de a língua e as variedades angolanas do português consideradas como erro ou desvio.

Segundo Schilieben-Lange (1993, p. 95), no discurso público, há evidências de estereótipos que são utilizados pelos falantes para avaliar a língua e que contêm elementos do saber sobre a língua. A autora menciona que os discursos públicos sobre a língua podem ser exteriorizados por meio de estereótipos tornando-se "facilmente disponíveis e incorporáveis" (Schilieben-Lange, 1993, p. 95). A consequência disso é a fossilização de estereótipos e a sua subsequente naturalização no curso da própria história de um povo. Formam-se, deste modo, imagens sobre o que se entende por língua. Ancoramos ao nosso trabalho, a noção de imagem como autoridade de Marin (1993). De acordo com o autor as imagens têm uma autoridade que transforma os indivíduos e que modela as suas crenças (Marin, 1993, p. 14). Ela é, portanto, o suporte de uma ideologia e ressignifica. Torna presente uma crença, uma força, um poder num determinado discurso, ou seja, os indivíduos tomam-nas como verdade e revivem pelo discurso os seus efeitos e sentidos (cf. Marin, 1993).

Se tomarmos ainda a ideia de Marin (1993, p. 15) de que a imagem significa a força de uma lei e é por meio do discurso que esta força se amplifica, depreendemos que o uso da língua expressa nas gramáticas brasileiras e portuguesas como suporte da disciplina da língua portuguesa carrega consigo a ideia de uma língua outra, inacessível, melhor, e que guarda a ideia da origem, pura. O sujeito é

atingido pela ilusão de que ela deve ser estática, alheia à relação com o falante, amplifica-se a crença reforçada pelo discurso pedagógico do "bom português", "do melhor português" e do "bem falar" que se atingem somente pela leitura e estudo de uma gramática padrão que reflete uma outra cultura, inatingível, mas que se deve desejar.

Assim sendo, notamos que a noção de nação multilíngue é mascarada pela escolarização monolíngue. Essa imagem de língua[4] ideal difundida pelo discurso pedagógico pode contribuir para a continuidade do estigma da colonização em relação às línguas locais e às variedades formadas no contacto entre essas línguas e a portuguesa. Em países multilíngues, como é o caso de Angola, são inúmeras as línguas e as culturas que se vão evidenciar na língua portuguesa. Consequentemente, sendo a língua propensa à variação, tomá-la fora dos elementos que definem a identidade dos seus falantes torna difícil o seu ensino.

Hall (2014, p. 30) mostra que as instituições do estado estão ligadas à noção de cultura nacional cuja formação instituiu padrões universais como a alfabetização, uma língua unificada dominante e a necessidade de uma cultura homogênea. Ele adverte que as culturas nacionais produzem sentidos que de alguma forma constroem identidades. Assim sendo, o uso de variedades outras produzem os seus efeitos sobre a forma como é vista uma língua ou uma variedade por um grupo e pela nação como um todo. Embora este autor advirta que "as transformações associadas à modernidade libertam o indivíduo dos seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas" (*ibidem*, p. 18), também sugere que as culturas nacionais devem ser vistas como "dispositivo discursivo" que apoie a "diferença como unidade ou identidade" (Hall, 2014, p. 36).

[4] O termo imagem de língua se insere nos estudos do projeto de pesquisa Imagens de língua: sujeito, deslocamento, conhecimento e tempo cuja proposta é analisar a formação das imagens de língua em contextos multilíngues. Este projeto é coordenado pelo prof. Dr. Valdir Barzotto da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

2 O CAMINHO METODOLÓGICO E O CORPUS

As imagens de língua, na nossa concepção, aparecem institucionalizadas como modelos gerais a serem seguidos pelos falantes e surgem a partir do tempo colonial ao incutirem a noção da língua portuguesa como a língua. Por este motivo, recorremos à análise dos manuais escolares da primeira e segunda classes que apresentam este modelo de língua a ser ensinado e apreendido. Sendo os manuais usados massivamente no país cabe olhar como influenciam no processo identitário dos seus utentes ao propagarem tais imagens. Recorremos aos manuais dessas classes iniciais por considerarmos que a adesão a determinadas atitudes em relação à língua e a cristalização de imagens negativas das variedades angolanas do português a favor da norma do português apresentada pelas gramáticas ocidentais é mais efetiva a partir da tenra idade.

De modo a olharmos para o processo identitário presente na variedade angolana recorremos a um corpus constituído para trabalhos anteriores recolhidos de 2007 a 2021 na Universidade Jean Piaget de Angola. Apresentamos enunciados recolhidos com base numa observação e num registo assistemático levado a cabo, em 2007, no chat de estudantes Gabbly, para vermos até que ponto o português vernacular de Angola varia em relação ao português padrão de Portugal (PE) e do Brasil (PB). Este corpus é composto por 88 informantes: chat 1 com 20, chat 2 com 42 e o chat 3 com 26. Elucidamos que os nomes próprios que surgem nas frases foram ocultados e apenas algumas dessas frases foram usados como exemplos de variações morfossintáticas.

Recorremos também a enunciados recolhidos de duas músicas de cantores angolanos, "A outra" de Matias Damásio e "Tu és" de Marisyah. Achamos que a música tenta aproximar-se, na emoção e na língua, dos seus apreciadores, ou seja, dos falantes reais. Usamos também alguns enunciados retirados de contextos diferenciados que não se integraram ao *corpus* em organização, mas que achamos necessários para a apresentação deste trabalho. Atestamos que o uso deste *corpus*, apesar de importante, é ilustrativo no sentido de percebermos a implicação da identidade cultural na exteriorização da língua pelos falantes.

Portanto, o critério de escolha do material do corpus obedeceu, em primeiro lugar, à seleção de documentos oficiais que denotem a rigidez do uso da norma padrão impondo uma imagem negativas das variedades angolanas do português e das línguas nacionais; em segundo lugar, a seleção de enunciados antigos e recentes sobre variedades do português de Angola que demonstrem que a variação ocorre apesar do ensino do português padrão nas escolas com o uso das gramáticas brasileiras e angolanas.

Neste quesito, interessa para este trabalho um olhar geral sobre a variação linguística, pois não se trata de um trabalho nesta vertente, mas sim, sobre a tendência do ensino da língua em Angola no uso de gramáticas estrangeiras. Veremos, portanto, que se a língua varia, então não se justifica tanto a rigidez do ensino com base numa gramática normativa, quanto o ensino de uma variedade normativa não angolana.

3 NÃO SÃO NOSSAS, MAS SOMOS OBRIGADOS A USAR

A língua portuguesa no tempo colonial foi imposta aos povos africanos colonizados pelos portugueses, chegando ao auge com a publicação do Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique. Este documento aprovado em 1954 exigia que esses povos para que pudessem ter direito à cidadania deveriam, entre outras exigências, "falar corretamente a língua portuguesa" (Ferreira, Veiga, 1957, p.112). Nenhum negro poderia ser considerado civilizado se falasse outra língua que não fosse europeia. O que implicitamente oficializava as línguas africanas e as variedades que surgiam no contato com o português como não línguas.

No período pós-independência, por meio da Lei Constitucional da República Popular de Angola de 1975 (Art. 29º) que explicita a garantia da instrução para todos sem, contudo, mencionar as línguas de ensino, ou seja, a língua portuguesa era considerada língua de ensino e língua oficial tal como se apresenta na Constituição da República de Angola (2010, Art.19º), as populações foram obrigadas a aprender o português para terem direito à escolarização. Uma escolarização que usa uma gramática cuja língua não acompanha as

transformações que os falantes nela operam. A ilusão de uma língua estática acompanha o ensino da disciplina da língua portuguesa que se pretende configurar à solidez da cientificidade, pois o discurso científico não aceita a insegurança dentro dos seus limites. A língua portuguesa enquanto disciplina precisou de fundamentar o seu valor. Algo que não é atribuído em Angola, por isso, foi preciso apegar-se ao que existia, a gramática portuguesa. Com a facilidade de obtenção de publicações produzidas no Brasil pela sua massificação, as gramáticas brasileiras também passaram a ser usadas nas escolas.

Porém, em Angola, há uma crença de que a variedade culta da língua portuguesa seja a variedade portuguesa. Um falante comum aprecia principalmente a prosódia dos portugueses ou aquela que se aproxima a mesma. Consequentemente, a língua padrão considerada é a de Portugal. Vemos, portanto, que o imaginário social assenta sobre a crença do "dono da língua" que melhor a fala. Com base nos estudos de Faraco (2001, p. 43) em contexto brasileiro, que nós estendemos ao nosso, a atitude purista que se sustenta numa língua padrão artificial desemboca na "descriminação e exclusão sociocultural". A questão toda passa pela necessidade do uso de um modelo que tenha um determinado estatuto com base na cultura da escrita, principalmente do ocidente cujo cânone ainda serve de base nos estudos científicos e, de uma forma geral, em toda a atividade intelectual em Angola. Essa tendência de exaltação dessa norma leva o ensino da língua portuguesa a pautar-se ainda no certo e no errado de uma norma estabelecida "além-mar".

Deste modo, entre uma gramática e outra, as aulas de língua portuguesa são distribuídas entre uma norma e a outra levando a uma confusão do uso das mesmas pelos estudantes e professores. Ocorre, além disso, o uso de várias outras normas linguísticas não padronizadas que imediatamente são repreendidas pelo professor e pelo próprio sujeito quando transpõe a sala de aula.

4 OS MANUAIS ESCOLARES

Os manuais do ensino primário (primeira e segunda classes), como pudemos depurar para este trabalho, nas suas orientações didáticas e metodológicas, exigem que o professor seja capaz de perceber o ambiente plurilíngue da sociedade. Esta diferenciação é posta à mesa ao relacionar-se o português com as línguas nacionais. Infelizmente, não há correlação com as outras variedades da língua portuguesa que, no documento, é considerada como língua estrangeira para uma boa parte das crianças em Angola. Os manuais aconselham que "o Português deve ser ensinado para essa maioria, especialmente nas zonas suburbanas e rurais" (Chamuhongo; Carvalho, 2018, p. 116). Porém, entendermos a língua portuguesa como língua estrangeira permite a construção de uma imagem de língua inacessível e que em contexto em que todos falam uma outra variedade não seja necessário aprendê-la mesmo que seja usada no contexto da sala de aula.

Neste contexto, esta imagem de língua estrangeira pode influenciar a que as transformações que tornam a língua dinâmica por meio da dinamicidade dos seus falantes sejam ignoradas e secundarizadas pelos falantes gerando atitudes negativas diante delas. Não podemos nos esquecer que essas outras variedades do português também são faladas por uma parcela da população que as tem como língua primeira, sobretudo nas zonas suburbanas e urbanas, ou seja, são falantes das variedades não padrão do português e são inseridos nas escolas sem que se tenha em conta essa particularidade.

Tais orientações também explicitam ainda que a língua materna é aprendida nas comunidades linguísticas de origem (Chamuhongo; Carvalho, 2018, p. 116), portanto, é a língua que participa na construção da identidade do aluno e no reconhecimento da sua comunidade. Os manuais também indicam que o professor "...conheça os grupos linguísticos de proveniência dos seus alunos através da observação e estudo proporcionados pelo contato direto professor(a)/alunos(as) no dia a dia" (*ibidem,* p.116). Contudo, demonstram que este conhecimento será fundamental apenas para que o professor conheça as dificuldades de aprendizagem do português padrão.

O que vemos é sobrevalorização da gramática normativa cujo conhecimento é indicado pelo estudo das gramáticas, o que aumenta

a disparidade da relação entre o falante e a sua língua ou variedade. O falante tem dificuldade de reconhecer-se como um falante legítimo da sua variedade e a considera errada. Tal sentimento vai ser aprofundado pelo manual da segunda classe (2018) ao sugerir que os alunos apresentam desvios e interferências que devem ser corrigidos com "exercícios de remediação" (Chamuhongo; Carvalho, 2018, p. 116). Esses primeiros termos que estão na base da sociolinguística presentes nos enunciados do manual podem influenciar negativamente a percepção do falante, sobretudo se não tiver domínio da linguística e a familiaridade com os seus termos. A palavra interferência, por exemplo, pode suscitar um sentimento imposto pelo seu verbo "interferir". Este verbo no Dicionário de Língua Portuguesa da Porto Editora (2013, p. 917) tem três significados que podem suscitar polémicas: 1. Intrometer-se, imiscuir-se e meter-se onde não é chamado.

Portanto, considerar as interinfluências entre línguas como interferências reforça a necessidade de retirar elementos estanhos a ela, ou seja, negar os traços culturais dos falantes evidenciados na língua. Isso ocorre com a necessidade de corrigir "o erro ou desvios". Este último termo também impõe as suas limitações ao entendimento da transformação da língua pelos falantes. No dicionário mencionado anteriormente, retiramos alguns significados desta palavra que esclarecem a nossa análise: 1) ato ou efeito de desviar; 2) mudança de direção; 3) afastamento da posição normal; 4) inclinação; 5) via secundária, em geral a mais longa do que a via direta, que serve de percurso alternativo; 6) (dinheiro, bens alheios) extravio; descaminho; roubo; 7) afastamento de um padrão de comportamento considerado apropriado; 8) lugar que se distancia da via principal.

Vemos que a palavra desvio incita o falante que o ouve a ativar significados que inferiorizam as outras variedades do português. Assim sendo, as interinfluências decorrentes das línguas em contato devem ser eliminadas porque "só escreve bem, quem fala bem" (Chamuhongo; Carvalho, 2018, p. 116) esclarecem os manuais relegando o ensino da língua às regras da gramática padrão. O manual de língua portuguesa da primeira classe, no mesmo âmbito do manual da segunda classe, defende que é preciso modelar a língua do aluno à língua da escola "...sem substituir por completo o seu falar" (Chamuhongo; Carvalho, 2018, p.110), ou seja, é preciso de algum

modo substituir a língua que a criança leva da sua comunidade para a escola. Mesmo que a locução "por completo" pretenda tornar ligeira a força da palavra substituir, ainda assim, substituir leva a considerar uma língua hierarquicamente superior a outra. Assim, a remediação proposta pelo discurso pedagógico (Chamuhongo; Carvalho, 2018) incita uma variedade que não deve ser aceite.

5 ELAS NÃO DÃO CONTA DAS VARIAÇÕES

Como apresentamos anteriormente neste trabalho, o uso de uma gramática normativa no ensino de comunidades em que ela não é reconhecida gera diversos problemas de compreensão por haver uma ligação efetiva entre o que se ensina e a língua em uso. Nesta linha, compreendemos que mesmo os falantes da norma padrão dificilmente usam todas as regras da gramática tradicional que se cristalizam no tempo e não acompanham todas as necessidades dos falantes. Quando tratamos da questão da identidade linguística em Angola, consideramos a forma como o falante exterioriza a sua língua tendo em conta a comunidade a que pertence. Em cada comunidade, os falantes partilham normas linguísticas. De acordo com Labov (2008, p. 225) "os membros de uma comunidade da fala compartilham, sim, um conjunto comum de padrões normativos, mesmo quando encontramos uma variação altamente estratificada na fala real."

Assim sendo, cada grupo social apresenta marcas linguísticas que o diferencia de outro. Consideramos uma comunidade linguística aquela relacionada a um determinado grupo social no qual os falantes compartilham, além dos traços mencionados acima, marcas sociais próprias retomando os estudos de Coelho et al. (2010, p.39). De acordo com Faraco (2001, p. 38), "[...] os grupos sociais se distinguem pelas formas de língua que lhes são de uso comum", ou seja, pela norma linguística que varia em cada grupo. Portanto, mesmo que não haja em Angola uma norma padrão estabelecida e variedades linguísticas exaustivamente estudadas e demarcadas, não podemos negar a sua existência.

Por isso, se olharmos atentamente para as gramáticas oferecidas pelo mercado, tanto brasileiras quanto portuguesas, a maior parte dos estudantes angolanos não conseguem se rever nelas. Abaixo apresentaremos um quadro para sustentarmos a ideia de que o uso destas gramáticas proporciona uma limitação da compreensão dos estudantes e estão na base da perda identitária.

E AS DIFERENÇAS: PODEM PASSAR DESPERCEBIDAS?

Apresentamos neste ponto, algumas variações da PA. Embora seja importante falarmos de todo o tipo de variações tanto internas quanto externas, interessa para este trabalho, tomando como base o corpus de que dispomos, apenas uma tomada de consciência sobre o processo. Sugerimos apenas algumas questões ligadas à variação interna. Em alguns momentos, quando acharmos pertinente, faremos uma comparação entre as gramáticas portuguesas, brasileiras e os traços apresentados pelos nossos informantes. Abaixo nos debruçaremos sobre fenômenos das variações de ordem morfossintática.

a) Lheização

O fenômeno da lheização é um fenômeno em que um pronome pessoal de complemento direto é suprimido e substituído pelo pronome pessoal de complemento indireto (lhe). Vejamos os exemplos:

(1) Encontraram-no ontem. (Norma do PE)

(2) Encontraram ele ontem. (Norma do PB)

(3) Lhe encontraram ontem. (PA)

(4) Ajudaram-no. (PE)

(5) Ajudaram ele. (PB)

(6) Lhe ajudaram. (PA)

Nas nossas recolhas, para compormos um *corpus* do português falado em Angola, encontramos diferenças cuja estatística não con-

seguimos precisar neste trabalho, pois está em análise, mas que sugerem um fenômeno de eliminação do pronome lhe nas classes mais escolarizadas em caso de dúvida:

(7) Encontraram.

(8) Encontraram o fulano (Com base na fórmula Verbo+nome).

b) Falta de associação nas formas dos complementos diretos e indiretos.

A frase (4) apresentada acima dita por um informante escolarizado permite- nos ver que, às vezes, o falante evita as formas pronominais associadas. Se recorrermos à gramática padrão, teremos, por exemplo, a partir da frase "encontrámos os sapatos do João":

(9) Encontrámo-los. (PE)

(10) Encontramos. (PA e PB)

(11) Encontramos os sapatos dele. (PA e PB)

Diante da frase "Entregaste-me **os sapatos**", a resposta seria:

(12) Entreguei-tos. (PE)

No Português de Angola, as formas pronominais combinadas dificilmente aparecem na fala de um falante não escolarizado segundo as nossas análises. No Brasil o processo é idêntico de acordo com Cunha e Cintra (2005, p. 310). Portanto, diante de uma pergunta como "Entregaste-me os sapatos?", a resposta mais comum em Angola seria "Entreguei", "Te entreguei" ou "Entreguei-te". Essas três formas podem ser utilizadas pelo mesmo falante. A última é mais comum quando este fica consciente da regra, por exemplo, num ambiente mais formal.

c) **Construções frásicas com o uso da ênclise**

O português falado em Angola em todos os estratos sociais começa a declinar o uso da ênclise sobretudo em ambientes infor-

mais. Em ambientes formais, o falante tenta prender-se à regra para evitar estigmas.

(13) Posso te dar já não tenho macas neste sait sou muito fix[5].

(14) Me fala [nome oculto].

d) Construções mesoclíticas

A construção mesoclítica é pouco usada. A forma que a substitui é a regra enunciada por Cunha e Cintra (2005, p. 311) em que diante de um só verbo futuro do presente ou do pretérito utiliza-se a próclise.

Pronunciar-me-ei (norma do PE)
Eu **me pronunciarei** sobre o assunto. (PA)

Nestes casos, um outro fenômeno comum entre os falantes é o uso do verbo ir no lugar da construção mesoclítica. Ao tomarmos as frases 14, teríamos:

(14) **Vou me pronunciar** sobre o assunto.
Olha **vou lhe** enviar 1 foto minha.

e) Alternância entre os pronomes tu e você

Um outro fenômeno muito comum no PA é a alternância entre os pronomes tu e você na fala. O falante vai no mesmo enunciado alternando entre um e outro evidenciando o fenômeno descrito em f. Por influência do PE, o pronome tu é muito utilizado em Angola, mas o uso do pronome você tem se tornado mais comum ao longo dos anos por vários fatores dentre eles a entrada massiva do português brasileiro pela música e telenovela. Quando se faz a correção linguística, opta-se pelo pronome tu e não pelo você considerado uma falta de respeito em alguns casos. Quando se usa o tratamento distanciado formal, usam-se as formas de tratamento nominal (Cf. Cintra, 1986 *apud* Allen, 2019).

[5] Ser boa pessoa.

[Nome oculto], k idade **vc tem** e que **fazes** na vida quotidiana?

Vamos ver se entendes mesmo. O que vc entende, [nome oculto]?

Nos enunciados apresentados acima, vemos que no primeiro há duas orações e a alternância se dá na mesma estrutura frásica como se o falante ativasse a consciência para o uso do tu em substituição ao você. Embora se evidencie que quando o falante usa formas de tratamento vazios em que temos um sujeito oculto ou *zero forms* na acepção de Medeiros (1985) *apud* Allen (2019, p. 27), as ocorrências verbais são feitas na segunda pessoa do singular, como podemos ver na segunda oração de (18) e na primeira oração da frase (19).

f) **Uso do verbo da segunda pessoa do singular (tu) com o pronome você**

Essa alternância dos pronomes você e tu vai proporcionar a ocorrência do uso dos verbos conjugados na segunda pessoa do singular (tu) com o pronome você.

[Nome oculto], **vc** k **sabes** tudo explica ao [nome oculto] o que k amor ker dizer?

Agora **vc estas** covalescente [nome oculto].

Muitos falantes, sobretudo menos escolarizados, usam o pronome de tratamento você com o verbo conjugado com a desinência da segunda pessoa do singular. Percebemos isso na oralidade, mas na escrita também há ocorrências como apresentamos nos exemplos (20) e (21). Estes exemplos, apesar de pertencerem a um corpus escrito, revelam uma escrita descontraída entre indivíduos jovens e estudantes no chat da internet, o Gabbly. Portanto, começam a ser comuns em Angola as ocorrências do pronome você+verbo na segunda pessoa do singular colocando este pronome como um pronome de segunda pessoa gramatical.

g) **Substituição dos pronomes pessoais oblíquos me e nos pelo pronome se**

Um outro fenômeno é a ocorrência na oralidade do pronome pessoal nós de caso reto com o pronome pessoal oblíquo átona se.

Nós se encontramo.

Se falamo/s sempre.

Essas formas ocorrem tanto nos casos em que há o preenchimento do sujeito quanto nos casos em que o sujeito está subentendido. Além disso, nas ocorrências desse tipo, há a concordância entre o pronome reto e o verbo, mas pode ocorrer ou não a supressão do -s. Assim, o falante reconhece a forma plural do verbo, mas transforma a desinência da primeira pessoa plural em -mo.

Se magoelei[6].

Se entreguei na polícia.

O mesmo se dá com o pronome reto eu acompanhado pelo pronome pessoal oblíquo se no lugar de me como vemos nas frases (24) e (25). Neste caso, a desinência verbal é mantida.

Os dois fenômenos são comuns em grupos não escolarizados da população ou escolarizados residentes em bairros de baixa renda onde se mantêm essas variantes.

h) **Mudança de regência verbal**

Neste caso, apresentamos exemplos do verbo amar que passa a ter transitividade indireta e o verbo gostar que deixa de ser regido pela preposição de. O primeiro caso, podemos observá-lo na música "A outra"[7] de Matias Damásio:

[...]

Mas eu **lhe amo** mesmo assim

[6] O verbo magoelar significa "pendurar-se".

[7] Música de Matias Damásio disponível em https://www.letras.com/matias-damasio/1361423/.

Eu **lhe amo** mesmo assim
Amo muito de ti.

Na frase (26), temos primeiramente os fenômenos de lheização nas duas orações e o de supressão da ênclise. O pronome pessoal reto ocorre com o pronome pessoal oblíquo da terceira pessoa pelo fato de não serem muito usados os pronomes oblíquos o e a da terceira pessoa do singular no registo familiar e no calão, sobretudo pelos falantes não escolarizados.

Em segundo lugar, temos no exemplo (27) do verbo amar cuja ocorrência se confunde com o do verbo gostar. O segundo caso (28) retirado da música "Tu és"[8] de Marisyah elucida essa questão.

Ó baby, eu vou te amar, éh
Jamais vou te deixar, é
Muito menos te magoar, é
Eu **te gosto** bué[9]

Observamos que o verbo gostar passa a ter transitividade direta sem a regência da preposição de como ocorre com o verbo amar. Nos exemplos (27) e (28), as frases são dirigidas a uma pessoa com quem se fala, então, os falantes usam os pronomes oblíquos ti (tónico) e te (átona). Já na frase 26, o falante usa o pronome oblíquo lhe para evidenciar a pessoa de quem se fala.

6 QUAL O CAMINHO NO ENSINO?

Depois dessa breve e simples apresentação de alguns traços que diferenciam as variedades da PA de outras variedades do português, cabe refletir a partir da metodologia que propõe Labov (2008) sobre

[8] Música "Tu és" de Marisyah disponível em https://www.musixmatch.com/pt/letras/Marisyah/Tu-%C3%A9s.

[9] Bué ou Bwé é uma palavra que significa "muito".

o estudo da língua fundamental para a tomada consciência na sala de aula para pensarmos o seu lugar na sociedade e o seu ensino nas escolas. Este autor adverte que: "Parece bastante natural que os dados básicos para qualquer forma de linguística geral seja que a língua tal como usada por falantes nativos comunicando-se uns com os outros na vida diária." (Labov, 2008, p. 217).

Isto nos leva a perceber que o entendimento das manifestações linguísticas dos grupos sociais como sendo legítimas e de que não haja língua fora do social e dos falantes é um passo para um ensino da língua portuguesa. O discurso da sala de aula não deve prestigiar uma variedade em detrimento das variedades do português de Angola. Primeiro, é preciso insistir no estudo da língua versada no contexto social e inserir nas metodologias de ensino um saber que considere a interinfluência entre as línguas. Segundo, cabe pensar nas línguas numa linha horizontal para se retirar a ilusão de que umas são melhores do que as outras ou que haja variedades mais adequadas à obtenção do conhecimento.

Essa linha horizontal permite-nos ver nas línguas uma continuidade que se dá pela sua aproximação ou contato, daí a insistência no reconhecimento da naturalidade do uso das variedades do português de Angola dada a heterogeneidade cultural da sua população. A questão deve ser vista numa dimensão pluralista para não incorrermos no preconceito, pois, do mesmo modo que há uma relação desigual entre o português de Portugal e o de Angola também haverá uma disputa entre as variedades internas.

Para Marques (1985, p. 12), ao analisar o contexto de ensino da língua em Angola, os falantes "possuem uma competência linguística na sua língua materna que realizam nas mais diversas situações para expressarem e, comunicarem a sua visão do mundo e de si próprias." Além disso, é por meio desse entendimento do mundo que eles compreendem e integram-se no processo da aprendizagem de um novo saber. Um saber que precisa de ter sentido e precisa de um elo condutor entre o antigo e o novo. Defendemos, com isso, que ensinar uma língua ou variedade abandonando a que o aluno tem como materna é separar dois mundos que precisam de ser integrados como um corpo.

Portanto, cabe criar um corpo da língua portuguesa cuja unidade é mantida pelas suas variedades segundo Barzotto (2004, p.96). De acordo com a proposta do autor, que trata do contexto linguístico brasileiro, mas que achamos pertinente inserirmos no contexto angolano, incorporando-se as variedades no ensino da língua portuguesa sem as hierarquizar e sem lhes atribuir valores, os estereótipos podem ser vencidos (cf. Barzotto, 2004, p. 96).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto da sala de aula é um ambiente complexo por receber uma população heterogênea com as suas variedades ou línguas, com as suas culturas e formas diferentes de apreensão do mundo, por um lado, e por ser a escola uma instância ideológica que determina valores não contemplados pelas comunidades, por outro. O que concluímos cerceia a forma como o sujeito se engaja no mundo.

A variação linguística presente nas comunidades angolanas mostra como os falantes fazem escolhas na língua na qual transparecem as suas necessidades, as suas atitudes, a sua identidade. Porém, a pressão exercida pelas instâncias de poder para o uso da gramática normativa no ensino, como se vê nos manuais apresentados neste trabalho, põe em causa a relação do sujeito com a sua cultura e a forma como vê a sua variedade. O fato de a língua portuguesa ser ensinada por meio das gramáticas normativas de dois países diferentes e estrangeiros aumenta o distanciamento afetivo do sujeito pela sua língua, uma vez que se constrói a imagem de que o modelo do "bem falar" não é angolano, mas é proposto por uma outra nação.

Portanto, as imagens de língua veiculadas pela escola reiteram uma ideologia colonial e ocidental do valor da língua que se circunscreve à língua ideal de base europeia. Nesta acepção, essa imagem desvaloriza os elementos não europeus que influenciam a língua e passam a tratar a variedade que daí surge como desprestigiada, errada e sem valor acadêmico. Assume-se, assim, que ela não seja adequada à escolarização e deve ser substituída pela língua portuguesa padrão de Portugal, principalmente. Portanto, percebemos marcas

de desvalorização nos discursos pedagógicos que são assumidas pelos estudantes como estereótipos contra a própria língua ou variedade que constituem a longo prazo a sua marca identitária. Deste modo, observamos a naturalização da noção de língua bem falada europeia e da mal falada angolana.

A partir deste estudo, entendemos que o uso de gramáticas estrangeiras pode ajudar na construção de uma imagem negativa da PA. Mas também consideramos que a problemática do ensino do português não passa somente pela construção de uma norma do português angolano transmitida por meio de uma gramática tradicional, mas pela consideração da multiplicidade de línguas e de variedades do português que o país tem. Algo que se atingirá com a consideração da naturalidade das interinfluências entre línguas.

REFERÊNCIAS

ALLEN, A.S.F. *O sistema de formas de tratamento em português europeu: contributos para a compreensão da sua reestruturação a partir de textos escritos do século XX*. 137f. Tese (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Lisboa, 2019.

ANGOLA. Lei Constitucional (1975). *Lei Constitucional da República Popular de Angola.* Luanda: Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola, 1975.

ANGOLA. Constituição (2010). *Constituição da República de Angola.* Luanda: Assembleia Constituinte, 2010.

BARZOTTO, V. H. Nem respeitar, nem valorizar, nem adequar as variedades linguísticas. *Ecos Revista,* vol. 2, nº 1, p. 93-96, 2004.

CHAMUHONGO, A.; CARVALHO, F. de. *Língua portuguesa, primeira classe*: Manual do aluno. Luanda: Editora Moderna, 2018.

CHAMUHONGO, A.; CARVALHO, F. de. *Língua portuguesa, segunda classe:* Manual do aluno. Luanda: Editora Moderna, 2018.

COELHO, I. *Sociolinguística.* Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.

COELHO, V. A classificação etnográfica dos povos de Angola (1ª parte). *Revista Mulemba,* v.5, n.9, p. 203-220, 2015.

CUNHA, C.; CINTRA, L.F. L. *Nova gramática do português contemporâneo.* Lisboa: Edições João Sá da Costa, 2005.

DAMÁSIO, M. *A Outra.* Luanda: Andinos, 2009. Disponível em https://www.letras.com/matias-damasio/1361423/. Acesso em: 18 de nov. de 2020.

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Porto: Porto Editora, 2013.

FARACO, C. A. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. *In*: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma. São* Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 37-61.

FERREIRA, J. C. Ney; VEIGA, V . S. da (Org.). *Estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique:* anotado e legislação complementar. 2.ed. Lisboa: [s.n.], 1957.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso:* aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad.Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2014.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos.* Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola, 2002.

MARIN, L. *Des pouvoirs de l'image:* gloses. Paris: Editions du Seuil, 1993.

MARISYAH. Tu és. Luanda: James Music, 2020. Disponível em: https://www.musixmatch.com/pt/letras/Marisyah/Tu-%C3%A9s. Acesso em: 25 mar.2021.

MARQUES, I. G. *Algumas considerações sobre a problemática Linguística em Angola*. Luanda: INALD, 1985.

SCHLIEBEN-LANGE, B. *História do falar e história da linguística.* São Paulo: Editora da Unicamp, 1993.

CAPÍTULO ONZE
PERCURSO HISTÓRICO E SOCIOLINGUÍSTICO DE ANGOLA

Josimar Santana Silva
Silvana Silva de Farias Araújo

INTRODUÇÃO

Angola encontra-se situada na costa ocidental da África Austral e faz fronteira com os seguintes países: Namíbia, Zâmbia e a República Democrática do Congo e Congo. É o sexto país do continente africano, com maior dimensão, totalizando uma área de 1.246.700 quilômetros, sendo uma costa de 1.650 quilômetros e uma fronteira terrestre de 4.837 quilômetros (Mingas, 2000). O país está dividido em 18 províncias: Cabinda, Zaire, Uíge, Bengo, Luanda, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Malanje, Lunda Norte, Lunda Sul, Benguela, Huambo, Bié, Moxico, Namibe, Huíla, Cunene e Cuando-Cubango. Além de Luanda, capital, o país possui como principais centros urbanos as cidades de Huambo, Lobito, Benguela e o Lubango.

De acordo com o censo realizado pelo Instituo Nacional de Estatística (INE), no ano de 2014, a estimativa da população angolana foi de 25 789 024 de pessoas. Desses números, 48% são do sexo masculino e 52% feminino. A maior parte da população reside na zona urbana (63%) e o restante na área rural (37%), sua densidade populacional média é de 20,7 habitantes por quilômetros quadrados. Angola é um país pluriétnico, contudo grande parte dos habitantes é de origem bantu. Há também muitas etnias, das quais se destacam os Khoisan, os Lunda Cokwe, os Gandela, os Nhaneca-humbe, os Ovambo, os Herero e os Bosquímanos (Armando, 2014).

Tendo em vista a diversidade linguística de Angola, o presente trabalho tem como objetivo geral apresentar um breve percurso histórico e sociolinguístico do país e a realidade linguística de Luanda, sua capital. Apresenta como objetivos específicos: (i) mostrar brevemen-

te como aconteceu o processo de colonização portuguesa em Angola; (ii) Apresentar o perfil sociolinguístico de Angola e; (iii) apresentar a realidade linguística de Luanda. Salienta-se que texto aqui exposto é um recorte da dissertação de mestrado intitulada como *Léxico de origem africana no português falado em Luanda*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana, no Estado da Bahia.

A pesquisa procurou responder ao seguinte questionamento: qual o perfil sociolinguístico de Angola e a realidade linguística de Luanda atualmente? Diante disso, traçou-se a hipótese de que o perfil sociolinguístico de Angola e a realidade linguística de Luanda é muito complexa, uma vez que o território é formado por diversas línguas de origem africana que convivem entre si.

Para o desenvolvimento da presente discussão, foram levadas em consideração as premissas do método qualitativo, pois foi procurado apresentar, por meio da literatura, a história e a sociolinguística de Angola. Para tal, foram evocados autores como Olderogge (2010), Ajayi (2010) e Nascimento (2007) para a abordagem da história dos povos africanos; Santos (2018), Araújo e Silva (2020) e Mingas (2000), embasando a discussão do processo de colonização de Angola. Para falar sobre o processo de colonização, bem como as línguas africanas presentes em Angola, embasaram-se em Severo (2015), Timbane, Santana e Afonso (2019), Greenberg (2010), entre outros pesquisadores.

O capítulo, para além da introdução, está estruturado da seguinte forma: "Um olhar sobre a história", nessa seção está sendo apresentada brevemente a história dos povos africanos. A seção seguinte é intitulada como "Colonização portuguesa em Angola", que trata do processo de colonização do território angolano. Posteriormente tem-se a seção "Perfil sociolinguístico de Angola", mostrando, de forma breve, a diversidade linguística presente no território angolano. A seção seguinte, nomeada "Realidade linguística de Luanda", apresentam-se informações sobre a realidade linguística de Luanda atualmente, bem como o multilinguismo presente nesse espaço e, por fim, apresentam-se as considerações finais sobre a pesquisa e a lista e referências utilizadas para compor as discussões.

1 UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA

Durante muito tempo, historiadores tentaram explicar a origem dos povos africanos. Muitos acreditaram que não possuíam uma história própria, pois, de acordo com algumas teorias, os povos da África teriam suas origens na Ásia e, por um processo de migração, chegaram até o continente (Olderogge, 2010). Essas teorias, também conhecidas como teorias da escola alemã, afirmavam ainda que a história da humanidade teve sua gênese na Ásia. Assim, os estudiosos europeus discutiam a ideia de que o continente asiático, entendido como o berço da humanidade, foi lugar de ascendência de todos os povos que invadiram a Europa e a África (Olderogge, 2010).

Salienta-se que, segundo essas teorias, os povos mais antigos da África foram os San que chegaram até lá em dois processos migratórios caracterizados: os San pintores e os San gravadores. Cada um desses grupos teria seguido direções distintas, atravessando o mar Vermelho. Posteriormente, atravessaram as florestas equatoriais, reencontrando-se no sul da África (Olderogge, 2010).

Nascimento (2007) afirma que toda história dos povos africanos está ligada ao deslocamento e desenvolvimento de sociedades. O povoamento do continente africano, nesse sentido, envolvia o deslocamento da população que apresentavam a mesma origem e se fundavam em novos espaços geográficos como grupos distintos, assim consolidavam novas identidades e culturas, ao mesmo tempo em que mantinham semelhanças das suas tradições de origem. É importante salientar que os movimentos migratórios dos povos africanos referem-se ao grande deslocamento de um extenso número de pessoas em largas regiões e durante um longo período. Salienta-se ainda que esses deslocamentos também tinham a finalidade de assegurar a sobrevivência, por meio dos produtos da terra como a cria de animais, colheita, caça, mel e outros (Ajayi, 2010).

Ajayi afirma ainda que "as populações em movimento muitas vezes tiveram que ocupar e cultivar terras que, até então, haviam sido consideradas de qualidade inferior, e, por conseguinte, desenvolver culturas e técnicas agrícolas adequadas a seu novo meio" (Ajayi, 2010, p. 4). Isso mostra que os povos africanos sempre desenvolve-

ram civilizações a partir de grupos que lutavam pela sobrevivência baseada nos frutos da terra que as regiões poderiam oferecer e, partir disso, formavam novas identidades e culturas. Foram muitas tentativas para compreender a origem dos povos africanos e o processo de povoamento do continente. Surgiu uma teoria complemente oposta às da escola alemã, pregando a existência de círculos de civilização individualizados, identificáveis por critérios inerentes procedidos especialmente das culturas materiais (Olderogge, 2010).

Olderogge (2010) afirma que, na busca de compreensões sobre a população africana, houve a teoria de que a população nativa da África seria constituída de povos com estatura baixa, denominados de Pigmeus e San, no entanto a discussão que não possuíam quaisquer elementos culturais continuava. De acordo com essa teoria, em seguida, os povos negros chegaram ao referido continente, mas em processo migratório muito vago procedentes do sudeste da Ásia. Esses povos teriam se disseminado por todo o território da savana sudanesa, entraram na floresta equatorial e introduziram uma agricultura ainda bem simples, como o cultivo de bananas, utilizavam ainda o arco e flecha, instrumentos de madeira e a construção de cabanas a fim de se abrigarem. Esses povos falariam línguas de tipo isolante.

Posteriormente, chegaram os proto-comitas também oriundos da Ásia, contudo de regiões localizadas ao norte das terras de origens dos negros. Esses povos se comunicam através das línguas aglutinantes com classes nominais. Assim, a esses povos deve-se o ensinamento do uso de outras ferramentas na agricultura e a criação de gado. Salienta-se que o cruzamento dos proto-camitas com os povos negros originou os povos bantu (Olderogge, 2010). De forma paralela a tal teoria, surgiu a camítica que, por sua vez, estava arraigada nos princípios da linguística. Essa teoria pregava que os antepassados dos San eram os autóctones mais ancestrais da África. Assim, representaria uma etnia claramente caracterizada por traços particulares diferentes de todas as outras, utilizavam as línguas que possuíam consoantes cliques.

No começo do século XIX, os principais grupos linguísticos e culturais que formavam a população africana tinham se fundado há bastante tempo nas distintas regiões que lutavam pela posse. Ajayi

(2010) mostra que antes do século XVII grande parte do continente africano já havia sido "partilhada" por esses grupos de africanos. Os diferentes grupos, posteriormente à posse das regiões, tinham adquirido estabilidade. Ressalta-se que nos séculos XVII e XVIII, somente no Chifre da África, na África Oriental e em Madagascar que ocorreram migrações significativas em direção a regiões pouco povoadas relativamente, o que também implicou o domínio do espaço (Ajayi, 2010).

Olderogge (2010) defende que essa evolução dos povos africanos se deu em quatros sequências, a saber, 1ª: a língua com cliques; 2ª: as línguas isoladas e muito embrionárias utilizadas pelos negros sudaneses; 3ª: a mistura das referidas línguas com as camíticas que, por sua vez, deu origem as línguas da família bantu e, 4ª: as línguas articuladas pelos colonizadores camitas que introduzam as línguas flexionadas. É importante salientar que a teoria camítica foi apoiada por diversos linguistas e disseminada para além do continente europeu.

A teoria camítica fez com as antigas teorias sobre a evolução dos povos e do continente africano não tivessem mais forças, uma vez que toda essa documentação mostra de forma completa que o desenvolvimento do homem teve lugar no continente africano, assim todas as discussões de que os povos africanos surgiram a partir de movimentos de migração asiática tornou-se insustável. A África, portanto, é único continente que apresenta uma linha sem interrupção do desenvolvimento do homem.

Os europeus chegaram ao território africano por volta do ano de 1415, no entanto Boahen (2010) afirma que, em um espaço de tempo muito curto, o continente foi marcado por grandes conquistas e ocupações em todo o seu território. Cabe salientar que até o ano de 1880 apenas algumas áreas bastante restritas da África estavam sob a dominação direta de europeus. Na África ocidental, essa dominação ficou limitada as zonas costeiras e ilhas do Senegal, à cidade de Freetown e suas adjacências que atualmente pertencem a Serra Leoa, às áreas meridionais da Costa do Ouro, atualmente território de Gana, ao litoral de Abidjan, na Costa do Marfim, e de Porto Novo, no Daomé atual Benin, e à ilha de Lagos hoje a Nigéria (Boahen, 2010).

Ainda de acordo com Boahen (2010), na África setentrional os franceses ocuparam somente a região da Argélia. A África orien-

tal não tinha sido colonizada pelos europeus, no entanto, na África central, o domínio desempenhado pelos portugueses ficava restrito a algumas faixas costeiras de Moçambique e Angola.

2 COLONIZAÇÃO PORTUGUESA EM ANGOLA

No ano de 1482, os portugueses chegaram a Zaire, sob a direção do navegador Diogo Cão, desde então os portugueses tiveram os primeiros contatos com os povos de Angola. A Constituição de Angola como província ultramarina de Portugal iniciou em 1570, com o desembarque de Paulo Dias de Novais, levando consigo cerca de 100 famílias de colonos e 400 soldados em Angola. Paulo Dias de Novais teve o título de primeiro governador português ao chegar a Angola. Seus objetivos consistiam em explorar os recursos naturais e agenciar o tráfico dos povos negros, desenvolvendo um intenso comércio.

A história nos mostra que a chegada efetiva dos portugueses em Angola se deu por volta do ano de 1575 (Santos, 2018). O que os portugueses buscavam, sem dúvida, era explorar a riqueza do território e expandir, assim, a sua base econômica e social. No entanto, a procura pelas riquezas minerais não foi exitosa e, então, os portugueses passaram a traficar pessoas para ser escravizadas, comércio que cresceu de forma rápida, fazendo de Luanda apenas um ponto de apoio para as embarcações.

De acordo com Silva e Araújo (2020), para entender todo o processo de formação de Angola, é importante perceber que as grandes navegações instituídas por Portugal no século XV apresentavam, de fato, a finalidade de formar novas relações de comércio. Ainda no período das Grandes Navegações, Portugal conquistou muitas colônias em diferentes partes do mundo, como a África. Diante desse contexto, o país transformou-se em um poderoso império ultramarino e a potência mundial. Destaca-se que, em 1836, o tráfico de escravizados foi extinto, e, somente oito anos mais tarde, os portos de Angola foram acessíveis às embarcações estrangeiras. Com a Conferência de Berlim (1884/1885), Portugal concretizou imediatamente a ocupação territorial das suas colônias.

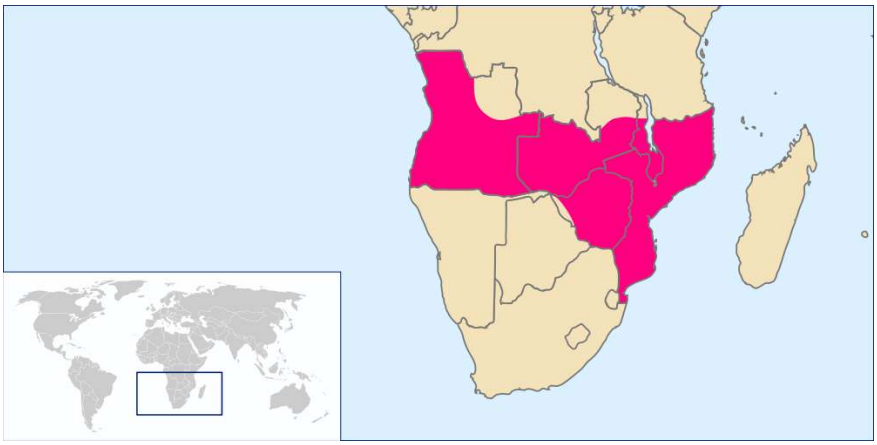
Diante disso, surge então o projeto denominado mapa cor-de--rosa traçado por Portugal para tentar unir Angola a Moçambique (Charles; De Sá, 2011). Tal projeto foi apresentado Conferência de Berlin, provocando uma forte reação na Inglaterra que também se dispunha a explorar as riquezas africanas. É importante ressaltar que, na metade do século XIX, a Europa estava vivendo um denso processo de crescimento econômico originado do desenvolvimento industrial e do aumento de produção, assim sendo, a situação demandou novas explorações de mercados para o escoamento dessa produção e aquisição de matéria-prima para o aprimoramento industrial.

Os projetos dos europeus para explorar as regiões do continente africano foram intensificados e, a partir 1850 a 1880, as grandes viagens foram com o intuito de explorar tal território. Salienta-se que essas viagens só foram realizadas a partir da Conferência de Berlin no ano de 1884/1885, no entanto já existia uma ampla concorrência dos alemães, ingleses e bóeres.

Diante dessa ameaça comercial, surgiu a ideia de formar um território central na África, a partir do litoral que os portugueses dominavam, isto é, de Angola até Moçambique (ver mapa 1). Essa proposta foi apresentada ainda na convenção luso-francesa no ano de 1886 e trazia essa área central em cor de rosa. Observa-se que os planos de Portugal em criar essa divisão não soaram bem para os ingleses que também pretendiam fazer uma ligação do Cabo ao Cairo, isso pôs em jogo critérios estabelecidos pela Conferência de Berlin como, por exemplo, as áreas de navegações. A Inglaterra conseguiu apoio de outras nações como a Alemanha, o que enfraqueceu a ideia de Portugal que acabou sendo vencido.

O Mapa abaixo, denominado mapa cor-de-rosa, foi um documento representativo da intenção de Portugal em ter soberania sobre os territórios marcados. No entanto, a contestação com a Grã-Bretanha, grande potência no período, a respeito desses territórios induziu Portugal a cedê-los para o comando britânico, o que causou grandes danos à monarquia portuguesa. A Conferência de Berlim determinou que o território de Cabinda, a norte do Rio Zaire, constituiria também como área pertencente a Portugal. Após uma estruturação duradoura e complexa, no final do século XIX, Portugal instaurou

uma organização administrativa colonial inteiramente ligada aos territórios e com os povos a governar. No que concerne à economia, afirma-se que a estratégia colonial estava centrada nos ramos da agricultura e na exportação de matérias-primas, a cobrança dos impostos das classes populares rendia lucros significativos para Lisboa.



Mapa 1: Mapa cor de rosa

Fonte: Brito (2014). Portal Estórias da história.

É importante salientar que forçados politicamente pala Conferência de Berlim (1884/1885), a respeito da dominação territorial e o direito à colônia, os portugueses começam as chamadas Guerras de Ocupação que, de acordo com Mingas (2000), foram verdadeiros massacres ao povo angolano. Possuindo uma sociedade tecnologicamente avançada, Portugal impôs-se aos angolanos. Embora apresentasse todo esse poder diante da sociedade de Angola, esta, por sua vez, continuou a resistir durante todo o século XV, somente no ano de 1926, Portugal conseguiu dominar todo o território que compreende a Angola (Mingas, 2000).

Durante o período colonial, a sociedade era tipicamente dividida em dois grupos básicos: os portugueses, que eram subdivididos em outros dois grupos: *colonialistas* ou agentes da metrópole colonizadora e *colonos*, instrumentos da colonização; e os angolanos, tam-

bém classificados em dois: assimilados e indígenas (Mingas, 2000). É possível perceber ainda a separação de classes no espaço habitado, a cidade era separada em três zonas: o centro, habitado pelos colonialistas, a zona dos bairros arenosos povoados por colonos e parte dos assimilados e, nas periferias, também chamadas de musseques, habitavam a maioria dos assimilados e dos indígenas (Mingas, 2000). Diante disso, é possível afirmar que a colonização tinha o objetivo de substituir os nativos por recursos humanos oferecidos de Portugal mais qualificados para auxiliar os colonizadores nessa exploração, como também implantar uma cultura, economia e, sobretudo, uma língua diferente das que ali existiam.

Vale salientar que, de forma semelhante ao Brasil, Angola recebia, em sua maioria, os portugueses condenados e rejeitados pela sociedade portuguesa (Mingas, 2000). Assim, parte dos colonos juntou-se aos povos nativos, conferindo um número alto de sujeitos mestiços. Com o tempo, o quantitativo de portugueses nascidos em Angola tornou-se mais elevado que os nascidos em Portugal, fato este que levou os colonialistas a fazer uma separação: portugueses ou brancos de primeira seriam os nascidos em Portugal e de segunda aqueles naturais de Angola (MINGAS, 2000). Aos brancos de primeira eram concedidos os direitos de ajuda econômica e a cargos elevados, enquanto que os de segunda, esses direitos lhes eram negados.

Os portugueses sentiam-se ameaçados pelos angolanos, assim, a fim de se imporem, os portugueses criaram um grupo de apoio aos nativos que, como já mencionado, eram divididos em dois subgrupos. Os assimilados cujos filhos possuíam o direito de frequentar as escolas e adquirir a nacionalidade portuguesa.

Mingas (2000) mostra que entre os assimilados existia também outra subdivisão, a saber: passivos, cujo povo não assumia a sua cultura, não se apropriava da sua história, ou seja, eram alheios a sua condição social, e os ativos que se apropriava de tudo o que tinham direito, com o objetivo de lutar e libertar seu povo do domínio português. Aos indígenas era conferido o dever de pagar impostos anualmente, poderiam também ser enquadrados na classe dos assimilados desde que fizessem um exame com o responsável do bairro, a fim de comprovar que dominavam a língua portuguesa e conheciam os hábitos dos cidadãos portugueses.

> Para melhor se imporem à maioria dos Angolanos que sentiam hostis à presença, os Portugueses decidiram criar um grupo de apoio entre os autóctones. Para o efeito, os angolanos foram divididos em dois subgrupos. O primeiro era formado pelos "Assimilados", cujos filhos tinham o direito de frequentar a escola conjuntamente com as crianças portuguesas, bem como à nacionalidade portuguesa. Na realidade podemos afirmar que existiram dois grupos de "Assimilados", a saber os passivos e os ativos. Os primeiros eram alienados, não assumiam a sua cultura, o seu povo, a sua história nem sua condição de seres humanos. Eram o que os colonialistas designavam como "negros diferentes", "negros que não eram como os outros, porque tinham a pele negra, mas sua alma era branca". O segundo eram aqueles que se apropriavam de tudo o que lhes foi possível aprender; como o objetivo de libertar o seu povo e país da dominação colonial portuguesa [...] o segundo subgrupo, o dos indígenas [...] durante essa época estavam sujeitos ao pagamento de um imposto anual. Poderiam, contudo, adquirir o estatuto de "Assimilados" após um exame feito pelo administrador do bairro. Nesse exame o Angolano deveria demonstrar saber falar corretamente a língua portuguesa e mostrar que tinha adquirido, no mínimo, a ilustração e os hábitos individuais e sociais dos cidadãos portugueses, em especial, comer à mesa (Mingas, 2000, p. 46-47, grifos da autora).

Ainda nesse período, a única língua que os angolanos poderiam aprender e dominar era a portuguesa, não poderiam assumir um posto ou um cargo público sem ser um assimilado e sem dominar a língua. Caso o filho de um assimilado falasse uma língua africana na escola, os pais responderiam junto à polícia política portuguesa[1] (Mingas, 2000). A história de Angola é assinalada por batalhas consecutivas que deixaram várias consequências não somente na área da economia, mas ainda sociais facilmente de serem observadas até a atualidade. Nessa perspectiva, o colapso no Colonialismo Europeu estimulou, certamente, a luta pela independência de Angola que, após uma intensa guerra pela liberdade, em 1975 consegue a libertação do domínio português.

[1] Também conhecida como Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), diz respeito a um policiamento das políticas portuguesa, criado entre os anos de 1945 e 1969. Essa instituição visava repressão de todos os modos de contestação, resistência, desobediência ao regime político vigente.

3 O PERFIL SOCIOLINGUÍSTICO DE ANGOLA

O continente africano possui uma diversidade de culturas. Nele predominam os povos caucasoides e semitas com suas respectivas culturas, tradições e formas de expressões peculiares a cada região, já na chamada África Negra, localizada ao sul do Deserto do Saara (África Subsaariana), encontra-se também essa diversidade como os povos pigmeus, bosquímanos, hotentotes, sudaneses e os bantus. Esta grande diversidade se reflete na quantidade de línguas no continente (Armando, 2014). É importante salientar que, na África, para além de Angola, o português também é falado em São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Cabo Verde e Moçambique.

Angola, além de ser uma região culturalmente rica, no sentido de tradições e manifestações, carrega ainda um acervo linguístico importantíssimo para a compreensão e a formação dos povos e das línguas africanas. Assim como os outros 53 países do continente africanos, Angola também é considerada como um país que possui múltiplas etnias e culturas, isso se deve ao fato de esse lugar ter recebido os vários povos de diferentes partes do continente africano (Armando, 2014). Dentre esses povos, destacam-se os Ovimbundus que, durante a guerra pela independência, muitos partiram da zona rural para as grandes cidades como Benguela e Luanda, transportando, dessa forma, suas línguas autóctones.

Armando (2014) afirma que, durante a guerra pela independência, muitos Bakongos fugiram para a República do Congo, aprendendo também o francês e o lingala, línguas essenciais para estabelecer a comunicação naquela país. Após a independência de Angola, no ano de 1975, grande parte retornou para seu local de origem, longo da costa atlântica da África, originando comunidades mais populares.

Nas províncias de Luanda Norte, Luanda Sul e Moxico estão presentes os Cokwe. Já os povos designados como Ganguelas (conjunto de povos), não compõem uma etnia muito vasta e cada um fala a sua língua, embora seja da mesma origem linguística. Destacam-se na parte sudoeste da Angola povos como Herero, Vakuval, Himba e Dimba; no sul, os descendentes de povos não-bantu que falam várias línguas, são os Khoisan. Os Bosquímanos foram os primeiros a po-

voar o território que hoje é Angola, isto é, não pertencem ao grupo Bantu. Assim, salienta-se que a condição etnolinguística do país se resume em umbundu que é uma língua falada pelo povo Ovimbundu; o kimbundu falado pelo povo Ambundu; o kikongo falado pelo grupo Bakongo; o cokwe falado pelos povos cokwe e a língua kwanyama falada pelo grupo Vakwanyama, há inda o ngangela falado pelo grupo Vangangela (Severo, 2015).

O Mapa 2 apresenta a distribuição geográfica dos povos e das línguas citadas.



Mapa 2 - Mapa dos grupos etnolinguísticos de Angola

Fonte: Oliveira (2003)

Mingas (2000) mostra que, no que se refere à situação linguística de Angola, compreende-se que é um país plurilíngue. Existem línguas do grupo bantu, a exemplo do umbundu, kimbundu, kikongo, cokwe, helelo, oxindonga, oxiwambo, ngangela e nhaneka; e línguas que não pertencem a esse grupo, como o vatwa e o khoisan, ilustrado no Quadro 1 a seguir. Todas essas línguas convivem com o português que se constitui enquanto oficial do país, segundo CRA (2010,

Art.19º). Com o fenômeno da colonização, as diferentes línguas presentes no território angolano expandiram-se de forma isolada, uma vez que era proibido aos assimilados e sua família falar outra língua que não fosse o português. É nessa perspectiva que Mingas (2000) afirma que, do ponto de vista linguístico, o país pode ser comparado a um arquipélago, visto que cada língua representa uma ilha.

Timbane, Santana e Afonso (2019) afirmam que a realidade linguística africana é bastante complexa, isso porque o continente tem quatro famílias de línguas: nigero-congolesa com 1436 línguas, afro-asiática somando 371 línguas, Nilo-saariana com 196 línguas e a Khoisan com 35 línguas; assim o continente africano soma mais de 2 mil línguas. Salienta-se que não é um número fixo, haja vista que outras línguas estão sendo descobertas, outras em processo de padronização e algumas até desaparecendo pelo fato de estarem isoladas e faladas por um pequeno grupo. Nurse e Philippson (2003) e Greenberg (2010) *apud* Timbane, Santana e Afonso (2019) classificam as línguas bantu em 16 zonas, sendo elas A, B, C, D, E, F, G, H, J, K, L, M, N, P, R e S. Destas, Angola ocupa as zonas H, K e R, os autores destacam ainda que as línguas angolanas estão ligadas às etnias.

O quadro 1 dispõe das principais línguas africanas presentes em Angola. Cabe salientar que as línguas Khoisan são faladas por grupos menores, o que impede a sua disseminação, assim tais línguas precisam ser estudadas profundamente, uma vez que as comunidades estão desaparecendo (TIMBANE; SANTANA; AFONSO, 2019).

Severo (2015) afirma que, no ano de 2011, foi sancionada a Lei do Estatuto das Línguas Nacionais de Origem Africana, tendendo regular a realidade linguística de Angola em situações administrativas, educacionais e midiáticas.

Quadro 1: Classificação dos grupos etnolinguísticos de Angola (adaptado pelos autores, 2021)

FAMÍLIA	GRUPOS ÉTNICOS	LÍNGUAS
GRUPO DE LÍNGUAS BANTU	Ovimbundu	Umbunbu e seus dialetos
	Ovanyaneka	Olunyaneka (nkhumbi e mwila)
	Ambundu	Kimbundu, Ngola, Lenge, Songo, Kiphala, Mbanagala, etc
	Ovakwanyama	Oshikwanyama
	Bakongo	Kikongo e seus dialetos
	Tucokwe	Cokwe, Ngangela e Nyemba
	Valuvale	Luvale
	Vangangela	Ngangela e seus dialetos
	Ovambo	Oshiwambo
	Ovandonga	Oshindonga
	Ovahelelo	Oshihelelo
GRUPO DE LÍNGUAS KHOISAN	San	Ju
		!ui-taa
		Hõã
		Khoe
		Kwadi
		Vátwa

Fonte: Fernandes e Ntondo (2002); Hodges (2004) *apud* Inverno (2008).

Dentre as línguas consideradas nacionais em Angola estão: umbundu, kimbundu, kikongo, cokwe, kwanyama e nganguela. Tais línguas pertencem a duas famílias linguísticas diferentes: Bantu (englobando a maioria das línguas angolanas) e Khoisan (uma minoria que tem como traço marcante o uso de cliques). Além das línguas nacionais, há centenas de dialetos falados em Angola. Em termos estatísticos, de forma geral, a língua portuguesa é majoritária na capital do país e nos centros urbanos, sendo a mais falada em Angola. As línguas angolanas são usadas em regiões rurais, sendo grande parte dos angolanos bilíngues ou multilíngues. A língua angolana mais falada é umbundu, seguida do kimbundu, kikongo e cokwe (Severo, 2015, p. 7-8).

Diante dessa realidade linguística de Angola, percebe-se que as línguas angolanas, isto é, as línguas nacionais devem sempre merecer destaque e uma política que as valorizem, haja vista que existem cidadãos que a possuem com língua materna, além de ser importante preservar os traços históricos, sociais e culturais de um povo. Considerando todo o percurso histórico colonial e pós-colonial de Angola, desenvolveu-se ainda a língua portuguesa. De acordo com o Censo de 2014, o Português é falado por 71% da população, isso mostra que o número de falantes do português enquanto língua materna tem crescido significativamente. O Censo mostrou ainda que a maior parte (81%) dos falantes da língua portuguesa enquanto L1 está nas áreas urbanas e o restante na área rural (INE, 2016).

Tal fato mostra-se como produto da política linguística, a qual oficializa o português. Salienta-se que a adoção da língua do colonizador enquanto oficial foi um processo em grande parte da África. Juridicamente a Constituição da República de Angola de 2010, em seu artigo 19, prevê uma política linguística do Estado nacional que constitui enquanto língua oficial do país o português. Todavia em Angola deu-se um fenômeno menos comum que em outros países africanos, a disseminação acelerada do português entre a população, fruto de um planejamento linguístico.

Para Santos (2018), das línguas nativas majoritárias, o governo conferiu o estatuto de línguas nacionais. O Projeto de Lei[2] em seu Capítulo III, Seção I, considera as seguintes línguas como nacionais: cokwe; khoi; kikongo; kimbundu; ngangela; oxiwambo; olunyaneka; umbundu; Vátwa; helelo; luvale e Mbunda (Angola, 2011).

O Estatuto prevê ainda que as línguas nacionais são todas aquelas utilizadas histórica e secularmente pelos povos habitando o território angolano, independentemente do quantitativo de falantes, desde que se constate que estas sejam veículo de comunicação das suas mensagens e que integram o patrimônio linguístico das comunidades locais (Angola, 2011). Diante disso, é preciso considerar que

[2] O referido projeto de Lei aprova o Estatuto das Línguas Nacionais em Angola, consiste em um instrumento que tem como principal objetivo promover a inclusão social e fortalecer a unidade na diversidade, o pluralismo cultural e linguístico. O projeto evidencia as línguas nacionais enquanto principal veículo cultural, ferramenta de comunicação, forma de ensino, instrumento de relações sociais, políticas e econômicas.

a língua portuguesa falada em Angola deve ter sofrido e ainda sofrer diversas influências das línguas africanas, proporcionando características peculiares nos níveis lexicais, semânticos, fonéticos, fonológicos, sintáticos e outros.

4 REALIDADE LINGUÍSTICA DA CIDADE DE LUANDA

Com já mencionado, a história registra que a chegada dos portugueses em Angola se deu por volta do ano de 1575. Nesse período ainda ocorreu uma política de disseminação da língua portuguesa em Angola. Aos filhos dos portugueses era concedido o direito de frequentar a escola e a nacionalidade portuguesa. O domínio da língua portuguesa e a apropriação dos costumes e da tradição europeias se constituíam como decisivas para os grandes cargos e outra função no governo colonial. Dessa forma, os povos africanos permaneciam cada vez mais banidos de direitos sociais e políticos, uma vez que o governo colonial não lhes dava condições necessárias para a participação (Araújo; Dantas, 2017).

Data-se que, por volta do ano de 1576, o território foi oficialmente fundado por ordens do Rei D. Sebastião, que objetivava tornar Luanda entreposto comercial para os portugueses. Já havia nesse local um pequeno quantitativo de europeus e africanos vindos, especialmente, de São Tomé para a intensificação do comércio de pessoas escravizadas (Inverno, 2008).

Para governar Luanda, núcleo da colônia, foi enviado Paulo Dias de Novaes, escrivão da Fazenda Real e fidalgo da Casa Real Portuguesa, concedendo-lhe o direito de povoamento, bem como a construção de fortes e igrejas. De acordo com Inverno (2008), ainda não se sabe, ao certo, informações sobre a língua das pessoas que se juntaram ao governador, mas, certamente, as línguas africanas estivem presentes nesse momento enquanto principal para a comunicação, exemplo disso está na figura da rainha Nzinga Mbandi[3] que falava várias línguas

[3] É também conhecida como símbolo da resistência ao colonialismo português, pois com a intensificação do comércio de escravizados pelos portugueses e a guer-

africanas, além de compreender a língua e a cultura portuguesa.

Luanda tem como língua oficial o português que convive com diversas línguas africanas das famílias bantu e khoisan. Além desse contato, de acordo com Araújo e Dantas (2017), a diversidade linguística presente em Luanda se deu também a partir do momento em que pessoas de outras regiões do país se instalaram nessa região a procura de segurança e trabalho, especialmente a partir das lutas pela independência em 1975.

> Luanda é caracterizada por um multilinguismo, abrigando inúmeras línguas africanas, sobretudo do tronco banto: umbundo, kikongo, kimbundo, entre outras. Esse cenário linguístico começou a configurar-se a partir da segunda metade do século XIX, quando muitas pessoas, falantes de suas línguas nativas, oriundas das diversas províncias de Angola, sofrendo as consequências da Guerra Civil que perdurou de 1975 a 2002, buscando melhores oportunidades de vida e segurança, migraram para Luanda. Ao chegarem à Luanda, esses migrantes, para sobreviverem, adquiriram, de forma assistemática, através da oralidade, sem interferência da escola, a língua oficial – o português (Silva, Sene, Araujo, 2018, p. 341).

Em suma, observa-se que a luta pela independência, além de destruir o angolano, teve como consequência um vasto processo de migração das pessoas para os grandes centros urbanos, a exemplo de Luanda, à procura de melhores condições de vida. Entretanto, embora falassem línguas aparentadas os angolanos imigrantes foram obrigados a aprender o português para a comunicação. O multilinguismo em Luanda é uma realidade que antecede a chegada dos portugueses, no entanto a colonização portuguesa contribuiu ainda mais para a diversidade linguística daquela região, pois levaram consigo uma língua que seria somada as que ali já existiam. Aqueles que ali se fixaram, eram, principalmente, os criminosos e excluídos da sociedade portuguesa, abandonando a língua e os hábitos de origem (Mingas,

ra contra o reino do *Ndongo*, a rainha mostrou-se como uma importante negociadora ao ser enviada pelo irmão, herdeiro do rei Ngola Mabande, à Luanda, um dos maiores centros de exportação de escravizados do continente africano, com a intenção de negociar um acordo de paz que viria a constituir o respeito à soberania do reino. Salienta-se que Nzinga, além de conhecer muito bem diversas línguas africanas, conhecia também a língua e a cultura portuguesa, uma vez que teve muito contato com os portugueses que passavam pelo reino de *Ndongo.*

2000).

O Censo de 2014 traz informações acerca das línguas faladas em Luanda, apontando o português como majoritária, no entanto não mostra se esse domínio leva em consideração os falantes da língua enquanto materna (L1), se adquirida (L2) ou de uma forma generalizada. Isso impossibilita uma discussão mais aprofundada a respeito do quantitativo de falantes das línguas enquanto L1 ou L2. Embora a realidade linguística de Luanda seja muito complexa, observa-se que o português ocupa uma posição de 71% dos falantes, de acordo com Censo de 2014, vista a disseminação da língua portuguesa e sua oficialização. As línguas da família bantu também são faladas principalmente o umbundu, kimbundu e kikongo.

Existem, no entanto, discussões sobre criação de políticas mais efetivas que possam valorizar as línguas nacionais, como previsto no Art. 19º da Constituição da República de Angola de 2010, haja vista a necessidade da compreensão de todo o contexto comunicacional e a valorização de tais línguas que, por sua vez, podem ser perdidas levando consigo todas as suas marcas históricas, culturais e políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou apresentar de forma sucinta a diversidade linguística presente no território angolano. Diante das discussões teóricas, foi possível concluir que Angola abriga um número expressivo de línguas de origem africana, que se juntam à língua portuguesa após a colonização, conferindo-lhe um grande acervo linguístico. Em Luanda, sua capital, pode ser extraída uma amostra dessas línguas, uma vez que existem diversas línguas africanas como, por exemplo, o kimbundu, umbundu e kikongo nessa região.

É possível considerar ainda que, embora o português seja a língua oficial, Angola é considerada um território multilíngue. Salienta-se que desde a sua formação, muito antes da chegada dos portugueses, já existiam as diversas línguas convivendo entre si, contudo, a colonização portuguesa certamente colaborou para ampliação desse

multilinguismo, pois, além levar consigo uma nova língua que seria incorporada às que ali já existiam, durante as guerras de ocupação fez com os indivíduos de regiões distintas procurassem outros locais para se abrigarem, levando também a sua língua de origem.

Diante disso, infere-se que o reconhecimento da língua portuguesa como oficial por muito tempo fragilizou a política linguística de Angola, uma vez que ao defini-la como de comunicação e escolarização desfavoreceu as línguas nativas ou nacionais nas instituições de ensino e na própria sociedade. No entanto, com as discussões para a criação do Estatuto das Línguas Nacional, no ano de 2010, surge um possível cenário de valorização de tais línguas, reforçando o seu destaque territorial e a importância da conservação do multilinguismo.

Por fim, percebe-se que traçar o perfil sociolinguístico de Angola e definir a realidade linguística de Luanda é, de fato, uma tarefa difícil, uma vez que as diversas línguas africanas e a portuguesa fazem com que essa realidade torne-se complexa, corroborando, assim, com a hipótese aqui levantada. Embora a língua portuguesa seja conclamada enquanto oficial do país, existem diversas línguas africanas que convivem com a portuguesa, o que serve para desenvolver sua identidade linguística.

REFERÊNCIAS

AJAYI, J. F. A. África no início do século XIX: problemas e perspectivas. In: AJAYI, Jacob Festus Adeniyi (Org). *História geral da África, VI:* África do século XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO, 2010, p. 1-26.

ANGOLA. *Projecto de lei sobre o Estatuto das Línguas Nacionais*. Ministério da Cultura: Luanda, 2011.

ARAUJO, S. S. F; DANTAS, N. dos S. Os verbos ter e haver existenciais no português falado em Luanda-Angola. *Letrônica,* Porto Alegre, vol. 10, nº 1, p. 64-81, 2017.

ARMANDO, A. F. *O português de Angola*. São Paulo: Laços, 2014.

BOAHEN, A. A. A África diante do desafio colonial. In: BOAHEN,

A. A.(Org.). *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p. 1-20.

BRITO, C. O mapa cor-de-rosa. *Portal Estórias da História,* 26 mai. 2014. Disponível em: <http://estoriasdahistoria12.blogspot.com/2014/05/o-mapa-cor-de-rosa.html>. Acesso em 14 out. 2020.

CHARLES, A. J.; DE SÁ, L. A. C. M. Cartografia Histórica da África--Mapa cor de Rosa. *Anais do Primeiro Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*, Parati, p.1-16, 2011.

FERNANDES, J.; NTONDO, Z. *Angola: povos e línguas.* Luanda: Nzila, 2002.

INE, Instituto Nacional de Estatística. *Resultados definitivos do recenseamento geral população e da habitação de Angola 2014*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística, 2016.

INVERNO, L. *A transição de Angola para o Português: uma história sociolinguística*. In: LILIANA, I. (Org.). Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África. Coimbra: Universidade Pombalina, 2008, p. 117-129.

MINGAS, A. A. *Interferência do Kimbundu do português falado em Luanda.* Luanda: Cabinde, 2000.

NASCIMENTO, E. L. *O tempo dos povos africanos.* Ministério da Educação - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD. Brasília, 2007. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/wp-content/uploads/2013/12/SUPLEMENTO-DIDATICO.pdf>. Acesso em 13 abr 2021.

OLDEROGGE, D. Migrações e definições étnicas e linguísticas. In: KI-ZERBO, J. (Org.) *História geral da África, I:* Metodologia e pré--história da África. Brasília: UNESCO, 2010, p. 297-316.

OLIVEIRA, A. C. de. A literatura Angolana de tradição oral e a sua recolha: história breve e teoria. *Revista Triplov,* ESELeiria/Instituto Camões/Universidade A. Neto, 2003.

SANTOS, E. F. dos. Aspectos da língua portuguesa em Angola. *PAPIA-Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico,* São Paulo, vol. 28, nº 1, p. 25-49, 2018.

SEVERO, C. G. *Línguas atuais faladas em Angola:* entrevista com Daniel Perez Sassuco. Florianópolis: NUER – Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas, 2015.

SILVA, M. C. A. da; ARAUJO, S. S. de F. A formação da identidade linguística do português falado em Angola: uma revisão bibliográfica e notas sobre a sócio-história. *Revista Philologus*. Rio de Janeiro, Ano 26, nº 76, p. 61-78, 2020.

SILVA, M. C. A. da; SENE, M. G. de; ARAÚJO, S. S. F. de. Notas sobre o português falado em Luanda: um estudo sobre sócio-história e crenças linguísticas. Miguilim-Revista Eletrônica do Netlli, Crato, vol. 7, nº 2, p. 337-353, 2018.

TIMBANE, A. A.; SANTANA, Y. F. D.; AFONSO, E. V. S. A cultura hip-hop e os angolanismos lexico-semânticos em Yannick Afroman: a língua e a cultura em debate. *Afluente*: Revista de Letras e Linguística, Bacabal, vol. 4, nº 12, p. 104-128, 2019.

CAPÍTULO DOZE

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ORTOGRAFIA DO PORTUGUÊS EM JORNAIS BRASILEIROS DO SÉCULO XIX

Hercínia Chena Azarias Wasse
Alexandre António Timbane

INTRODUÇÃO

Vivemos numa sociedade em que a escrita ocupa um papel preponderante na vida dos cidadãos. A escrita surgiu de forma autônoma e independente na Suméria por volta de 3300 a.C., no Egito por volta de 3000 a.C., na China por volta de 1500 a.C e na América Central com os maias e assim sucessivamente (Cagliari, 2009a). Contrariamente a escrita, a fala surgiu com a humanidade que adaptou os órgãos e/ou partes dos sistemas respiratório e digestivo para produzir sons da fala. Por isso todas as sociedades humanas possuem pelo menos língua, embora não seja obrigatoriamente que tenha a escrita. Estamos no séc. XXI, mas ainda existem grupos étnicolinguisticos sem a tradição escrita, o que significa que essas línguas são ágrafas.

É um mito afirmar que uma língua só cresce e se expande por meio da escrita apenas. A escrita não é problema para sociedades de línguas ágrafas, pois elas conseguem comunicar tranquilamente sem o uso da escrita. Por isso mesmo, as línguas bantu ou khoisan resistem ao tempo, mesmo tendo passado séculos sem tradição escrita e com a pressão colonial (Uaeca e Timbane, 2018). As sociedades que lidam (ou pelo menos estão em contato) com as tradições europeias são influenciadas/motivadas a escrever acabando por adaptar um sistema de escrita de línguas europeias, o que muitas vezes não atende aos sons específicos das mesmas.

No mundo moderno, ocidentalizado, as informações orais são convertidas por escrito para que tenham valor legal ou jurídico. Quer dizer, não basta declarar oralmente. É preciso escrever para que a declaração tenha valor efetivo. Os exemplos são dos casos dos Boletins

de Ocorrência, dos autos judiciais, das receitas médicas, dos relatórios diversos, dos certificados/diplomas de qualquer formação, dos documentos de identidade, etc. Neste último caso, não basta dizer como se chama, é necessário ter um papel em que está escrito o nome, acompanhado de foto, assinatura e impressão digital para que isso esse papel confirme que realmente é a pessoa (Timbane e Souza, 2018).

A escrita é um conjunto de códigos, de símbolos convencionados que permitem representar a língua, na modalidade escrita. O alfabeto é um conjunto de signos num sistema de escrita. As letras não representam a fala, por isso mesmo um som pode ser representado por várias letras (ex. o som /z/ pode ser representado pelas letras "s", "x" e "z". A escrita é o processo de registro de caracteres visuais num meio físico, com a intenção de produzir textos que possam ser lidos e compreendidos (Cagliari, 2009c). O objetivo da escrita é a leitura. Desta forma os textos formais precisam ser claros e concisos respeitando a norma-padrão e o Acordo Ortográfico.

A forma como escrevemos uma carta formal e uma carta informal não é a mesma. Na carta formal o emissor ainda pode abreviar palavras, se permitir o erro ortográfico a depender da aproximação ou intimidade com o destinatário. Com a chegada de aplicativos como whatsaap, tuiter entre outros, as pessoas escrevem e leem muito mais do que antes do advento dessas tecnologias. Por essa razão o letramento é mais fundamental num momento do avanço das tecnologias. As pessoas escrevem muito mais atualmente e ainda têm a possibilidade de memorizar a escrita correta de palavras porque esses aplicativos têm dicionário que em muitos momentos avisam quando uma palavra está mal escrita.

Escrever é uma arte da criação. Quem não sabe escrever fica penalizado porque a escrita é Lei, é autoridade e que os infratores são penalizados e constrangidos de todas as formas: reprovação, perda da oportunidade do ingresso nos cursos dos sonhos, perda de empregos em concursos, exclusão no seio profissional até a perda de oportunidades que dariam vantagens econômicos, políticos e sociais. A escrita tolera uma forma de escrever uma palavra a depender do acordo estabelecido nessa língua ou variedade. A palavra "maçã" só pode ser grafada com as letras: M-A-Ç-A. Qualquer possibilidade

possível (*massam, *maçam, *massã, *massan, *maçan, *massam) é tida como erro de grafia. Por isso, escrever é um desafio, porque não existe uma explicação científica que possa descrever a razão da escolha das letras S, X, Z para o som /z/. Exemplo: ca**s**a, e**x**ame, fa**z**enda. Um dos objetivos da escrita é a neutralização da variação.

O desenvolvimento da presente pesquisa visa trazer a história da escrita partindo de uma análise crítica da evolução da escrita ao longo da história. Discutir a mudança da escrita ao longo dos tempos é descortinar a complexidade da escrita atual. Os erros cometidos na escrita atual podem estar relacionados com a forma como concebemos o Acordo Ortográfico ao longo dos tempos. Veja-se que o Acordo Ortográfico de 2009 (Brasil, 2014) acolheu contribuições das variedades europeia e brasileira do português, mas não deu conta das variedades africanas do português.

Os países africanos de Língua Oficial Portuguesa não conseguiram incluir suas formas possíveis da escrita neste acordo, por isso alguns deles ainda não assinaram o Acordo e revindicam essa inclusão, porque o português já não pertence mais à Portugal. Pertence a todos os países que a falam e a usam como língua oficial e materna dos seus cidadãos. O fracasso da produção escrita dos alunos africanos pode ser causado pela falta desta inclusão. É uma hipótese que em algum momento da pesquisa pode ser comprovada ou refutada.

No Brasil, os erros da escrita também são recorrentes, embora o português fosse a língua materna para a maioria dos cidadãos. Por isso, a presente pesquisa se justifica pela necessidade da busca da escrita inicial do século XIX para depois compreender os diversos acordos da escrita que ocorreram ao longo dos tempos. É importante refletir sobre como escrevemos porque a escrita veio para ficar e não pode ser desprezada. Pretende-se com a presente pesquisa abrir caminhos para que a escrita se torne mais acessível à todos sem prejudicar aos usuários.

Outro elemento que justifica a presente pesquisa é o fato de que poucos cidadãos sabem da existência de materiais escritos na Biblioteca Nacional, como é o caso dos jornais. Alguns jornais foram escritos na Bahia e foram deslocados quando a capital mudou de Salvador para o Rio de Janeiro. A história do Brasil está na Biblioteca

Nacional e deveria ser explorado de forma exaustiva e em diversas áreas do saber, para que se possa compreender o passado que em algum momento poderá nos indicar caminhos do futuro. Poucos estudantes sabem que com o material arquivado na Biblioteca é possível desenvolver pesquisas que possam resgatar a história da escrita do português brasileiro. A pesquisa chamará atenção aos professores, pesquisadores e outros interessados para a necessidade da realização de pesquisas diacrônicas sobre estes materiais e sobretudo neste espaço que é a Biblioteca de todos.

A pesquisa visa compreender a evolução da escrita no Brasil partindo da análise de jornais do século XIX, como forma de estudar quais as mudanças ocorreram para que se possa pensar a problemática do ensino escrita atual que de certo constitui uma problemática na comunicação. Especificamente, a pesquisa visa a) discutir a importância da escrita na sociedade moderna, que de certo modo já não valoriza a oralidade; b) descrever as características da escrita em jornais brasileiros do século XIX e fazer sua relação com a escrita atual; c) discutir formas de melhorar a produção escrita que se sempre se tornou encalço na expressão e comunicação escrita de uma língua ou variedade.

1 A ESCRITA SEMPRE FOI UMA ARTE, UMA TECNOLOGIA

Os sistemas de escrita, segundo Cagliari (2009b, p.164), surgiram em quatro lugares geográficos: Suméria (3100 A.C), China (1300 A.C), na América central (com os maias) e em África (no Egito). Para Calvet (2001; 2011) a escrita surgiu para responder as necessidades religiosas e políticas do tipo bíblias, alcorão, memória social, contratos, leis, documentos oficiais e servia para a camada mais privilegiada da sociedade. O uso da escrita para fins literários chegou mais tarde (há 2000 anos A.C. com a poesia de Guilgamesh).

O importante a considerar é que "não se inventa a escrita pelo prazer de escrever, mas porque se tem algo a anotar, a conservar na pedra ou no pergaminho" (Calvet, 2011, p.124). Etimologicamente a palavra ortografia provem do grego *ortho* que significa "correto" e *graphos* que significa "escrita" (Sebba, 2009, Fischer, 2009). A orto-

grafia é a parte da gramática normativa que ensina a escrever corretamente as palavras de uma língua, definindo o conjunto de símbolos (letras e sinais diacríticos), a forma como devem ser usados, a pontuação, o uso de maiúsculas, etc.

A ortografia pode ser dividida em dois grupos: a) ortografia etimológica: quando a escrita procura refletir a história da escrita da língua; b) ortografia fonética: quando as letras mostram uma pronúncia específica de uma determinada variedade. Diferentemente da fala, "a escrita precisa ser ensinada: a maioria das pessoas passa por um processo escolar de letramento para aprender a ler e a escrever" (Massini-Cagliari, 2002, p.30). A ortografia é uma ideologia e também se pode dizer que existe uma sociolinguística da ortografia o que significa que ela é uma convenção social cuja finalidade é ajudar a comunicação escrita (Morais, 2000; Johnson, 2005).

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) defende que o acordo ortográfico visa facilitar a circulação de materiais (livros, documentos oficiais) na lusofonia sem que haja adequação à variedade; visa unir as grafias para que o português passe a ser língua oficial das Nações Unidas. Constitui também um passo importante para a defesa da unidade essencial da LP e para o seu prestígio internacional. Para Massini-Cagliari, "o que define o que é uma letra é a ortografia [...] a categorização funcional das letras tem a ver com o valor que cada uma delas tem dentro do sistema de escrita" (Massini-Cagliari, 2008, p.36).

Segundo Vismara e Souza (2012), o novo acordo altera a maneira como escrevemos algumas palavras, principalmente no que diz respeito à acentuação e hifenização. Ele cria dificuldades, pois mexe diretamente com hábitos de escrita que já estão enraizados em todos nós. Sendo assim, a escola é incumbida pela sociedade como a instituição difusora do sistema de escrita alfabética e da norma ortográfica. Sebba (2009) mostra que a norma ortografia foca sua atenção na educação, na literatura e na mídia. Segundo o autor, "é uma questão de linguística também, é claro, mas aquele em que o princípio clássico da sociolinguística entra em jogo: os sinais a usar não só têm significado linguístico, mas também significado social ao mesmo tempo" (Sebba, 2009, p.7).

A escrita, segundo Cagliari (2009c, p.17) é uma lei na qual "quem não escrever de acordo com a lei está cometendo uma contravenção e poderá ser penalizado com sansões." Na escola, as sanções vão desde reprovação, fraca autoestima e sentimento de incorrigível. Mas, vejamos que sob o ponto de vista técnico "nenhuma reforma ortográfica contribuiria significativamente para ajudar as pessoas a escrever corretamente (...) o que a escola precisa, de fato, não é de reforma ortográfica, mas de mudar sua atitude perante a escrita. É preciso ensinar primeiro a escrever e depois escrever ortograficamente" (Cagliari, 1986, p.46).

O surgimento da escrita impulsionou a criação de escolas, porque é lá onde se concentram profissionais que ensinam a ler e a escrever. Segundo Timbane e Souza (2018), essa escola, hoje enfrenta dificuldades no processo da alfabetização, devido a metodologia aplicada, a fraca formação dos professores e a falta de materiais didáticos em muitas escolas moçambicanas. A escrita é um ponto muito forte na escola nos dias de hoje porque é através dela que se avalia o conhecimento adquirido durante uma etapa de estudos. Mas também a ortografia muda, antes mesmo que os alunos/usuários dominem. O ensino do português "tem sido fortemente dirigido para a escrita, chegando mesmo a se preocupar mais com a aparência da escrita do que com o que ela realmente faz e representa" (Cagliari, 2009b, p.82).

A maioria dos países avalia a qualidade do ensino através da ortografia, isto porque o papel da escola em muitas sociedades é de ensinar "ortografia". Alguns sistemas de ensino gastam grande quantidade de tempo e esforço para avaliar a qualidade do ensino através da ortografia, porque estão conscientes de que as consequências da falta do domínio da escrita sejam bastante graves (Sebba, 2009).

A escrita surgiu da necessidade de registrar assuntos ou dados para uma posterior consulta ou verificação. Surgiu devido ao aumento da complexidade da vida econômica, social e política que trouxe e acelerou o desenvolvimento do sistema de registros gráficos de contabilidade e de administração (Faraco, 2012). Segundo Faraco (2012) e Massini-Cagliari (2008) pode-se distinguir dois sistemas de escrita: a logográfica (quando signos gráficos representam palavras), sistemas silábicos (quando cada signo representa uma sílaba) e a al-

fabética, aquela que toma como base a fonologia, que toma como referência uma representação abstrata da articulação sonora da língua e não propriamente sua pronuncia (Faraco, 2012).

A artificialidade da escrita se verifica pelo fato de ter uma padronização e acordo ortográfico para além de ter tendência a seguir a norma-padrão. Cada letra do alfabeto é um desenho. É um desenho planejado, organizado e convencionado entre os usuários de uma língua. É um desenho que carrega significados. O /c/ nem sempre é /k/ (**c**aneta). Ás vezes se transforma em /s/ (ex.: **Ce**c**i**lia). O /x/ nem sempre é como tal. As vezes se transforma em /z/ (ex. e**x**ame), às vezes se torna /s/ (ex. auxílio), às vezes /cs/ (ex. flu**x**o, ta**x**i). Então, as letras adquirem sons diferentes dependendo da posição e dos contextos em que estão envolvidos. Como demonstrar isso ao aluno? Como revelar as nuances da escrita? A língua escrita apresenta figuras não conversíveis em som (letras mudas, pontuação, diacríticos etc.); espaços em branco sem correspondência no texto oral, visto que a emissão oral é continua (Simões, 2006).

Contrariamente à escrita apresenta-se o som associado aos recursos particulares como os gestos, expressão facial, o tom e o timbre de voz e outros que não podem ser transcritos para a língua escrita. Cagliari aponta que o alfabeto mais ortografia assim casados passaram a definir o nosso sistema de escrita. O objetivo do sistema deixou de ser a representação fonética da fala, passando a ser uma forma gráfica que permite a leitura (Cagliari, 2008). Cagliari mostra que para que haja ortografia é necessário que haja um alfabeto.

Entendamos o alfabeto como o conjunto ordenado de sinais gráficos que são usados na produção escrita. No português usamos o alfabeto latino ou romano que surgiu a 600 a.C. Veja-se que a regra da escrita no alfabeto latino é da esquerda para direita de cima para baixo. Diferentemente do árabe que se escreve da direita para a esquerda. O acordo é uma Lei obrigatória que deve ser usada pelos usuários de uma determinada língua. Quem não conhece ou quem não usa corretamente sofre todo tipo de penalizações: reprovação nos exames/provas acadêmicas, indeferimento de requerimentos, exclusão em concursos de emprego, entre outras. Os acordos da unificação ortográfica no espaço lusófono têm fins literários, políticos,

econômicos, científicos e culturais. Daí que todos professores (independentemente do nível ou grau de ensino) exigem textos que respeitem as normas da ortografia vigente.

2 COMO ESCREVEMOS E PARA QUÊ? ASPECTOS COMPLEXOS DA ESCRITA

A escrita é o processo de registro de caracteres visuais num meio físico, com a intenção de produzir textos que possam ser lidos e compreendidos (Cagliari, 2009c). Desta forma os textos precisam ser claros e concisos respeitando a norma-padrão e o Acordo Ortográfico. Escrever é uma arte da criação, ou seja, registrar os fatos, as descobertas, as conquistas, as invenções, os acordos coletivos, as transações comerciais, os sentimentos, as crenças, as histórias através da representação gráfica. Em termos linguísticos, a escrita é um sistema de sinais convencionados por uma comunidade, destinados à fixação da linguagem, num suporte material (Xavier e Mateus, 1992, p.149). Ela pode ser pictográfica (gravação de ícones- pinturas rupestres); ideográfica (gravação de símbolos: algarismos árabes) e fonográfica (gravação de caracteres correspondentes a sons e unidades fonológicas- alfabetos e silabários).

Do ponto de vista psicolinguístico, a escrita é a capacidade que o indivíduo tem de se comunicar pensamentos ou sentimentos usando signos visuais. Pressupõe-se que o uso da língua escrita é ideal, importante e determinante para o desenvolvimento, expansão e sobrevivência, desde que se assegure a sua compreensão (Rebelo, 1990). De acordo com Diringer (1995, p.15), a escrita é importante porque divulga informações universais, sem as quais a cultura seria monótona e intransmissível, pois a escrita chega mais longe que a fala.

As leis, a religião, o comércio, a poesia, a filosofia e a história são divulgadas pelo mundo afora graças a escrita. Nesta ordem de ideias, vários estudiosos definem e defendem que o ensino seja mais qualitativo, sobretudo nos anos iniciais (primário/fundamental) e que os alunos sejam mais motivados para que ganhem o gosto pela cultura escrita. Escrever é uma atividade psicomotora a que deve corresponder uma atividade mental de compreensão do que se escreve

e da relação com as situações a que se referem as imagens: escrever o que sabe ler e o que compreende (Gomes et al., 1991).

A escrita é uma atividade psicomotora pelo fato de usar funções psíquicas e motoras, simultaneamente. Para Kato (1990) o ato de escrever é definido pelo ato tradutório da fala para a escrita envolve uma meta e um plano. O importante a notar é que a escrita e a leitura nos parecem faces da mesma moeda. Quer dizer, no momento em que lemos há um processamento dos códigos da escrita mentalmente para que possam produzir um significado (Uaeca e Timbane, 2018). Ao escrevermos, lemos cada uma das letras e cada uma das palavras. Para lermos não precisamos de mexer os lábios. Uma leitura silenciosa é uma leitura. É uma decifração de códigos. Podemos ler mentalmente e podemos escrever mentalmente. Quando o sujeito imagina como se escreve uma determinada palavra ocorre um processo de escrita mental. Essa escrita se materializa com lápis ou caneta e papel, mas já foi escrita mentalmente.

A tinta da caneta por cima de um papel é a materialização daquilo que escrevemos anteriormente na mente. Fica clara a ideia de que a escrita é artificial, inventada e é regida por critério de julgamento de aprovação e reprovação na alfabetização (Cagliari, 2009a). Essa artificialidade vem responder à questão variação dialetal. Segundo Cagliari, para neutralizar a variação dialetal, a escrita inventou a ortografia, fazendo com que todas as palavras tenham apenas uma forma de escrita. (Cagliari, 2009a, p.348).

A escrita no contexto escolar e extraescolar revela a pertinência e responsabilidade observar como a questão escrita se realiza em sala de aula. A escrita no contexto escolar e extraescolar revela a pertinência e responsabilidade dos atores sociais e não exclusivamente ao professor de Português. A escrita é um processo que se desenvolve progressivamente até que o aluno seja capaz de ler e de compreender textos respeitando a ordem lógica da apresentação de ideias e de usar frases bem estruturadas lexical e gramaticalmente (Cagliari, 2009b). Ler e escrever são atividades que ocorrem simultaneamente.

Todo mundo que lê, escreve. A escrita não ocorre com lápis e papel. Ela ocorre na mente. O sistema de escrita como qualquer meio de representar graficamente qualquer língua ou grupo de línguas, en-

quanto "a ortografia é empregada mais estritamente para significar um sistema de escrita especificamente, destinado a uma determinada linguagem e que é ou já está em uso regular entre uma significativa proporção de falantes nativos desse idioma, ou que é ou foi proposto para tal uso" (Sebba, 2009, p.10).

3 A ESCRITA EM JORNAIS BRASILEIROS DO SÉCULO XIX

O jornal é um veículo de comunicação escrita mais importante nas sociedades modernas, especialmente para camadas sociais mais privilegiadas. O jornal procura seguir a norma-padrão respeitando religiosamente as normas do Acordo Ortográfico. Só lê quem aprendeu a decodificar e a sociedade deu à escola, a tarefa de ensinar a ler, a escrever usando o Acordo Ortográfico e a norma-padrão. Cidadãos que não sabem ler e interpretar ficam prejudicados neste meio de comunicação. A chegada da Rainha Portuguesa no séc. XIX incentivou a proibição do uso da língua geral e das línguas indígenas no Brasil aumentando assim o número de falantes de português. A política linguística colonial incentivou a criação da primeira biblioteca no Rio de Janeiro e a criação do jornal oficial produzido pela Imprensa Régia. Aos 10 de setembro de 1808, surge o Jornal "Gazeta" no Rio de Janeiro que foi o primeiro jornal imprenso no Brasil.

A Fundação Biblioteca Nacional tem no seu acervo materiais diversos: manuscritos músicas, publicações seriadas, obras raras, cartografias, cartas, coleções e outros materiais em formato áudio, visuais, impressos, audiovisuais, livros físicos e digitais o que faz com que muitos pesquisadores do mundo venham realizar seus trabalhos. Achamos interessante analisar como eram os primeiros jornais brasileiros e qual escrita usavam. Esse estudo se torna interessante porque busca a história da escrita genuinamente da variedade brasileira do português para depois compreender esse deslocamento para as grafias atuais.

O estudo com os jornais do séc. XIX leva-nos a compreender a história da língua portuguesa no Brasil, assim como a escrita que permitiu a produção desses textos jornalísticos. Desta forma, a Fun-

dação Biblioteca Nacional é o espaço preponderante para a presente pesquisa porque é nesse espaço onde se encontram materiais raros para a pesquisa. A biblioteca possui materiais digitalizados e armazenados que permitem uma pesquisa profunda sobre a produção dos textos escritos do séc. XIX no Brasil. Esses jornais são materiais de riquíssimo valor histórico, cultural e científico. O acesso gratuito de qualquer material disponível na biblioteca é uma iniciativa positiva porque torna a busca do conhecimento mais democrático possível.

Os diversos jornais do séc. XIX são a prova material de que a língua é viva, é dinâmica, varia e muda ao longo do tempo. Esse fenômeno não apenas acontece com o sistema linguístico, mas também com a escrita. A Fundação Biblioteca Nacional desempenha um papel preponderante no Brasil e no mundo ao disponibilizar esse acervo porque não é apenas a história do Brasil presente naquele espaço, mas sim está patente a história de África, da Europa, das Américas enfim, de todo o mundo.

A importância do material guardado carrega um valor riquíssimo porque pesquisadores poderão olhar para atrás e compreender como a sociedade mudou e se desenvolveu ao longo dos tempos. Outra questão importante é o fato de que a Fundação Biblioteca Nacional criou em 2006 uma Biblioteca Nacional Digital (e também Hemeroteca Digital) que conserva materiais que podem ser acessados não apenas presencialmente como também virtualmente a partir de qualquer parte do Brasil e do mundo bastando apenas ter computador e internet para visualizar e realizar pesquisas.

Para saber como se escrevia no século XIX é necessário buscar as fontes, isto é, os escritos dessa época. Não tem como estudar a escrita dos séculos passados sem recorrer aos diversos gêneros textuais da época. O recurso à Biblioteca Nacional é o caminho correto para que se possa garimpar os materiais e compreender como essa escrita era e como evoluiu até os nossos dias. Analisar o passado nos permite compreender o presente para que se possa propor caminhos para um futuro mais eficiente. Uma expressão que era escrita como 'vossa mercê' (no século XIV e XV) evoluiu para 'você' e depois para 'ocê' e hoje é 'cê' ou 'vc'. As mudanças vão mais além com a chegada das novas tecnologias de informação e de comunicação.

Os materiais pesquisados localizam-se na Fundação Biblioteca Nacional (acervo de jornais brasileiros do séc. XIX). Os jornais foram organizados por a) nome do jornal e ano da publicação. Tivemos a oportunidade de estruturar e decidir sobre a organização desses materiais. b) fizemos uma reflexão sobre como analisar a partir da ordem que terá sido decidido, além de buscar formas de extrair o máximo possível das informações socioculturais e históricos. c) seguiu-se a fase da análise da grafia das palavras, estudando jornal por jornal vendo as razões históricos da grafia das palavras, procurando compreender essa relação com a grafia atual. A comparação dessas grafias (ao longo dos anos) foi mais interessante porque a medida que o tempo passou, as formas gráficas foram mudadas e substituídas por outras. Refletir sobre o impacto da mudança da ortografia das palavras ao longo do tempo foi mais interessante ainda, porque permitiu explicar por qual razão mesmo doutores em diversas áreas do saber ainda comentem erros depois de 20 ou mais anos de aprendizagem da escrita.

A presente pesquisa incentiva pesquisadores da linguística histórica que poderão se interessar pelos estudos diacrônicos do português e outras línguas faladas no Brasil. O Brasil não é um país monolíngue. Para além das línguas indígenas temos a língua de sinais e outras línguas de imigrantes. A pesquisa incentiva o estudo sobre a cultura do povo brasileiro por meio dos relatos das notícias, histórias contadas nos jornais. A razão da escolha dos jornais se justifica pelo fato da modalidade escrita da língua ser de fácil observação em plataformas escritos.

O *corpus* escrito permite analisar como língua era ou é num determinado tempo histórico, quer dizer, a língua escrita denuncia como os falantes de uma determinada época histórica falavam em contextos formais de comunicação. Outra razão da escolha dos jornais do séc. XIX é a livre disponibilidade de acesso gratuito na Biblioteca Nacional. E finalmente, a escolha dos jornais do séc. XIX se justifica pelo papel que a coroa Portuguesa teve na implantação do português no Brasil. A chegada da coroa mudou drasticamente a situação linguística do Brasil, acelerando a expansão, ensino e a produção dos materiais em português. Do momento selecionamos nove jornais.

A partir da primeira visitação à Biblioteca Nacional decidiremos sobre o número exato dos jornais que serão objeto de análise. O importante a notar é que o número das edições a ser analisado não deverá ultrapassar a 100. Vejamos a seguir os jornais selecionados:

1.*A Abelha: jornal político, litterário e noticioso*

2.*A Alvorada: órgão republicado do 5° Distrito dos Aratuipe*

3.*A Aurora: periódico litterario, noticioso e commercial*

4.*A Chrysalida: periódico dedicado ao bello sexo*

5. *A Gazeta da Tarde: publicação diária, menos domingos*

6. *A Evolução: organ Scientífico, litterario e noticioso*

7. *A Batalha: Organ do commercio e lavoura*

8.*O Tempo: Scientifica, Litteraria e Noticiosa*

9. *O Lafuente*

Os jornais analisados foram produzidos no Rio de Janeiro e na Bahia. A escolha da Bahia se justifica pelo fato de ter sido a primeira capital do Brasil. A escolha do Rio de Janeiro se justifica pelo fato de ter sido o local onde a coroa portuguesa se instalou e provocou mudanças significativas na formação da variedade brasileira do português. Uma vez que a análise será manual, analisando jornal por jornal e anotando os fenômenos linguísticos teremos mais tempo de coleta. Nessa época os jornais não tinham muitas páginas, por isso será possível realizar uma coleta mais minuciosa dos fenômenos.

4. REFLEXÕES SOBRE ORTOGRAFIA DA ATUAL EM COMPARAÇÃO COM A DO SÉCULO XIX

Nas análises feitas se observa que a esxrita dos jornais do séc. XIX vai de acordo com o Acordo estabelecido na ápoca. Os jornalistas respeitaram o acordo vigente na época. O respeito ao acordo tornou os textos mais atuais para o séc.XIX. Há que realçar o fato de que a escrita (a depender da época) se aproxima a gramática normativa

vigente. Isso significa que a ortografia está intimamente ligada a elite, a gramática normativa. É importante que não se confunda a escrita das redes sociais com a ortografia. O que se escreve no facebook, no whatsaap, no twiter não respeita a ortografia e há permissão de adaptação e aproximação aos sons da fala. Ortograficamente falando, as redes sociais usam a escrita formal (para casos nais formais como é o caso de mensagens dos deputados, presidentes, ministros, etc) e escrita informal (aquela que ocorre entre familiares, amigos virtuais e desconhecidos). Nesse último caso não há compromisso com a ortografia como se pode ver na imagem 1:



Fonte: Imagens da Internet

Um texto curto como o da imagem 1 carrega muitas informações da escrita informal do nosso tempo (o=ou, oq= o quê, kkkkkk=risos, q= que, eita=ei está, poha=porra, tá=está), da norma informal usada (*lê de novo*=leia de novo; *mas eu prefiro sua*= mas eu prefiro a sua), do valor semântico das palavras (o significado de "piroca" e a discussão atual sobre gênero-gay). A escrita não representa a fala, apenas é uma modalidade da língua.

Os textos dos jornais analisados apresentam a duplicação de consoantes e que hoje já não faz sentido na ortografia atual. Obser-

va-se ausência de acentos agudos e graves nessa época e hoje temos acentos para distinguir um som do outro. O acento grave é colocado apenas sobre a vogal a, indicando que há crase, ou seja, que ocorre a contração da preposição a com outra palavra. Ex. à (a+a), às (a+as), àquele (a-aquele), àquilo (a+aquilo). Por outro lado, o **acento agudo** possui uma **função** muito importante nas palavras, pois ele é responsável por indicar a sílaba tônica, quer dizer, a sílaba forte. Os acentos foram criados para ajudar o falante na escrita e, principalmente, em relação à pronúncia das palavras. Ex.coco, cocô, sabia, sabiá, álbum, estádio, útil, jobóia, próximo, etc. Vejamos os vários casos no quadro a seguir:

Quadro 1: Algumas palavras com grafia da época do Sec. XIX

Escrita do sec. XIX	Escrita do sec. XXI	Escrita do sec. XIX	Escrita do sec. XXI
aggnemiação	agremiação	*supposto*	suposto
politica	política	*simbolica*	simbólica
hypocrisia	hipocrisia	*escripto*	escrito
liberrimas	libérrimas	*theatro*	teatro
intellectuais	intelectuais	*imperio*	império
emfim	em fim	*entelligencia*	inteligência
scientifico	cientifico	*trahir*	trair
anciósamente	ansiosamente	*prohibido*	proibido
permitte	permite	*huma*	uma
effeitos	efeito	*desapparecer*	desaparecer
accessiveis	accessíveis	*contrahimos*	contraímos
comnvosco	convosco	*ahi*	ali
publico	público	*indifferença*	indiferença
cronica	crônica	*consciencia*	consciência
pharmacias	farmácias	*elles*	eles

Há frequência do uso do "h" mudo (ex. ahi) que em muitos momentos é mudo na ortografia atual (ex. aí). Segundo Bechara (2009, p.92) a letra "h" não é propriamente consoante, mas um símbolo que, em razão da etimologia e da tradição escrita do nosso idioma, se con-

serva no princípio de várias palavras (ex. hotel, harmonia, habitante, hegemonis) no fim de algumas interjeições (oh!, puh!, ah!, ih!).

O til não é acento na ortografia atual e aparece especificamente nas vogais "a" e "o" (ex. mãe, camarão, botões, compõem). As análises mostram que as consoantes nasais "n" e "m" eram usadas no lugar do til atual. Outro elemento observado nos jornais do sec.XIX é a presença do trema que hoje há não se usa. Não se usa mais o trema, sinal colocado sobre a letra u para indicar que ela deve ser pronunciada nos grupos gue, gui, que, qui. Por ex. as palavras aguentar, arguir, bilíngue já não usam a trema.

A mudança da ortografia não afeta a língua. Uma vez que a escrita é um acordo há possibilidade de negociação por favor de um grupo restrito. Já a modalidade de fala é uma construção social e só pode ser negociada no seio da sociedade. A chamada "gramática normativa" é artificial, inventada por uma elite e que é imposta para o resto da comunidade de fala. A escrita (em especial a ortografia) está presente no nosso cotidiano e possui privilégios inexistentes na língua oral. Cabe a cada membro respeitá-la para alcançar algumas oportunidades sociais, econômicas e políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje em dia, a escrita é muito utilizada no nosso dia-a-dia, é muito importante porque estamos rodeados de informações, escrever é importante porque permite que os pensamentos fluam, mantém nossos pensamentos no papel e fala sobre tópicos que aconteceram ou estão acontecendo ao mundo. Vivemos numa sociedade que faz uso da língua não só para se comunicar, mas também como forma de perpetuação das relações de poder; estamos o tempo todo imersos num mundo letrado, dinâmico, mutável e por isso precisamos ter a compreensão de que a nossa fala e a nossa escrita também refletem essa dinamicidade e flexibilidade, adaptando-se às diversas circunstâncias das nossas interações nas mais diversas esferas da vida social.

Os livros, jornais, revistas, placas, todos transmitem uma comunicação escrita e todos eles existem para transmitir informações

importantes, escrita geralmente está relacionada a comunicação, entretanto serve para registar informações, registar ideias e conhecimentos. Ler e escrever Sendo um direito de todos, de acordo com a lei filho meu governo deve garantir que todos saibam ler e escrever assim o número de analfabetas tem diminuído nos últimos anos, por meio da escrita e da leitura o povo pode preservar, mas e facilitar seus saberes e transmiti-los as gerações futuras. O ato de escrever é muito importante na sociedade, pois podemos receber informações sobre tudo por meio da escrita. A escrita é uma das formas mais antigas de comunicação entre o ser humano e os acontecimentos do mundo.

Entendamos o acordo ortográfico como uma ideologia e não tem como separá-lo da política linguística, isto porque "as atribuições de valor, as representações e, em geral, os discursos sobre as línguas fazem parte do campo que se conhece como ideologias linguísticas" (Lagorio, 2011, p.201). Por ser uma ideologia, é lógico que a ortografia mude ou varie com o passar do tempo, fato que se justifica pela entrada de "novos modismos ou por ignorância de uso, que vai se generalizando" (Cagliari, 2009c, p.22). Segundo o autor, quanto mais a ortografia varia e muda, mais provoca problemas principalmente na educação, quer dizer, "fazer reforma ortográfica não resolve problemas de alfabetização. As reformas ortográficas atrapalham mais do que ajudam (Cagliari, 2009a). Em muitos casos, os alunos reprovam porque não conseguem reproduzir por escrita todo conhecimento adquirido. Esta situação piora ainda nos casos em que o português é segundo ou terceira língua do aluno, tal como é o caso de Moçambique.

Há que realçar a relevância da ortografia. É uma palavra de grega e significa correto+escrita. Escrever corretamente significa escrever uma palavra com as letras a ela atribuídas pela tradição ou por leis específicas. O sistema da escrita permite a leitura. A ortografia se preocupa com o léxico, com a palavra. Uma palavra é uma unidade básica da escrita de qualquer sistema da escrita. As ortografias são dinâmicas, variam com o tempo, neutralizam as variações, permitem a leitura. Escrever é criar códigos, ler é decifrar/ decodificar e a ortografia está lá para neutralizar a variação.

Quem escreve lê e quem lê escreve. Essa escrita é mental, é abstracta. A caneta e o papel materializam o que está registrado na

mente. Estas atividades ocorrem de forma simultânea no cérebro. É importante que o professor saiba que não escrevemos o que falamos, pois a escrita não representa a fala, representa a língua. A escrita e a fala são duas modalidades da língua, elas são bem distintas e possuem objetivos diferentes. A língua foi inventada para ser falada. A escrita é recente com mais de 5000 anos. Não é por acaso que existe até hoje línguas ágrafas, mas que são muito bem faladas (Timbane; Souza, 2018).

Para Uaeca e Timbane (2018), o erro ortográfico deve ser tolerado e estudado pelo professor, por constitui uma etapa importante do processo da aprendizagem da escrita e da leitura, para além de apontar as causas e prováveis caminhos de solução. Que o professor não se alarme com o erro e nem fique desesperado, porque a leitura e a escrita ocorrem de forma sistemática. O erro constitui um sinal de que a criança está pensando, está refletindo e cria hipóteses que são fundamentais para o alfaletrar (Soares, 2020).

A escola não tolera o erro. As hipóteses que a criança faz sobre a escrita fazem parte do processo de aprendizagem. A criança não tem liberdade de tentar, perguntar, errar, comparar, corrigir; tudo deve ser feito certinho desde o 1º dia de aula. Para escrever, as crianças não precisam estudar/conhecer a gramática. Dar liberdade para que o aluno se autocorrija; Dar liberdade para que as crianças escrevam redações espontâneas não dando muita atenção aos erros ortográficos; O excesso de controlo da ortografia desvia atenção do aluno, destruindo o discurso linguístico, o texto; O excesso de controlo da ortografia destrói o estimulo que a produção de um texto desperta numa criança. Não existe uma única forma de ensinar uma criança. O professor é um eterno pesquisador/investigador que deve descobrir o estilo de aprendizagem do aluno. O professor é um autentico artista.

Só que há um grande problema: Moçambique e Angola ainda não assinaram o Acordo Ortografico. Como é que esses países estão enfrentando os desafios da escrita. O que ensinam na alfabetização e no letramento? Se esses dois países ainda usam o Acordo de 1945 como poderão se integrar na lusofonia e como os seus cidadãos irão competir em pé de igualdade com os outros lusófonos? Como a produção científica irá circular nesses dois países? Como a literatura será

cuidada nesses lugares? A Paulina Chiziane ganhou o Prêmio Camões em 202, Mia Couto e Agualusa ganharam prêmios e reconhecimento escrevendo numa escrita de um Acordo ortográfico ultrapassado? Ou os escritores fingem estar escrevendo nesse antigo acordo, mas aos olhos do exterior adaptam os seus textos para o acordo mais recente? Todas estas perguntas são reflexões para que Moçambique e angola tomem medidas urgentes e científicos para que o embaraço não atrase os cidadãos dos seus respectivos países.

REFERÊNCIAS

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa.* 37.ed. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. *Acordo ortográfico da língua portuguesa*: atos internacionais e normas correlatas. 2.ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014.

CAGLIARI, L. C. *Alfabetização e linguística.* São Paulo: Scipione, 2009b.

CAGLIARI, L. C. Alfabetização e pobreza. *Trabalhos de linguística aplicada.* nº8, p.25-48, 1986.

CAGLIARI, L. C. *Alfabetizando sem o ba-be-bi-bo-bu:* pensamento e ação na sala de aula. São Paulo: Scipione, 2009a.

CAGLIARI, L. C. Aspectos teóricos da ortografia. in: SILVA, M. (Org.). *Ortografia língua portuguesa:* história, discurso, representações. São Paulo: Contexto, 2009c. p.17-52.

CALVET, L.-J. *História de la escritura:* de mesopotania hasta nuestros dias. Barcelona: Paidós, 2001.

CALVET, L.-J. *Tradição oral e tradição escrita*. São Paulo: Parábola, 2011.

CORRÊA, M. L. G. Bases teóricas para o ensino da escrita. *Linguagem em (Dis)curso.* Tubarão/SC, v. 13, n. 3, p. 481-513, set./dez. 2013.

DIRINGER, D. *A escrita*. Lisboa: Verbo, 1995. (História Mundi, v. 12).

FARACO, C. A. *Linguagem escrita e alfabetização.* São Paulo: Contexto, 2012.

FISCHER, S. R. *História da escrita.* São Paulo: UNESP, 2009.

GOMES, A. et al. *Guia do Professor de Língua Portuguesa.* Lisboa: C. Gulbenkian, 1991.

JOHNSON, S. *Spelling trouble?* Language, ideology and the reform of German orthography. New York/Toronto: Multilingual Matters Ltd, 2005.

KATO, M. *No mundo da escrita*: uma perspectiva sociolinguística. São Paulo: Ática, 1990.

LAGORIO, C. A. Norma e bilinguismo no espanhol: o caso andino. In: LARARES, X. C.; BAGNO, M. (Org.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos.* São Paulo: Parábola, 2011. p.193-214.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita:* atividades de retextualização. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MASSINI-CAGLIARI, G. *O texto na alfabetização*: coesão e coerência. São Paulo: Mercado de letras, 2002.

MASSINI-CAGLIARI, G.; CAGLIARI, L. C. (Org.). *Diante das letras:* A escrita na alfabetização. 3ª ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008. p.121-128.

MORAIS de, A. G. *Ortografia:* ensinar e aprender. São Paulo: Ática, 2000.

REBELO, D. *Estudos psicolinguísticos da aprendizagem da leitura e da escrita.* Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1990.

SEBBA, M. *Spelling and society:* the culture and politics of orthography around the world. Cambridge: CUP, 2009.

SIMÕES, D. *Considerações sobre a fala e a escrita:* fonologia em nova chave. São Paulo: Parábola, 2006.

SOARES, M. *Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever.* São Paulo: Contexto, 2020.

TIMBANE, A. A.; SOUZA, L. P. dos S. A complexidade da escrita em contexto multilíngue: metodologias e estratégias do ensino. *Interfaces*. Vol. 9 n.3, p.114-131, 2018.
TIMBANE, Alexandre António; TAMBA, Pansau. A política linguistica na áfrica e a situação das linguas autóctones na educação: uma análise crítica das Constituições.*Revista Digital de Políticas Linguisticas (RDPL)*. v.12, p.85-105, 2020.
UAECA, F. Z. M; TIMBANE, A. A. A problemática do ensino da escrita do português em Moçambique: da teoria à prática do professor. *Seda* - Revista de Letras da Rural/RJ. Seropédica/RJ, v. 3, n. 9, 2018, p. 96-119.

VISMARA, C.; SOUZA, A. *Guia instrucional sobre as novas regras ortográficas*. São Paulo: FMU/Museu da Língua Portuguesa, 2012.

XAVIER, M. F.; MATEUS, M. H. *Dicionário de termos linguísticos*. Lisboa: Cosmos, 1992.

CAPÍTULO TREZE

METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NO PERÍODO DE PANDEMIA

Iqui Djú
Amison Nanque
Alexandre António Timbane

1 O INGLÊS: A LÍNGUA DO MUNDO

Em 2020 e 2021, o mundo foi assolado por uma pandemia sem precedentes. Trata-se da pandemia da Convid-19 que obrigou o isolamento social para evitar a contaminação. Nessa tentativa de isolamento urge a relevância da internet como meio possível para proporcionar o ensino remoto ou à distancia. Os professores e os alunos não estavam preparados para esta forma de ensino e nem tinham condições tecnológicas, o que obrigou a reinvenção de metodologia de ensino. É nesta perspectiva que nos propomos refletir sobre os desafios e caminhos seguidos pelos professores para proporcionar momentos de aprendizagem mesmo à distancia ou remotamente, num período em que o distanciamento era fundamental para poupar vidas que se perdiam devido a doença.

As línguas são importantes em todas as sociedades. Algumas têm maior visibilidade e uso e outras são ainda desconhecidas. Algumas línguas estão em vias de extinção outras estão em perigo, mas poucas crescem de forma exponencial. A língua inglesa tende a crescer em todo mundo, especialmente na área tecnológica. O inglês crescerá cada vez mais (Crystal, 2005), uma vez que as tecnologias lidam com esta língua. Se o inglês é língua da ciência e da tecnologia certamente continuará crescendo e expandindo horizontes.

Em todos os países lusófonos, o português é língua oficial, mas o Estado obriga que o inglês seja ensinado nas escolas como língua estrangera moderna. O inglês continuará hegemônico e língua do poder econômico, da tecnologia e das tendências da globalização

porque a política e o planejamento linguístico impulsionam. Segundo Rodrigues (2011, p.24) a língua inglesa "é capaz de qualificar profissionais e dar acesso à tecnologia e áreas específicas, além de facilitar a comunicação entre diversas populações". Crystal (2005, p.36) defende que o inglês vai se desconfigurar rapidamente porque "quando uma língua se espalha, ela muda." Os produtos industrializados em países anglófonos sempre difundirão as suas marcas e língua, o que de certo modo é uma imposição linguística. Veja-se mesmo no Brasil, que é um país lusófono, os produtos industrializados carregam a LI nos rótulos e manuais de uso. O estudo de Timbane e Coelho (2018) demonstra essa tendência com vários exemplos. Essa atitude de alienação linguística impulsiona a venda de produtos, mas ao mesmo tempo valoriza a língua do outro.

No ensino de uma língua é necessário que o professor tenha em conta a variação e a cultura linguística. A língua e a cultura são faces da mesma moeda. Pretende-se mostrar que existe uma só Língua Inglesa (doravante LI) da qual se tem variantes e variedades linguísticas que devem ser respeitadas sem julgá-las. Para Carvalho (2009), toda língua em uso é dinâmica e que suas manifestações podem provocar mudanças sociais, integrando novas formas, novas necessidades expressivas que ao longo do tempo se renovam. Dado seu caráter dinâmico, a língua não é um produto acabado e pronto, ela vai variar e se refazer continuamente. O inglês alcançou *status* jamais visto em nenhuma outra língua nas últimas décadas, como veremos mais adiante.

Falando do "Inglês como uma língua global", Crystal (2003) aponta as principais vantagens de aprender inglês no mundo e os espaços que esta língua ocupa. A primeira constatação de Crystal está relacionada com a expansão rápida provocada pela colonização para depois dar enfoque na importância econômica dos países pertencentes à anglofonia. O desenvolvimento econômico e o poder político dos Estados Unidos, Inglaterra e Austrália elevam fortemente o poder das línguas. O autor aponta a importância do desenvolvimento tecnológico que impulsiona a expansão do inglês (Crystal, 2003, 2004).

Moita Lopes (2008) mostra as forças contraditórias em relação ao inglês, onde países se preocupavam com a entrada da língua nos

seus territórios, pensando na integridade do estado-nação. O ensino da LM poderia deixar de ser usada e, por conseguinte haveria destruição da língua local, prevalecendo à LI. E o inglês passaria a ser a língua mais usada, fazendo com que mais pessoas procurassem aprender a língua. Mas Graddol (2006, p. 316) argumenta que a língua inglesa no futuro estaria num "estágio de saturação de interesse, da parte do contingente de pessoas que poderiam adotá-lo como língua global." e que em um determinado momento haveria um declínio do inglês. No entanto, abriria espaço para outras LE.

Segundo Leffa (2003, 2008) ensinar uma língua estrangeira exige uma formação do professor. É preciso que haja materiais de ensino de qualidade e condições para que o processo de ensino-aprendizagem tenha sucesso. É importante deixar claro que não existe uma única metodologia adequada para o ensino de uma língua estrangeira. Cada aluno aprende com base no seu estilo de aprendizagem. Sendo assim, é necessário que o professor varie os estilos de ensino para que possa atingir os diferentes estilos de aprendizagem.

Sabe-se que a língua inglesa, como língua dominante no mundo influência outras línguas. Há interferências provocadas pelo contato entre o português e a língua inglesa mesmo que esta não seja língua oficial na lusofonia. Segundo Timbane (2012) as línguas emprestam-se palavras a todo o momento e não poderia ser diferente com o português e o inglês. Os neologismos lexicais são os mais recorrentes e presentes no cotidiano. São unidades lexicais que se deslocam do inglês para o português por meio do processo de empréstimos e estrangeirismos léxico-semânticos. As palavras 'emprestadas' não voltam mais. Por isso "empréstimo linguístico" é um termo usado na linguística para designar a entrada de palavras de outras línguas numa dada língua. Ninguém se lembra mais que a palavra **gol** provém do inglês **goal** e significa **objetivo**. Ninguém vai querer gritar: **objetivooooooo** quando alguém marca o **gol**. Isso significa que a palavra **gol**, assim como **futebol** (*foot+ball*) e significa "bola ao pé" outras pertence à nossa língua, a LP.

Entendamos por empréstimo, o processo da passagem do léxico ou expressão de uma língua **A** para a língua **B**, movimento que inclui integração. No empréstimo se inclui alguma adaptação que pode

ser fonético, semântico ou gráfica. Já os estrangeirismos, são palavras vindas de outras línguas que se integram sem adaptação gráfica ou fonética, tal como nas palavras *jazz, miss, doping* (Timbane, 2012, p.296) ou *brother, delivery, designer, fashion, jeans, link, delete, T-shirt, show, site, self-service, off, car wash, pendrive* (Timbane, 2014, p.54). As palavras saem (deslocam-se) da língua **A** para a língua **B** por duas razões:

a) por necessidade: quando não houver uma palavra correspondente na língua de chegada. Por exemplo, no *pendrive, rap, hip-hop, tablet, jeans, design, taxi, overdose*, etc.

b) por luxo: quando já existe uma palavra, mas os falantes preferem a palavra estrangeira. Por exemplo: *AIDS, short, drink* (drinque)*, goal, chip, bike, meeting, bacon*, etc.

As siglas e os acrônimos da língua inglesa formam novas palavras no português. Por isso mesmo ninguém tenta usar a sigla DD (para Disco Duro), todos usam HD (Hard Disk), nem SPG (Sistema de Posição Global) para a sigla GPS Global Position System), nem VIH (Vírus de Imunodeficiência Humana) para HIV (*Human Immunodeficiency Virus*) e assim, sucessivamente (Timbane, 2014, p.56). As palavras AIDS (*Acquired Immune Deficiency Syndrome*), ipone (Interface *Protocol Option Device*), radar (*Radio Detecting and Ranging*), laser (*Light Amplification by Stimulated Emission of Radiation*), CD (*Compact Disk*) resultam do processo de empréstimo de sigla ou acrônimo que se torna em palavra. Estes exemplos mostram o poder da LI na LP.

Há formação de palavras novas a partir da junção da palavra da LI + LP: é o caso de **disk + nome** em LP que resulta em: **disk bebidas, disk marmitex, disk denúncia, disk taxi, disk lanches**, etc. (Timbane & Alves, 2017, p. 19). Devido a demanda de pessoas que buscam aprender o inglês, seja para uso pessoal ou profissional, surgiram novas escolas de línguas. Inclusive, disponibilizou-se cursos presenciais e à distância para facilitar os interessados, cujo objetivo é de facilitar a entrada dessas pessoas ao mundo globalizado. Outras pessoas viajam para o exterior afim de realizar cursos intensivos de idiomas e aproveitam para realizar intercâmbios socioculturais e especialização profissional.

A LI vem sendo requisito nas provas de concurso, nas vagas de emprego, o que obriga, muitas das vezes, ao cidadão investir mais em LE. Por outro lado, há pessoas que buscam aprender o inglês por conta do valor simbólico que a língua tem, pelo *status* que podem ganhar ao dominar a língua. É possível analisar a LI como instrumento de comercialização, instituições se favorecem devido a grande procura dos cursos de idioma. Usam a língua como estratégia para o seu crescimento, usando propagandas que chamam a atenção, utilizam de pessoas famosas para seu comercial e assim a população vai sendo influenciada a usar o inglês. Essas instituições reforçam representações de aprendizagem como objeto de desejo de consumo.

Pensando que o inglês é uma das línguas mais valorizadas no mundo seria importante refletir sobre as possíveis metodologias de ensino em contexto de pandemia. A pesquisa resulta de uma experiência em cursos de extensão da Universidade de Integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, no Campus dos Malês na Bahia, Brasil. O capítulo visa analisar as metodologias de ensino de uma língua de forma remota e propor caminhos metodológicos para um processo de ensino-aprendizagem de qualidade.

2 O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA

Segundo Leffa (2016, p.161), a língua inglesa "poderá ter um papel importante não só levando o conhecimento e a informação do centro para a periferia, mas também no sentido inverso. Através do inglês, aqueles que são meros receptores do conhecimento poderão também se transformar em emissores." O inglês crescerá cada vez mais (Crystal, 2005), uma vez que as tecnologias lidam com esta língua. Se o inglês é língua da ciência e da tecnologia certamente continuará crescendo e expandindo horizontes.

Em todos os países lusófonos, o português é língua oficial, mas o Estado obriga que o inglês seja ensinado nas escolas em paralelo com a língua oficial. O inglês continuará hegemônico e língua do poder econômico mundial uma vez que os seus falantes se encontram privilegiados. Crystal (2005, p. 36) defende que o inglês vai se

desconfigurar rapidamente porque "quando uma língua se espalha, ela muda." Segundo Leffa (2016, p. 72),

> O ensino de uma língua estrangeira exige do professor determinadas qualidades, umas mais óbvias do que outras. A mais óbvia de todas é que o professor deve conhecer o conteúdo daquilo que ensina; deve também possuir uma metodologia adequada para transpor esse conteúdo para o aluno e, finalmente, deve ter determinados traços de personalidade para facilitar todo esse processo de aprendizagem.

No decorrer do curso da língua inglesa houve várias dificuldades por partes dos alunos, no entanto, as dificuldades enfrentadas aos alunos são os seguintes: pronúncia, vocabulário e gramática, além disso, existe várias formas que o professor deve utilizar para alcançar as dificuldades dos estudantes e fazer com que eles melhorarem os seus aprendizagem, portanto, as metodologias a ser utilizado pelo professor são várias metodologias. Isto tudo, refere os caminhos que o professor acha o melhor para atingir os alunos.

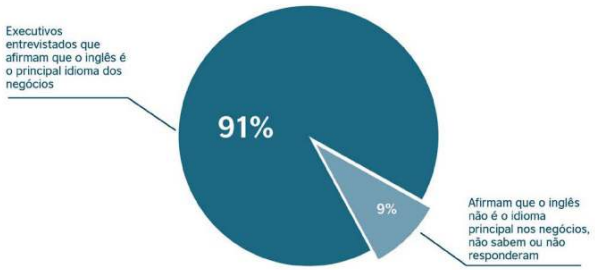
Cabe o professor procurar as formas adequadas para eliminar as dificuldades dos alunos, porém, o professor tem vários caminhos a se seguir para tentar alcançar os estudantes com as suas dificuldades. No entanto, quando referirmos as metodologias sempre pretendemos falar dos caminhos que o professor deve andar ou as estratégias a serem usadas para terminar com os obstáculos dos alunos. Além disso, são várias metodologias que cabe o professor utilizar para desmembrar as dificuldades por partes dos alunos e como no uso, do vocabulário, da pronúncia, da gramática e da tradução ao pé da letra que os alunos sempre fazem.

O sentido do pé da letra, quer isto dizer que, os alunos sempre fazem a tradução de palavra por palavra dentro da frase, então, com esta tipologia de tradução que os alunos fazem sempre e leva com que eles a terem várias dificuldades. Porque muitas das vezes cometem vários erros nesta questão, por isso, cabe o professor ter a paciência de mostrar os alunos sobre as diferentes práticas de cada conteúdo ministrado no decorrer das aulas e sobre o conteúdo programático durante o curso.

Para Leffa, "o ensino como uma arte não deve, no entanto, ser um atributo exclusivo do professor experiente. Vi também muitos

professores principiantes usando muita criatividade em suas aulas. O que segue é apenas um exemplo" (Leffa, 2016, p.75). A língua estrangeira, segundo Leffa (2003, p.8) só é falada dentro da sala de aula, com o professor ou apenas por alguns pouquíssimos alunos que ganham coragem em conversar. A língua estrangeira é usada na conversa para dar alguma orientação ao turista estrangeiro com algumas frases decoradas, talvez ler algum texto na sua área de interesse. A preocupação do aluno, segundo Leffa (2003, p.8) "será apenas de estudar para conseguir uma nota de aprovação no fim do ano; qualquer tarefa solicitada pelo professor só será executada pelo aluno se houver a garantia, ou a ameaça, de uma nota." Numa pesquisa realizada por Bussiness English Index/Global English em 2013, realizada em 77 países constatou que 91% de pessoas no mundo revela que o inglês é uma língua muito importante nos negócios no mundo. (British Council Brasil, 2014).

Gráfico 1: Bussiness English Index/Global English em 2013



Fonte: British Council Brasil (2014, p. 14)

O inglês continua com prestígio no século XXI. As novas tecnologias, especialmente a terminologia da informação, das orientações dos bens de consumo utiliza o inglês como a língua oficial do comércio. Mesmo as indústrias dos países lusófonos colocam bulas ou manuais de utilização uma tradução inglesa para permitir que seus produtos sejam vendidos nos países influentes. No campo científico observa-se o domínio dos Estados Unidos, Inglaterra, Austrália, Canadá e outros anglófonos têm demonstrado avanços significativos nas pesquisas. Estes argumentos nos levam a levantar a relevância de

aprender o inglês para diversos fins do nosso cotidiano. O gráfico 1 demonstra claramente essa hegemonia do inglês no campo dos negócios em todo mundo.

A sociedade moderna está aprendendo inglês cada vez mais, por causa da grande importância em diversos setores da sociedade: ciência, tecnologia, indústria, comunicação, transações econômicas, negócios, comércio, conferência acadêmica internacional, livros, diplomacia, aeroporto, turismo, de mídia em geral, jornais, competições internacionais e até mesmo de propaganda. Por outro lado, o inglês pode ser 'um instrumento de opressão' quando ela exclui, segrega e proíbe o isufruto de direitos fundamentais humanos. Desta forma, estudar uma língua estrangeira é assumir entendê-la e, "(...) que a cultura reflita por tal língua pode dialogar com a sua mente e imaginação de forma diversa da sua cultura original, mas ainda assim significativa." (Rodrigues, 2011, p.52). Com isso se pretende explicar que a lingua caminha com a cultura e é importante que procuremos compreender a língua em seu contexto real, até que em muitos momentos as línguas não se traduzem, mas sim interpretam-se.

3 A COMPLEXIDADE DE ENSINO DE INGLÊS EM TEMPOS DE PANDEMIA

O capítulo apresenta uma experiência vivida pelos autores no Projeto de Extensão intitulado "Good morning, bonjour: aprendizagem inicial de línguas estrangeiras modernas, da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus dos Malês" aprovado pelo Edital do Proex nº02/2020 - Programa de Bolsas de Extensão, Arte e Cultura – PIBEAC 2021. Trata-se de um ensino remoto em que o meio tecnológico usado foi o Google.meet. O Google.meet é um serviço de comunicação audiovisual (plataforma de videoconferências) desenvolvido pelo Google, criado com intuito de estabelecer comunicação em tempo real entre pessoas geograficamente distantes. O serviço surgiu em 2017 e popularizou-se mais com o isolamento social provocado pela pandemia. As escolas e as universidades passaram a usar como ferramenta principal para as aulas à distancia. Além de

ter imagem e som dos interlocutores, o sistema permite gravar, redigir mensagens curtas entre outras aplicabilidades.

A turma de língua inglesa foi composta por 30 estudantes provenientes de diferentes Estados do Brasil e de diferentes nacionalidades. Não houve pré-requisito para a formação da turma, porque a ideia era de iniciar do nível A1 do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas. Os principais materiais de leitura e exercitação foram: *Pratice makes: Basic english* (de Júlia Lachance), *English for everyone* (de Rachel Harding), *Inglês na ponta da língua* (de Denilso de Lima), *Essential grammar in use* (de Raynond Murphy). A educação é um alicerce que traz desenvolvimento, proporciona a transformação social e que nos leva a apresentar a nossa própria identidade ou humanização, portanto ela merece ser considerada como essencial e prioritário. E é necessário que entendamos como usar ferramentas tecnológicas, metodológicas e pedagógicas.

O ensino remoto tornou-se uma questão desafiadora para todo mundo, e para qualquer educador ou professor eminente. Pensar os desafios de ensino neste cenário remoto, é pensar como ela pode trazer impactos positivos na vida dos alunos. Toda a dinâmica metodológica pensada na aula presencial foi reinventada para o virtual, o que significa que os professores tiveram que organizar-se e adaptar-se os nossos conteúdos ao mundo virtual. Compreende-se então que, "falar em educação nos remete a currículo que, idealmente, pode ser compreendido como uma construção cultural e social de conteúdos e procedimentos pedagógicos à luz de uma época, ou seja, algo que deve estar em permanente revisão, aprimoramento e adaptação" (Sebriam et al. 2021, p. 18). A aprendizagem de linguas estrangeiras modernas, além de ser um processo para a vida inteira, na perspectiva de autoras como Pereira, Moraes e Teruya (2017), reconhecem a importância do sistema educativo, embora necessite ao mesmo tempo de um modelo novo, que seja flexível e mais adequado para permitir melhor acesso ao conhecimento.

Além do sofrimento com a pandemia, os alunos encarraram problemas da falta de internet estável e de qualidade, falta de equipamentos como computador ou tablet. Grande parte dos estudantes assistem aulas por telefone de pequena tela. É muito difícil ler textos,

fazer atividades e participar de aula de forma plena. Por vezes, é o próprio professor voluntário que não tem notebook ou computador para dar aula. Esses desafios provocaram inovação para os professores de inglês optando por um ensino centrado no aluno. Se as tecnologias estão, na atualidade, na base da sociedade como um fenômeno cultural denominado cibercultura, repleto de novas linguagens e códigos, é natural que observemos transformações não apenas nas relações humanas, mas também na forma como pensamos e praticamos educação (Sebriam et al., 2021 p. 18).

As tecnologias digitais desempenharam um papel essencial neste período remoto, nas mediações e nas relações professor-aluno e aluno-aluno. As tecnologias permitiram a) compartilhar os textos pelo google.meet.; b) promover atividades de leitura do texto e compreensão nesse ambiente virtual; c) verificar o grau de aprendizagem e de desenvolvimento de competências; d) o uso do email e de whatsaap para enviar atividades; e) o uso de google formulário para a lista de presenças; f) promover interação por meio de diálogo (pergunta-resposta) no chat do google.meet ou mesmo pelo microfone; g) avaliar a compreensão de conteúdos por meio de questionário online, onde os alunos respondem perguntas de múltipla escola num formulário; h) promover interação entre alunos no espaço de google.meet.; i) recorrer ao grupo de whatsaap para compartilhar atividades complementares (vídeos, fotos, arquivos em pdf, em Word, slides, informações, etc.).

4 AS PRINCIPAIS DIFICULDADES DOS ALUNOS E AS METODOLOGIAS DO PROFESSOR

A primeira dificuldade que foi superada é com relação as variedades do inglês. Os alunos tendem a imitar um sotaque britânico ou americano. Nas aulas deixa-se clara a ideia de que há várias pronúncias de inglês e todas elas são legítimas. Não existe um sotaque oficial e bonito. Todas as variedades fonológicas são legítimas e características de identidade dos seus falantes. O exemplo é das diferenças entre o português de Portugal, Português da Guiné-Bissau e

Português do Brasil que são variedades da língua portuguesa, não havendo falares mais bonitos que outros.

Todos os sotaques expressam identidades socioculturais dos falantes. É por meio dos sotaques que se identifica a origem do falante. Explicando devidamente, os alunos se libertam do preconceito linguístico e deixam de imitar sotaques inalcansáveis. O professor tem a tarefa de orientar, de ensinar e de mostrar as possibilidades que a língua apresenta. Essa atitude dá autoestima e permite que os alunos dialoguem em língua estrangeira. O uso de vídeos de inglês britânico, inglês australiano, inglês africano em sala de aula oferece ao aluno possibilidades e caberá ao aluno seguir a variante que lhe interessa.

A segunda questão a analisar e que prova problemas no ensino de inglês são os falsos cognatos, conhecidos também como *false friends* ou *false cognates* (falsos amigos ou falsos cognatos). É óbvio que nas línguas existem palavras que se assemelham no som e na escrita, como por exemplo, a palavra *mangiare* (em italiano) e a palavra manger (em francês) se assemelham no som e na escrita. Esa sas enganam, são chamados de cognates, são *tricky words*, por mais que essas palavras se assemelham no som e na escrita, elas possuem significados diferentes para ambas as línguas, são *false friends*. Portanto, é fundamental que o aluno se familiarize com essas palavras enganosas para não cair nas traduções e compreensões erradas.

Os falsos cognatos são palavras que aparecem em diferentes línguas com ortografia semelhante, e que têm, portanto a mesma origem, mas que ao longo dos tempos acabaram adquirindo significados diferentes. É que as palavras variam de significado formando neologismos lexicais em diferentes línguas. Vejamos alguns exemplos:

Quadro 1: Falsos cognatos

Português- inglês	**Inglês - português**
adepto – *supporter*	*lunch* (n) - almoço
prejuízo - *damage, loss*	*push* (v) - empurrar
resumir – *summarize*	*injury* (n) - ferimento
livraria - *book shop*	*stupid* (adj) - burro
recipiente - *container*	*novel* (n) - romance

decepção - *disappointment*	*pull* (v) - puxar
turno - *shift; round*	*baton (*n) - batuta (música), cacetete
magazine - *department store*	*requirement* (n) - requisito
notícia – *news*	*senior* (n) - idoso
gripe - *cold, flu, influenza*	*lecture* (n) - palestra, aula

Legenda: v (verbo), n (nome), adj. (adjetivo).

Como se pode observar as palavras inglesas parecem significar algo no português, mas na verdade não têm nada a ver. O aluno precisa estar atento a essas diferenças porque língua é ao mesmo tempo cultura. Segundo Tomas (Apud, Sargento, 2004, p.13)

> o papel do professor não é o de fazer com que os alunos se comportem como as pessoas da cultura alvo, mas de dar espaço para que os alunos interpretem os significados dessa cultura. Os alunos devem ser capazes de tornar-se responsáveis por suas próprias palavras. Eles devem aprender a expressar-se de uma forma que seja compreendida pelos ouvintes da outra cultura sem que sejam forçados a mudar o seu comportamento. É extremamente importante sensibilizar o aluno quanto a diferentes comportamentos nas mais variadas situações.

É tarefa do professor da língua estrangeira apresentar formas que a gramática normativa dessa língua apresenta. Mas também é preciso mostrar as possíveis características da cultura dos anglófonos. Não pode em momento nenhum apresentar uma variedade como modelo porque todas as variedades são legítimas perante os falantes dessa variedade. É inevitável ensinar uma língua sem ter em conta a cultura dos falantes dessa língua ou variedade. Ao ensinar a LI, por exemplo, seria importante observar quais as características culturais dos falantes nativos daquela língua para evitar significados que se distanciam das normas de ser e de estar na sociedade. Por isso mesmo, o ensino do inglês não deve se limitar aos aspectos linguístico-gramaticais, mas envolve maior compreensão de fatores culturais, históricos e econômicos que não podem ser desvinculados da língua.

CONCLUSÃO

Ensinar uma língua estrangeira em período de pandemia não é tarefa fácil. A internet fraca, os cortes de energia, o uso de computador de baixa potência e a falta do domínio do uso dos aplicativos e programas informáticos pode prejudicar este tipo de ensino. Isso vale para professores assim como para os alunos. Daí que deve-se investir na formação de recursos humanos e apetrechamento dos estabelecimentos.

A vantagem deste ensino à distância ou remoto é que os alunos podem ser provenientes de diversos lugares do mundo. Isso faz como que a turma seja internacional. Outra vantagem é o fato de que as atividades da prática oral podem ser encontradas rapidamente na internet, não havendo necessidade de se "agarrar" apenas no manual. A diversidade de atividades, de vídeos e de exercícios online é grande e faz com que o aluno aprenda rapidamente se realmete estiver motivado. O youtube apresenta muitos materiais audiovisuais que podem ajudar ao aluno na melhoria da qualidade da pronúncia. Para isso, é necessário que o professor esteja ativo, preciso na indicação e na explicação daquilo que é necessário saber em cada atividade.

No ensino de uma língua é necessário que o professor tenha em conta a variação e a cultura linguística. A língua e a cultura são faces da mesma moeda. Pretende-se mostrar que existe uma só língua inglesa da qual se tem variantes e variedades linguísticas que devem ser respeitadas sem julgá-las. O ensino de uma língua estrangeira é importante em todas as nações porque nos parece a 'chave' de contato com o mundo. O importante é que as escolas de línguas precisam refletir sobre as metodologias de ensino. Não se pode ensinar inglês usando português. Em muitos momentos, os professores são meros tradutores. Advogamos o ensino de inglês em inglês.

Dominar o inglês possibilita transpor barreiras sociolinguisticas para alcançar negócios internacionais, a tecnologia, a ciência e viagens globais. A globalização não ocorre apenas no espaço econômico, mas também na perspectiva linguística. A globalização é uma continuação das políticas colonialistas, porém readaptas aos novos tempos. Neste sentido, pode-se dizer que há uma dependência dos países pobres em relação aos centros de poder e que a globalização pode trazer prejuízos financeiros aos países de terceiro mundo.

Há que pensarmos em cinco "níveis" de domínio para se entender a globalização: o tecnológico, o político, o cultural, o econômico e o social. Estes níveis justificam o termo globalização e não mais a ideologia de unificação mundial. A língua inglesa é língua oficial de cerca de 54 países e língua das principais organizações políticas do mundo como Organização Mundial da Saúde, Organização das Nações Unidas, União Africana, União Europeia, entre outras. A política anglófona em especial a americana influência de certa forma os destinos da política mundial. As tecnologias são os maiores e rápidos meios de expansão da LI. Há milhões de cursos online (gratuitos e pagos) do ensino da LI. É das tecnologias que somos forçados a ler em inglês para entender as instruções diversas de manutenção ou uso de máquinas, motores, materiais, produtos eletrônicos e outras conquistas do desenvolvimento tecnológico

Com isso a globalização faz parte da expansão do inglês, pois é através dela que a língua vai adentrando nos diversos contextos, ganhando espaço e tornando-se essencial e necessária para atuar nesse mundo globalizado e com inovações tecnológicas. É notável que a LI seja algo que se busca por interesse, pelos privilégios que a língua proporciona aos seus falantes. Jalil e Procailo (2009, p. 778-779) afirmam que saber falar uma língua estrangeira envolve as seguintes competências: a competência cultural; competência sociolinguística; competência discursiva e a competência estratégica. Aprender e falar uma língua estrangeira é muito fundamental no mundo hoje e principalmente neste século XXI, porque nos permite dialogar com as outras culturas e o mundo lá fora.

A língua Inglesa é uma língua universal e é uma das mais faladas do mundo entre o Mandarim e o Espanhol. A sua importância abre horizontes aos seus falantes. E não é por coincidência que o autor Larsen-Freeman (2000, p.28, apud Jalil e Procailo, 2009, p. 777) afirma que "saber uma língua estrangeira também envolve aprender como os falantes daquela língua vivem". Entendamos por **competência cultural**, o conhecimento acerca do contexto sociocultural no qual se fala a língua-alvo, levando-se em consideração: os países, sua população, suas tradições, costumes e hábitos, entre outros. a **competência sociolinguística**: é a competência para saber escolher, entre os vários meios e registros de comunicação, aquele que possui me-

lhor adequação a uma determinada situação, ou seja, o uso de uma linguagem mais formal ou informal, por exemplo.

Com relação a c**ompetência discursiva**, ela pode ser entendida como a capacidade de construir ou interpretar textos no seu conjunto, trabalhando, além de aspectos como seleção, previsão, inferência e diferenciação de gêneros, também questões relacionadas ao discurso. Aqui, o texto deixa de ser um pretexto para ensinar a gramática e passa a ser o pilar de sustentação da aula, devendo ser priorizado sempre. A leitura não dependerá somente do material didático, mas, também, da articulação feita pelo professor e do conhecimento de mundo do aluno. Finalmente, **a competência estratégica**: é a capacidade de usar estratégias apropriadas para compensar deficiências no domínio do código linguístico ou outras lacunas na comunicação, visando favorecer uma efetiva comunicação ou alcançar um efeito pretendido (falar mais lentamente, pedir para repetir ou esclarecer algo, enfatizar certas palavras, entre outros).

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, K.G. *Aspectos culturais da lingual.* Indaial: UNIASSELE VI, 2017.

British Council Brasil. *Demandas de Aprendizagem de Inglês no Brasil.* Elaborado com exclusividade para o British Council pelo Instituto de Pesquisa Data Popular. São Paulo: British Council, 2014.

CARVALHO, N. *Empréstimos linguísticos na língua portuguesa.* São Paulo: Cortez, 2009.

CRYSTAL, D. *A revolução da linguagem.* Trad. Ricardo Quintana. Rio de janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CRYSTAL, D. *English as a global language.* 2.ed. Cambridge: CUP, 2003.

CRYSTAL, D. *Language and the internet.* Cambridge: CUP, 2004.

GRADDOL, D. *English next.* London: British Council, 2006.

JALIL, S. A.; PROCAILO, L. Metodologia de ensino de línguas estrangeiras: perspectivas e reflexões sobre os métodos, abordagens e

o pós-método. *IX Congresso Nacional de Educação-EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de psicopedagogia*. 26 a 29 de outubro de 2009 - PUCPR.

LEFFA, V. J. (Org.). *O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão.* 2.ed. Pelotas: Educat, 2008, p. 353-376.

LEFFA, V. J. *Língua estrangeira:* ensino e aprendizagem. Pelotas: EDUCAT, 2016.

LEFFA, V. J. O ensino do inglês no futuro: da dicotomia para a convergência. In: STEVENS, C. M. T.; CUNHA, M. J. C. (Org.). *Caminhos e colheita: ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2003. p. 225-250.

MOITA LOPES, L. P. da. (Orrg.). *Por uma linguística aplicada interdisciplinar.* São Paulo: Parábola, 2008.

PEREIRA, M. de F. R.; MORAES, R. de A.; TERUYA, T. K. *Educação a distância (EaD): reflexões críticas e práticas.* Uberlândia (MG): Navegando Publicações, 2017.

RODRIGUES, A. L. *A língua inglesa na África: opressão, negociação, resistência*. Campinas, SP: Ed.UNICAMP, 2011.

SARMENTO, Simone. Ensino de cultura na aula de língua estrangeira. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem.* vol. 2, nº 2, p.1-22. março de 2004.

SEBRIAM, D., GONSALES, P., AMIEL, T. *Educação aberta e recursos educacionais abertos*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2021.

TIMBANE, A. A. A formação de palavras a partir de siglas e acrônimos estrangeiros na língua portuguesa. *Revista Verbum: Cadernos de pós-graduação,* n. 6, p. 50-68, 2014.

TIMBANE, A. A. Os estrangeirismos e os empréstimos no português falado em Moçambique falado em Moçambique. *Revista Caderno de Estudos Lingüísticos.* Campinas-SP, v.54, n.2, jul./dez. 2012.

TIMBANE, A. A.; ALVES, M. J. A dinâmica do português brasileiro na imprensa escrita: o caso de empréstimos e estrangeirismos lexicais. *Revista a cor das letras.* Feira de Santana, v.18, n.2, p.8-25, mai./ago. 2017.

TIMBANE, A. A.; COELHO, D. M. A expansão lexical em produtos alimentícios industrializados no português brasileiro. *Confluências:* Revista do Instituto da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, nº54, p.222-243, 2018.

UNESCO. *Declaração Universal de Direitos Linguísticos.* Barcelona: UNESCO, 1996.

SOBRE OS COAUTORES

ALEXANDRE ANTÓNIO TIMBANE

Pós-Doutor em Linguística Forense pela Universidade Federal de Santa Catarina (2014), Pós-Doutor em Estudos Ortográficos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2015), Doutor em Linguística e Língua Portuguesa (2013) pela UNESP-Brasil, Mestre em Linguística e Literatura moçambicana (2009) pela Universidade Eduardo Mondlane-Moçambique. É professor Permanente da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Instituto de Humanidades e Letras, Campus dos Malês, Bahia. Tem experiência no ensino e na pesquisa na área de Sociolinguística e Dialetologia com enfoque na variação e mudança lexical do Português (Estudos do Léxico), Contato linguístico e Línguas Bantu. Membro do Grupo de Pesquisa África-Brasil: produção de conhecimento, sociedade civil, desenvolvimento e Cidadania Global. Editor-chefe da Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.

AMISON NANQUE

Nascido em 1996 em Bissau na aldeia de Cumano Safim, Bacharel em Humanidades Interdisciplinar e licenciando em Pedagogia, foi o professor de língua inglesa no Curso de extensão da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB/Males, o projeto "Good morning, bonjour: Aprendizagem inicial de línguas Estrangeiras Modernas Na UNILAB/ Malês". Foi o professor de ensino Básico na Escola Comunitária Hodjamei Nanque-Cumano em 2014 a 2019 e obteve o curso de professor na

escola Nova Dewey na Guiné Bissau e curso de língua Inglesa em TV5 School em 2015. Foi o professor na Escola Evangélica Jesus é o Senhor de Safim Blom, 2016 a 2017.

ANA ALEXANDRA SILVA

Nasceu em Évora, Portugal a 21 de novembro de 1973. Concluiu a licenciatura em Ensino de Português e Inglês (1991-1996) na Universidade de Évora. Possui o grau de mestre em Linguística Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1997-2001), com a classificação de Muito Bom. Possui Doutoramento em Linguística pela Universidade de Évora (2002-2008), com a menção de "Louvor e Distinção". Atualmente é Professora Auxiliar no Departamento de Linguística e Literaturas da Universidade de Évora. Exerce os cargos de Coordenadora do CAPLE (Centro de Avaliação de Português Língua Estrangeira), de adjunta da Comissão Executiva e de Acompanhamento do Programa de Doutoramento em Linguística e de adjunta da Direção do Centro de Estudos em Letras – Universidade de Évora. É membro integrado do Centro de Estudos em Letras e integra a Direção da Associação Internacional de Linguística do Português. Ciência ID: 1F15-A66B-CD5A.

ANTÓNIO JANUÁRIO BAPTISTA PEDRO

É licenciado em Ensino da Língua Portuguesa pela Escola Superior Pedagógica do Bengo, mestrando em Literaturas em Língua Portuguesa pela Faculdade de Humanidades da Universidade Agostinho Neto, membro do Círculo de Estudos Literários e Linguísticos Litteragris. É professor do Magistério Kimamuenho (Bengo), autor do livro Os nomes gentílicos de Angola e escreve para o Jornal "O País" - Angola.

BERNARDINO VALENTE CALOSSA

É licenciado em Ensino do Português pelo ISCED da Huíla, mestre em Português Língua Materna pela Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas da Universidade do Minho e doutorando em Linguística do Português na Faculdade de Letras da Universida-

de de Coimbra. É docente do Instituto Politécnico de Ondjiva da Universidade Mandume Yandemufayo e desenvolve a sua investigação na área da aquisição e ensino do português (língua materna, língua segunda e língua estrangeira) em que conta com vários artigos e capítulos de livros publicados. Além disso, é membro do Centro de Linguística Geral é Aplicada (CELGA – ILTEC) da Universidade de Coimbra e do Observatório de Português Língua Estrangeira/Língua Segunda.

DANIEL PERES SASSUCO

É Professor Auxiliar da Faculdade de Humanidades da Universidade Agostinho Neto. Licenciado e Bacharel em Pedagogia Aplicada em Francês-Linguística Africana pelo Instituto Superior Pedagógico (ISP) de Lubumbashi na República Democrática do Congo. Mestre em Tratamento de Informação e Comunicação Multilingue pela Universidade Autónoma de Barcelona de Espanha. Doutor em Linguística Geral, especialidade de Linguística Africana pela Universidade Atlântica Internacional dos Estados Unidos da América. Agregado em ensino superior pela Universidade Agostinho Neto Leciona as cadeiras de - Sociolinguística, Introdução à Linguística Bantu, Morfologia das Línguas Bantu e Linguística Contrastiva. Membro do Grupo de Pesquisa GRECORPA-Angola. Interessa-se às pesquisas de Descrição linguística, Estudos contrastivos, Políticas linguísticas, Tradução sentido-texto, Onomástica e Lexicografia, Recolha de dados orais (provérbios, contos, canções, adivinhas). Autores de uma série de artigos científicos e palestrante de várias comunicações a nível nacional, regional e internacional.

DORIVALDO ALFREDO ZUA

É natural de Ingombota, província de Luanda, nascido aos 16 de Abril de 1992. Mestrando em Metodologia de Ensino de Línguas, área de especialização em Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa no Ensino Secundário pelo Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (ISCED-Luanda) - Angola, em parceria com a Universidade do Minho–Portugal; licenciado em Ensino da Língua Portuguesa pelo Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla (ISCED-Huíla). Lecciona, actualmente, Português

I e II e Didáctica da Língua Portuguesa no Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla. Leccionou Língua Portuguesa no ensino fundamental e ensino médio.

EUGÉNIA EMÍLIA SACALA KOSI

Tem graduação em Letras com dupla habilitação inglês\português pela Universidade Veiga de Almeida, no Rio de Janeiro, é especialista em Linguística Aplicada pela Universidade Castelo Branco, também do Rio de Janeiro. Possui mestrado em Psicopedagogia Clínica pelo Centro Universitário de Barcelona adstrita à Universidade de Barcelona. Foi professora no Curso de Ensino do Português e Língua Nacionais da Universidade Jean Piaget de Angola. Atualmente, é doutoranda no programa de Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, na área de Educação, Linguagem e Psicologia. É membro do Grupo de Estudos e de Pesquisa Produção Escrita e Psicanálise também da Faculdade de Educação da USP. Integra o Projeto Parâmetros da dimensão política no discurso materializado em teses da educação ambiental e o projeto Imagens de Língua: sujeito, deslocamento, conhecimento e tempo. É formadora de formadores e pesquisa a cultura e a língua dos nsolongo olhando para a questão da variação linguística, do ensino da língua portuguesa em contexto multilíngue e das políticas do Estado em zonas rurais. No quadro da pesquisa de doutoramento, pesquisa sobre o discurso de inclusão em textos oficiais de Angola e Brasil sobre língua e o seu ensino.

IQUI DJÚ

Bissau-Guineense, Bacharel em Humanidades pela Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Bolsista do Projeto "Good Morning, Bonjour: Aprendizagem Inicial de Línguas Estrangeiras Modernas na Unilab/Malês" da Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura, PROEX - EDITAL 05/2021, professor de língua inglesa para os níveis A1, A2 e B1 do Quadro Europeu Comum para Línguas.

JOÃO MUTETECA NAUEGE

Professor Auxiliar na Faculdade de Direito do Dundo e da Escola Pedagógica do Dundo, Universidade Lueji A´Nkonde, Angola. Doutor em Linguística Portuguesa: Universidade de Évora/Portugal (2018). Mestre em Ciências da Linguagem, Universidade Nova de Lisboa, Portugal (2015). Licenciado em Ciências da Educação, Ensino do Português, Instituto de Ciências de Educação de Huila-Angola. É investigador no CEL-UÉVORA/UTAD e CEDES-ULAN, Angola. É autor de diversos livros, capítulos e artigos científicos.

JOSÉ GABRIEL GANGA

Nasceu em Angola a 28 de junho de 1966 em Libolo/Cuanza-Sul. Concluiu o Ensino Médio no Instituto Médio Normal de Educação do Cuanza- Sul (1989/1993). Tem o grau de Mestre em Ensino da Língua Portuguesa e de Literatura em Língua Portuguesa pelo Instituto Superior de Educação de Luanda em 2016, com a classificação de Muito Bom, onde no mesmo Instituto teve também a Licenciatura em Ensino do Português, em 2012. É Professor Auxiliar no Instituto Superior Politécnico Katangoji. Exerceu os cargos de Chefe de Departamento de Ciências Humanas no Instituto Superior Politécnico Katangoji (2016-2017), Secretário do Conselho Científico e Pedagógico no Instituto Superior Politécnico Katangoji (2017). Atualmente é doutorando em Linguística na Universidade de Évora, investigador colaborador do Centro de Estudos em Letras da Universidade de Évora, membro fundador do Grupo Ngola-Linguística e membro da Associação Internacional de Linguística do Português. Ciência ID: 9218-6028-56F2

JOSÉ GUELEKA KAPETULA

Professor Assistente do quadro permanente do Programa de Graduação em Ensino da Língua Portuguesa do Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla (ISCED-Huíla), Angola, em que leciona as cadeiras de Introdução aos Estudos Literários, Literatura Brasileira, Literatura Angolana e Estilística. É também Editor-Adjunto da Revista Científica do ISCED-Huíla. Doutorando em Linguística, opção Psicolinguística na Universidade Nova de Lisboa, Portugal, e Mestre pela Universidade Nova de Lisboa, Fa-

culdade de Ciências Sociais e Humanas em Ciências da Linguagem. Tem interesses de investigação em sintaxe, tópico: pronomes nulos (sujeito e objecto), contacto linguístico (português e línguas bantu); conhecimento gramatical; ensino do português e da Literatura e sobre linguagens de movimentos sociais.

JOSIMAR SANTANA SILVA

É doutorando do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), onde desenvolve a pesquisa intitulada Participação africana na formação do léxico do português angolano e brasileiro, fomentada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2019). Graduado em Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade do Estado da Bahia (2014). Especialista em Interdisciplinaridade em Estudos Sociais e Humanidade, pela Universidade Aberta do Brasil - UAB/UNEB (2016). Especialista em Educação do Campo, oferecido pelo IF Baiano, Campus Serrinha (2019). Tem experiência na área de Letras com Português, com ênfase em Letras e Literatura. Possui experiência na rede pública e privada de educação básica.

HERCINIA CHENA AZARIAS WASSE

Moçambicana, ex-bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), Pedido Nº 929/2021, Cota 2021/20, Bacharel em Humanidades e Licenciada em Relações Internacionais pela Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Instituto de Humanidades e Letras, Campus dos Malês, Bahia, membro do Grupo de Pesquisa África-Brasil: produção de conhecimento, sociedade civil, desenvolvimento e Cidadania Global. Participou do projeto de pesquisa *Nô bá Brinca, Vamos Brincar, ahi tlangui*? Catalogo de jogos e brincadeiras africanas e afro-brasileiras. Participou do projeto de extensão universitária intitulado Simulação de organizações internacionais. Membro do projeto da empresa JR UNILAB-Campus Malês.

MÁRCIO EDU DA SILVA UNDOLO

É doutor em Linguística pela Universidade de Évora (Portugal), mestre em Terminologia e Gestão de Informação de Especialidade pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Além de Editor-Chefe, é Revisor e Consultor Linguístico, Formador, Investigador colaborador da Cátedra da Universidade Católica de Angola. É autor de livros, capítulos, artigos e outras produções científicas. Orienta pesquisas na graduação e pós-graduação.

NICOLAU MANUEL JOSÉ

É licenciado em Linguística Portuguesa pela Escola Superior Pedagógica do Bengo (ESPB); investigador do VAPA - projecto de investigação linguística do português em Angola, afecto ao Departamento de Letras Modernas da ESPB. Actualmente Secretário Pedagógico do Instituto Médio Técnico Privado de Saúde Albino, leccionou a disciplina de Língua Portuguesa no Complexo Escolar nº 4049-M. M. Fraternidade.

SILVANA SILVA DE FARIAS ARAÚJO

Professora Titular de Língua Portuguesa do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), atuando em cursos de Graduação e de Pós-Graduação. É Doutora em Língua e Cultura e Mestre em Letras e Linguística, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É também especialista em Língua Portuguesa e graduada em Licenciatura em Letras Vernáculas pela UEFS. Realizou dois estágios de pós-doutoramento: um em Linguística, na Universidade Federal de Sergipe (UFS), com bolsa PDJ/CNPq, e outro em Língua Portuguesa, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É conselheira da Associação Grupo de Estudos Linguísticos e Literários do Nordeste (GELNE). Tem experiência na área de Sociolinguística, concentrando as suas pesquisas em buscas de pistas para as origens do português brasileiro, a partir da documentação linguística em comunidades de fala e de prática, no Brasil e em Angola.

YURAN FERNANDES DOMINGOS SANTANA

Graduado em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Instituto de Humanidades e Letras, Campus dos Malês (BAHIA). No período entre 24/05/2019 e 24/05/2020, atuou como bolsista do Programa PULSAR - Letras. Atuou como pesquisador e bolsista do projeto a variação léxico-semântica do português guineense, no período entre 01/10/2020 e 30/09/2021. É autor de artigos científicos sobre as variedades do português angolano e guineense. É membro do Grupo de Pesquisa África-Brasil: Produção de Conhecimento, Sociedade Civil, Desenvolvimento e Cidadania Global. É pesquisador do projeto os khoisan de Angola: políticas linguísticas e pesquisa sociolinguística dos povos e línguas em extinção, coordenado pelo Prof. Dr. Alexandre António Timbane (UNILAB-Brasil).